

AS PLANTAÇÕES NÃO SÃO FLORESTAS

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Coordenação geral: Ricardo Carrere
Edição: Hersilia Fonseca
Desenho da capa: Flavio Pazos
Tradução: Silvia Pérez Amato (Introdução e artigos temáticos)
María Isabel Sanz (Artigos por país)

© *Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais*

Secretariado Internacional

Maldonado 1858, Montevideo, Uruguai
tel: +598 2 413 2989, Fax: +598 2 4100985
Correio eletrônico: wrm@wrm.org.uy
página web: <http://www.wrm.org.uy>

Escritório na Europa

1c Fosseyway Business Centre, Stratford Road, Moreton in Marsh
GL56 9NQ, Reino Unido
Tel.: +44 1608 652893, Fax: +44 1608 6512 878
Correio eletrônico: info@fppwrm.gn.apc.org

Esta publicação encontra-se também disponível em espanhol e inglês.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido totalmente ou parcialmente sem necessidade de autorização prévia. Não obstante, deverá reconhecer claramente a autoria do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais e comunicar ao mesmo qualquer tipo de reprodução. Para facilitar o acesso e o uso, o livro também está disponível em formato eletrônico na seção Publicações da página web do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

Data da publicação: setembro de 2003.

ISBN: 9974-7782-0-4

Esta publicação foi possível graças a colaboração da Novib e da Sociedade Sueca para a Conservação da Natureza. As opiniões expressas, a informação apresentada e os termos geográficos e geopolíticos utilizados no presente são responsabilidade exclusiva dos autores.

n(o)vib
OXFAM NETHERLANDS

Naturskydds
föreningen



AS PLANTAÇÕES NÃO SÃO FLORESTAS



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

ÍNDICE

ACERCA DESTA PUBLICAÇÃO

INTRODUÇÃO

PLANTAÇÕES E MUDANÇA CLIMÁTICA

Alguma coisa está cheirando mal nos sumidouros
Compensando emissões com sumidouros de carbono: uma receita para a fraude
Mudança climática: a lição de Lião
Quem sai ganhando e quem sai perdendo com os sumidouros?
Pesquisa conclui que a plantação de árvores aumentaria o aquecimento global
Efeito estufa: mais plantações ou maior vontade para reduzir as emissões?
Seqüestro de carbono: um dilema para os habitantes da floresta
A inclusão dos sumidouros malogrou o Protocolo de Kioto
Sinks Watch: uma iniciativa não governamental para fazer o seguimento de projetos de plantações de árvores como sumidouros de carbono

PROCESSOS E ATORES INTERNACIONAIS

Vocês acreditam em florestas plantadas?
A questão das plantações na agenda do FPIRS, do Banco Mundial
Para o FSC, as plantações são florestas
Comentários sobre o princípio do FSC relativo a plantações
As corporações pintam-se de verde
As "florestas" da FAO, ou como trapacear no jogo de paciência
O UNFF deve reconhecer que plantação não é floresta

IMPACTOS E LUTAS LOCAIS: ÁFRICA

África do Sul: Quase um milhão de hectares de plantações certificadas pelo FSC
África do Sul: Plantações de árvores geram lucros para a companhia, mas geram incêndios, danos e morte para a população
África do Sul: Por trás da perda de florestas não estão os colhedores de plantas medicinais, mas a indústria florestal
Congo, República do: Plantações de eucalipto da Shell oferecem agora ainda menos postos de trabalho
Gana: "Promissores" planos de reflorestamento acabam em desemprego
Quênia: A Pan African Paper Mills causa poluição e desmatamento
Tanzânia: Outro caso de CO2lonialismo norueguês
Uganda: Sumidouros de carbono e CO2lonialismo norueguês
Zâmbia: Boas ou más notícias no setor florestal?

IMPACTOS E LUTAS LOCAIS: AMÉRICA

Nasce Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores
Argentina: Um duvidoso projeto de sumidouro de carbono com fim feliz
Argentina: "Florestas do silêncio", ou plantações de pinheiro nas Yungas
Brasil: O casamento da Stora Enso com a Aracruz
Brasil: A pouca memória da Veracel e o poder da Aracruz
Brasil: A opção entre a agricultura familiar e o gigante Aracruz Celulose
Brasil: Desafiando o poder da Aracruz Celulose

Brasil: O crescimento tem limites e a escala é realmente um assunto
Brasil: Enquanto o povo se revolta, Aracruz festeja
Brasil: Investigação questiona certificação de duas plantações pelo FSC
Brasil: Carta de entidades e representantes da sociedade civil denunciam atividades da Plantar S.A. perante o PCF
Brasil: A Stora Enso e a Aracruz planejam a maior planta de celulose do mundo
Brasil: ONGs solicitam ampla discussão sobre expansão de plantações florestais
Brasil: Que o eucalipto não cause em São Paulo o estrago provocado em Minas Gerais
Chile: Monoculturas florestais ameaçam mata de características únicas
Chile: Repressão ou solução ao enfrentamento Mapuches-empresas florestais?
Chile: Os que brincam de Deus com as árvores por dinheiro
Chile: Organização ambientalista questiona padrões do FSC em plantações
Chile: Mapuches defendem suas terras das empresas florestais
Colômbia: Legislação "à medida" da Smurfit
Colômbia: Política anti-sindical em plantações de dendezeiro
Colômbia: Projeto de plantações de dendê coloca em risco biodiversidade no Chocó
Costa Rica: Os perigos das monoculturas florestais
Costa Rica: Dólares japoneses para a promoção de monoculturas florestais
Costa Rica: "Morte lenta" da monocultura de eucalipto em grande escala
Equador: Palma africana no devastado jardim do paraíso
Equador: Plantações de eucaliptos na Província de Esmeraldas
Equador: População disse 'não' às plantações em reunião ministerial
Estados Unidos da América: Monoculturas florestais no Sul... dos EUA.
Estados Unidos da América: Onde as plantações claramente não são matas
Estados Unidos da América: Kinkos diz NÃO a árvores transgênicas
México: A palma africana e os diferentes significados de Chiapas
México: Plano florestal preparado por finlandeses
México: Oposição a plano florestal elaborado por consultora finlandesa
México: Porta aberta para plantações de árvores "neoliberais"
Nicarágua: Prepara-se lei para as plantações
Nicarágua: A United Fruit, a palma africana e a destruição das matas
Uruguai: O que está sendo certificado através do FSC?
Uruguai: Desumanas condições de trabalho em empresa florestal chilena
Venezuela: A Smurfit enfrenta crescentes dificuldades

IMPACTOS E LUTAS LOCAIS: ÁSIA

Birmânia, Tailândia e Laos: Manejo florestal colonial, ontem e hoje
Camboja: Florestas e rios em perigo por plantações de eucalipto e produção de pasta
China: A UPM-Kymmene e o grupo APRIL, a conexão chino-indonésia
China: Exportando desflorestamento e promovendo monoculturas florestais
China: Percorrendo o batido caminho das monoculturas de árvores
Índia: Questionamento à Estratégia Florestal Revista, do Banco Mundial
Indonésia: Uma nova vítima com relação à Indorayon
Indonésia: O crescimento insustentável do setor da celulose e do papel
Indonésia: A ameaça da indústria de celulose e papel em Kalimantan
Indonésia: Programa de um milhão de hectares de plantação de palma azeiteira em Jambi
Indonésia: Relatório do WWF relaciona plantações de dendê com desmatamento em grande escala
Indonésia: Relatório sobre violação dos direitos humanos praticada pela indústria do papel
Indonésia: Reabertura de fábrica de celulose da Indorayon enfrenta forte oposição local
Japão: Indústria papeleira envolvida em engenharia genética de eucaliptos

Laos: A Suécia se beneficia com subsídios no setor florestal
Laos: Banco de Desenvolvimento Asiático subsidia desflorestamento
Laos: Liberdade de informação, plantações industriais e o Banco de Desenvolvimento Asiático
Laos: Segredos, mentiras e plantações de árvores
Malásia: Campanha contra projeto de plantações e fábrica de celulose em Sabah
Malásia: A difícil situação das trabalhadoras nas plantações de dendê
Tailândia: Oposição ao projeto chinó-tailandês de plantação de eucalipto
Tailândia: Planifica-se florestamento com eucalipto em grande escala
Tailândia: O FSC deve revogar o certificado da Organização da Indústria Florestal
Tailândia: Eucalipto, usurpação, desmatamento e poluição ligados a empresa de celulose e papel
Vietnã: As árvores de quem? Programa de "reflorestamento" de 5 milhões de hectares
Vietnã: Plantações como sumidouros para evitar redução de emissões na Austrália
Vietnã: Um futuro de plantações em grande escala
Vietnã: Suspende-se a construção de planta de celulose e papel em Kontum

IMPACTOS E LUTAS LOCAIS: OCEÂNIA

Aotearoa/Nova Zelândia: Oposição às árvores geneticamente manipuladas
Aotearoa/Nova Zelândia: Uma certificação discutível
Aotearoa/Nova Zelândia: Mudança na propriedade e gestão das plantações do Estado
Austrália: Plantações como "sumidouros de carbono" invadem a Tasmânia
Austrália: Estabelecimentos agrícolas da Tasmânia que alimentavam pessoas agora alimentam fábricas de estilhas
Papua-Nova Guiné: Incentivos para as plantações de palma azeiteira
Papua-Nova Guiné: Impactos de monoculturas de palma azeiteira promovidas desde a Inglaterra
Papua-Nova Guiné: Devolução de terras tradicionais barra destruição de florestas através de derrubada e plantações de dendezeiro

DEZ RESPOSTAS A DEZ MENTIRAS. Ricardo Carrere
(Documento informativo - Campanha Plantações)

ACERCA DESTA PUBLICAÇÃO

O presente livro traz uma seleção de artigos sobre a questão das plantações, publicados no boletim eletrônico mensal do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM).

O grau de detalhamento e análise dos artigos varia grandemente em virtude da natureza do boletim, o qual visa a servir de ferramenta tanto para pessoas e organizações que atuam no nível local quanto para aqueles que se desenvolvem no plano internacional. No entanto, incluímos a maior parte dos artigos, pois achamos que, de certa forma, todos podem ajudar a conscientizar uma questão como essa, que atinge cada vez mais moradores em todo o Sul.

Não foram incluídas as numerosas fontes de informação em que se basearam os diferentes artigos por uma simples questão de espaço. Contudo, os interessados em aceder às mesmas podem fazê-lo através de nossa página Web, entrando na seção "boletim" e procurando o ano e o mês correspondentes ao artigo em questão.

A responsabilidade pela presente publicação é partilhada pelo editor do boletim, Ricardo Carrere (coordenador internacional do WRM) e pelas numerosas pessoas e instituições que contribuíram com artigos ou informação relevante para a elaboração dos artigos. A responsabilidade pelos erros que possam ter sido cometidos cabe exclusivamente ao WRM.

Independentemente da autoria dos diversos artigos –o que, em última instância, pouco importa–, os verdadeiros protagonistas do trabalho são os muitos milhares de pessoas que sofrem os impactos das plantações e a degradação das florestas, que resistem à apropriação de seus territórios e geram alternativas de uso ambiental e socialmente apropriadas. De uma forma ou de outra, todos os artigos procuram refletir as lutas desses protagonistas, com o objetivo central de os apoiar. Para todos eles e elas, a nossa mais sincera homenagem.

INTRODUÇÃO

As plantações não são florestas

Plantar árvores pode ser muito bom, mas, também, muito ruim. Depende do objetivo, da escala, do lugar onde é feito o plantio e dos benefícios ou prejuízos que traz para as populações locais. As plantações em grande escala (quer de espécies de rápido crescimento, como o eucalipto e o pinheiro, quer de espécies como o dendezeiro) são as que provocam maiores impactos negativos, tanto no social quanto no ambiental. Devido a esses impactos, esse tipo de plantação deu lugar a lutas generalizadas contra. A resposta das empresas plantadoras e dos promotores desse modelo consiste em negar a ocorrência desses impactos e em criar e divulgar uma enganosa publicidade destinada a ganhar o apoio de setores não informados da população. Entre as muitas falsidades divulgadas a favor das monoculturas de árvores em grande escala, destaca a de as confundir com florestas.

Tanto os técnicos quanto as empresas insistem em chamar as plantações de "florestas plantadas". Essa confusão entre uma cultura (de árvores) e uma floresta é o ponto de partida da publicidade a favor das plantações. Em um mundo cada vez mais consciente do grave problema do desmatamento, o ato de "plantar florestas" geralmente é percebido como algo positivo. Não obstante, uma plantação não é uma floresta, pois a única coisa que elas têm em comum é que em ambas destacam as árvores. Aí acaba a semelhança. Uma floresta possui:

- numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades;
- uma quantidade ainda maior de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto nas próprias árvores e arbustos (samambaias, trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.);
- uma enorme variedade de espécies de fauna que ali encontram refúgio, alimento e possibilidades de reprodução.

As comunidades humanas também fazem parte da floresta, já que muitos povos a habitam, interagem com ela e ali acham um conjunto de bens e serviços que garantem sua sobrevivência.

Essa diversidade de flora e fauna (incluindo o ser humano) interage com outros elementos, como os nutrientes do solo, a água, a energia solar e o clima, desse modo garantindo sua auto-regeneração e a conservação de todos os componentes da floresta.

Diferentemente da floresta, uma plantação comercial em grande escala é composta de:

- uma ou poucas espécies de árvores (frequentemente exóticas) plantadas em blocos homogêneos da mesma idade;
- bem poucas espécies de flora e fauna.

Por outro lado, as comunidades humanas não só não moram em plantações comerciais, mas, em geral, sequer lhes é permitido o acesso, já que são consideradas um perigo. Em numerosas ocasiões, as plantações são precedidas da expulsão (sem ou com violência) da população local e da destruição da floresta de que dependia. No melhor dos casos, são percebidas como fornecedoras de mão-de-obra barata para o plantio e a colheita de árvores que só será feita anos depois.

As plantações comerciais exigem preparação do solo, seleção de plantas de rápido crescimento e com as características tecnológicas requeridas pela indústria, fertilização, eliminação de "ervas daninhas" com herbicidas, plantio com espaçamento regular e colheita em períodos curtos. Além disso, como o objetivo é produzir e colher grandes volumes de madeira ou frutos (no caso do dendezeiro) no menor tempo possível, pode-se dizer que elas possuem as mesmas características que qualquer outra lavoura agrícola. Portanto, não se trata de uma "floresta", mas de uma cultura. Pior ainda: de uma monocultura em grande escala.

Em síntese, uma plantação não é uma "floresta plantada", pois, além do acima, é evidente que não é possível "plantar" nem a diversidade de flora e fauna que caracteriza uma floresta nem o conjunto de interações entre os elementos vivos e inorgânicos que acontece numa floresta.

No entanto, a sustentação dessa falsidade é de vital importância, para os grandes interesses econômicos tradicionalmente envolvidos no negócio (das próprias empresas plantadoras até o complexo industrial, comercial e de serviços que delas depende) poderem continuar recebendo grandes vantagens econômicas. A esses setores somou-se recentemente um outro –o setor do mercado do carbono–, também interessado em que continuem sendo consideradas "florestas", desse modo trajando de verde seus obscuros negócios.

É justamente por isso que julgamos indispensável começar por destruir o mito de que as plantações são "florestas". E por esse motivo achamos relevante intitular este livro do jeito que o fizemos: "As plantações não são florestas".

PLANTAÇÕES E MUDANÇA CLIMÁTICA

A mudança climática ameaça o futuro da Terra. Suas causas são bem conhecidas, como também o são as medidas que deveriam ser tomadas para evitá-la. No entanto, como isso vai de encontro aos interesses econômicos dos mais poderosos, eles e seus assessores tentaram inventar "saídas" que não contrariem seus interesses. Dentre elas, uma das preferidas é, justamente, a plantação, à qual é atribuída a função de agir como "sumidouro de carbono".

Argumenta-se que, à medida que as árvores vão crescendo, vão tomando carbono em quantidades maiores daquelas que emitem, de modo que apresentam um balanço líquido positivo em relação à quantidade de dióxido de carbono (o principal gás de efeito estufa) na atmosfera. Esse raciocínio simplista foi adotado pela Convenção sobre Mudança Climática, mais por uma questão de natureza político-econômica do que por evidência científica comprobatória.

Em termos gerais, toda área coberta de plantações, em ausência de provas em contrário, deveria ser considerada uma fonte líquida de carbono, e não um sumidouro. Em primeiro lugar, porque em muitos casos essas plantações substituem florestas, o que determina que os volumes de carbono liberados pelo desmatamento sejam superiores aos que a plantação em crescimento poderia seqüestrar, inclusive a longo prazo. Mesmo naqueles casos que não implicam desmatamento, elas são instaladas em outros ecossistemas que também armazenam grandes quantidades de carbono (como as pradarias), liberado do solo para a atmosfera como resultado da plantação.

Além disso, existe uma segunda questão crucial: essas plantações vão ser colhidas, ou não? Caso vingue a primeira hipótese, no melhor dos casos, elas seriam apenas sumidouros temporários: o carbono é armazenado até a colheita para, depois, ser liberado em poucos anos (nalguns casos, inclusive, em meses) quando o papel ou outros produtos provenientes das plantações forem destruídos. Se acontecer das árvores não serem colhidas, as plantações estariam ocupando vários milhões de hectares que poderiam ser empregados para fins bem mais proveitosos, como a produção de alimentos. Finalmente, após um certo tempo, as árvores começariam a morrer, liberando novamente o carbono armazenado.

Uma terceira questão diz respeito à natureza instável da capacidade de armazenamento de carbono das plantações, sujeitas tanto ao ataque de pragas quanto a incêndios. Esse fato torna-se evidente neste mesmo instante da publicação do livro, quando o mundo é testemunha dos gigantescos incêndios florestais que atingem a Europa e da total incapacidade dos Estados (apesar de toda a tecnologia e dos recursos econômicos desses países) para os combater. Se essas florestas e plantações tivessem sido vendidas como "sumidouros de carbono", tamanho problema teriam com os compradores.

Ou seja, existem muitas incertezas quanto à suposição das plantações serem, em todo lugar, sumidouros de carbono por um espaço de tempo maior que o da primeira fase de rápido crescimento, já que podem não sê-lo sequer nessa fase. Antes das plantações serem aceitas sem discussão como sumidouros de carbono, essa suposição baseada no "senso comum" precisa ser confirmada com pesquisas.

Por último, é fundamental ver a questão em sua total dimensão, analisando o conjunto de impactos que a promoção de grandes monoculturas florestais de espécies de rápido crescimento pode provocar em outras áreas ambientais e sociais. Certos do fato dessas plantações provocarem impactos no ambiente (solos, água, flora e fauna) e nas comunidades locais, não é aceitável promovê-las com uma finalidade "ambiental" como a de contrabalançar o efeito estufa. A solução deverá vir pelo lado da redução das emissões de CO₂ (derivadas do uso de combustíveis fósseis) e pela proteção das florestas, e não por tentativas de colonização de enormes extensões de terra sem analisar de cabo a rabo as conseqüências.

Nos artigos a seguir, são analisados pormenorizadamente os diversos aspectos a serem considerados a respeito dessa questão.

Alguma coisa está cheirando mal nos sumidouros

Como quase todo mundo sabe, a Terra está esquentando e uma das principais causas da mudança climática é o uso de combustíveis fósseis. No Protocolo de Kioto, os países industrializados – principais responsáveis pela atual situação– assumiram, sob pressão, compromissos mínimos para reduzir suas emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis. No entanto, alguns dos países mais contaminantes estão tentando achar uma forma de se livrar desses compromissos, apelando para potenciais lacunas nesse Protocolo, o que permitiria a eles plantar milhões de hectares com árvores no Sul, em lugar de reduzir suas emissões na fonte.

Em parte para avaliar a legitimidade científica dessa abordagem, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, em inglês) nomeou um painel para elaborar um Relatório Especial sobre Uso do Solo, Mudanças no Uso do Solo e Florestamento. Publicado em maio de 2000, esse relatório desiludiu muitos ativistas, pois conferiu um selo "científico" à aprovação de um mercado de carbono que geraria lucros para um reduzido número de empresas e consultoras –mormente do Norte–, permitiria ao países industrializados continuar liberando carbono na atmosfera, provocaria impactos negativos nas pessoas e no ambiente do Sul, ao passo que não teria utilidade nenhuma para o efeito de desacelerar a mudança climática.

Como pôde o IPCC produzir um relatório dessas características? Por que os cientistas não fizeram bem seu trabalho? Talvez a resposta seja muito complexa, já que envolve pressões de setores de seus próprios pares, a influência política dos Estados Unidos, ambições pessoais e o fato de, das centenas de autores e comentaristas do relatório, somente uns poucos serem cientistas sociais ou pessoas experimentadas na realidade política no nível da base. Porém, um dos motivos que explica a falha do relatório é, infelizmente, muito simples: alguns dos autores (e das empresas para as quais trabalham) vão se beneficiar economicamente das conclusões que eles próprios tiraram. Seguem-se alguns exemplos:

- Sandra Brown, dos Estados Unidos, foi coordenadora e principal autora do Capítulo 5 ("Atividades com base em projetos") e do Resumo para Formuladores de Políticas contido no relatório. A Sra. Brown é oficial de programa da Winrock International, uma ONG sediada em Arlington, Virgínia, que aceita contratos de fontes "públicas e privadas". A Winrock presta serviços técnicos de monitoramento do carbono nas florestas a agências do governo, como a Iniciativa dos Estados Unidos para a Implementação Conjunta, e a um vasto leque de organizações privadas e não-governamentais.

- Pedro Moura Costa, outro importante autor do Capítulo 5, é executivo da empresa britânica Ecorescurities, uma consultora que opera nos Estados Unidos, Brasil, Austrália e Países Baixos. A firma "se especializa na geração de Créditos de Redução das Emissões" e espera receber grandes benefícios através da participação em atividades de florestamento para seqüestro de carbono.

- Gareth Philips, do Reino Unido, também um dos principais autores do Capítulo 5, trabalha para a Societé Générale de Surveillance (SGS) Forestry, de Genebra, que se dedica ao desenho, monitoramento e certificação de projetos florestais para seqüestro de carbono, incluindo quantificação do carbono absorvido. A SGS certifica as Emissões Certificadas Comercializáveis oferecidas pela Costa Rica e espera expandir sua atividade para incluir outras áreas do florestamento, como os sumidouros de carbono. Portanto, quando o Sr. Philips e a SGS alegam que a quantificação dos efeitos climáticos desse tipo de florestamento faz algum sentido, eles estão agindo em seu próprio interesse.

- Richard Tipper, do Reino Unido, também autor do Capítulo 5, faz parte do quadro de funcionários do Edinburgh Centre for Carbon Management (ECCM), com sede em Edimburgo, uma consultora que ganha dinheiro desenhando, avaliando e monitorando esse tipo de projetos. O ECCM trabalha em estreita ligação com a Future Forests, que teve contratos de florestamento para seqüestro de carbono assinados com a Mazda, a Avis, a BT e outras empresas. O pessoal do ECCM também está envolvido num projeto florestal financiado, em parte, pela Federation Internationale de l'Automobile, no México. Localizado em terras altas ocupadas pelos Maias Tojolobal e em terras baixas onde moram comunidades Maias Tzeltal, esse projeto tem por objetivo "neutralizar" 5 mil toneladas de carbono liberadas anualmente pelas corridas de Fórmula 1, pelo valor de 38 mil libras esterlinas por ano.

- Mark Trexler, dos Estados Unidos, revisor e editor do mencionado capítulo, é diretor da Trexler & Associates, uma firma que fez muito dinheiro –e poderia ganhar muitos milhões de dólares mais– com a promoção e monitoramento de projetos de seqüestro de carbono e outros de "mitigação climática".

- Peter Hill, dos Estados Unidos, um dos principais autores do Capítulo 4 ("Atividades extras induzidas pelo homem" - item 3.4), trabalha na Monsanto. A Monsanto tem uma vasta experiência em organismos geneticamente alterados, o que inclui, em potencial, organismos alterados para armazenamento de carbono de forma mais eficiente. Essa empresa é uma das que esperam tirar abundantes lucros a partir das conclusões otimistas a que chega o relatório do IPCC, quanto à utilidade de projetos vinculados ao uso do solo e florestamento para mitigação da mudança climática.

Esses e muitos outros autores e editores do Relatório Especial sobre Uso do Solo, Mudanças no Uso do Solo e Florestamento estão agindo em seu próprio interesse ao tirar conclusões não realistas e injustificadamente otimistas quanto à possibilidade de compensar emissões com árvores. Portanto, eles deveriam ter sido automaticamente excluídos de um painel intergovernamental encarregado de investigar, de forma imparcial, a viabilidade e benefícios desses projetos de "seqüestro de carbono". Considerando a situação, e devido ao evidente conflito de interesses de muitos de seus autores, esse relatório deve ser arquivado, devendo ser promovida a elaboração de um novo relatório livre de toda suspeita de corrupção intelectual. É para valer: alguma coisa está cheirando mal nessa história de sumidouros de carbono. (Boletim do WRM Nº 35, junho de 2000).

Compensando emissões com sumidouros de carbono: uma receita para a fraude

Um dos especialistas que produziram o relatório especial do IPCC –Richard Tipper– responde, no último número da revista *Multinational Monitor*, que "qualquer pessoa poderia dizer que todos os cientistas agem em seu próprio interesse quando participam em painéis desse tipo, já que estão interessados em sua promoção profissional ou em conseguir verba para pesquisas". E acrescenta: "Se você não concorda com alguém, então, deveria ser capaz de apresentar um argumento coerente e não falar horrores da pessoa". Acreditamos que a maior parte dos cientistas não concordaria com o ponto de vista do Sr. Tipper a respeito da participação no painel de especialistas. Também achamos que aqueles que têm interesses no assunto não deveriam aceitar fazer parte desse tipo de painéis, cujas conclusões podem os beneficiar economicamente. Também não deveriam ser convidados a participar neles.

Quanto ao que o Sr. Tipper diz de "falar horrores da pessoa", é importante lembrar que por mais de um ano o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais tem estado divulgando não um mas uma série de "argumentos coerentes" contra as plantações como sumidouros de carbono, coisa que o Sr. Tipper parece ignorar. Basta dar uma olhada a todo o material relevante publicado pelo WRM no sítio Web a respeito da questão. Talvez ele ache que os nossos argumentos não são "científicos" o suficiente como para ser levados em conta. Não obstante, vai ser difícil ele dizer a mesma coisa dos cientistas do International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), com sede em Laxenburg, Áustria.

O IIASA fez um estudo detalhado da biosfera na Rússia, onde se encontra aproximadamente a quinta parte das florestas do mundo. Anunciado em 25 de agosto último com o sugestivo título "O Protocolo de Kioto é praticável?", o relatório todo questiona a idéia de utilizar sumidouros de carbono para "compensar" as emissões de CO2. Anatoly Shvidenko, um dos cientistas que participaram no estudo, fez notar que, conforme estabelecido no Protocolo de Kioto, a Rússia poderia solicitar créditos por melhorar a capacidade de absorção de carbono de sua biosfera, mas que as incertezas nos cálculos desses créditos são enormes e "ultrapassam grandemente as prováveis mudanças no nível das emissões industriais". Em linguagem corriqueira, isso significa que a inclusão das árvores no Protocolo de Kioto é uma receita para a confusão e a fraude.

Sten Nilsson, também pesquisador do IIASA, concluiu que "as incertezas científicas na medição dos movimentos do carbono para e dos ecossistemas são, simplesmente, grandes demais", e que "abrindo a totalidade da biosfera para ações amparadas pelo Protocolo de Kioto, os governos estão fazendo com que essas estimativas sejam inverificáveis". Michel Obersteiner, do IIASA, resumiu a questão, dizendo que o Protocolo é "realmente uma receita para a fraude".

Consultado a respeito do relatório do IIASA, David Victor, um analista estadunidense do Protocolo de Kioto que trabalha no Conselho sobre Relações Exteriores (Council on Foreign Relations), com sede em Nova Iorque, concordou com essas conclusões. "A análise dele é basicamente correta. Em essência, é impossível verificar o cumprimento dos compromissos se entre as metas forem incluídas as florestas", afirmou Victor.

Após ter analisado o relatório do IIASA e opiniões e informação adicional de relevância, o jornalista Fred Pearce, do "New Scientist", chegou à conclusão de que "a mensagem do IIASA é clara. A ciência ainda não tem condição para supervisionar um sistema de metas referidas a gases de efeito estufa incluindo a biosfera. Até que isso aconteça, a única coisa viável para o Protocolo de Kioto é reduzir drasticamente o consumo mundial de combustíveis fósseis". Com isso nós concordamos totalmente. (Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

Mudança climática: a lição de Lião

Em setembro do ano 2000, delegados governamentais do mundo todo reuniram-se em Lião, França, na Reunião Preliminar para a Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança Climática, a ser realizada no próximo mês de novembro em Haia, Holanda.

A única coisa que pode ser dita a favor do encontro de Lião é que os delegados trabalharam com afinco e até altas horas da noite, e que alguns deles –infelizmente, bem poucos– realmente tentaram fazer alguma coisa em relação à mudança climática. Porém, o mais das vezes, o encontro caracterizou-se pela chantagem, as pressões, o marketing, o suborno e o comércio entre as diversas elites ali presentes. A maior parte do tempo, ficaram discutindo sobre questões de dinheiro para programas que, na realidade, pouca ou nenhuma relevância têm para o clima.

Uma das questões sobre as quais mais se falou foi uma coisa chamada de "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (MDL). Através desse esquema, os países industrializados poderiam (entre outras coisas) "compensar" suas emissões, utilizando "sumidouros de carbono" no Sul –como, por exemplo, plantações florestais, florestas e mudanças no uso do solo–, dessa forma conseguindo manter ou, até, incrementar as emissões de combustíveis fósseis, causa primeira da mudança climática. Os diplomatas e tecnocratas ali reunidos não deram a mínima importância aos provados impactos negativos que projetos florestais como os contemplados no MDL já provocaram nas pessoas e no ambiente.

Felizmente, essa falsa "saída" para o clima não foi aprovada até hoje pela Conferência das Partes. No entanto, as negociações preliminares em Lião não dão margem a otimismo. Algumas das delegações que compareceram centraram-se na chantagem ("Não vamos assinar o Protocolo de Kioto, a menos que seja incluído um grande volume de sumidouros de carbono"), acompanhada de pressão aberta ou velada ("Podem discordar das nossas colocações, mas, nesse caso..."). Nesse sentido, os Estados Unidos e o Japão se destacaram. Outras procuraram comercializar a capacidade de seus países como "sumidouros de carbono", em troca de dinheiro. Aí, alguns delegados da América Latina deram a nota. Um terceiro grupo –que incluía muitos dos delegados europeus– tentou mostrar seu compromisso com a redução das emissões assumido em Kioto, mas deixando a porta aberta para projetos florestais a serem aprovados no próximo pacto em Haia. Por sua vez, o reduzido grupo de países totalmente contra a inclusão de sumidouros de carbono no Protocolo de Kioto pouco pôde fazer, afora tentar achar a forma de evitar a pior de todas as propostas apresentadas.

Lamentavelmente, esses foram os pontos em destaque nesse encontro. Quase não foram debatidas questões reais: igualdade de direitos sobre a atmosfera, redução do uso de combustíveis fósseis, em especial, no Norte, fontes de energia alternativas, eficiência e conservação energéticas. Na verdade, se os governos tivessem querido lidar com a mudança climática, eles teriam centrado o debate em como conseguir uma drástica redução das emissões de combustíveis fósseis, através da ativa promoção de fontes de energia limpas, renováveis e de baixo impacto. O Norte e o Sul poderiam ter começado a compartilhar pesquisas e a experiência que ambos possuem no uso de energia de baixo impacto, e teriam considerado mecanismos para garantir a troca efetiva de conhecimento relevante, tecnologia e experiência política, tanto Sul-Norte quanto Norte-Sul. Essas deveriam ter sido as questões centrais em debate no marco do "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo". Porém, os governos ali presentes optaram por uma coisa diferente.

Com o encontro de Lião, a gente aprendeu uma lição: a menos que os povos pressionem seus governos, os negociadores do clima não farão nada para prevenir o iminente desastre climático em escala mundial. Os movimentos populares devem ter a coragem de não acreditar no que a maioria dos tecnocratas do governo, dos centros de pesquisa e, inclusive, das ONGs estão lhes dizendo, isto é, que a mudança climática é uma questão reservada apenas para "especialistas". Eles têm de compreender que essa não é uma questão técnica, mas de poder, e que o cenário em que ela acontece é político, motivo pelo qual todos estamos igualmente habilitados para participar. Devem ter bem claro que no fundo a questão é bem simples e que tem uma solução igualmente simples, que todo mundo pode entender: substituir combustíveis fósseis por fontes de energia alternativas e não prejudiciais para o ambiente. Não se chegará a uma solução para a mudança climática plantando milhões de hectares com pinheiro e eucalipto; isso só trará mais problemas.

Se ficar por conta deles, os delegados oficiais vão levar todo mundo ao desastre. Eles devem ser pressionados –tanto de fora quanto de dentro de suas grandes salas de reunião– para agirem de forma mais sóbria e responsável. Eis a lição de Lião. (Boletim do WRM Nº 38, setembro de 2000).

Quem sai ganhando e quem sai perdendo com os sumidouros?

Reunidos em Lião em setembro do ano em curso, integrantes da Coalizão Global pelas Florestas e de outras ONGs e Organizações de Povos Indígenas elaboraram uma declaração em que explicam os motivos pelos quais são contra a inclusão dos sumidouros de carbono no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Seguem-se alguns desses motivos:

- Os sumidouros não oferecem solução para a mitigação da mudança climática, nem a longo nem a curto prazo. A incapacidade para estimar de forma verificável a capacidade das florestas e outros ecossistemas de "compensar" as emissões industriais de gases de efeito estufa (GEE) faria com que a inclusão de sumidouros no MDL levasse o Protocolo de Kioto ao fracasso.

- A inclusão de sumidouros no MDL outorgaria créditos aos países do Anexo 1 pela conservação, restauração e reabilitação de florestas e pela instalação de plantações de árvores, enquanto os direitos das comunidades indígenas e outras comunidades locais, por séculos habitando e protegendo as florestas, são ignorados.
- A inclusão de sumidouros no MDL como forma de cumprir os compromissos assumidos pelos governos só reforçará as desigualdades internacionais existentes. A crise climática sofrida pelo Planeta é resultado do uso exagerado, por parte das sociedades industriais, da capacidade dos ciclos naturais do carbono, para se apropriar de mais do que justamente lhes corresponde dos recursos do mundo. Esse problema não vai ser resolvido dando a essas sociedades o direito de monopolizar as terras e os mares de outros povos, para os transformar em sumidouros e depósitos de carbono.
- A inclusão de sumidouros no MDL constituirá uma estratégia para a expropriação globalizada de terras, mares e territórios pertencentes às comunidades indígenas e locais, desrespeitando seus direitos básicos.
- A inclusão de sumidouros no MDL fornecerá enormes incentivos, além dos subsídios existentes, para o estabelecimento de plantações monoespecíficas em grande escala, de grande impacto ambiental e social negativo e que respondem exclusivamente aos interesses dos países do Anexo 1 da Convenção sobre Mudança Climática. No mundo todo, essas plantações já são uma verdadeira catástrofe para as comunidades e seu meio ambiente. Além disso, as "plantações de carbono" não gerarão lucro importante para os países onde forem instaladas, criarão obstáculos para seus futuros planos de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, premiarão os países do Anexo 1 com ingentes recursos em forma de créditos de emissão de carbono.
- A inclusão de sumidouros no MDL não tratará as causas subjacentes do desmatamento, como também não criará as condições macroeconômicas necessárias à conservação e restauração das florestas. Essas condições incluem a redução da dívida externa, a adoção de padrões de consumo e produção sustentáveis, a revisão dos Programas de Ajuste Estrutural, a regulação estrita de fluxos de capital privado e a garantia de equidade nas relações entre os países do Norte e do Sul. (Boletim do WRM N° 39, outubro de 2000).

Pesquisa conclui que a plantação de árvores aumentaria o aquecimento global

Pesquisadores do Laboratório Lawrence Livermore possuem evidência de uma relação entre o esfriamento da Terra entre os anos 1000 e 1900 d. C. e um vasto processo de desmatamento. Essa descoberta traz novas complexidades à difícil tarefa de prever a mudança climática e faz duvidar da crença comum de que o plantio de árvores mitigará o "aquecimento global".

Embora os cientistas já soubessem que a cobertura do solo influi na temperatura, as novas descobertas apontam para uma relação entre temperaturas climáticas extremas e uso da terra. "A principal influência do homem no clima é a queima de combustíveis fósseis, que produz gases de efeito estufa", declarou Philip Duffy, pesquisador chefe da equipe de modelagem do clima e ciclo do carbono e clima de laboratório. "Mas, também, a gente desconfiava que as mudanças em grande escala no uso da terra contribuam para a mudança climática".

Vistas de cima, as florestas são mais escuras do que as terras agrícolas, como, por exemplo, um campo de milho ou trigo. As cores escuras tendem a absorver a luz do sol, retendo o calor que esquentam o planeta. Pelo contrário, as cores claras refletem os raios solares novamente no espaço, resultando em temperaturas mais baixas na medida em que a luz do sol é devolvida, se afastando da terra.

Utilizando dados de observações geológicas, incluindo estudos de largura e densidade dos anéis de árvores velhas, os cientistas perceberam faz tempo que a temperatura da terra tinha experimentado uma queda de dois graus Fahrenheit entre os anos 1000 e 1900 d. C. Os pesquisadores do departamento de Ciências Atmosféricas do laboratório formularam a teoria de que a substituição de florestas por lavouras e outras mudanças no uso da terra podem ter contribuído para essa mudança. A fim de testar

essa teoria, os cientistas utilizaram supercomputadores para simular dois cenários possíveis: um modelo de desenvolvimento climático que incluía a agricultura, e um outro modelo nas mesmas condições, mas sem desmatamento. Os testes revelaram diferenças significativas. As regiões que mais esfriaram foram aquelas em que houve desmatamento e forte atividade humana. "Isso atrapalha a vida daqueles que, como eu, tentam prever a mudança climática", declarou Duffy. Segundo a teoria de alguns cientistas, o plantio de árvores evitaria o aquecimento global, já que as árvores absorvem o bióxido de carbono. Porém, as novas descobertas quantificam até que ponto as árvores aprisionam o calor, e sugerem que plantar árvores poderia não ser a forma de esfriar o planeta. (Boletim do WRM Nº 46, maio de 2001).

Efeito estufa: mais plantações ou maior vontade para reduzir as emissões?

Nas negociações internacionais sobre a mudança climática, alguns governos comprometeram-se a reduzir as emissões de carbono de seu próprio país. Essa atitude, muito promissora da perspectiva do meio ambiente quanto à mitigação do efeito estufa, pode chegar a ser também a pior decisão contra o meio ambiente, já que essa redução aconteceria através da promoção de plantações dos chamados "sumidouros de carbono".

Em julho de 2001, as negociações recomeçaram e a questão ainda está sendo debatida, pois cada vez mais governos e empresas, principalmente do Norte, fomentam o plantio de monoculturas florestais – eucalipto, pinheiro e dendezeiro – no Sul como fórmula para "contrapesar" (na realidade, justificar) suas emissões de gases de efeito estufa, em lugar de controlar e reduzir suas próprias emissões.

Essas decisões são tomadas sem considerar os impactos dessas monoculturas nos países e nos povos que moram nas regiões em que são instaladas. No caso das plantações de dendezeiro, as mesmas são promovidas através da imprensa ou de estudos científicos que, aos falsos argumentos de sempre (geração de emprego, contribuição para o desenvolvimento do país), agora acrescentam um outro igualmente falso, porém mais original: elas são uma excelente "máquina" fixadora de bióxido de carbono através da energia solar.

No boletim do WRM, já detalhamos os motivos pelos quais é necessário se opor ao mecanismo dos "sumidouros de carbono". Não obstante, desejamos mostrar algumas das "pérolas" do colar de mentiras com as quais o público desavisado está sendo crescentemente bombardeado, com o duplo objetivo de impor as plantações de dendezeiro e de impor o "remédio" dos sumidouros de carbono como solução para a mudança climática global:

- 1.- As florestas são um reservatório natural de carbono. As plantações de dendezeiro possuem propriedades de fixação do carbono semelhantes às das florestas de terras baixas. ("More Land To Be Needed For Oil-Palm Areas" from the New Straits Times, February 13th, 2001 – Malaysia).
- 2.- Da mesma forma que a seringueira, o dendezeiro é salutar para o meio ambiente. Ele toma bióxido de carbono do ar e devolve oxigênio à atmosfera. Ao mesmo tempo, as plantações de dendezeiro são recursos renováveis para as indústrias de celulose e papel. Esses produtos estarão disponíveis nos 2,8 milhões de hectares de plantações de dendezeiro existentes na Malásia e, portanto, ajudam a reduzir a pressão sobre algumas espécies florestais. ("Sustaining Agricultural Development in Malaysia: Experience in the Plantation Sector" by Dr. Abdul Aziz, Academy of Sciences Malaysia, Director-General of Malaysian Rubber Board and Dr. Yusof Basiron, Academy of Sciences Malaysia, Director-General of Palm Oil Research Institute of Malaysia).
- 3.- As plantações de dendezeiro bem manejadas seqüestram mais carbono por unidade de área do que as florestas tropicais, e prevê-se que as plantações de dendezeiro se tornarão uma parte importante do manejo do seqüestro de carbono no próximo século. ("Oil Palm – The Great Crop of South East Asia: Potential, Nutrition and Management" by Ernst W. Mutert and Thomas H. Fairhurst, Potash &

Phosphate Institute, Paper presented at the IFA Regional Conference for Asia and the Pacific, Kuala Lumpur, Malaysia, 14-17 November 1999).

4.- Como no caso das plantações de seringueira, o plantio de dendezeiro é considerado salutar para o meio ambiente, pois ajuda a fixar o carbono na fase de crescimento da árvore, dessa forma diminuindo o efeito estufa e oferecendo outras vantagens ambientais. A pesquisa mostra que a floresta, durante a fase de crescimento, absorve mais carbono daquele que é liberado na atmosfera, funcionando, assim, como uma espécie de "filtro". Segundo os cientistas, as plantações de dendezeiro e de seringueira possuem esse mesmo perfil. (OMB Group, Oil Palm / Dendê Plantation, Brazil).

5.- O dendezeiro é uma excelente "máquina" fixadora de bióxido de carbono através da energia solar. ("Palm Oil Project – An International Collaboration in Gene Manipulation of Oil Palm for the New Century" by Dr. Hiroshi SANO, Chief Research Scientist, Agricultural Chemicals Laboratory Yokohama, Research Center Mitsubishi Chemical Corporation).

6- Uma plantação pode "seqüestrar" até 15 toneladas de bióxido de carbono da atmosfera por cada hectare plantado, contribuindo, assim, para a mitigação do efeito estufa... trata-se do plantio de uma floresta que está substituindo uma outra. (Jorge Román, gerente de proyectos de Palmeras de los Andes, Revista Gestión Economía y Sociedad, Octubre del 2000, n. 76).

7- ... ao passo que o ministro malaio de Indústrias Primárias interveio alguns meses depois, sustentando que as plantações de dendezeiro de seu país eram de fato "melhores do que os pinheiros das nações desenvolvidas, em termos de absorção de gases de bióxido de carbono". (The Corner House Briefing #15 – "The Dyson Effect: Carbon "Offset" Forestry and the Privatisation of the Atmosphere" – 1999).

8- A Malásia emitiu 144 milhões de toneladas de gases de efeito estufa... quase a metade (68,7 milhões de toneladas) foi absorvida por "sumidouros de carbono" formados por florestas plantadas... sendo que o dendezeiro acabou sendo o maior sumidouro de carbono do país, absorvendo 63% dos 68,7 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, devido às extensas áreas que ocupa. ("Malaysia's CO2 emissions among lowest", Malaysia Daily Express, November 27, 2000). (Boletim do WRM Nº 47, junho de 2001).

Seqüestro de carbono: um dilema para os habitantes da floresta

Nos debates mundiais sobre o papel das florestas e das plantações nas negociações sobre o clima, foi dada bem pouca atenção à opinião dos cerca de 300 milhões de pessoas que compõem os povos das florestas. Esses povos, historicamente marginalizados e cujos direitos têm sido desrespeitados por tanto tempo, hoje estão exigindo que suas opiniões sejam ouvidas e que sejam respeitados como legítimos proprietários das florestas que habitam. Embora os cientistas ainda não saibam ao certo se florestas e plantações agem ou não como depósitos ou sumidouros de carbono a longo prazo, os políticos já estão discutindo se as florestas devem ou não ser consideradas mercadorias no comércio mundial de carbono. Alguns países como os Estados Unidos, para os quais é difícil reduzir as emissões, vêm com entusiasmo a idéia de pagar para que empresas ou países do Sul "criem" sumidouros de carbono, de modo que as economias não sustentáveis do Norte possam continuar poluindo. E algumas pessoas no Sul estão desejosas de auferir vantagens e não fazer perguntas difíceis.

Caso as florestas entrem a fazer parte do mercado mundial de carbono, existem riscos certos e também algumas possíveis vantagens para os povos que as habitam. O perigo mais óbvio é que os poderosos interesses do Norte industrial e os dos setores de energia e florestal no Sul venham a definir o futuro das florestas, impedindo, mais uma vez, que os povos das florestas tomem decisões efetivas quanto a seu próprio futuro. Da mesma forma, os lucrativos negócios entre emissores de carbono e depositários de carbono promoverão fortes incentivos para as grandes empresas, para elas se apropriarem das terras comunitárias e, assim, estabelecer plantações. Por outro lado, é possível perceber que o valor das florestas em pé como depósitos de carbono poderia fazer fluir fundos com que pagar aos conservacionistas e aos povos das florestas para que tomem conta delas e as protejam, evitando a

destruição. Ao avaliar os prós e os contras, os povos das florestas chegaram a diferentes conclusões sobre o que deve ser exigido nas negociações mundiais.

Todos concordam em que os povos indígenas e demais habitantes da floresta devem ter participação central nas negociações sobre o clima, e não ficar à margem como simples observadores. No entanto, na hora de decidir se devem ou não aceitar a inclusão das florestas no "Mecanismo de Desenvolvimento Limpo" (MDL), mostram-se divididos. Numa forte declaração, realizada no sexto encontro das negociações sobre o clima, em Haia, no ano 2000, os porta-vozes indígenas de 22 países, representando 28 culturas diferentes, rejeitaram a inclusão das florestas no MDL e pediram a criação de um fundo a ser utilizado pelos povos indígenas no combate aos impactos da mudança climática. "Nossa relação intrínseca com a Terra Mãe nos obriga a sermos contra a inclusão de sumidouros no MDL, pois reduz nossas terras sagradas e nossos territórios ao simples seqüestro de carbono, e isso vai de encontro à nossa cosmovisão e à nossa filosofia de vida. Incluir os sumidouros no MDL constituiria uma estratégia para a expropriação de nossas terras e territórios no nível mundial e violaria nossos direitos fundamentais, e acabaria sendo uma nova forma de colonialismo. Incluir os sumidouros no MDL não ajudaria a reduzir as emissões de gases de efeito estufa; pelo contrário, seria como dar aos países industrializados um argumento para evitar a redução das emissões na fonte".

Porém, outros povos das florestas manifestaram uma opinião diferente. É o caso em particular de povos do Brasil que estão trabalhando com a ONG estadunidense Environmental Defense, propulsora do comércio do carbono. "Nossos povos têm propostas e projetos para a proteção das florestas e a vida do nosso pessoal. A gente necessita de meios para os expandir e multiplicar. O MDL não deve excluir as florestas e não deve excluir nossos povos. Apoiamos a inclusão no MDL da proteção das florestas, do manejo florestal com base na comunidade, da produção sustentável e de alternativas econômicas para os povos indígenas e tradicionais". Em junho deste ano, representantes das organizações brasileiras e da Environmental Defense percorreram a Europa para explicar sua posição. Os encontros revelaram a necessidade de aprofundar o debate sobre as conseqüências do MDL para os povos das florestas. (Por: Marcus Colchester, Boletim do WRM Nº 48, julho de 2001).

A inclusão dos sumidouros malogrou o Protocolo de Kioto

A notícia percorreu o mundo inteiro: O Protocolo de Kioto foi salvo! Embora formalmente essa informação seja certa, ela esconde o fato disso não significar que o clima do planeta foi salvo, que é o que importa. Pelo contrário, do jeito que as coisas estão hoje, e porquanto não resolve o problema que pretende solucionar, o Protocolo de Kioto imporá novos impactos às populações locais, através da implementação de projetos de sumidouros de carbono.

Embora previsível, é triste ter de confirmar que a reunião da Convenção sobre Mudança Climática, em Bonn, centrou-se mais nos "sumidouros" para gases de efeito estufa do que nas "fontes" dos mesmos. Quer dizer, em lugar de procurar a forma de reduzir o uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), causa primeira do efeito estufa, os negociadores do clima centraram-se em mecanismos para evitar os compromissos de redução das emissões resultantes da queima de combustíveis fósseis.

Essa reunião aconteceu num contexto em que os Estados Unidos, responsáveis por 25% de todas as emissões de gases de efeito estufa do mundo, declararam publicamente que não cumpririam os compromissos assumidos em Kioto em 1997. Esse contexto facilitou a pressão do Japão, um dos países mais contaminantes, cuja intervenção foi decisiva para alcançar um acordo que "salvou" o Protocolo. A solução para "salvá-lo" consistiu na inclusão das plantações de árvores como sumidouros de carbono.

Os negociadores do clima preferiram ignorar o crescente número de estudos científicos que questionam a capacidade das plantações de árvores como solução a longo prazo para a mudança

climática. Da mesma forma, eles resolveram ignorar que esse mecanismo trará, de fato, um aumento líquido das emissões de combustíveis fósseis no Norte. E também optaram por ignorar os impactos das plantações de árvores em grande escala nos povos e no meio ambiente.

Portanto, agora os contaminadores vão ter autorização para poluir, com o argumento de estarem implementando projetos de plantações que vão agir como "sumidouros" de suas emissões. A menos que a oposição local impeça eles de fazer isso, a maior parte dessas plantações será instalada no Sul, onde as árvores crescem bem mais rápido, sendo assim mais "eficiente" o seqüestro de carbono. Além disso, as plantações vão custar bem menos do que se forem instaladas em países industrializados, onde a mão-de-obra e a terra são mais caras, e vão receber todo o apoio necessário, incluindo repressão contra a população local por parte de governos do Sul desesperados para aceitar qualquer investimento que deixe um pouco de dinheiro, mesmo que seja bem pouco, no país.

Para compreender a ameaça que isso representa para os povos, os solos, a água e a biodiversidade, é necessário perceber que essa "solução" –para ela teoricamente fazer sentido do ponto de vista climático– pode resultar em centenas de milhões de hectares de terras férteis convertidos em plantações em grande escala de espécies de árvores de rápido crescimento, como, por exemplo, o eucalipto. No sul, essas terras já estão ocupadas por povos que dependem delas para seu sustento. Portanto, as terras desses povos estão sendo ameaçadas de expropriação para o estabelecimento de plantações. As áreas a serem invadidas por essas lixeiras de carbono abrigam boa parte da biodiversidade do mundo, sendo que grande parte dela poderia ser eliminada pelo plantio de monoculturas em grande escala. Além disso, essas monoculturas esgotariam os recursos hídricos e provocariam drásticas alterações nos solos onde vão ser plantadas.

Em suma, com a decisão de incluir as plantações como sumidouros de carbono, não só não foi resolvido o problema que requeria solução, ou seja, a mudança climática, mas, também, surgiram novos problemas para milhões de pessoas que agora vão ter de enfrentar a expropriação de suas terras e recursos para a conversão em lixeiras de carbono. O preço para "salvar" o processo foi caro demais. Agora, cabe às pessoas e organizações preocupadas de verdade com o futuro da Terra impedir a implementação dessa falsa solução e forçar os governos a tratar com seriedade a questão da mudança climática global. (Boletim do WRM N° 48, julho de 2001).

Sinks Watch: uma iniciativa não governamental para fazer o seguimento de projetos de plantações de árvores como sumidouros de carbono

Ao tempo em que os governos da 7ª. Conferência das partes da Convenção de Mudança Climática (COP7) realizada em Marrakech em 2001, acordavam os últimos pontos da decisão que transformava os sumidouros de carbono em elegíveis para créditos conforme o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kioto, um grupo de ONGs formava a SinkWatch, uma iniciativa para o seguimento e controle de projetos de sumidouros de carbono relacionados com o Protocolo de Kioto.

A Sinks Watch é uma iniciativa do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), dirigida pelo Departamento de Apoio do Norte do WRM e organizada por FERN. O objetivo da Sinks Watch é realizar o seguimento e controle dos projetos de seqüestro de carbono relacionados com o Protocolo de Kioto, bem como criar consciência a respeito da ameaça que eles representam para as florestas e outros ecossistemas, para os povos das florestas e também para o clima. A Sinks Watch focaliza sua ação nos projetos de sumidouros baseados nas plantações de árvores, especialmente nas áreas em disputa pelo uso e posse da terra.

A Sinks Watch reconhece a existência de vínculos importantes entre as florestas e a mudança climática e defende a necessidade da abordagem desses vínculos de forma a salientar a importância das florestas na sua adaptação à mudança climática e na proteção contra os impactos de ocorrências climáticas

extremas, sem justificar a liberação contínua, adicional e permanente do carbono proveniente do consumo de combustíveis fósseis.

Por que esta iniciativa?

A inclusão dos projetos de sumidouros de carbono no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto permitirá a liberação contínua e permanente de carbono de combustíveis fósseis em troca do armazenamento temporário de carbono nas árvores. Os créditos gerados pelos sumidouros aumentam, desta forma, a quantidade de carbono na reserva ativa de carbono, e somente transferem às próximas gerações a necessidade urgente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

A Sinks Watch realizará o seguimento dos projetos sumidouros de carbono, exporá as desvantagens de sua inclusão no esquema de cálculos do Protocolo de Kioto e criará consciência a respeito das consequências, caso sejam ignoradas as diferenças cruciais entre o carbono armazenado nos combustíveis fósseis e o armazenado nas árvores:

O carbono contido nos combustíveis fósseis não tem quase interação com o carbono da atmosfera. Está bloqueado com "segurança" fora da reserva ativa de carbono; o carbono fica armazenado permanentemente nos combustíveis fósseis. A forma principal de ingresso de carbono de combustíveis fósseis à atmosfera ocorre quando os homens decidem extrair e queimar combustíveis fósseis. Não existe um fluxo inverso em direção à reserva de carbono dos combustíveis fósseis, ao menos na escala temporal das discussões do Protocolo de Kioto.

O carbono armazenado nas árvores, florestas e outros ecossistemas está em constante intercâmbio com o carbono da atmosfera. Constitui parte da reserva ativa de carbono e é liberado frequentemente à atmosfera através de incêndios, pragas de insetos, decomposição e respiração dos vegetais, assim como através do desflorestamento e o desmatamento com fins agrícolas. Portanto, a armazenagem de carbono nas árvores é somente temporária.

Conforme o esquema de cálculos do Protocolo de Kioto, por cada tonelada de carbono armazenada em uma árvore, uma outra tonelada de carbono de combustíveis fósseis pode ser liberada à atmosfera. O conceito subjacente de que "o carbono é sempre carbono" ignora as diferentes interações destas reservas de carbono com a atmosfera, uma diferença essencial em relação à mudança climática. O resultado é que para cada crédito de sumidouros de carbono emitido segundo o MDL, há um aumento na reserva de carbono ativo (essa mesma reserva determinante no clima global), mesmo quando por certo tempo o aumento geral não fique evidente, porque o carbono está temporariamente armazenado em uma árvore.

Por que focalizarmos as plantações?

Além das falhas decorrentes dos créditos por sumidouros de carbono, o Protocolo de Kioto proporciona também os incentivos errados. A atenção está voltada para o sequestro de carbono, em lugar de focalizar os reservatórios de carbono: quanto mais rápido crescer uma árvore, maior será o número de créditos obtidos. Isto leva ao incentivo das plantações em grande escala. Existem já exemplos evidentes destes incentivos nocivos; o exemplo mais patente é o Projeto Plantar do Brasil. Os impactos sociais e ambientais negativos das plantações de árvores em grande escala encontram-se bem documentados. Ditas plantações costumam gerar miséria, aumentam as desigualdades, podem afetar a segurança alimentária, esgotam as reservas de água e os recursos do solo e reduzem drasticamente a diversidade biológica, por mencionar somente os impactos mais evidentes. Além do mais, resultam muito vulneráveis aos incêndios e as pragas de insetos, o que desequilibra ainda mais a sua função, já pouco segura, para armazenar carbono.

A Sinks Watch acredita que a plantação de árvores com a finalidade de obter créditos, bem como o sistema de cálculos de carbono do Protocolo de Kioto, não atacarão as raízes profundas da crise global das florestas. Pelo contrário, com os créditos de sumidouros de carbono corre-se o risco de agravar tanto a crise mundial das florestas, quanto a mudança climática. A Sinks Watch, então, realizará o controle dos projetos que visem a aquisição de créditos sob os mecanismos flexíveis do Protocolo de Kioto, especialmente o MDL. A Sinks Watch pretende funcionar como centro de difusão de informações a respeito dos projetos de sumidouros de carbono relacionados com o Protocolo de Kioto e facilitar a coordenação entre aqueles que forem afetados pelos projetos de sumidouros do MDL. Em breve, estará on-line uma página web (www.sinkswatch.org), com informações mais detalhadas dos projetos atuais de sumidouros e as falhas decorrentes dos sumidouros de carbono. A Sinks Watch regularmente proporciona atualizações às ONGs que trabalham em assuntos relacionados com as florestas e propõe-se a dar apoio a grupos e organizações afetadas pelos projetos de sumidouros de carbono para que possam defrontar esses projetos de forma efetiva. (Boletim do WRM N° 67, fevereiro 2003).

PROCESSOS E ATORES INTERNACIONAIS

As plantações não "acontecem": são promovidas. Embora sejam muitos os processos e atores internacionais que atuam nesse cenário, é importante destacar o papel central da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) nessa matéria. Esse órgão foi quem definiu oficialmente as plantações como florestas. Embora a sua definição de floresta não resista a menor análise crítica, a mesma foi aceita mundialmente como a revelação de uma verdade. As plantações são florestas, diz a FAO. Amém.

Mas a FAO não se limitou a esse papel. Também foi o órgão que preparou o terreno para a promoção de monoculturas florestais em nível mundial, como um dos componentes de sua "Revolução Verde" que, sob a palavra de ordem de acabar com a fome, acabou com o ambiente e os meios de sustento de pequenos agricultores no mundo todo. Em matéria florestal, a FAO promoveu ativamente, através de estudos e missões de consultoria, o plantio de monoculturas de árvores em grande escala, primeiro de eucalipto e, depois, de outras espécies como, por exemplo, pinheiro e acácia.

Porém, a FAO não age sozinha. As plantações também são promovidas por órgãos multilaterais de crédito, como o Banco Mundial e os bancos regionais (Africano, Asiático e Interamericano), por processos internacionais, como o Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, a Organização Internacional para Madeiras Tropicais, a Convenção sobre Mudança Climática, as agências de promoção das exportações do Norte, as consultoras em silvicultura e em comércio de bônus de carbono e, até, por processos de certificação florestal como o Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council).

Além disso, por trás deles todos, estão aqueles que realmente se beneficiam das plantações: as grandes empresas transnacionais da madeira, celulose e papel; as também grandes empresas que industrializam o azeite-de-dendê, transformando a matéria-prima num variado conjunto de produtos que vão de alimentos até cosméticos; as grandes empresas responsáveis por vultosas emissões de gases de efeito estufa (lideradas pelas petroleiras), que procuram "compensar" suas emissões com plantações de árvores. E todas elas emolduradas por um modelo de produção insustentável, voltado para a satisfação de um consumo exagerado e insustentável no Norte, a expensas da sociedade e do ambiente no Sul.

Nesta seção, registramos alguns exemplos de alguns desses atores e sua função na promoção desse modelo florestal.

Vocês acreditam em florestas plantadas?

Vocês assistiram ao filme "Os caça-fantasmas"? Graças à magia do cinema, essa história tola, talvez, filha do cérebro de um rapaz supersticioso, chegou à tela grande. Muitas crianças e alguns adultos, talvez, até tenham achado por um momento que os fantasmas existem. Isso é muito parecido com o que aconteceu na Nova Zelândia, na "Reunião de Expertos sobre Florestas Plantadas".

Para muitos de nós, isso, simplesmente, é absurdo: as florestas plantadas não existem. Mas isso é motivo para não ter medo?

- Bom, não sei o que vi, mas tive medo!

Essa é uma resposta muito comum entre os mortais, quando se deparam com um fantasma no meio de um lugar desolado, como um antigo cemitério indígena invadido pela "civilização", ou coisa parecida.

- "É lógico que tenho medo; na nossa cultura, isso não existe!" Isso é muito parecido com o que sentiu um colega indígena, quando escutou algumas das intervenções na Reunião de Expertos. "Sei lá o que é uma 'floresta plantada', mas parece uma coisa espantosa!", acrescentou.

Eu também achei medonho, muito embora, devido à minha bagagem cultural, educação e formação ocidentais, eu deveria estar preparado para compreender esse conceito. Com a maior objetividade possível, fiz um esforço para colocá-la neste mundo como floresta. Mas quanto mais eu tentava, mais achava que era uma plantação, no sentido mais estrito do termo, comparável às práticas agrícolas mais convencionais, e com todo o potencial de destruição decorrente de sua natureza especulativa.

- "Mas, Miguel, você precisa de se abrir", disse a voz conciliadora de um amigo que trabalha numa organização internacional. "Se você chamar ela de plantação, os donos não vão melhorar as práticas e não vão tentar certificá-la!", se queixou.

Seja como for, não levei muito a sério as palavras dele, pois ouvi os executivos das empresas plantadoras dizer que não tiveram de mudar suas práticas habituais para conseguir o certificado do FSC.

Mas a verdade é que os fantasmas não são tão terríveis quanto as monoculturas de árvores em grande escala. É possível enfrentar os fantasmas no nível da imaginação, mas as plantações são reais e se espalham como praga, substituindo florestas, cerrados, pradarias, banhados, desertos e muitos outros ambientes valiosos. Em muitos casos, elas se expandem a expensas dos meios de vida das pessoas. Isso, sim, é medonho!

- "Então, meu amigo, você acha que as plantações são tão ruins quanto um bando de soldados ocidentais de gatilho fácil, prontos para disparar alegremente contra tudo aquilo que estiver em movimento?", perguntou um participante do Oriente Médio.

Não, é lógico que não. As plantações não atiram contra a gente, elas são menos sanguinárias. Mas, hoje, elas também são plantadas para poder continuar queimando petróleo!

Felizmente, a reunião pelo menos reconheceu que as plantações têm aspectos negativos. No entanto, eles insistiram em demonstrar o inverossímil: que as plantações, de modo geral, fazem parte de um vasto leque de florestas. Justamente, isso é o que nós chamamos de fragmentação, perturbação e mudança no uso da terra!

- "Pois é, tudo se reduz a uma questão de definição", disse-me um experto. "Veja, se aplicarmos a definição da FAO, como todo mundo deveria fazer, expandiríamos à beça a cobertura florestal!"

- "Esse, justamente, é o problema. A gente está falando de coisas diferentes", respondi. "Os fantasmas que a gente vê não são apenas produto da imaginação, e, na sua, uma plantação é uma floresta. Você não deveria permitir que a sua imaginação lhe impeça de ver a realidade".

Apesar de tudo, alguns expertos fizeram algumas concessões, reconhecendo que as monoculturas de árvores em grande escala são bastante diferentes das pequenas lavouras de espécies mistas plantadas pelas comunidades, e bem mais diferentes das florestas. Mas a crença prevalecente entre os expertos é que, pelo fato de as árvores serem os indivíduos dominantes tanto na floresta quanto na plantação, ambas as duas são florestas e que a definição é apenas uma questão de semântica.

Mas quando o que interessa são subsídios e verba pública, o assunto não parece ser apenas uma questão de semântica. Nesse momento, as empresas confrontam as chances de plantarem grandes extensões com monoculturas com as chances de estabelecerem sistemas comparáveis às florestas

locais originais. Quase sempre o resultado é a favor das monoculturas, grandes e fáceis de serem plantadas, já que a única razão de ser das empresas é o lucro.

Um outro conceito fantasmagórico surgido em algumas das exposições, e que ficou suspenso no ar na reunião toda, foi que sustentabilidade significa consumo crescente e eterno. Certamente, é preciso acreditar em fantasmas para engolir isso, particularmente, quando se sabe que pelo menos metade do consumo de papel tem por destino a publicidade enviada pelo correio e o empacotamento, e que mais de 75% do desmatamento global é resultado da conversão de florestas em plantações de todo tipo.

Finalmente, depois do último susto, *Quem nós vamos chamar? Os caça-plantações*, como no filme? Mas acontece que isso não é um filme, é a vida real, e não é possível conseguir um aspirador de pó gigante, para nos vermos livres das plantações de monoculturas em grande escala.

Ninguém nega o atual déficit de árvores e o processo de desmatamento quase criminoso destinado a alimentar um consumo exagerado. Mas, como demonstra a história toda do desmatamento, me recuso a aceitar que o simples plantio de enormes e sempre crescentes áreas com monoculturas vá deter o desmatamento nem trazer justiça para os povos da floresta.

As soluções para combater o desmatamento deveriam começar pelo reconhecimento do papel real das florestas no surgimento de vida no planeta e pelo respeito pelos direitos dos povos que habitam as florestas. Mas eu sei que, para algumas pessoas, isso é bem mais arrepiante do que qualquer fantasma. (Por: Miguel Lovera, Boletim do WRM N° 69, abril 2003).

A questão das plantações na agenda do FPIRS, do Banco Mundial

O Banco Mundial não é uma estrutura monolítica, e muitos dos seus funcionários são cada vez mais conscientes dos impactos provocados pelas monoculturas florestais em grande escala nas pessoas e no ambiente. No entanto, há sinais de que, nas altas hierarquias do Banco, existiria a vontade de promover essas plantações, quer como sumidouros de carbono, quer como fornecedoras de matéria-prima para as indústrias do papel, da madeira e do azeite-de-dendê.

As consultas regionais que o Banco está organizando, no marco do processo de Revisão da Implementação da Política Florestal e Desenvolvimento de uma Estratégia (FPIRS, em inglês), são uma boa oportunidade para colocar em cena essa questão e para fornecer ao Banco mais informação e análise, o que poderia resultar no fortalecimento da posição daqueles funcionários críticos em relação às plantações. Os estudos de país realizados pelo Departamento de Avaliação das Operações (DAO), do próprio Banco, contêm informação útil a respeito dos impactos das plantações, devendo, porém, sublinhar que essa informação –estranhamente– foi omitida no relatório principal do DAO.

As consultas regionais também podem ser uma oportunidade para destacar que a promoção de monoculturas de árvores em grande escala vai de encontro a pelo menos duas questões que o Banco tem a obrigação de tratar: o alívio da pobreza e a conservação da biodiversidade. A substituição de florestas por plantações – uma prática comum nos trópicos – traz como conseqüência um maior empobrecimento daqueles que habitam ou dependem das florestas e, portanto, o apoio do Banco a esses projetos constitui uma evidente violação de seu mandato. Por outro lado, existem abundantes provas das plantações florestais em grande escala estarem gerando bem poucos postos de trabalho, além disso, mal remunerados e temporários, motivo pelo qual não constituem uma solução para o alívio da pobreza.

O Banco é uma das agências implementadoras do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, em inglês), uma de cujas áreas temáticas é a conservação da biodiversidade. A substituição de florestas biodiversas e ecossistemas de pradaria por monoculturas de árvores resulta em enormes impactos na

flora e na fauna e contradiz a conservação da diversidade biológica que o Banco tem a obrigação de proteger.

Cabe ressaltar que existem muitos tipos diferentes de plantação de árvores e que muitas delas até podem ser benéficas para as pessoas e o ambiente. As consultas regionais podem ser um ponto de partida para fornecer aos funcionários do Banco informação sobre esses tipos de plantação e sobre quais deveriam ser as condições para as plantações poderem ser consideradas benéficas.

Em síntese, o processo FPIRS é uma excelente oportunidade para debater a questão das plantações, bem como para tentar que os funcionários do Banco tomem consciência dos impactos provocados pelo modelo florestal dominante e das numerosas lutas que o Banco terá desencadeado, caso ele decida apoiar uma maior expansão das monoculturas florestais em grande escala. (Boletim N° 32 do WRM, março de 2000).

Para o FSC, as plantações são florestas

Um dos principais problemas enfrentados por aqueles que lutam contra as plantações de árvores em grande escala é a confusão (gerada pela FAO) entre florestas e plantações (classificadas como florestas "naturais" e florestas "plantadas"). A definição do Conselho de Manejo Florestal (FSC, em inglês) só faz aumentar essa confusão, pois afirma que as plantações são florestas: "Plantação: áreas florestais carentes das principais características e dos elementos-chave dos ecossistemas naturais, como resultado do plantio ou de tratamentos silviculturais". Chamando as plantações de "áreas florestais", essa definição permite ao FSC incluir as plantações em sua relação de "florestas certificadas".

A definição do FSC pode até servir para definir as florestas manejadas do Norte, onde a floresta original foi simplificada de um jeito que se tornou mais semelhante a uma plantação do que a uma floresta. Porém, ela não tem utilidade nenhuma para as pessoas que lutam no Brasil, na Indonésia, na África do Sul, na Tailândia e em muitos outros países contra as monoculturas em grande escala de espécies exóticas, como, por exemplo, o pinheiro e o eucalipto. Essas plantações não são florestas: são culturas de árvores.

Apesar de toda a publicidade de que "as plantações ajudam a aliviar a pressão sobre as florestas", a experiência já demonstrou que as plantações não só não mitigam a pressão sobre as florestas, mas, pelo contrário, constituem uma importante causa direta e indireta de desmatamento. Além disso, elas causam muitos outros problemas ambientais e sociais.

Aquilo que os florestais chamam de "florestamento" –a instalação do que denominam "florestas" onde não existiam antes– geralmente resulta em destruição ambiental, toda vez que os ecossistemas locais são substituídos por monoculturas uniformes de árvores. Apesar da preocupação do FSC com a proteção das florestas, esse tipo de degradação ambiental não foi devidamente considerado quando a organização formulou seus princípios e critérios. Talvez, isso ajude a explicar as contradições da certificação em países como a África do Sul, com seu predominante ecossistema de pradarias (veja o artigo abaixo).

O FSC foi criado para proteger as florestas do mundo e as pessoas que nelas moram contra a prática destrutiva de derrubada, através da promoção do uso sustentável das florestas. As plantações em grande escala de monoculturas de árvores bem pouco têm em comum com as florestas e resultam em graves problemas ambientais e sociais. Por conseguinte, instamos o FSC a excluir esse tipo de plantação de seu mandato. (Boletim Especial do WRM sobre o FSC, fevereiro de 2001).

Comentários sobre o princípio do FSC relativo a plantações

Para começar, cabe lembrar que, para que uma empresa plantadora receba a certificação do FSC, ela deve satisfazer todos os princípios do FSC e não apenas o princípio 10 referido especificamente a plantações. Esclarecido esse ponto, nos centraremos no princípio 10, o qual, em sua versão atual, ao que parece, possibilita a certificação de plantações industriais insustentáveis –em particular, no Sul–, apesar dos impactos sociais e ambientais negativos que provocam. Seguem-se comentários sobre os diversos critérios incluídos no princípio 10.

"As plantações florestais devem ser planejadas de acordo com os princípios de 1 a 9, o Princípio 10 e seus Critérios. Considerando que as plantações podem proporcionar um leque de benefícios sociais e econômicos e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem completar o manejo, reduzir as pressões e promover a restauração e conservação das florestas naturais"*.

No Sul, há provas de que todos esses supostos benefícios, na prática, são inatingíveis:

- As monoculturas industriais em grande escala só proporcionam "um leque de benefícios sociais e econômicos" para os ricos.
- No contexto do Sul, qual o significado delas poderem "contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais"? As plantações fornecem apenas dois produtos florestais: madeira para serrar e madeira para celulose. Esses dois produtos –em especial, o segundo– têm por fim satisfazer o consumo exagerado dos países do Norte e das elites do Sul. Portanto, o beneficiário não é "o mundo", mas o mundo rico. Todos os outros produtos fornecidos por uma floresta de verdade (alimento, forragem, água, remédios, moradia, lenha, etc.), para satisfação das necessidades das comunidades locais, quase não existem nas plantações e, portanto, o mundo local não se beneficia delas.
- Na maioria dos casos, as plantações resultam na destruição de florestas nativas ou outros ecossistemas nativos, como as pradarias, e não contribuem para "completar o manejo, reduzir as pressões e promover a restauração e conservação das florestas naturais". O fato de, apesar disso, o princípio apenas estabelecer que as plantações "deveriam" (e não que deverão) promover a conservação é revelador de seu desligamento da realidade.

"Princípio 10.1. Os objetivos do manejo de plantações, incluindo os objetivos de conservação e restauração da floresta natural, deverão estar explícitos no plano de manejo e claramente demonstrados na implementação do plano".

- Os objetivos do manejo de plantações industriais sempre são consignados de forma explícita: a produção de grandes volumes de madeira no menor tempo possível. Com frequência, as grandes empresas plantadoras incluem em seus planos objetivos de restauração e conservação de florestas naturais, mas isso é feito mais como um exercício de relações públicas do que como um autêntico objetivo do manejo.

"10.2. O desenho e a disposição física das plantações devem promover a proteção, a restauração e a conservação de florestas naturais, e não aumentar as crescentes pressões sobre as mesmas. Corredores para preservação da vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e período de rotação deverão ser considerados no traçado da plantação, consistentes com a escala de operação. A escala e a disposição dos talhões dos plantios deverão ser conformes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural".

- Não existe relação positiva entre plantação industrial e conservação de florestas. Em regra, a madeira produzida numa plantação industrial não substitui a madeira extraída de talhões naturais: a primeira destina-se basicamente para a produção de celulose e papel, ao passo que a segunda vai para a indústria madeireira, que requer madeira de alta qualidade.

- Há uma série de relações negativas que faz com que as plantações em grande escala, na realidade, promovam o desmatamento. Em primeiro lugar, nos trópicos, a maior parte das plantações substitui florestas primárias ou secundárias derrubadas e/ou queimadas antes de se fazer a plantação. Em segundo lugar, as pessoas deslocadas de suas terras vêm-se forçadas a desmatar novas áreas de floresta para poder sobreviver. Em terceiro lugar, não raro o anúncio de que vão ser instaladas plantações numa área determinada acaba resultando em desmatamento por parte de especuladores locais, para, depois, poder vender a terra às empresas plantadoras. Além disso, a abertura de trilhas nas plantações possibilita o ingresso de agentes de desmatamento em novas áreas florestais. Os incêndios originados nas plantações também podem se propagar por florestas próximas. Portanto, as plantações em grande escala costumam ser causa, tanto direta quanto indireta, de desmatamento.

- Pressionada, a maior parte das empresas plantadoras é capaz de pelo menos estabelecer, como gesto simbólico, "corredores para preservação da vida silvestre, matas ciliares e um mosaico de talhões de diferentes idades e período de rotação". No entanto, isso não significa que os ecossistemas locais (florestas, pradarias, áreas alagadas, etc.) não vão sofrer impactos, pois, em geral, não haverá uma mas várias empresas ocupando uma área. Corredores de vida silvestre isolados em um mar de eucalipto e pinheiro não terão muita utilidade para a preservação da vida silvestre. A mesma coisa pode ser dita quanto à preservação do leito dos rios. O impacto dessas plantações na água deve ser encarado no nível da bacia, e não no nível de uma plantação em particular. O impacto provocado por grandes massas de árvores de rápido crescimento numa área determinada já trouxe como consequência a perda de cursos de água e mudanças profundas no ciclo da água. Finalmente, quase todas as empresas fazem suas plantações de um jeito que mais ou menos poderia ser interpretado como "mosaicos" de talhões de diferentes idades e períodos de rotação. Entretanto, isso sozinho não tem significado nenhum no que diz respeito aos impactos na água, nos solos, na flora e na fauna. Certamente, nos chamados "mosaicos", o tamanho de cada "peça" vai ser maior do que numa floresta, pois o mesmo é definido pela necessidade comercial de fazer uma colheita anual, e não a partir de um critério ecológico.

- O que significa que "a escala e a disposição dos talhões dos plantios deverão ser conformes com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural"? O que acontece no caso do Uruguai, da Argentina e da África do Sul, onde plantações são instaladas em pradarias? Plantações desse tipo já foram certificadas nesses três países. Será que isso pode ser interpretado como que os ecossistemas de pradaria têm escassa relevância para o FSC? Em todo caso, como pode uma plantação de eucalipto ou pinheiro "ser conforme com os padrões da floresta natural da região encontrados na paisagem natural"?

"10.3. É preferível a diversidade na composição das plantações a fim de intensificar a estabilidade econômica, ecológica e social. Esta diversidade pode incluir o tamanho e a distribuição espacial das unidades de manejo na paisagem natural, o número e a composição genética das espécies, as classes de idade e as estruturas".

- Essa cláusula é tão vaga que poderia ser cumprida simplesmente plantando duas espécies de eucalipto numa enorme plantação industrial, em vez de uma só, e plantando duas áreas diferentes em apenas um par de anos de diferença, em lugar de plantar todas as árvores ao mesmo tempo. De fato, a maior parte das plantações industriais já está cumprindo a letra desse princípio, simplesmente porque fazê-lo garante a estabilidade econômica (maior proteção contra predadores específicos). No entanto, medidas insuficientes como essas não são capazes de intensificar, de forma considerável, nem a estabilidade ecológica nem a social (embora a proteção contra pragas, através de um certo nível de diversidade, possa proteger o emprego dos trabalhadores da plantação, os quais, de outra forma, poderiam perder seus empregos, caso a plantação fosse dizimada por insetos ou fungos). Mas até esse apelo para um mínimo de diversidade não é obrigatório, mas simplesmente "preferível".

"10.4. A seleção das espécies para plantação de árvores deve estar baseada [na] total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo. Visando garantir a

conservação da diversidade biológica, as espécies nativas são preferíveis às exóticas no estabelecimento de plantações e na recomposição de ecossistemas degradados. As espécies exóticas, que deverão ser usadas apenas quando o seu desempenho for melhor do que o das espécies nativas, deverão ser cuidadosamente monitoradas para detectar taxas anormais de mortalidade, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos".

- Visto que a seleção "deve estar baseada [na] total adequação das espécies ao local e sua conformidade aos objetivos do plano de manejo" (a produção de grandes volumes de matéria-prima homogênea para a indústria), esse critério deixa a porta totalmente aberta para as plantações de árvores exóticas de rápido crescimento. Mais uma vez, as espécies nativas são "preferíveis", e não "requeridas"; e se o "desempenho" é medido apenas pela produção de madeira industrial, então, todas as plantações industriais vão satisfazer automaticamente esse critério. Portanto, é necessário definir claramente o que se entende com "desempenho", pois o desempenho da maior parte das espécies nativas na produção de água, solos, alimento, remédios, forragem, etc. geralmente é muito melhor que o das espécies exóticas, que produzem pouco ou nada em matéria desse tipo de produto. A última frase ("as espécies exóticas... deverão ser cuidadosamente monitoradas para detectar taxas anormais de mortalidade, doenças, ou aumento da população de insetos e impactos ecológicos adversos") é muito confusa. Os impactos ecológicos adversos a que faz referência são impactos provocados na plantação, ou os impactos provocados pela plantação nos ecossistemas vizinhos e na produção local?

"10.5. Uma proporção da área total de manejo florestal, apropriada à escala de plantação e a ser determinada nos padrões regionais, deverá ser manejada a fim de restaurar o local à cobertura florestal natural".

- Aqui, mais uma vez, surge a confusão entre floresta e plantação (a "área total de manejo florestal" inclui plantações industriais que não são florestas). Além disso, qual a "proporção" da plantação que deverá ser restaurada à "cobertura florestal natural"? Um por cento? Dez por cento? Cinquenta por cento? Quem vai determinar os padrões regionais? E se a área jamais teve cobertura florestal (como no caso do Uruguai, da Argentina e da África do Sul)? Nesse caso, o dono da plantação ficaria isento de restaurar a vegetação não florestal?

"10.6. Devem ser tomadas medidas para manter ou melhorar a estrutura, a fertilidade e a atividade do solo. As técnicas e taxas de exploração florestal, [a] construção e manutenção de estradas e trilhas de arraste e a escolha de espécies não podem resultar na degradação do solo a longo prazo nem [em] impactos adversos na quantidade da água, ou ainda em alterações significativas dos padrões dos cursos de drenagem dos riachos".

- Se esse critério fosse aplicado sistematicamente, nenhuma plantação em grande escala de árvores exóticas de rápido crescimento poderia ser certificada. No entanto, se fosse aplicado sem o devido cuidado, ele permitiria uma grande quantidade de práticas ambientalmente prejudiciais. Quem vai decidir se essa cláusula é cumprida ou não? A maior parte das grandes empresas plantadoras inclui (pelo menos no papel) medidas e técnicas de conservação ambiental. Não obstante, todas as atividades por elas praticadas necessariamente vão provocar impactos –quase sempre prejudiciais– na estrutura e fertilidade do solo, nas atividades biológicas e na água. Do nosso ponto de vista, já há evidência mais do que suficiente de que, nessas condições, as espécies, os métodos de colheita e as técnicas de manutenção escolhidas para o plantio de monoculturas industriais, em geral, resultam na "degradação do solo a longo prazo, [em] impactos adversos na quantidade da água, ou ainda em alterações significativas dos padrões dos cursos de drenagem dos riachos". É lógico que também é possível achar estudos teóricos em que se afirma que esse não é necessariamente o caso, bem como estudos de empresas em que se diz que a fertilidade e os recursos hídricos não são alterados. Quem vai decidir quais experiências ou grupos de estudos devem ser seriamente considerados? Misteriosamente, o critério do FSC não diz nada a respeito dessa questão fundamental.

"10.7. Devem ser tomadas medidas para prevenir e minimizar o aparecimento de pragas, doenças, ocorrências de incêndio e a introdução de plantas colonizadoras. O manejo integrado de pragas deve constituir uma parte essencial do plano de manejo, com principal ênfase em prevenção e em métodos de controle biológico em lugar de pesticidas e fertilizantes químicos. O planejamento das plantações deve fazer todo o possível para afastar-se do uso de pesticidas e fertilizantes químicos, inclusive seu uso em viveiros. O uso de agentes químicos é também abordado nos Critérios 6.6 e 6.7".

- Essa cláusula funda-se em expressões tão vagas, como "minimizar", "com principal ênfase" e "deve fazer todo o possível", que, na prática, torna-se inútil.

- Com frequência, aquilo que é chamado de "pragas" e "doenças" são as espécies nativas que conseguem achar alimento na plantação (aliás, um deserto alimentar para a maior parte da fauna nativa). Na realidade, sua erradicação é um duro golpe para a biodiversidade local. Caso implique apenas a proteção das espécies exóticas contra seus escassos predadores locais (ou exóticos), o "manejo integrado de pragas" não representa nenhuma vantagem. Além disso, as empresas bem podem afirmar que "estão fazendo todo o possível" para se afastar do uso de pesticidas e fertilizantes químicos, sem realmente fazer nada para diminuir o uso de substâncias químicas. Vão lançar mão da cláusula 10.6 (fertilidade do solo), argumentando que não existem substitutos disponíveis (devido à escala de suas plantações) para fertilizantes químicos. Vão dizer que, por motivos econômicos, estão tentando substituir os pesticidas por métodos silviculturais (raleado, poda, espaçamento, etc.), mas que, infelizmente, ainda vêm-se forçados a depender em alto grau de pesticidas químicos. Além disso, é revelador que o critério 10.7 não diga nada a respeito do "não uso" de herbicidas, que também são substâncias químicas nocivas.

- Em muitos países, as próprias árvores da plantação viram facilmente "plantas colonizadoras". Quais medidas vão ser tomadas "para prevenir e minimizar" essa introdução, por exemplo, na África do Sul, quando aquilo que vira "planta colonizadora" no ecossistema nativo é o próprio eucalipto, a acácia ou o pinheiro ali introduzidos?

"10.8. Complementando os elementos definidos nos Princípios 8, 6 e 4, o monitoramento de plantações, apropriado à escala e à diversidade da operação, deve incluir avaliação regular quanto aos potenciais impactos sociais e ecológicos dentro ou fora da área de plantação (por exemplo, a regeneração natural, os efeitos sobre os recursos hídricos e sobre a fertilidade do solo, e impacto na saúde e no bem-estar social locais). Nenhuma espécie deve ser plantada em larga escala até que ensaios e experimentos em nível local tenham demonstrado que a espécie esteja ecologicamente bem adaptada à área de plantio, não sendo colonizadora e não apresentando impactos ecológicos negativos significativos sobre outros ecossistemas. Atenção especial será dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, uso ou acesso".

- Talvez esse seja o critério melhor redigido. No entanto, a presunção de que "ensaios e experimentos em nível local" –que sempre são feitos em pequena escala– podem demonstrar a adaptação de uma plantação em grande escala de uma espécie à um ecossistema, em geral, é errônea. Pequenos ensaios e experimentos em nível local podem determinar, até certo ponto, prováveis taxas de crescimento de uma espécie industrial num determinado lugar. Também podem determinar, até certo ponto, a probabilidade de a espécie ser invasora (apesar de que se de fato é invasora, o próprio ensaio provavelmente resultará numa invasão). Mas a única prova eficaz dos efeitos sociais e ambientais das plantações em grande escala são as próprias plantações em grande escala. Portanto, esse critério deveria ser revisado, a fim de especificar que nenhuma plantação será certificada em áreas onde há evidência suficiente de impactos negativos substanciais (sociais, ambientais, ou ambos) provocados por plantações em grande escala existentes.

- A última frase ("Atenção especial será dada às questões sociais de aquisição de terra para plantações, especialmente quanto à proteção de direitos locais de propriedade, uso ou acesso") segue o caminho

certo, mas o que significa realmente "atenção especial será dada"? Significa que não haverá certificação caso algum direito local tenha sido violado? E o que acontece se a violação foi praticada por especuladores, ou pelo governo, antes da empresa ter comprado ou arrendado a terra? E, mais uma vez, quem decide se foi dada "atenção" suficiente à questão dos direitos sobre a terra? Nesse sentido, estranhamente, o critério permanece mudo.

"10.9. Plantações estabelecidas em áreas convertidas de florestas naturais após novembro de 1994 normalmente não podem ser qualificadas para a certificação. A certificação pode ser permitida em circunstâncias em que evidências suficientes são submetidas ao certificador de que o manejador/proprietário não é responsável direta ou indiretamente por tal conversão".

- Isso suscita uma série de perguntas: por que novembro de 1994?; por que "normalmente" não qualificam para a certificação?; quem decide o que é "normal"?; quem julga a evidência apresentada e com base em quais critérios?; será que é suficiente um papel assinado, dizendo "eu não estava aí quando aconteceu e eu não fiz nada"?; e se uma segunda empresa comprar a plantação à companhia responsável pela derrubada da floresta, poderá essa segunda empresa ser certificada? É de se supor que a segunda empresa não foi responsável, direta ou indiretamente, pela "conversão".

Em síntese, parece que o Princípio 10 não oferece ao consumidor final garantia suficiente de que a madeira oriunda de plantações industriais é produzida de forma socialmente justa e ambientalmente positiva. O princípio também não tem muita utilidade para as pessoas que estão lutando contra as plantações em nível local ou nacional. A questão principal (as monoculturas em grande escala) não é levada em conta. O problema não é a espécie de árvore plantada (eucalipto, pinheiro, acácia, etc.), mas o modelo global de plantações, injustificadamente aceito sem debate pelo FSC. Acreditamos que esse princípio, obviamente, é insuficiente e que deve ser substancialmente modificado antes de poder ser considerado apropriado à realidade das monoculturas industriais de árvores em grande escala. (Boletim Especial do WRM sobre o FSC, fevereiro de 2001).

* Nota: As citações transcritas neste artigo pertencem ao documento "Princípios e critérios para o manejo de florestas (Versão 03/1999)", do FSC (<http://www.fsc.org.br/princcrit.htm>). Cabe ressaltar, no entanto, que os comentários feitos pelo autor dizem respeito à versão em espanhol desse documento, a qual, entre outras coisas, contém erros.

As corporações pintam-se de verde

A lógica dos lucros das corporações está determinando o nosso futuro e o das gerações futuras, conformando o sistema internacional emergente, atualmente dominado por instituições que favorecem os interesses das corporações. O resultado mais evidente do atual processo de globalização (a privatização e desregulação) permitiram às corporações usurpar as bases naturais das quais depende a vida.

Na medida em que se aproxima a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WSSD, por sua sigla em inglês), intensificam-se os conflitos entre o norte e o sul, entre a sociedade civil e a indústria.

Em Johannesburgo, as conversas concentram-se num Plano de instrumentação e ação destinado a desenvolver políticas nacionais e mundiais, e uma Declaração Política, na qual se espera que os governos renovem seu compromisso com a Agenda 21 e a procura do "desenvolvimento sustentável": eles recebem o nome de Resultados tipo I (obrigatórios). Os Resultados tipo II (voluntários) constituem uma categoria nova e controversa: projetos em parcerias, que apontam a instrumentar o "desenvolvimento sustentável", com forte ênfase na participação de setor privado através de parcerias público-privadas.

A direção atual do Texto do Presidente da WSSD para o fornecimento de serviços baseado no mercado, ajusta-se como uma luva às campanhas das corporações na preparação da WSSD. Lord Holm de Cheltenham da companhia mineira transnacional Rio Tinto, por exemplo, é vice-presidente da BASD (Business Action for Sustainable Development - Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), uma campanha conjunta do World Business Council for Sustainable Development (uma coalizão de 150 grandes corporações, presidida atualmente por Phil Watts da Shell, criada para dar entrada às posições das empresas na Cúpula da Terra de Rio de Janeiro (1992) e que contribuiu a bloquear as tentativas de regular as atividades do setor empresarial), e a Câmara Internacional do Comércio.

Outros planos do WBCSD para Johannesburgo incluem a promoção de seis projetos setoriais por conta dos grupos de trabalho criados por corporações do WBCSD. O projeto para o setor florestal é um dos mais controvertidos.

O projeto "Indústria Florestal Sustentável" do WBCSD começou em 1994 quando um grupo de empresas chefiadas por Aracruz Celulose do Brasil e UPM-Kymmene da Finlândia, iniciaram um estudo centrado na produção de papel. O estudo foi encomendado a uma organização externa (o International Institute for Environment and Development - IIED). O relatório "Towards a Sustainable Paper Cycle" (Para um Ciclo Sustentável do Papel) foi publicado em junho de 1996. O passo seguinte foi a criação do "Diálogo dos Bosques", que incluiu os proprietários de terras, a indústria florestal, algumas ONGs e o Banco Mundial. A meta do diálogo, co-presidido pelo WBCSD e o World Resources Institute (WRI), era desenvolver uma visão de consenso sobre os bosques do mundo e uma variedade de temas concretos, como o reconhecimento mútuo dos programas de certificação para as práticas da indústria florestal.

A credibilidade da autoproclamada procura de uma indústria florestal sustentada está seriamente questionada pelos vergonhosos antecedentes das duas corporações que deram início ao projeto. UPM-Kymmene é uma empresa muito criticada pelos grupos ativistas em favor dos bosques por suas atividades daninhas na Indonésia, uma atitude que continuou depois de ter lançado o projeto de "Indústria Florestal Sustentável". Em 1977, o gigante finlandês dos produtos de madeira adquiriu uma usina de papel em Changsu, China, onde processa celulose proveniente de PT Riau Anadalan Pulp and Paper (RAPP), a segunda produtora de celulose da Indonésia. A usina de RAPP em Riau, Sumatra, foi ampliada graças a um pacote de investimento de \$ 750 milhões com o apoio de agências de crédito à exportação finlandesas e suecas. Esta usina produz 750.000 toneladas de celulose ao ano, a partir da tala de bosques úmidos tropicais, e substitui mais de 50 espécies tropicais de madeira de lei por plantações de acácias. As comunidades locais sofreram impactos graves; o rio, essencial para seu sustento, foi poluído, os povoadores foram expulsados das suas terras sem receber compensação alguma e foram submetidos a repressão com violência física quando protestaram. UPM-Kymmene retirou-se de RAPP, mas ainda utiliza a celulose desta empresa para sua produção de papel na China.

O outro fundador do projeto florestal do WBCSD, Aracruz Celulose, especializa-se em polpa esbranquiçada de eucalipto. A empresa causou impactos sociais e ambientais muito destrutivos nos estados brasileiros de Espírito Santo e Bahia. Aracruz inundou as regiões com extensas plantações de monoculturas de árvores e promoveu o despejo das suas terras a povos indígenas como os Tupiniquins e os Guaranis. Transformou o que costumava ser o bosque tropical da Mata Atlântica num deserto verde de eucaliptos. Os impactos sobre as comunidades locais e o meio ambiente levaram à criação de um amplo movimento de oposição, o Movimento de Alerta contra o Deserto Verde, que reúne grupos de povos indígenas, comunidades de origem africana, pescadores artesanais, agricultores e o movimento dos camponeses sem terra, além de ONGs ambientalistas e sociais, dentre outros.

Essas são as "credenciais verdes" das duas corporações que lideram a Indústria Florestal Sustentável. Dará a WSSD mais credenciais de "desenvolvimento sustentável" ao setor das corporações, que só

pode ser descrito como social e ambientalmente consciente mediante o mecanismo de canalizar milhões de dólares a empresas de relações públicas ansiosas de voltá-lo "verde"? (Boletim do WRM Nº 61, agosto 2002).

As "florestas" da FAO, ou como trapacear no jogo de paciência

A FAO está trapaceando ela própria no jogo de paciência. E julga que ninguém percebe. No mundo todo, presenciamos a alarmante destruição e degradação das florestas, sendo que, nesse processo, são violados os direitos dos povos indígenas, atingidas as bacias, modificadas regiões inteiras, desestabilizado o clima, somem espécies vegetais e animais.

Não obstante, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), considerada por muitos organismos internacionais e pela própria profissão florestal como a máxima autoridade em matéria de florestas, está se encarregando de manejar os dados da realidade, como forma de esconder a gravidade do processo de destruição. Assim, no relatório "Avaliação dos Recursos Florestais Mundiais 2000" (FRA2000), introduz mudanças em sua antiga definição de floresta, mas não para furtá-la à sua óbvia obsolescência, mas para piorá-la. Consegue, pois, chegar à conclusão de que, comparada a avaliações anteriores, foi constatado um aumento da cobertura florestal mundial. Ninguém - nem mesmo ela - acredita, mas, pelos menos, tenta.

Ela chega a essa conclusão através da manipulação de suas próprias definições, as quais, entre outras coisas, dizem que "As florestas incluem florestas naturais e plantações. Refere-se à terra com cobertura de copa (ou o grau equivalente de espessura) de mais de 10 por cento da área e uma superfície superior a 0,5 hectares (ha)". Isso foi merecidamente ridicularizado a nível internacional, ao dizer que, segundo essa definição, grande parte da cidade de Assunção (capital do Paraguai) deveria, então, ser considerada "floresta".

De uma tacada, pois, aplicando uma certa definição de floresta, a FAO consegue reduzir os algarismos do desmatamento e, assim, agora, existem 400 milhões de hectares de floresta a mais do que segundo as cifras mundiais colhidas em 1995. De acordo com as palavras da própria FAO, "Apesar do alto índice de perda de florestas naturais no âmbito mundial, são semeadas novas plantações florestais num ritmo de 4,5 milhões de hectares ao ano", e o que existe é uma taxa líquida significativamente inferior à registrada no relatório anterior da FAO, relativo ao período 1990-1995. Embora não seja dito com estas palavras, disso se deduz que, na medida em que as plantações compensem a perda de florestas, não haverá com que se preocupar, pois terá sido mantida a "cobertura florestal". Ela continua, pois, trapaceando ela própria no jogo de paciência. Ou será essa a sua maneira de cumprir a função que lhe cabe como Coordenador Setorial do Capítulo 11 do Programa 21 (da ECO): "Luta contra o desmatamento"?

O que há por trás desse jogo? Em primeiro lugar, é necessário notar que as plantações incluídas referem-se apenas às de monoculturas de árvores voltadas para a produção de madeira. Ficam excluídas dessa definição aquelas destinadas a outros fins, como, por exemplo, as de árvores frutíferas, ou as plantações de coco ou de dendê. Aí temos um caso interessante que esclarece muito mais as coisas: por que as mesmas plantações de caucho, que antigamente não eram consideradas pela FAO como florestas, agora são? O motivo é bem simples: agora, as plantações de caucho começam a ser crescentemente utilizadas como fornecedoras de madeira, e, então, para a FAO, ganham visibilidade como florestas. Porém, em si, elas continuam sendo as mesmas. Por que também não podem ser florestas as plantações de outros tipos de árvore, como a laranjeira, a bananeira, ou o coqueiro? A resposta é clara: porque não estão voltadas para a produção de madeira. Sendo que isso revela um dos conceitos que está no cerne dessa definição e tudo quanto dela resulta: que a floresta não é percebida pela FAO como o que realmente ela é –um ecossistema completo que inclui as comunidades humanas que dela dependem–, mas exclusivamente como produtora de madeira.

Após 10 anos da ECO, não só nada mudou nesse sentido, para esse organismo "experto", mas piorou. Não é mais possível alegar ignorância, pois muito tem-se falado - e amplamente documentado - a respeito dessa questão. Mesmo que a FAO tente se precaver, afirmando que não tem "a intenção de sugerir que as plantações equívalem às florestas naturais", e que "teve o cuidado de manter em separado estatísticas para florestas naturais e para florestas plantadas" –embora apenas nos países do Sul–, o certo é que, para a FAO, ambas categorias continuam sendo uma só: florestas.

Resulta ilustrativo resenhar, aqui, uma discussão epistolar que se deu recentemente entre um membro da FAO e um ambientalista sul-africano, sobre a questão da área ocupada por florestas nesse país, segundo as estatísticas da FAO. O funcionário da FAO encerrou seus argumentos, dizendo que "As plantações florestais são áreas com árvores e, portanto, um (tipo de) floresta". O ambientalista deu a seguinte resposta: "Pelo mesmo motivo, poder-se-ia argumentar que o gafanhoto é um "tipo de ave", ou que o milharal é um "tipo de pradaria". Até aí foi a discussão.

Equiparar as plantações de árvores às florestas implica ignorar as diversas funções que estas últimas desempenham: servir de lar para milhões de pessoas, fornecer a elas alimento, remédios, fibras, lenha, materiais para a construção, regar o regime hidrológico local e o clima global, só para mencionar algumas delas. Também implica ignorar as demoradas lutas que acontecem em numerosos países, tanto do Sul quanto do Norte (da Austrália ao Chile, da Espanha e Portugal à África do Sul e o Brasil, da Tailândia à Índia), contra a invasão das plantações em grande escala de monoculturas de árvores, as quais, com demasiada frequência, são implantadas em detrimento das florestas. Essas lutas não são travadas contra as florestas, mas, sim, contra as plantações, justamente por elas não ter nada em comum com as florestas e por provocarem graves impactos nas comunidades locais e seu ambiente.

É importante assinalar que, em conformidade com a orientação dada à abordagem das florestas, a promoção e a legitimação das plantações industriais de árvores assentam como uma luva no marco da Revolução Verde, impulsionada há décadas pela própria FAO. Tudo isso está relacionado, e as diversas ramificações e conexões vinculam o processo de desmatamento, para satisfazer as necessidades industriais, à invasão das monoculturas de árvores, para alimentar uma indústria do papel que satisfaz uma demanda criada insustentável, e àqueles que promovem esses processos - grandes empresas transnacionais - através de um arranjo internacional à sua disposição, veiculado pela OMC, o FMI e os diversos instrumentos internacionais.

Nesse processo todo, os últimos avanços da biotecnologia são incorporados no pacote tecnológico que acompanhou e acompanha a produção agro-industrial –herbicidas, praguicidas, fertilizantes, etc.–, se revelando, primeiro, nas técnicas já generalizadas de seleção e clonagem dos genótipos mais apropriados para fins industriais, querendo passar, depois, ao uso da manipulação genética. Voltadas para isso estão, agora, as grandes empresas, injetando dinheiro nos centros de investigação acadêmica e procurando aplicar as suas perigosas experiências. A FAO não diz nada a respeito disso, mas, certamente, incluirá as plantações de árvores transgênicas - caso permitamos que isso aconteça - como "florestas plantadas" que ajudarão a manter a "cobertura florestal" do planeta.

Tudo isso é sério. E mais sério ainda vindo de um organismo cuja incumbência é cuidar de como utilizar as florestas e os recursos conexos, a fim de melhorar as condições econômicas, ambientais, sociais e culturais da população, garantindo, ao mesmo tempo, a preservação dos recursos para satisfazer as necessidades das gerações vindouras. Além disso, a FAO é parte atuante no processo da Cúpide Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, quem prepara a documentação oficial, uma parte da qual é a avaliação dos progressos realizados, incluídas as insuficiências e deficiências.

Mais uma vez, reiteramos a imperiosa necessidade de erradicar, para todo o sempre, a concepção produtivista e simplista de um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade como é a floresta. Para

poder analisar com exatidão o que está acontecendo com as florestas, é fundamental estabelecer uma clara distinção entre plantações e florestas. Uma plantação pode ser considerada positiva ou negativa, e é bom que sejam debatidas as condições necessárias para que seja positiva para as pessoas e o ambiente. Mas ela nunca poderá ser considerada como uma floresta. É hora das definições de floresta da FAO serem definitivamente arquivadas - como parte da história do pensamento florestal - e de que se reconheça explicitamente que uma floresta é muito mais do que um conjunto de árvores destinadas à produção de madeira, e que uma plantação não é uma floresta. Seria uma enorme contribuição para a próxima cúpide, em Joanesburgo. (Boletim do WRM N° 61, agosto 2002).

O UNFF deve reconhecer que plantação não é floresta

O Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF, por sua sigla em inglês) reunir-se-á, de 26 de maio a 6 de junho, em Genebra. Em abril deste ano, diversas ONGs e OPIs manifestaram à Secretaria do UNFF algumas de suas preocupações, concluindo que: "se essas questões não forem tratadas logo, o UNFF perderá credibilidade perante os grupos da sociedade civil e os povos indígenas e, mais tarde, perante os governos".

O UNFF surgiu do processo da ECO 92, em que os governos reconheceram a crise das florestas e admitiram a necessidade de iniciar um processo para tratar da questão. Como resultado, foi criado o Painel Intergovernamental sobre Florestas (IPF, por sua sigla em inglês), seguido pelo Fórum Intergovernamental sobre Florestas (IFF, por sua sigla em inglês) e, finalmente, pelo atual UNFF.

A missão desses processos todos é, basicamente, a mesma: "elaborar políticas coerentes que promovam o manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentáveis de todo tipo de floresta". No entanto, o processo como um todo pouco tem para mostrar em matéria de conquistas na implementação de seu mandato, sendo que as florestas continuam sumindo a uma velocidade alarmante. Apesar dessa realidade, alguns governos insistem em que a situação melhorou em muitos casos e que a "cobertura florestal", de fato, aumentou. Inclusive, eles têm números para dar prova disso. Mas não é verdade. O aumento da chamada "cobertura florestal" deve-se a que as monoculturas de espécies exóticas de árvores são incluídas na categoria "florestas", ocultando, assim, as taxas reais de desmatamento.

Surpreendentemente, o UNFF e seus predecessores (o IPF e o IFF) ainda insistem em considerar as plantações como "florestas plantadas", dessa forma tornando impossível o apoio que poderiam dar ao processo as numerosas comunidades atingidas pelas plantações e as ONGs e OPIs que apoiam essas comunidades.

Vários eventos acontecidos nos primeiros meses de 2003 revelam às claras esse divórcio. A oposição da sociedade civil às plantações manifestou-se em vários eventos, começando em janeiro, quando várias ONGs latino-americanas que participavam no Fórum Social Mundial, no Brasil, reuniram-se para compartilhar sua preocupação com a promoção das plantações de árvores em grande escala nessa região. Como resultado, foi criada a Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores, para coordenar ações contra as plantações.

Em abril, um seminário-oficina, organizado pelo governo do Equador para debater um plano nacional de florestamento e reflorestamento, foi encerrado com uma forte declaração dos representantes das comunidades indígenas e camponesas, denunciando que "as plantações florestais comerciais em grande escala, em especial, com monoculturas, não são uma alternativa de desenvolvimento, mas, pelo contrário, trazem problemas"... "pois as plantações não são florestas" (ver o artigo sobre o Equador neste livro).

No início de maio, várias ONGs da Tailândia, Camboja, Laos e Vietnã realizaram a "Oficina regional sobre plantações comerciais de árvores na região do Mekong", com o objetivo de organizar a oposição regional à propagação desse tipo de plantação, que já revelou um impacto negativo nos moradores e no meio ambiente, em especial, na Tailândia, país que, nesse sentido, tem uma longa história.

Em meados de maio, diversas organizações sociais e ambientais brasileiras reuniram-se no estado de Minas Gerais, para fortalecer a Rede contra o Deserto Verde (nome pelo qual são conhecidas as plantações de eucalipto), incorporando organizações desse estado na rede já organizada nos estados vizinhos do Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro.

Enquanto a população local atingida pelas plantações organiza formas de oposição para as combater – nesse sentido, a rede sul-africana Timberwatch Coalition é mais um exemplo –, o UNFF organiza fóruns para as promover. No mês de março, vários governos e organizações internacionais organizaram uma reunião intersessional do UNFF, denominada "Reunião de expertos sobre o papel das florestas plantadas no manejo sustentável de florestas", e realizada na Nova Zelândia. A maior parte dos países organizadores possui vastas plantações comerciais (por exemplo, Austrália, Argentina, Canadá, Chile, Malásia, Nova Zelândia e África do Sul), sendo que o motivo óbvio da reunião foi continuar dando apoio (por parte do UNFF) à promoção das plantações.

É triste ver o crescente abismo existente entre o UNFF e as organizações locais no tocante a essa questão; porém, a solução, em teoria, é bastante simples. O UNFF deve centrar a sua ação na defesa das florestas, como reza o seu mandato, e se distanciar das plantações com monoculturas de árvores, as quais não fazem parte de sua missão. Se estão achando que plantação é floresta, em lugar de consultar "expertos", os funcionários do UNFF e os delegados dos governos deveriam consultar as comunidades do Chile, Brasil, Colômbia, África do Sul, Indonésia, Malásia, Tailândia, Nova Zelândia, Austrália, Espanha ou Portugal, apenas para citar algumas delas. A resposta seria bem clara: É lógico que não!

Se o processo do UNFF pretende causar um impacto positivo na conservação das florestas –o qual nós achamos que é o objetivo de muitos de seus funcionários e delegados–, ele deve reconhecer que plantação não é floresta. Isso permitiria ao Fórum centrar suas atividades na verdadeira razão de ser dele: "criar políticas coerentes que promovam a gestão, a conservação e o desenvolvimento sustentáveis de todo tipo de floresta". (Boletim do WRM Nº 70, maio 2003).

IMPACTOS E LUTAS LOCAIS

Não é por acaso que a maior parte deste livro está dedicada a salientar as lutas locais contra as plantações. Em primeiro lugar, porque grande parte do conhecimento sobre os impactos das plantações é originado precisamente nas populações afetadas pelas mesmas. São elas as que são deslocadas pelas plantações, as que sofrem violações a seus direitos humanos, as que são privadas de seus meios de sustentação, as que sofrem a falta de água, a desaparecimento da fauna e da flora locais.

Em segundo lugar, porque é importante salientar que as monoculturas de árvores em grande escala geram impactos similares em ambientes socioeconômicos e ecológicos totalmente diferentes, desde ecossistemas de pradarias pouco povoados (como no Uruguai) até ambientes de matas mais densamente povoados como na Tailândia.

Finalmente, porque salientar as lutas locais implica apoiá-las de alguma maneira em suas lutas contra um modelo florestal que já tem demonstrado ser insustentável e portanto colaborar para sua

substituição por modelos de uso da natureza humanamente mais justos e ambientalmente mais sustentáveis.

ÁFRICA

África do Sul: Quase um milhão de hectares de plantações certificadas pelo FSC

Há anos que os militantes sul-africanos vêm fazendo campanhas contra a expansão das plantações de árvores exóticas. Wally Menne, da Timberwatch Coalition, diz que "a certificação de plantações de monoculturas madeiráveis como 'florestas em manejo sustentável', por parte do Conselho de Manejo Florestal (FSC, por sua sigla em inglês), é uma verdadeira caçada ao conceito de meio ambiente sustentável e manejo de ecossistemas".

Essa declaração vira um dramático chamamento a tomar medidas, se levarmos em conta que 900 mil hectares de plantações de monoculturas de árvores (a maior parte de espécies exóticas de eucalipto e pinheiro) já receberam o selo de aprovação do FSC e que muitas mais serão certificadas, a menos que se faça alguma coisa para impedi-lo. Como é possível que isso aconteça?

Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que a vegetação natural das áreas em que foram instaladas as plantações era de floresta ou pradaria, com grande diversidade biológica. Depois da conversão para plantações, essas áreas têm bem poucas chances, se é que têm alguma, de recompor o tipo de vegetação original.

Mas esse é apenas o ponto de partida. Por causa dessa atividade, tanto a população quanto o meio ambiente são sujeitos a uma terrível variedade de impactos negativos, entre os quais se destacam:

- * Numa primeira fase, a vegetação natural é arrasada com máquinas, ou eliminada com herbicidas, para impedir que compita com as árvores plantadas nas necessidades de água, luz e nutrientes.
- * As árvores jovens são fertilizadas artificialmente, para aumentar seu ritmo de crescimento, e são adicionados ao solo outros produtos químicos que absorvem a umidade, para impedir que as plantas jovens sequem.
- * Nos ecossistemas vizinhos, aparecem plantas exóticas invasoras, inclusive, espécies das plantações, como eucalipto, pinheiro e acácia.
- * As aves e animais, cuja vida é alterada pelas atividades realizadas nas plantações, abandonam a área, ou são caçadas e utilizadas como alimento para os trabalhadores contratados nas plantações.
- * Nos arredores das novas plantações, as águas superficiais esgotam-se depressa, e os moradores vêm forçados a lançar mão dos poços e escavações, os quais, com frequência, possuem águas salinas ou poluídas.
- * A instalação de plantações de monoculturas de árvores dedicadas à produção de madeira distorce o equilíbrio natural das espécies. Essas plantações criam barreiras que obstaculizam a migração e alteram os padrões normais de crescimento de aves, animais e insetos.
- * A população local, que teria tido acesso à área se não tivessem sido instaladas as plantações, poderia ter utilizado a área para pastorear seu gado ovino e vacum, colher juncos para construir o teto de suas casas, ou colher alimentos e plantas medicinais para seu próprio uso limitado. Agora, carecem desses

recursos, e vêm-se forçados a se mudar para áreas antes intocadas, em procura daquilo que lhes faz falta. Com frequência, isso gera conflitos com o manejo de áreas naturais sob proteção.

* Os trabalhadores contratados são mal pagos e não têm muitas outras alternativas, afora construir suas casas temporárias em áreas de floresta natural, perto das plantações onde trabalham, provocando, assim, estragos ecológicos importantes durante o processo.

* A segurança alimentar da comunidade é um dos primeiros elementos a serem atingidos. As áreas que tradicionalmente eram dedicadas ao cultivo de árvores frutíferas e vegetais secam no processo, ou vêm-se privadas de luz, ao serem instaladas plantações perto demais dos terrenos férteis, na beira de rios e arroios. Os moradores que não emigram vêm-se forçados a empregar seus magros recursos econômicos na aquisição de comida processada nos comércios.

* As vias de transporte, em particular, as estradas, são submetidas a um uso intensivo que não corresponde àquele para o qual foram desenhadas. Com frequência, as despesas relativas à melhoria ou manutenção das vias de transporte rurais são assumidas pelo Estado, o que significa que a indústria madeireira se beneficia com esse tipo de subsídio indireto.

As plantações madeireiras em grande escala destroem economias rurais e ecossistemas inteiros. Por um estranho motivo, essa calamidade é praticamente ignorada pelos governos e centros de pesquisa. Uma organização como o FSC deve se preocupar com insistir em que seja realizada uma investigação exaustiva e imparcial antes considerar a certificação.

Sem dúvida, um artigo de consumo básico como o papel, ou o papelão, tem muita utilidade na sociedade moderna. O que não é admissível é que o ritmo de consumo de produtos de papel aumente e que, ao mesmo tempo, o nível de vida das comunidades pobres onde é produzida a madeira não melhore. O crescimento da cultura do descartável, nos chamados países desenvolvidos, está diretamente ligado à erosão do meio ambiente natural e ao nível de vida dos países colonizados pelas plantações de monoculturas de árvores das empresas multinacionais envolvidas. No caso da África do Sul, o FSC deve assumir uma grande cota de responsabilidade pela injustiça ambiental e social. (Boletim do WRM N° 64, novembro 2002).

África do Sul: Plantações de árvores geram lucros para a companhia, mas geram incêndios, danos e morte para a população

Para o grupo mundial de celulose e papel Sappi, o dinheiro cresce nas árvores. De fato, o último relatório anual da companhia sugere que cresce com mais eficiência na África do Sul. O relatório assinala que a seção sul-africana da Sappi (Sappi Forest Products) representa 15 por cento das vendas do grupo, mas contribui em 36 por cento dos benefícios de exploração anuais do grupo a Setembro de 2002. "Temos uma base de custo extraordinariamente baixa na África do Sul. As vantagens competitivas desse país para a produção de fibra são únicas, pela velocidade em que crescem as árvores e pelo baixo custo de energia inerente", afirma-se no relatório.

A Sappi é uma companhia internacional de produtos florestais com sede na África do Sul, e está incluída entre os primeiros vinte fabricantes de celulose e papel do mundo. De ser uma companhia totalmente sul-africana em 1989, passou a ser uma organização internacional com instalações de fabricação em três continentes, sendo o maior produtor em seus ramos principais: papel estucado sem celulose mecânica e celulose dissolvente. A Sappi Saicor, na África do Sul, é a maior produtora mundial, com o menor custo de celulose dissolvente, utilizada para a fabricação da fibra de viscosa, tendo uma participação de 15% no mercado mundial.

Durante 1998 o grupo Sappi foi reorganizado, dividindo-se em uma companhia de papel fino e outra de produtos florestais, com escritórios centrais em Londres e Joanesburgo respectivamente. A companhia de produtos florestais possui e maneja quase 540.000 hectares de plantações de monocultura de árvores na África do Sul, produzindo celulose branqueada para papel, bem como celulose sem branquear para seu próprio consumo e para o mercado da celulose.

O diretor executivo da Sappi, Eugene van As, declarou que depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001, o consumo de papel estucado (grande parte do qual é utilizado para a produção de revistas acetinadas) caiu 12%, "a queda mais abrupta que lembra a maioria dos participantes". No entanto, mesmo perdendo dinheiro nos EUA, a Sappi fechou o ano com lucros razoáveis. O diretor sublinhou os benefícios da diversidade geográfica da companhia, que possui plantas na América do Norte, Europa e África do Sul.

São boas notícias para a empresa, mas, o que acontece com a África do Sul e sua população? A companhia se orgulha pela sua "excelente eficiência operativa" na região, mas talvez isso não seja mais que uma das formas de calcular os lucros e os custos. Não é a companhia quem paga os custos humanos e ambientais decorrentes de suas atividades –que costuma chamar "externalidades". A companhia não pagará pela diminuição da água, nem pela sua contaminação, nem pela redução das florestas, nem pelos ecossistemas perdidos. Não pagará pela pobreza da população, privada de sua forma de sustento e agora dependente de magros salários que possibilitam essa "excelente eficiência operativa".

Segundo um relatório da organização ambiental sul-africana Timber Watch, as florestas típicas do país ficam restringidas às regiões sem geadas, com precipitações médias anuais de 525 mm, na região de chuvas de inverno, e maiores a 725 mm, na região de chuvas de verão. Essas florestas ficam a altitudes de 0 a 2.100 m por cima do nível do mar. Raramente pegam fogo, principalmente graças à "borbulha" de umidade que fica presa nas copas das árvores e ao denso verde dos arbustos e árvores pequenas que formam o *ecotom* ou margem. Em condições de calor e seca extremos (com ventos fortes e cálidos) podem ocorrer incêndios que destruam a estrutura da floresta, mas isso geralmente acontece quando a margem tem sido danificada, muitas vezes porque as plantações de árvores estão muito próximas da margem da floresta. Essas plantações e os cultivos comerciais, tais como o cultivo de cana de açúcar, têm se estendido sobre as regiões naturais incrementando a pressão.

Os impactos mais prejudiciais das plantações para as florestas são o esgotamento da umidade do solo (a organização SAWAC -Crise Sul-africana da Água- pode testemunhá-lo) e o deslocamento das comunidades humanas de suas terras de cultivo. Esses impactos produzem um amplo espectro de impactos secundários como a sobreexploração dos produtos da floresta, incluídos mamíferos e aves, o desflorestamento e queimadas para a agricultura de subsistência e uma maior exposição a doenças de plantas exóticas e aos incêndios.

Precisamente, em julho de 2002, ocorreram vários incêndios graves na província de Mpumalanga, causando muitos danos, inclusive feridos e vítimas mortais. Embora estejam permitidas, as queimadas fogem de controle. As explicações apontavam às condições de seca e muito vento, ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas repentinas. No entanto, é bom lembrar que a Sappi estabeleceu em Mpumalanga 245.000 hectares de plantações de árvores para celulose e troncos para serrado, bem como uma fábrica de celulose e papel que incentivou a exploração florestal. Será apenas coincidência? (Boletim do WRM N° 67, fevereiro 2003).

África do Sul: Por trás da perda de florestas não estão os colhedores de plantas medicinais, mas a indústria florestal

Recentemente, teve importante divulgação um artigo em que é analisada a "ameaça" que supõe a atividade de colhedores ilegais de plantas medicinais para as florestas nativas sul-africanas. Michael Peter, diretor de Manejo de Florestas Nativas, do Departamento de Águas e Manejo Florestal da África do Sul, afirmou que "o comércio de plantas medicinais é a causa principal da degradação das florestas na África do Sul".

Wally Menne, integrante da ONG sul-africana Timberwatch Coalition, tem, no entanto, uma opinião bem diferente a respeito da questão. Para ele, "está na hora de abrir os olhos e enfrentar a realidade: se a gente está falando do estrago causado às florestas, o maior culpado é a indústria florestal".

Segundo dados reunidos pela Timberwatch, calcula-se que as florestas nativas cobrem menos de 0,25% da área total da África do Sul, fato que as torna o menor bioma do subcontinente. Essas florestas, que tendem a se agrupar em cinturões formados por borões, como em Drakensberg, ou em faixas contíguas, como ao longo do litoral sul da região do Cabo e as dunas litorâneas de Kwa Zulu/Natal, diminuíram significativamente como resultado de atividades humanas, entre as quais estão incluídas a agricultura e o pastoreio. A pressão aumenta, devido à expansão das plantações de árvores e culturas industriais –como a cana de açúcar– em áreas naturais, o que, por sua vez, desloca os moradores locais. Assim, esse processo causa impactos indiretos nas florestas, independentemente do lugar, porquanto os moradores deslocados tendem a se embrenhar na floresta em busca de sustento.

Na opinião de Wally Menne, "colocar a culpa em 'colhedores comerciais' anônimos é uma resposta bastante pobre, se levarmos em conta que as estradas das plantações permitem o acesso à floresta de trabalhadores temporários e mal pagos que, dificilmente, vão perder a chance de ganhar um pouco de dinheiro colhendo plantas medicinais. Geralmente, eles não são da região (com frequência, sequer do país) e são pobres demais, como para se preocupar com as conseqüências dos seus atos. Os 'colhedores comerciais' de jornada completa, que, em geral, somente transportam o material vegetal, amiúde empregam esse tipo de trabalhador para fazer o trabalho sujo. É necessário questionar o sistema de mão-de-obra subcontratada, usado por empresas como a Mondi e a SAPPI (as duas maiores empresas de plantações de árvores do país), para saber ao certo onde reside a causa real do problema". (Boletim do WRM N° 69, abril 2003).

Congo, República do: Plantações de eucalipto da Shell oferecem agora ainda menos postos de trabalho

A companhia Shell –além de suas conhecidas operações petrolíferas– também está envolvida numa atividade menos divulgada: a plantação de árvores. A companhia tem plantado, por si ou em associação com empresas ou Estados quase 150.000 hectares, principalmente de árvores de eucalipto e pinheiro, na Argentina (10.000), no Chile (36.000), na República do Congo (42.000), na Nova Zelândia (23.000), no Paraguai (8.000) e no Uruguai (28.000).

Na República do Congo, a companhia Shell possui 90% das ações da companhia Eucalyptus du Congo (ECO-SA), enquanto o governo possui o remanescente 10%. Suas plantações estão estabelecidas em terras de propriedade do Estado perto da cidade costeira e porto de Pointe Noire. As plantações se compõem de clones de híbridos de eucalipto (*Eucalyptus alba* x *Eucalyptus urophylla* e *Eucalyptus tereticornis* x *Eucalyptus grandis*). O mercado principal para estas plantações clonais é a indústria da celulose e cada ano são exportados quase meio milhão de metros cúbicos de troncos sem processar à Noruega, à França, à Itália, à Espanha, a Portugal e a Marrocos para a produção de pasta e papel.

Como é comum neste tipo de plantações, a criação de empregos pela companhia é escassa: apenas 400 postos de trabalho. Isso significa que, contando apenas a área plantada e não a totalidade da área coberta pela plantação, requerem-se 105 hectares para criar apenas um posto de trabalho. Mas atualmente a situação tem piorado ainda mais. No mês passado, a administração da companhia decidiu

deter a corta e a venda de madeira de eucalipto por causa de uma baixa no preço internacional, devido, conforme se alega, à superprodução desse tipo de madeira. Como é comum também, o custo será pago pelos trabalhadores. Conforme o gerente da companhia, o Sr. Perrin, o número de trabalhadores será reduzido "até que o preço da madeira atinja novamente um nível correto". Em outras palavras, "o mercado" decidirá o destino dos trabalhadores.

Este é um dos numerosos exemplos da inadequação do modelo de plantação de monoculturas em grande escala como meio para a melhoria das formas de subsistência das comunidades local. Neste caso, a companhia, com o apoio e a participação do governo, apossou-se de mais de 50.000 hectares de terra para uma atividade que produz muito poucos postos de trabalho e que gera receitas por exportação muito baixas porque exporta troncos sem processar. Quando o preço internacional é alto, a companhia gera lucros que nunca chegam aos trabalhadores e às comunidades locais. Quando o preço é baixo, os trabalhadores são despedidos.

Esta situação mostra mais um exemplo da estratégia da indústria da celulose e do papel para garantir o abastecimento econômico e constante de matéria-prima: promover a plantação de eucalipto em grande escala em países que podem produzir grandes quantias de madeira barata. Isso implica que as árvores devem crescer rapidamente, que a mão-de-obra e a terra devem ser baratas e que os controles ambientais devem ser pouco exigentes. Sem dúvida, estes requisitos da indústria da pasta e do papel são cumpridos na República do Congo. Mas também são cumpridos em muitos outros países, que são incentivados através de diferentes mecanismos a dedicar grandes áreas de seu território à plantação de árvores. O resultado é uma concorrência mundial por vender o mesmo produto, o que faz com que o preço baixe, em benefício dos principais atores da indústria e do comércio mundiais. (Boletim do WRM N° 46, maio de 2001).

Gana: "Promissores" planos de reflorestamento acabam em desemprego

Às voltas com uma crescente dívida externa e pressionado pela globalização e a liberalização do comércio, Gana, como muitos países da África ocidental, teve a sua capacidade para financiar o gasto público nacional seriamente limitada. Além disso, a maior parte das exportações dos países africanos vem sofrendo a queda dos preços, o que traz como resultado uma escassa receita oriunda de exportações e contribui para a geração de um grande déficit orçamentário. Na tentativa desesperada de satisfazer o pagamento da dívida externa e enfrentar o déficit, muitos países da África, inclusive a República de Gana, empenharam-se na extração agressiva dos recursos primários, não só dilapidando os recursos da floresta, mas, também, se furtando a destinar recursos orçamentários para práticas de manejo florestal sustentável.

A madeira é um dos principais produtos de exportação, com a resultante degradação das florestas do país. Quase a metade de Gana estava coberta de florestas, acolhendo 680 espécies de árvores e vários tipos de mogno. A maior parte dessas árvores foi derrubada. No início da década de 1990, apenas restava de pé um terço das florestas do país.

Paralelamente, os territórios indígenas foram transformados em massa em áreas para a atividade madeireira e mineração, bem como em terrenos para culturas agrícolas destinadas a satisfazer necessidades externas, principalmente através de plantações de monoculturas extensivas. Na ânsia de atrair investimento estrangeiro, foi negado aos moradores locais o seu direito à terra.

Depois do país ter perdido cerca de 70% das florestas, foram implementadas severas restrições à atividade madeireira e começou a ser aplicado um programa de florestamento (mais precisamente de reflorestamento). Porém, esses esforços foram realizados seguindo o mesmo modelo de oferta de produtos primários, para sustentar formas de vida não sustentáveis em outros lugares, e como monoculturas extensivas. No caso, árvores com valor comercial, geralmente destinadas para alimentar

plantas industriais de celulose. Surpreendentemente, em certos âmbitos, essas plantações são consideradas florestas.

As plantações de árvores caracterizam-se pela concessão de incentivos perversos por parte dos governos. Gana, por exemplo, promoveu a criação de um fundo para a instalação de plantações de árvores por parte de pessoas físicas e empresas, convocando pequenos proprietários de terras para que as mesmas fossem destinadas a esse objetivo. A FAO apoiou esses incentivos às plantações. O programa de florestamento e reflorestamento –que abrange uma limitada variedade de espécies e que está sendo executado pelo Departamento de Manejo Florestal de Gana– foi promovido como um importante "projeto de desenvolvimento" que daria emprego a uma população empobrecida.

No entanto, a publicação ganesa *Chronicle* revelou há pouco que a maior parte das 150 pessoas contratadas pela Asuowam Complex (AC) Ltd., uma empresa madeireira de Wamfie, na região de Brong Ahafo, para um projeto de reflorestamento na reserva de florestas degradadas de Pamu-Brekum, foi demitida. Desde o início do projeto, em 1998, a AC Ltd. já plantou árvores numa área de 400 hectares. Do total de 150 pessoas contratadas pela AC Ltd. como força de trabalho para o projeto, apenas uma estrutura básica de 15 empregados ficou vigiando o local. A decisão da gerência da AC Ltd., de demitir 135 pessoas, esteve baseada no fato da empresa ter ficado sem fundos, como resultado da falta de madeira em rolos para suas operações. Primeiro, a empresa demitiu os empregados do setor madeireiro e, depois, fez a mesma coisa com aqueles que trabalhavam no projeto de reflorestamento.

O que resta, finalmente, é um deserto de árvores e nenhuma fonte de emprego para as pessoas. Aliás, é um saldo desfavorável, sobre o qual há muito o que meditar. (Boletim do WRM N° 65, dezembro 2002).

Quênia: A Pan African Paper Mills causa poluição e desmatamento

O modelo de plantações em grande escala para celulose que vem sendo implementado no Sul não apenas causa impactos sociais e ambientais negativos sobre as matas, mas gera efeitos adicionais decorrentes da poluição pelo processo industrial de produção de celulose, bem como o desmatamento para fornecer matéria-prima às fábricas.

Esse é também o caso da Pan African Paper Mills (Panpaper), cuja fábrica está localizada no povoado de Webuye, na Western Province, com uma população de 60.000 moradores. A fábrica está numa área ambientalmente sensível sobre a beira do rio Nzoia, que desemboca no Lago Vitória. Há denúncias de que a fábrica emite fumo e eflúvios líquidos, poluindo desse jeito o ar, a água e os rios próximos. O impacto ambiental causado pela fábrica é tão forte que as estruturas de ferro em Webuye têm ficado enferrujadas e as pessoas que passam por ali, usando a rodovia Nairobi-Kampala, têm que fechar as janelas de seus veículos e conter a respiração até uma distância prudencial do povoado.

Os problemas causados pela Panpaper não são novos. Conforme um relatório publicado em 1994, a poluição gerada por essa fábrica é considerada responsável de uma série de problemas sanitários: mais de 60% das crianças nascidas depois de 1974 –quando a fábrica começou a operar– têm tido problemas respiratórios nas idades de um a cinco anos. Também se verificou a existência de outros problemas de saúde, como tosse crônica, gripe, alterações nervosas, diarreia, tifo e enxaqueca que o pessoal de saúde têm atribuído principalmente à poluição do ar e da água produzida por essa fábrica.

Por outro lado, a necessidade da fábrica de matéria-prima tem virado um incentivo para a destruição das matas remanescentes na região –especialmente as de Kakamega e Monte Quênia– que estão sendo devastadas rapidamente. A Pan African Paper Mills é uma das principais compradoras da madeira extraída. Também, a empresa é uma das três companhias isentas da moratória parcial de corta em vigor no país. Segundo círculos oficiais, essa medida foi tomada já que "o governo possui ações na empresa

e a mesma é importante para a economia". Os antecedentes da Panpaper a respeito da conservação das matas é terrível. Desde 1972 –ano de construção da fábrica– até hoje, a cobertura de matas da área, bem como a de Turbo e Mosorit –localizados a 200 quilômetros de distância– tem desaparecido.

O argumento de que esse é o preço a pagar para atingir o "desenvolvimento" já não é aceitável nem aceitado. Conseqüentemente, os moradores de Webuye e um grupo de ativistas têm se organizado no chamado *Panpaper Anti-Pollution Lobby Group* (Grupo de Pressão Contra a Poluição da Panpaper) e têm organizado uma passeata para acabar com os abusos que vêm sendo cometidos e exprimir sua preocupação pela atual situação e seu apoio à defesa dos direitos ambientais dos moradores locais. (Boletim do WRM N° 45, abril de 2001).

Tanzânia: Outro caso de CO2lonialismo norueguês

Um projeto implementado em Uganda pela companhia norueguesa Tree Farms para o estabelecimento de entre 80.000 e 100.000 hectares de plantações de pinheiro e eucalipto como sumidouros de carbono tem sido severamente questionado por suas conseqüências negativas do ponto de vista social e ambiental. O projeto foi definido como negativo em todos os aspectos, já que é duvidoso que a companhia obtenha lucros, as comunidades locais perdem suas terras e os trabalhadores ganham salários miseráveis, ao mesmo tempo que Uganda perde sua soberania quanto ao manejo de seu território e dos recursos naturais do mesmo.

Um relatório publicado em julho de 2000 ("Carbon Upset. Norwegian 'Carbon Plantations' in Tanzania" por Jorn Stave, NorWatch) analisa outro projeto administrado pela Tree Farms. Até agora a Escarpment Forestry Company Ltd., subsidiária da Tree Farms tem plantado 1.900 hectares de *Pinus patula* e *Eucalyptus saligna* nos distritos de Sao Hill, Mufindi e Kilombero nas terras altas da Tanzânia. A empresa está em processo de adquirir mais terras. Além disso, está financiando as atividades da TAGGAT (Tanzania Greenhouse Gas Action Trust), uma fundação que trabalha com ela no desenvolvimento de modelos de simulação para a fixação de carbono na biomassa das árvores.

Apesar de que este projeto difere em vários aspectos do implementado pela mesma companhia em Uganda, a pesquisa conclui que se trata de um novo caso de "CO2lonialismo" que está provocando impactos negativos sobre o ambiente, as comunidades locais e a Tanzânia como país. A biodiversidade no nível local –que inclui duas espécies de orquídeas e uma de aloés em perigo de extinção– será afetada pelas monoculturas florestais. Além disso, não se sabe exatamente o que vai acontecer com o carbono contido nos solos e nas raízes da vegetação natural, uma vez que as plantações estejam instaladas. Apesar de que a Tree Farms realizou consultas com os moradores locais antes do começo dos trabalhos, está utilizando a força de trabalho que eles fornecem, pagando-lhes salários bem inferiores ao salário mínimo recomendado oficialmente. Além disso, há ainda mais de cem trabalhadores com vários meses de salários atrasados. O montante que a empresa está pagando ao governo da Tanzânia por arrendamento da terra (USD 1,9/há/ano) é menor do que paga o projeto da Tree Farms em Uganda. Apesar disso, os noruegueses estão pressionando as autoridades para reduzir esse preço 50%. Ao mesmo tempo a Tanzânia perderá o controle das terras arrendadas por um período de 99 anos.

As atividades da Tree Farms na Tanzânia podem ser consideradas ainda piores que as desenvolvidas em Uganda, já que neste caso a companhia espera juntar enormes lucros, aproveitando-se do pouco poder de negociação das comunidades locais e o escasso desenvolvimento institucional do estado da Tanzânia. Como o "mercado do carbono" implica um absurdo comércio entre agentes com muito diferente nível de poder, não surpreende que o mais forte e rico ganhe, enquanto o mais débil e pobre perca. Definitivamente os sumidouros de carbono não constituem uma solução para a mudança climática mas um problema adicional, tanto no nível global, quanto no nível local. (Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

Uganda: Sumidouros de carbono e CO₂ colonialismo norueguês

As companhias florestais do mundo inteiro estão procurando com entusiasmo implementar a idéia de estabelecer plantações de árvores em países do Sul sob os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto, assinado em 1997, para supostamente capturar CO₂ da atmosfera e mitigar assim os efeitos do aquecimento global...e ao mesmo tempo obter pingues lucros. Apesar de que é apresentada como "amigável para o ambiente", a idéia das plantações como sumidouros de carbono se baseia em fundamentos científicos débeis e não constitui uma maneira efetiva de reduzir as concentrações de CO₂ no ar. Além disso, a mesma potencializa os efeitos negativos do modelo hegemônico de monoculturas florestais no nível local e regional.

A Noruega também aproveitou isso e tem apontado para Uganda. A companhia norueguesa Tree Farms estabeleceu-se nesse país em 1996, onde está desenvolvendo um projeto florestal. Por outro lado, o Norwegian Afforestation Group (Grupo de Florestamento Norueguês) obteve em novembro de 1999 o consentimento das autoridades para um projeto do mesmo tipo. A primeira das nomeadas, que opera na Reserva Bukaleba sob o nome de sua subsidiária Busoga Forestry Company Ltd. já tem iniciado um projeto de instalação de entre 80.000 e 100.000 hectares de plantações de pinheiro (*P. caribaea*, *P. oocarpa* e *P. tecunumani*) e eucalipto (*E. grandis*). O esquema é muito similar ao adotado pela fundação holandesa FACE nos Páramos do Equador, bem como suas conseqüências.

Uma recente pesquisa de campo efetuada pela ONG norueguesa NorWatch mostra que os dois projetos e especialmente o da Tree Farms apresentam aspectos muito questionáveis: as duas empresas norueguesas têm obtido as terras de parte das autoridades por um preço irrisório, já que por um lado as autoridades ugandenses não têm praticamente capacidade de avaliar qual a magnitude do valor que as companhias estão pensando gerar –especialmente através da comercialização do carbono– e de outro, a corrupção está presente nos níveis de tomada de decisões.

O projeto da Tree Farms tem provocado a expulsão de aproximadamente 8.000 pessoas de suas terras –principalmente agricultores e pescadores- pertencentes a 13 povoados, já que a companhia têm ocupado essas terras, condenando-os à pobreza devido à perda de seus meios de vida e gerando um foco de conflitos sociais e ambientais. Além disso, sob o regime de "taungya" os moradores locais podem cultivar milho, feijão e outras legumes entre as filheiras de árvores durante os primeiros anos de crescimento dos mesmos, mas apesar de ser muito surpreendente, eles têm que pagar por este uso da terra e além disso estão sendo explorados pela empresa, já que a mesma não lhes paga pela tarefa de capina e cuidado das árvores que realizam nos primeiros anos da plantação.

Ao outorgar em concessão áreas para "plantações de carbono" por um período de 50 anos o país está hipotecando as opções de câmbio no uso do solo no futuro. As chamadas plantações para armazenagem de carbono devem permanecer como tais no futuro imediato, privando assim às autoridades locais da opção de utilizar essas áreas para outros fins, de acordo com as necessidades da população. Por outro lado, Uganda não poderá utilizar estes sumidouros para sua própria contabilidade do carbono, quando o país deva cumprir com este tipo de compromissos, já que os créditos já terão sido vendidos a países e empresas do Norte.

Como acontece habitualmente, a contabilidade do carbono no Projeto Tree Farms é incerta, já que não há forma de estabelecer a quantia líquida de CO₂ que pode ser removida e armazenada por uma plantação florestal durante um tempo prolongado. Inclusive é possível que as plantações se transformem na realidade em fontes de emissão de carbono, em vez de sumidouros. Além disso, elas defrontam riscos de incêndios, distúrbios no nível político, agitação social, todos fatores que fazem difícil garantir que esse tipo de atividades possam continuar sem inconvenientes. Isso sem mencionar

os impactos das monoculturas florestais sobre solos, água e biodiversidade, incluindo também a capacidade da soto-mata e a vegetação circundante para absorver e armazenar carbono.

Não fica claro se o Projeto Tree Farms sobreviverá, devido à existência de conflitos no nível social e de problemas vinculados à sua rentabilidade. Um recente estudo financiado pela União Européia, referido entre outras coisas a este projeto, chegou à conclusão de que estamos em presença de uma situação "perda-perda" (loss-loss), isto é, de efeitos negativos tanto para o florestamento quanto para a população local.

A NorWatch considera que o projeto Tree Farms implica na realidade uma situação "loss-loss-loss", já que o florestamento está cheio de problemas, a população local está sofrendo e Uganda está sendo "CO2lonizada".

Com relação à Convenção Marco sobre Mudança Climática, a Conferência das Partes debaterá durante sua próxima reunião em novembro em Haia, se o mercado do carbono baseado nas plantações florestais nos países do Sul deve ser aprovado como uma opção para a redução de emissões. Enquanto isso, a Noruega, que em 1997 se comprometeu a reduzir a liberação de gases de efeito estufa para o período 2008-2012, na realidade tem aumentado essa liberação. As autoridades desse país prevêem que esse crescimento continuará até o ano 2010. Para a Noruega, plantar árvores nos países do Sul, como Uganda, é mais barato do que implementar tecnologias tendentes à diminuição de suas próprias emissões. De qualquer modo...os pobres de Uganda e o ambiente no nível global são os que pagam os custos. (Boletim do WRM N° 35, junho de 2000).

Zâmbia: Boas ou más notícias no setor florestal?

A Zâmbia possui quase 46 milhões de hectares de floresta; deles, 7,4 milhões são reservas, 6,3 milhões são parques nacionais e 32 milhões são terras florestais. Calcula-se que a área com plantações de árvores é de aproximadamente 63 mil hectares. É nesse contexto que devem ser analisadas as seguintes novidades.

A notícia é que o governo da Zâmbia está sondando a possibilidade de conseguir 30 milhões de dólares para a reativação da indústria madeireira, a qual –segundo Conran Simuchile, funcionário de Relações Públicas do Ministério do Comércio, Negócios e Indústria– está abandonada há muito tempo.

O dinheiro seria entregue como empréstimo ao setor empresarial envolvido na indústria madeireira, com o objetivo de apoiar a introdução e o estabelecimento das plantações e plantas processadoras. Argumenta-se que o objetivo é o envolvimento dos empresários no negócio do processamento de produtos acabados, em lugar da exportação de madeira bruta –que, depois, acaba voltando à Zâmbia na forma de produtos acabados–, que gera desemprego no setor industrial do país.

Parar com a exportação de troncos sem processar e agregar valor à madeira, através da manufatura de produtos acabados, soa razoável, em especial, num país onde a população rural vem sofrendo os efeitos da eliminação dos subsídios agrícolas, na década de 90, e tem sido forçada a realizar outras atividades para garantir a sua sobrevivência, como, por exemplo, a derrubada de florestas para carvão vegetal vendido nos mercados urbanos.

No entanto, restam algumas perguntas. Por exemplo, em se tratando de um negócio lucrativo, como é que a indústria madeireira experimentou uma queda, num país com abundantes recursos florestais? O ministro do Turismo e Recursos Naturais, Levison Mumba, reconheceu que a indústria não contribuiu para o produto interno bruto do país, devido à falta de transparência das partes envolvidas. Portanto, quem vai decidir quem recebe o dinheiro? E quais serão os mecanismos de fiscalização a serem implementados, para garantir a geração de emprego e o manejo sustentável das florestas?

Quanto à promoção de plantações florestais, também existem várias perguntas. Em si, as plantações não são ruins: tudo depende das espécies plantadas, de onde, da escala, de como é feito (incluindo o consentimento prévio e informado da população local) e de quem são os beneficiários dessa atividade e das atividades industriais secundárias.

Não obstante, parece não fazer muito sentido que um país rico em recursos florestais deva promover as plantações florestais, em lugar de se voltar para um uso inteligente das florestas. A informação de que dispomos não explica o que o governo entende por "plantações". Porém, o que fica relativamente claro é que o governo tem por fim o fornecimento de matéria-prima para a indústria madeireira ("para ajudar os empresários a introduzir e estabelecer as plantações e plantas processadoras, apostando na reativação da indústria madeireira"). Nesse caso, é bem provável que as plantações sejam principalmente de espécies exóticas de rápido crescimento, semelhantes àquelas cujo plantio vem sendo impulsionado nos trópicos e sub-trópicos: eucalipto, pinheiro, acácia, melina. Caso afirmativo, a experiência revela que seria um grave erro.

Evidentemente, seria bem mais coerente plantar espécies nativas em áreas florestais degradadas, desde que as comunidades locais aproveitem a idéia e sejam beneficiadas com a restauração da floresta. O apoio e financiamento para essa tarefa seriam muito bem-vindos. Não obstante, o dinheiro que o governo está tentando conseguir seria entregue, através de empréstimos, ao setor empresarial ligado à indústria madeireira, o mesmo setor acusado de "falta de transparência" pelo ministro.

Em suma, ainda é muito cedo para dizer se essas notícias são boas ou más, embora, ao que parece, vingará a segunda alternativa. Esperamos estar errados. (Boletim do WRM Nº 68, março 2003).

AMÉRICA

Nasce Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores

No marco do III Fórum Social Mundial (Porto Alegre), um conjunto de representantes de ONGs latino-americanas reuniu-se para discutir a possibilidade de coordenar esforços em torno do crescente problema das monoculturas de árvores.

Na reunião, foram analisados tanto os fatores que favorecem a ocupação do território por monoculturas destinadas à produção de madeira, fibra para celulose e aceite de dendê, quanto aqueles que a condicionam.

Foi ressaltado o crescente apoio que essas monoculturas recebem dos governos da região, a maior parte deles tendo aprovando legislação dedicada explicitamente à sua promoção, através da concessão de todo tipo de subsídio para essa atividade. Por sua vez, esse apoio é resultado de iniciativas surgidas no nível das agências bilaterais e multilaterais, que preparam o terreno para o investimento de empresas transnacionais interessadas no negócio.

Ao mesmo tempo, a área reservada para monoculturas de árvores em grande escala poderia ser fortemente incrementada, como resultado da implementação do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, incluído no Protocolo de Kioto da Convenção sobre Mudança Climática, que permite que os países industrializados poluentes possam "compensar" suas emissões, através do plantio de árvores em grandes áreas, como "sumidouros de carbono". A América Latina seria um desses destinos preferidos para tamanhos projetos.

Em síntese, o cenário latino-americano está pronto para receber, com o beneplácito dos governos, investimentos destinados a aumentar a área coberta por monoculturas de árvores, tanto para a produção (de madeira, celulose e aceite de dendê) quanto para servir de sumidouros (lixeiros) de carbono.

Não obstante, os participantes na reunião também analisaram a crescente oposição popular a esse modelo florestal e o grau de conhecimento e experiência acumulados a respeito da questão, o que faz com que cada dia se torne mais difícil convencer a população da região de que essas plantações vão lhe trazer benefícios. Pelo contrário, as experiências em regiões onde esse modelo conseguiu se implementar revelam conseqüências desastrosas, tanto para as pessoas (perda de territórios, de recursos e de postos de trabalho) quanto para o ambiente (impactos na água, nos solos, na biodiversidade, na paisagem).

Portanto, ficou entendido que era imprescindível se organizar para coordenar ações contra as monoculturas de árvores no nível continental, a fim de impedir uma maior expansão. Nesse sentido, @s representantes de ONGs da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Paraguai e Uruguai (e, posteriormente, de El Salvador) acordaram a criação da Rede Latino-americana contra as Monoculturas de Árvores, delegando ao Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais a função de secretaria. (Boletim do WRM Nº 67, fevereiro 2003).

Argentina: Um duvidoso projeto de sumidouro de carbono com fim feliz

Enquanto os governos debatiam em Haia os supostos benefícios da inclusão de matas e plantações no chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto da Convenção sobre Mudança Climática, um insólito projeto na Argentina dava a razão aos que se opunham a sua inclusão.

Efetivamente, em fevereiro de 2002 a empresa "El Foyel S.A.", nova proprietária de um prédio de 7.800 hectares localizado na área do El Foyel na sulista Província de Río Negro, solicitou a autorização do Serviço Florestal Andino para abrir e reabilitar vários quilômetros de caminhos dentro da mata do lugar e para cortar umas 300 hectares dessa valiosa mata para substituí-la por uma plantação de pinheiro oregon e pinheiro radiata. O prédio é lindeiro do Parque Nacional Nahuel Huapí, nas cercanias da cidade turística de Bariloche.

Três meses depois, sem qualquer autorização, a empresa começou as operações de corta, o que originou a intervenção do Serviço Florestal Andino, por "flagrante infração ao código florestal", que causou a destruição de uma centena de ciprestes e outro tanto de ñires (*Nothofagus antartica*), maitenes (*Maytenus boaria*) e outras árvores nativas. No entanto, este episódio foi apenas a ponta do iceberg de uma situação ainda mais duvidosa. O projeto implica de fato a destruição não apenas de 300 mas de 4.500 hectares de mata e sua substituição por plantações de pinheiros.

Para cobrir o empreendimento com uma máscara "verde", o projeto –cujos objetivos essenciais são a produção de madeira e a cobrança por serviços de captura de carbono– propõe realizar um manejo "sustentável" de uma área de mais de 1.800 hectares de espécies nativas, incluindo lenga (*Nothofagus punilis*) e cipreste.

As fortes conexões dos empresários envolvidos com autoridades locais têm permitido que, apesar de suas características, o projeto já tenha obtido a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental pela CODEMA, o órgão provincial de meio ambiente. Agora se espera a aprovação final pelo Departamento Florestal, apesar de que o projeto está paralisado por ter recebido sanções por iniciar trabalhos de abertura de caminhos antes de ter as aprovações definitivas.

Moradores, acadêmicos e técnicos têm exprimido sua oposição ao projeto. A ONG "Comunidad de Limay" tem iniciado uma campanha para detê-lo, apresentando ao mesmo tempo um recurso legal

sobre a base de que não tem existido um processo de consultas públicas e que o projeto contradiz a legislação em vigor que protege as matas nativas. Além disso, os doutores Thomas Kitzberger e Estela Raffaele, da Universidade Nacional do Comahue advertem que o estabelecimento é lindeiro a um parque nacional e está numa área onde se projeta desenhar o Corredor Norpatagônio, para favorecer a mobilidade das espécies e proteger assim a biodiversidade. Em seu relatório questionam também as técnicas de "manejo sustentável" propostas para as 1.800 hectares de mata que não serão cortadas. Por sua vez, o Serviço Florestal Andino tem apontado que a corta em grande escala do ñire pode afetar negativamente as outras espécies nativas, como o cipreste, que crescem associadas ao mesmo. Também preocupa que a agressiva capacidade de regeneração do pinheiro oregon, resulte na substituição das espécies nativas. Também questionou-se a suposta função de sumidouro de carbono da plantação projetada. Outros cientistas da Universidade Nacional do Comahue apontam que não há qualquer evidência pela qual a plantação de pinheiros seja mais eficiente que a mata para absorver anidrido carbônico.

No dia domingo 5 de novembro de 2000 esta discussão ganhou a rua, quando ONGs ambientalistas do Chubut e do Río Negro organizaram uma passeata "em favor da biodiversidade que povoa as matas mais austrais do planeta", na que participaram o "Proyecto Lemu", o "Movimiento Antinuclear Chubutense", grupos indigenistas Mapuche e Tehuelche, Greenpeace Argentina e a "Sociedad Ornitológica de Puelo, Atech y Cetera".

Apesar de que a imagem da Argentina se associa a vastas pradarias, não é menos certo que em finais do século passado, a Argentina tinha mais de 100 milhões de hectares entre florestas e matas. Atualmente restam menos de 20 milhões em pé, das quais a metade está sofrendo um acelerado processo de degradação. A expansão das monoculturas florestais de pinheiro e eucalipto constitui uma ameaça direta para estes ecossistemas sobreviventes e o caso de El Foyel é mais um numa longa lista de destruição das matas.

Como outros projetos implementados em outros países, este projeto de "absorção de carbono" mostra claramente que este enfoque não constitui uma solução para o clima global –já que libera mais carbono por desmatamento do que absorve pela plantação de árvores– e que além disso causa graves prejuízos sociais e ambientais no nível local. No entanto, constituem um excelente negócio para uma porção de empresários, para os quais o drama da mudança climática é apenas uma nova e boa oportunidade de obter lucros.

Felizmente, a luta contra este projeto foi um sucesso. A justiça criminal argentina proibiu "realizar qualquer uma das obras inerentes ao projeto florestal". Muitas pessoas e organizações, tanto governamentais quanto da sociedade civil, colaboraram para este sucesso, entre as que estão as autoridades do Parque Nacional Nahuel Huapí, a Universidade Nacional do Comahue e funcionários do Serviço Florestal Andino. Mas os que dirigiram o movimento foram as organizações da sociedade civil, e a ONG "Comunidad del Limay" teve a responsabilidade de apresentar a ação judiciária que deu como resultado o veredicto do tribunal. Uma participação igualmente importante tiveram as organizações que promoveram a passeata do dia 5 de novembro, como as organizações indígenas Mapuche e Tehuelche, Greenpeace Argentina, a "Sociedad Ornitológica de Puelo, Atech y Cetera". (Boletim do WRM N° 40, novembro de 2000 e Boletim do WRM N° 41, dezembro de 2000).

Argentina: "Florestas do silêncio", ou plantações de pinheiro nas Yungas

A região fitogeográfica das Yungas, ou floresta nublada, consiste numa floresta úmida que se apresenta em setores montanhosos ligados à Cordilheira dos Andes. Partindo da Venezuela, estende-se de forma descontínua pelo Equador, passando através do Peru e da Bolívia, até o noroeste da Argentina, onde os extremos relictuais se manifestam nas províncias de Salta, Jujuy, Tucumán e Catamarca. Em geral, a conservação dessa região é concebida sob o regime de Parques Nacionais:

Baritú e El Rey, na província de Salta, Calilegua, na província de Jujuy, e Campo Los Alisos, na província de Tucumán. As Yungas são um dos ambientes com maior biodiversidade da Argentina, sendo que também estão entre os ecossistemas mais ameaçados do mundo, principalmente devido à sua rápida fragmentação e destruição.

Com uma altitude de 300 metros a mais de 4 mil metros, as Yungas podem ser divididas em quatro áreas, segundo os pisos altitudinais: Floresta Pedemontina (floresta ao pé da montanha), de transição e do tipo subtropical, possuindo 30% da biodiversidade toda desse valioso ecossistema; Selva Montina, Floresta Montina ou Floresta de Aliso (essas duas áreas têm sido bastante devastadas pelo corte seletivo de suas espécies nativas madeiráveis) e Pastos de Altura ou Pradaria Montina, relativamente conservada por ser de difícil acesso.

Calcula-se que 67% da área de floresta pedemontina original na Argentina sumiu, sendo que o restante foi alterado. A atividade agrícola que acompanhava as concentrações urbanas nessa região até o início do século XX, e que começou a substituir a floresta, se caracterizava pela diversidade da produção – cultura de erva mate, chá, *chirimoya*, manga, café– para satisfazer as necessidades locais. Porém, a partir da primeira década do século XX, com a chegada da estrada de ferro e a criação de engenhos de tabaco e açúcar –como o Engenho Ledesma, em Jujuy–, houve uma mudança de modelo e o país entrou numa economia de escala, com características comerciais e industriais. Vastas áreas de floresta pedemontina foram substituídas por extensas plantações de monoculturas intensivas (cana de açúcar, banana, cítricos) voltadas para a exportação. Esse processo trouxe a concentração da propriedade da terra nas mãos de poderosos grupos econômicos, nalguns casos, multinacionais, noutros, capitais nacionais e provinciais, na forma de sociedades anônimas, ou sob o domínio de famílias representantes do capital agro-industrial do noroeste argentino (engenhos, serrarias, produtores de fruta e hortaliças). Essa apropriação foi realizada em detrimento da população local, provocando marginalização, emigração rural e desemprego, e desconhecendo os direitos das comunidades nativas, como os Kollas, que habitam essas terras há séculos e desempenham um papel de primeira ordem na defesa das Yungas.

Nos últimos anos, a alteração das Yungas viu-se agravada por um novo fator de destruição: as plantações em grande escala de monoculturas de árvores, em especial, de espécies exóticas de rápido crescimento (pinheiro, eucalipto, *grevillea*, paraíso gigante). Esse tipo de plantio vem sendo promovido e financiado por órgãos multilaterais, como o Banco Mundial, principalmente para abastecer a poderosa indústria de celulose e papel e para satisfazer o consumo exagerado exigido pelo empacotamento de mercadorias dentro do atual modelo de globalização dos mercados. Nos últimos tempos, as monoculturas de árvores também são apresentadas como "a solução" para a mudança climática, já que agiriam como sumidouros de carbono. Mas, para isso, são derrubadas florestas nativas!

Jorge Baldo, biólogo e mestre em Vertebrados, Francisco Cornell, técnico em Turismo, e Freddy Burgos, guarda florestal, estão unidos pela paixão pelas aves e a certeza de que, se não fizerem alguma coisa para protegê-las, em breve não vai restar mais nada. Eles três moram no bairro Los Perales, na cidade argentina de São Salvador de Jujuy, no alto da belíssima paisagem da Floresta Montina, entre os 1200 e os 1500 metros de altitude. Até a presente data, eles identificaram 240 espécies de aves, algumas endêmicas da região das Yungas, como a *Grallaria albigula*, outras visitantes do hemisfério norte, como *Hirundo rustica*, *Riparia riparia*, *Elanoides forficatus*, *Ictinia mississippiensis* e *Vireo olivaceus*. Também são testemunhas do perigo e denunciam os resultados de um censo que deu 189 espécies de aves numa floresta, contra 23 numa plantação de pinheiro, numa área do mesmo tamanho.

Nessas plantações, não há espaço para a biodiversidade. Elas são "desertos verdes" que perderam a multifuncionalidade de um ecossistema, e os moradores locais perceberam muito bem essa realidade,

ao batizá-las como "florestas do silêncio". Até quando vai ser imposto o silêncio sobre povos e florestas? (Boletim do WRM Nº 66, janeiro 2003).

Brasil: O casamento da Stora Enso com a Aracruz

A notícia da associação da Stora Enso com a Aracruz Celulose é com certeza uma má notícia para a população local nos Estados brasileiros da Bahia e do Espírito Santo, dominados por três grandes companhias de fabricação de celulose, como a Veracel, a Aracruz e a Bahia Sul. Agora a propriedade da Veracel passará a ser dividida pela Stora Enso e a Aracruz, permanecendo 10% das ações remanescentes em mãos do grupo brasileiro Odebrecht. Essas três companhias são donas de mais de 300.000 hectares de monoculturas de eucalipto, que estão tendo um forte impacto negativo sobre a água, os solos e a biodiversidade, o que também afeta negativamente os meios de vida dos moradores locais. Além disso, o desenvolvimento das plantações não tem gerado os muito necessários postos de trabalho prometidos, mas pelo contrário, tem ocasionado uma perda líquida de empregos na região.

O crescente impacto das plantações tem levado à criação de uma ampla coalizão de ONGs, povos indígenas, camponeses, pescadores, acadêmicos e muitos outros, e o nome que escolheram para essa coalizão é significativo demais com relação ao problema que estão enfrentando: "Movimento Alerta contra o Deserto Verde no Espírito Santo e a Bahia".

Em 1999 a coalizão conseguiu frear uma jogada da Aracruz em procura da certificação de suas plantações no Estado da Bahia pelo Conselho de Gestão Florestal (Forest Stewardship Council-FSC). No entanto, a companhia é tão poderosa no Estado do Espírito Santo, que aparentemente estaria conseguindo a aprovação para uma nova expansão (de 700.000 toneladas) de sua capacidade de produção de celulose, enorme de per si, o que equivale a dizer também dos impactos ambientais que provocará.

No entanto, tanto a Aracruz quanto a Veracel estavam enfrentando problemas. Com o fim de contar com matéria-prima para sua nova fábrica de celulose, a Aracruz precisa de mais 70.000 hectares de plantações. Atualmente a empresa está fazendo uma enorme pressão para comprar essa superfície no extremo sul da Bahia. No entanto, o órgão ambiental estadual da Bahia decidiu que é preciso um Relatório do Impacto Ambiental, prévio à aprovação de novas plantações de eucalipto. Este estudo pode levar muito tempo e gerar dificuldades para as operações da Aracruz.

O problema da Veracel é outro: o que fazer com suas plantações de eucalipto. A empresa tem estado enfrentando dificuldades para instalar sua própria fábrica de celulose e ainda não tem conseguido investidores interessados em destinar USD 1.600 milhões a essa iniciativa. Segundo a Stora Enso, "a implementação da fábrica de celulose da Veracel será adiada...e a decisão com relação a sua construção será tomada no final de 2002, sujeita às condições do mercado internacional da celulose". Esse adiamento na sua construção tem causado que o apoio à empresa no nível local tenha diminuído, já que o argumento usual da "geração de postos de trabalho" ainda não tem sido materializado.

Portanto o casamento das duas companhias parece que conseguirá resolver seus problemas mais urgentes: a Aracruz não terá que preocupar-se pelo fornecimento de matéria-prima para sua nova fábrica de celulose –a que sairá das plantações da Veracel- ao mesmo tempo que a Stora Enso poderá vender sua madeira à Aracruz sem ter que preocupar-se com relação a se a sua própria fábrica de celulose será construída na Bahia e quando.

Para as pessoas e o ambiente este casamento é uma muito má notícia, já que significa que a influência política tanto da Aracruz quanto da Veracel aumentará, o que fará com que a oposição às plantações florestais em grande escala e à fabricação de celulose seja ainda mais difícil. A menos que se coloque um freio a este "desenvolvimento" o mesmo incrementará os já sérios impactos sociais e ambientais,

vinculados com as grandes monoculturas florestais de espécies de rápido crescimento e os problemas de poluição decorrentes de uma maior produção de celulose branqueada (Boletim do WRM N° 36, julho de 2000).

Brasil: A pouca memória da Veracel e o poder da Aracruz

Em resposta à informação publicada pela Taiga Rescue Network em seu boletim Taiga News N° 32, com relação aos impactos sociais e ambientais provocados pelas plantações de eucalipto da Veracel no Estado da Bahia, Antonio Alberto Prado –Gerente de Relações Públicas da companhia– disse a essa publicação com o fim de explicar que "...desde seus inícios, em 1991, o manejo do solo e o desenvolvimento das plantações pela Veracel tem se baseado em princípios sustentáveis e ecologicamente saudáveis". Segundo ele, quando a Veracel chegou à região, a mata atlântica nativa tinha praticamente desaparecido. "As áreas utilizadas para a plantação" diz, "são as que já tinham sofrido uma intervenção humana irreversível, tratando-se principalmente de pastagens e terras degradadas". Acrescenta que a Veracel está executando um programa de conservação da mata nativa remanescente e que "a paisagem resultante está caracterizada por um mosaico florestal formado por eucaliptos nas planícies e mata nativa nos vales". Diz também que a presença da Veracel foi "bem-vinda pela população local como uma oportunidade única de preservar e restaurar a mata nativa, ao mesmo tempo que pela oferta de trabalho para uma população já conhecedora das operações florestais".

Podemos dizer, no mínimo, que o Sr. Prado parece ter muito pouca memória. Felizmente o "bom recebimento" que foi dado à companhia está bem documentado pelas ONGs brasileiras FASE, IBASE e CDDH-Teixeira de Freitas, que realizaram uma pesquisa exaustiva entre 1992 e 1996 sobre os impactos da expansão das monoculturas de eucalipto no Norte do Espírito Santo e no extremo Sul da Bahia.

Em 1992 a empresa chegou ao extremo Sul da Bahia sob o nome de VeraCruz Florestal com o objetivo de estabelecer plantações de eucalipto e uma fábrica de pasta. Um ano depois, um grupo de ONGs ambientalistas e sociais do Brasil, junto à SINTREXBEM –o sindicato dos trabalhadores florestais– denunciaram que a companhia estava devastando a mata atlântica, um dos ecossistemas mais biodiversos do Planeta. Seguidamente, promoveram uma ação judiciária. Em fevereiro de 1993, por decisão judiciária e do Ministério do Meio Ambiente, suspenderam-se temporariamente as operações da VeraCruz Florestal, já que a mesma tinha infringido a lei ambiental para a proteção da mata atlântica. Tudo isso está muito bem documentado em uma série de publicações que o Sr. Prado deveria ter lido antes de responder à Taiga News, e entre as que lhe recomendamos o "Dossiê VeraCruz", publicado em 1993.

Apesar disso, parece que o Sr. Prado não sabe nada de tudo isso e em vez disso prefere salientar o fato de que "a Veracel também possui e protege uma reserva de mais de 6.000 hectares de mata primária". Mas esta área simplesmente estava ali quando a empresa chegou, portanto, o único fato pelo qual a companhia pode sentir-se "orgulhosa e honrada" –como diz sua carta– é que neste caso particular não violou a lei! Por sua vez, o Sr. Prado parece esquecer que simultaneamente e a uns poucos quilômetros de distância, a empresa estava destruindo vastas superfícies de mata atlântica para substituí-la por plantações. Finalmente, a presença de remanescentes de mata nos vales se explica muito mais pelas dificuldades técnicas decorrentes da entrada com máquinas a plantar nestes locais que por considerações ambientais.

Os impactos sociais da Veracel na região também tem sido negativos. Como outras grandes empresas florestais que operam ali –a Aracruz Celulose e a Bahia Sul Celulosa– a Veracel ocupou enormes superfícies com suas plantações. Desse jeito, mais e mais pequenos e médios proprietários foram privados de suas terras, que eram progressivamente invadidas pelas plantações, ao mesmo tempo que

outras alternativas econômicas desapareciam. A empresa recebeu o apoio da população local apenas no início de suas operações, quando era percebida como possível geradora de emprego. Mas este apoio desapareceu rapidamente, já que o número de postos de trabalho gerados foi menor que o prometido, ao mesmo tempo que, na realidade, o número global de oportunidades de emprego na região diminuiu.

A carta do Sr. Prado revela que a Veracel –cujos principais acionistas são atualmente a Stora Enso e a Aracruz Celulosa– apreende rápido de sua nova sócia, a Aracruz, sobre como disfarçar seus impactos com um discurso "verde". Mas as palavras não podem ocultar os fatos por muito tempo.

No entanto, estas empresas não utilizam apenas palavras, mas também seu poder. A Aracruz Celulose –que é dona de vastas plantações de eucalipto no vizinho Estado do Espírito Santo- tem agora o propósito de obter a aprovação para expandir suas plantações no extremo Sul da Bahia. A Aracruz é famosa pelo longo conflito que mantém com os indígenas Tupiniquim e Guarani no Espírito Santo, legítimos donos da terra que a companhia está ocupando com vastas plantações para alimentar sua fábrica de celulose. A empresa tem solicitado a rápida aprovação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de um projeto para instalar 45.000 hectares de eucalipto no Sul da Bahia. ONGs ambientalistas tem denunciado que o processo está completamente parcializado em favor da Aracruz, a que está utilizando sua influência para obter a aprovação da AIA. A Aracruz também tem fortes vínculos com o Governador da Bahia, o que vê com bons olhos as plantações. A menos que as organizações locais consigam influir no processo, a AIA se transformará numa simples formalidade e os Estados da Bahia e do Espírito Santo se transformarão –nas palavras de um líder indígena Tupiniquim– num mar de "florestas mortas que matam tudo". (Boletim do WRM Nº 39, outubro de 2000).

Brasil: A opção entre a agricultura familiar e o gigante Aracruz Celulose

No estado brasileiro do Espírito Santo há atualmente dois setores de produção diferentes enfrentando situações totalmente diferentes.

O primeiro, que inclui a plantação de eucalipto e a produção de celulose está controlado pela companhia multinacional Aracruz Celulose. Este setor, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social está em posição de investir mais de mil milhões de dólares até o ano de 2002 para a construção de sua terceira fábrica de celulose e para a ampliação das plantações de eucalipto para garantir o fornecimento de matéria-prima a suas fábricas. Atualmente a companhia possui 138.000 hectares de plantações de eucalipto nos Estados do Espírito Santo e da Bahia e precisa acrescentar aproximadamente mais 72.000 hectares para poder aumentar sua produção anual de celulose a dois milhões de toneladas.

O segundo setor produtivo é a agricultura familiar, que produz principalmente café. Este setor, integrado por famílias nativas do Estado do Espírito Santo está vivendo uma situação de crise e não está recebendo qualquer apoio financeiro do governo para investir em atividades agrícolas. O baixo preço do café tem levado à desesperação a muitos camponeses. Aqueles que no passado conseguiram obter empréstimos, agora enfrentam sérios problemas para pagá-los. Vale a pena salientar que apenas uma minoria dessas famílias tem tido acesso a créditos.

Atualmente é possível perceber um contraste claro e escandaloso entre dois setores em situações totalmente diferentes. Enquanto a Aracruz emprega diretamente apenas 1.689 trabalhadores e é proprietária dos maiores prédios do Estado, o setor da agricultura familiar se compõe de 70.000 famílias, a maioria das quais possui no máximo dez hectares de terra.

En face dessa situação, as organizações agrupadas no Fórum Alerta contra o Deserto Verde, em primeiro lugar desejamos exprimir por este meio nosso apoio ao setor da agricultura familiar, porque

pode oferecer oportunidades de emprego e sustentação à população do Estado do Espírito Santo e também pode evitar a concentração de terras. Vemos com muita preocupação a atual luta entre os dois setores. Em outras palavras, queremos exprimir nossa preocupação pelo processo quase "silencioso" através do qual a Aracruz Celulose está comprando terras no Estado do Espírito Santo, aproveitando a crise atual existente na área rural e contribuindo com o desemprego e o êxodo rural. A situação se complica ainda mais ao constatar que as autoridades estatais, em vez de defender os interesses de uma porção importante da população, prefere defender os interesses de uma multinacional e participar da "euforia" que a rodeia.

O órgão ambiental estadual tem tomado claramente esse tipo de atitude, restringindo e controlando o debate sobre a autorização da terceira fábrica de celulose da Aracruz, neutralizando as vozes críticas e finalmente facilitando uma rápida aprovação da nova fábrica. E como se isso não for suficiente, ainda insistiu em incluir uma condição pela qual no futuro não haverá restrições a respeito da extensão de plantações de eucalipto em nosso Estado, eliminando desse jeito uma restrição anterior relativa à ampliação dos territórios da Aracruz Celulose.

Ao mesmo tempo, o INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural) e o IDAF (Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal) têm participado ativamente em tentar envolver os camponeses locais no programa de "Desenvolvimento Florestal" (onde os eucaliptos são plantados em terras de terceiros), outra estratégia utilizada pela Aracruz para aumentar a área de plantações de eucalipto. Segundo os inumeráveis testemunhos de camponeses nas áreas rurais do Espírito Santo, estas instituições estatais têm estado promovendo o projeto "Desenvolvimento Florestal" como alternativa à crise atual, ignorando seus impactos sociais e ambientais. Nesse contexto é importante salientar que recentemente as autoridades municipais de Sooretama tiveram a coragem de denunciar a compra de terras efetuada pela Aracruz dentro desse município.

Levando em conta a posição adotada pelos órgãos do Estado, foi extremamente pertinente que se estabelecesse uma Comissão Especial no Parlamento estadual para investigar a expansão da plantação de eucalipto em nosso Estado. Realizaram-se várias audiências públicas, inclusive uma no povoado indígena de Caieiras Velhas no ano passado, onde diferentes setores sociais exprimiram sua opinião sobre o problema e apresentaram graves acusações contra a Aracruz Celulose. No entanto, desde o processo eleitoral do ano de 2000, essa comissão não se reuniu de novo e fomos informados que cessou em suas funções sem sequer ter apresentado um relatório sobre suas atividades e conclusões.

Queremos chamar a atenção sobre a necessidade de implementar com urgência um debate amplo e público que receba a atenção adequada da mídia, sobre o processo de compra de terras pela Aracruz e a ampliação das plantações de eucaliptos no Espírito Santo e que este processo seja investigado e seguido pelo Ministério Público. É totalmente inaceitável que o Governo estadual, ao mesmo tempo que não fornece respostas coerentes à grave situação da agricultura familiar, forneça amplo apoio à expansão de milhares de hectares de uma monocultura, sem sequer avaliar e controlar seus impactos negativos. As ações do governo estão de acordo com a propaganda da companhia que tenta claramente confundir à opinião pública.

Apelamos para a defesa da agricultura familiar por políticas e financiamento que garantam a geração de utilidades nas áreas rurais, a diversificação da produção, a agricultura orgânica, a reabilitação ambiental e a comercialização de produtos. Em outras palavras, fazemos um chamamento para lutar por uma agricultura sustentável. Este enfoque assegurará sem dúvida um futuro para os moradores do Espírito Santo, tanto para os camponeses quanto para o resto da população que beneficiar-se dessa produção. Isso é totalmente diferente do que acontece com a Aracruz Celulose em nosso Estado, onde suas operações e ações têm favorecido a concentração de terras, a concentração de riqueza, o aumento do valor do mercado externo em detrimento das necessidades locais, a falta de respeito a nossos

valores culturais, o aumento do desemprego e o aumento dos problemas urbanos e ambientais. (Boletim do WRM Nº 46, maio de 2001).

Brasil: Desafiando o poder da Aracruz Celulose

O que está acontecendo no Espírito Santo, um dos Estados mais pequenos do Brasil é histórico. A poderosa companhia de plantação de árvores e produção de pasta, a Aracruz Celulose, tem gerado tanta oposição a suas atividades, que a Assembléia Legislativa do Estado aprovou recentemente, quase por unanimidade, uma lei que proíbe continuar com as plantações de eucalipto até que seja feito um mapeamento agro-ecológico do Estado, que determinará onde é possível plantar eucalipto e onde não. A lei foi vetada imediatamente durante uma "sessão solene", pelo Governador do Estado José Ignacio Ferreira e agora a Assembléia Legislativa deve decidir se mantém ou levanta o veto.

Mas o combate não existe apenas entre a Assembléia Legislativa e o Governador, mas entre a oposição organizada e a própria Aracruz. A oposição tem aumentado muito nos últimos anos em decorrência do amplo sortimento de impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da companhia, além do fato de que os postos de trabalho que oferece a Aracruz têm se reduzido drasticamente. Além disso, de acordo com o deputado Robson Neves, a companhia "não paga qualquer imposto, nem ao Estado do Espírito Santo nem às municipalidades locais" onde estão localizadas suas plantações.

O frente de oposição, do que fazem parte originalmente algumas poucas ONGs e organizações de povos indígenas, agora tem crescido e abrange muitos outros setores da sociedade organizada que foram afetados, como as comunidades afro-brasileiras, produtores de carvão vegetal, pescadores, camponeses sem terra, sindicatos, pequenos produtores rurais, bem como o setor acadêmico, as ONGs sociais e ambientalistas, políticos e outros cidadãos preocupados com o problema.

Nesse contexto, o autor da lei, o deputado Nasser Youssef, lançou a idéia de organizar um seminário internacional sobre o eucalipto, aberto tanto aos que apóiam quanto aos que se opõem à plantação dessa espécie. A Aracruz e seus expertos estariam no painel, junto com outras pessoas que contribuiriam com experiências do Brasil e de outros países como o Chile, a África do Sul, a Tailândia e outros. A idéia foi fortemente apoiada pelas organizações locais que acreditam na democracia, o pluralismo e o debate. No entanto, a Aracruz "declinou" o convite e convenceu seus expertos para que também "declinaram" o convite. A companhia enviou uma carta a Nasser Youssef, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa (texto em português disponível em <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/carta.html>), que merece alguns comentários.

Por um lado a companhia diz para Youseff (e através dele à Assembléia) o que é o que deveria ser discutido no seminário. Conforme a Aracruz, 28 dos 30 parlamentares que votaram a lei não se deram conta de que a mesma é "inconstitucional" e que portanto o seminário deveria centrar-se fundamentalmente nesse tema. Em segundo lugar, o seminário deveria abordar, não os impactos produzidos pelo eucalipto, mas o estabelecimento de regras claras e estáveis para os investimentos de capital de companhias como a Aracruz, que "dignificam o Estado e o país" através de sua produção e seus investimentos. Em terceiro lugar o seminário deveria discutir "a vocação florestal" do Estado do Espírito Santo; mas pelo contrário, aponta a Aracruz, "os organizadores do Seminário optaram por uma abordagem claramente ideológica e tendenciosa".

Apesar da negação quase insultante da Aracruz de participar, o seminário foi um sucesso extraordinário e cumpriu com todos os "critérios" estabelecidos pela companhia: foi democrático, aberto, livre, com um programa coerente, uma amplíssima participação (somente faltaram a Aracruz, seus expertos e o Ministério Federal do Meio Ambiente) e não foi manipulado de qualquer jeito. Cabe apontar que a companhia não cumpriu com seus próprios critérios quando, imediatamente depois de finalizado o seminário internacional, organizou "seu" próprio seminário, cuja inauguração esteve a

cargo do próprio Ministério Federal do Meio Ambiente que tinha rejeitado o convite para participar no seminário internacional, e onde somente foram convidadas pessoas com idéias preconcebidas em favor da Aracruz, enquanto os afetados pelos impactos das plantações foram excluídos. Aparentemente o discurso da companhia e a realidade correm por trilhos paralelos que nunca se encontram.

Em resumo, a rejeição da Aracruz do convite é um exemplo da arrogância das empresas transnacionais que acreditam que têm o direito de decidir sobre tudo e o poder para fazê-lo. Ao mesmo tempo é uma maneira de reconhecer que a oposição organizada no Espírito Santo está na realidade desafiando esse poder e que a companhia se sente crescentemente isolada. Boas notícias! (Por: Ricardo Carrere, Boletim do WRM Nº 49, agosto de 2001).

Brasil: O crescimento tem limites e a escala é realmente um assunto

As empresas transnacionais dominam cada vez mais todos os setores econômicos nos que é possível obter lucros. A maioria delas têm acrescentado considerações sociais e ambientais a seu discurso, apesar de que são poucas as que realmente colocam na prática suas próprias declarações nesse sentido. Além de suas boas intenções, a própria escala de suas atividades faz com que a sustentabilidade ambiental seja praticamente impossível de atingir, enquanto a competência por dominar os mercados mundiais tem convertido as considerações sociais numa coisa quase antagônica com a rentabilidade.

A respeito disso, abundam os exemplos em todos os setores econômicos, mas o caso da empresa Aracruz Celulose, sediada no Brasil, é paradigmático porque foi uma das primeiras empresas transnacionais em aderir à temática ambiental antes da Cúpula da Terra de 1992. Essa companhia e a maior produtora do mundo de celulose branqueada de eucalipto, com uma produção anual de 1.300.000 toneladas. A Aracruz tem expandido suas plantações de eucalipto e sua fábrica desde o início de suas operações e aparentemente não há limites para seus planos de expansão. Agora tem o objetivo de aumentar a capacidade de produção de celulose para 2 milhões de toneladas e isso implica a ocupação de mais milhares de hectares de terras férteis com plantações de monoculturas de eucalipto.

Apesar de que as comunidades locais que moram na área ocupada pela Aracruz –principalmente comunidades indígenas e afro-brasileiras tradicionais– foram desapossadas de suas terras, inicialmente a companhia recebeu certo apoio de outros setores da sociedade, aos que lhes prometeu desenvolvimento e emprego. Mas o desenvolvimento prometido nunca chegou, enquanto o emprego tem caído constantemente em decorrência da mecanização e da terceirização. Segundo a própria Aracruz, a companhia tem em seu quadro "1.689 empregados, incluídas nossas filiais internacionais, a Aracruz Produtos de Madeira e a Portocel. Além da mão-de-obra própria, há 2.954 trabalhadores permanentes contratados por terceiros, o que dá um total de 4.643 postos de trabalho diretos nas regiões nas que operamos". E esse é todo o emprego gerado por uma companhia enorme, com uma enorme fábrica de celulose e uma quantia igualmente enorme de terras que atinge as 220.000 hectares!

Ao mesmo tempo, os empregos rurais existentes têm diminuído em decorrência da compra de terras pela Aracruz e sua plantação com eucaliptos. Já que o número de postos de trabalho por hectare nas plantações de árvores é muito menor que na agricultura, o número de empregos nas áreas rurais dá um saldo negativo. Além disso, os impactos ambientais tanto das plantações quanto da produção de celulose, têm agravado os impactos nas populações locais, como no caso das comunidades de pescadores enfrentadas à quase desaparecimento dos peixes em decorrência das atividades da Aracruz.

Os impactos referidos, e mais muitos outros, têm determinado o crescimento da oposição organizada, que inclusive resultou na aprovação recente de uma lei pela Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo –imediatamente vetada pelo Governador– que proíbe novas plantações de árvores para a produção de pasta de papel enquanto não for feito o mapeamento agro-ecológico do Estado, a partir do

qual se estabeleçam normas claras sobre onde podem ser plantadas estas árvores e onde não. No artigo sobre o Brasil neste mesmo boletim se analisa o assunto mais minuciosamente.

Como já foi dito, o caso da Aracruz é somente um exemplo do que acontece atualmente em muitas partes do mundo, tanto no Norte quanto no Sul. Não importa quanto afanosamente as transacionais tentem –quando o fazem- levar em conta os aspectos ambientais e sociais, o resultado final é a degradação ambiental e a crescente marginalização social. E de fato o assunto é na realidade bem simples: quanto maior é a escala, maiores são os impactos. Não é a hora de discutir novamente os conceitos de "o pequeno é bonito" e dos "limites ao crescimento"? (Boletim do WRM Nº 49, agosto de 2001).

Brasil: Enquanto o povo se revolta, Aracruz festeja

É impressionante a forma como a Aracruz Celulose S/A lida com a realidade na qual ela está inserida e que tem mostrado inúmeros impactos negativos das suas atividades no Espírito Santo e na Bahia. Neste momento, a empresa está terminando um aeroporto privado, suficientemente grande para que o avião presidencial do Fernando Henrique Cardoso possa aterrissar no próximo dia 02 de agosto quando será inaugurada oficialmente sua terceira fábrica que ampliará a produção anual de celulose de eucalipto de 1,3 para 2 milhões de toneladas.

No dia da inauguração, devem se reunir em torno do presidente brasileiro os mais altos representantes dos governos municipal, estadual e federal, fiéis aliados da empresa ao longo da sua existência no Brasil. Também marcará presença a imprensa estadual que já iniciou a divulgação do grande fato, como sempre, enaltecendo a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico do Estado. Também assistirão a solenidade ONG's como o "Instituto Terra da Gente", financiada pela própria Aracruz, e que lhe deu o troféu "Mata Atlântica", uma piada de mal gosto, especificamente quando se trata de uma empresa que derrubou milhares de hectares da mesma mata atlântica. Sem dúvida, estarão presentes as associações e sociedades de engenheiros florestais que se empolgam mais com milhões de eucaliptos, idênticos, clonados e de alta produtividade, do que com a tarefa de compreender a complexidade fascinante de uma floresta natural. Com certeza, também o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não perderá a festa, já que investiu 1 bilhão de reais brasileiros no projeto da 3ª fábrica, em vez de investir valores equivalentes no fortalecimento da abalada agricultura familiar no Estado.

Vale a pena lembrar que os US\$ 630 milhões de investimentos na nova fábrica consistem na sua quase totalidade de máquinas produzidas na Europa e segurados com créditos de garantia para sua exportação. O que sobra para o Brasil são somente 172 empregos permanentes nessa nova unidade industrial. Ainda assim, às custas de um débito do Estado do Espírito Santo para com a Aracruz de cerca de 100 milhões de reais, relativo a créditos acumulados pela empresa por não incidir impostos sobre a cadeia produtiva de produção de celulose para exportação.

O clima entre os gerentes e diretores da empresa tem ficado mais festivo ainda com a notícia do Supremo Tribunal Federal no início do mês de junho, quando este Tribunal decidiu considerar inconstitucional a lei estadual que proibiu o plantio de eucalipto para fins de celulose, até que se realize um zoneamento agro-ecológico do Estado para definir onde deve ser plantado eucalipto. Com certeza, os ministros do Tribunal, na sua decisão, não olharam para a situação desesperadora das mais de 100 famílias do município de Vila Valério que foram expulsas das suas terras, compradas pela Aracruz Celulose. Tampouco consideraram os US\$ 230 milhões de dólares sobre os quais a empresa dispõe para adquirir novas terras, 200 vezes mais dinheiro do que o valor previsto anualmente no Estado para fins de reforma agrária, uma necessidade pela qual 50 mil famílias no Estado estão esperando até hoje. E o Tribunal não levou em conta também os resultados positivos das audiências públicas regionais do zoneamento agro-ecológico, que conseguiram devolver um pouco da consciência para o povo, um pouco do direito de opinar sobre o futuro dos seus filhos e da sua região.

Vale lembrar ainda que a Aracruz teve até a arrogância de afirmar que avaliará se vai processar ou não o Estado pelos prejuízos que a lei estadual de zoneamento trouxe para ela. E o Jornal A Gazeta fez o que um jornal descente nunca faria: divulgou na primeira página que a liberação do plantio de eucalipto gerará 25 mil empregos, um número sem fundamento, sem argumento, sem o mínimo de veracidade.

Depois, quando o deputado Nasser, autor da lei de zoneamento, elaborou uma lei parecida que foi aprovada na Assembléia Legislativa no dia 26 de junho, o partido dele, o mesmo do Presidente Fernando Henrique, decidiu não dar mais legenda para ele nas próximas eleições. Mais uma vez ficou evidente que qualquer ação contra a Aracruz Celulose custa caro.

É neste clima que se aproxima o dia da inauguração da nova fábrica. De um lado, uma mega-empresa que quer festejar, que nega qualquer impacto e não admite crítica ou qualquer controle sobre suas ações por parte da sociedade civil da qual ela faz parte. De outro lado a grande maioria do povo capixaba, principalmente a população rural, cada dia mais revoltada com a ação da Aracruz, sabendo também que precisa resistir se quiser ter um futuro minimamente digno.

É esta mensagem que o Movimento Alerta contra o Deserto Verde, que agrega segmentos representativos da população rural e urbana, busca mostrar para toda a sociedade durante a Ia. Quinzena de Resistência ao Deserto Verde. Serão 15 dias de atividades paralelas à inauguração da nova fábrica pela Aracruz Celulose e ao depoimento do Erling Lorentzen, o Presidente norueguês da empresa, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a extensa lista de irregularidades cometidas pela empresa. Vale lembrar que, como é de se imaginar, a imprensa local está boicotando totalmente esta importante e inédita investigação.

A quinzena mostrará durante 15 dias para a opinião pública que a sociedade continuará resistindo a um modelo que exclui a maioria da população, mesmo se este modelo se impõe e domina esferas públicas e não-públicas que deveriam defender em primeiro lugar os interesses do povo. (Por: Movimento Alerta contra o Deserto Verde no Espírito Santo, Boletim do WRM Nº 60, julho 2002).

Brasil: Investigação questiona certificação de duas plantações pelo FSC

Uma equipe de 7 pesquisadores realizou uma avaliação das certificações da empresa V&M (Vallourec&Mannesman) Florestal Ltda., que teve em 1999 toda sua área de 235.886 hectares certificada pelo FSC através da certificadora SGS, bem como da Plantar Reflorestamentos S.A., que teve uma área de 13.287 hectares certificada pela SCS. Com a certificação, a V&M Florestal se tornou a empresa com a maior área certificada no Brasil. De toda sua área, 128.326 hectares são plantadas com eucalipto enquanto o restante, 107,560 hectares, são áreas de plantios abandonados e áreas de cerrado, a vegetação nativa da região. A Plantar têm cerca de 280.000 hectares, significando que somente certificou 4,8% das suas terras. Portanto, trata-se de duas mega-empresas do setor de plantio de eucalipto no Brasil, para a produção de carvão vegetal.

O eucalipto plantado pela V&M Florestal se destina, na sua quase totalidade, para a produção de tubos de aço na fábrica da V&M do Brasil. Ambas empresas de um só proprietário, de capital majoritário francês-alemão. Já a Plantar S.A., uma empresa de capital brasileiro, destina seu eucalipto para a produção de ferro gusa, com exceção da área certificada pelo FSC cuja madeira é destinada para a produção de carvão para churrasco. A Plantar pretende também entrar no "mercado de carbono", vendendo bônus para seus plantios. As principais atividades das empresas avaliadas são, portanto, o plantio e a extração de eucalipto, e a produção de carvão.

Verificamos que as empresas certificadoras SGS e SCS cometeram uma série de negligências no processo de certificação:

- não fizeram uma análise profunda do contexto no qual as empresas de plantio de eucalipto estão inseridas, menosprezando uma série de aspectos sociais, econômicos e ambientais relevantes;
- ouviram poucos e apenas os "stakeholders" acríticos. E, mais importante, não ouviram "stakeholders" extremamente relevantes, de forma que não obtiveram informações fundamentais sobre uma série de problemas graves envolvendo as empresas;
- não ficou evidente que os condicionantes e recomendações de fato reverteram os evidentes descumprimentos de determinados princípios e/ou critérios do FSC, e se os condicionantes e recomendações estão sendo bem monitorados;
- não divulgaram o resumo público da certificação para a sociedade civil local e regional, incluindo órgãos públicos; a SGS nem disponibilizou na Internet uma versão do resumo público em português, a língua oficial do Brasil.

Seguem alguns dos principais descumprimentos, por parte das empresas, dos Princípios e Critérios do FSC, verificados durante a pesquisa:

- foi observada a inexistência, tanto na empresa V&M Florestal, como na Plantar, de um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), exigência legal para a implementação de qualquer empreendimento que cause potenciais impactos ambientais no Brasil. Como verificado, existe um impasse entre, por um lado, os técnicos do órgão estadual responsável, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que exigem este estudo, e, por outro lado, a V&M Florestal que não quer que se realize tal estudo.
- existem fortes indícios que boa parte das terras das empresas eram devolutas, ou seja, eram terras de uso comum e por isso pertenceram ao Estado. Portanto, essas não poderiam ter sido adquiridas pelas empresas. Mesmo assim, em busca de terras, as empresas conseguiram arrendar essas áreas do governo ditatorial nos anos 70, através de contratos com a agência estatal Ruralminas, por um prazo de 20 anos. Nos últimos anos, estes contratos começaram a vencer, ameaçando a continuidade da posse.
- existem conflitos pela terra com proprietários locais que têm plantios de eucalipto da empresa nas suas propriedades.
- a partir de setembro de 2002, as empresas V&M Florestal e Plantar S.A. foram alvos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para investigar as condições de trabalho dos profissionais que atuam na indústria extrativa de Minas Gerais. Ambas empresas foram autuadas pela Delegacia Regional de Trabalho (DRT) em março de 2002, por descumprirem a lei trabalhista brasileira. Atualmente ambas estão sendo processadas pelo Ministério Público do Trabalho, através de uma Ação Civil Pública, sob a acusação de práticas ilegais na terceirização, de trabalho degradante e precário.
- a maioria dos trabalhadores que trabalham nas áreas certificadas são terceirizados, tendo significativamente menos direitos e benefícios que os trabalhadores próprios das empresas; ressaltamos que o caráter das atividades de trabalho é extremamente pesado e perigoso; conforme o Ministério Público de Trabalho, existe uma "lista negra" nas duas empresas avaliadas, indicando que as empresas perseguem seus trabalhadores e lideranças, descumprindo as convenções 87 e 98 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

- as plantações de eucalipto não geram benefícios sociais, ambientais e econômicos para as comunidades vizinhas. As áreas de cerrado, sempre utilizado pelas comunidades locais por sua extraordinária biodiversidade, foram cercadas pela empresa, impedindo o uso coletivo dessas terras pelas comunidades locais. O cerrado sempre ofereceu todas as condições para um uso e manejo sustentável, gerando trabalho e renda.

- o desmatamento do cerrado e o plantio de eucalipto pelas empresas secou rios e nascentes, diminuiu a flora e fauna na região, estimulou a erosão e envenenou trabalhadores, a fauna e os recursos hídricos existentes com agrotóxicos. A empresa V&M Florestal continua utilizando uma herbicida, a oxyfluorfen, definida como tóxico e persistente pelo próprio FSC em 2000, conforme o relatório de monitoramento da SGS de 2001.

- cerca de 25% do plantio de eucalipto da V&M Florestal acontece numa região onde chove cerca de 1000 mm por ano, quantidade desaconselhável para este tipo de plantio em larga escala, mostrado pelos rios, córregos e várzeas secos na região.

- as empresas têm um plano de manejo implementado somente para as áreas de eucalipto e não para as demais áreas. No caso da V&M Florestal, 46% da área certificada não tem um plano de manejo implementado. Após ter recebido a certificação, essa empresa começou a apresentar levantamentos da flora e fauna e planos de monitoramento para essas áreas, objetivando um plano de manejo, que até hoje não está implementado.

- a empresa V&M do Brasil, a empresa-irmã que compra toda sua carvão da V&M Florestal, continua comprando carvão de cerrado para abastecer seu alto-forno não tendo informações sobre a cadeia de custódia, ou seja, não há garantia de que o carvão certificada seja realmente proveniente das Unidades de Manejo Florestal certificadas.

O relatório conclui que é preciso que o FSC separe seu selo em dois novos: um para o manejo de floresta nativa, e outro para o manejo de plantações. Fica evidente através destes estudos de caso que os Princípios de 1 a 9 foram feitos para o manejo de florestas nativas e são em sua grande maioria absolutamente inadequados para plantações de monoculturas de árvores, cujas características específicas, são totalmente distintas das de uma floresta nativa, diversificada e heterogênea. Além do mais, aumentaria em muito a transparência e credibilidade do FSC perante o consumidor, se este soubesse diferenciar de onde vem o produto que ele compra: de uma plantação "industrial" realizada por uma mega-empresa com plantios exóticos, instalados em meio ao cerrado ou de uma cooperativa de comunidades locais que manejam de forma sustentável o cerrado e suas espécies endógenas e próprias.

Para "construir" um novo selo para a certificação de plantações, que tenha credibilidade, é preciso que se discuta princípios e critérios específicos, a partir de um debate profundo, que envolve, necessariamente, as comunidades locais, para garantir que as futuras plantações certificadas ofereçam benefícios sociais, culturais, ambientais e econômicos. Isso significaria introduzir um mínimo de diversidade de espécies em cada talhão, garantindo o uso múltiplo e o aproveitamento dos produtos florestais pelas comunidades locais, a estabilidade ecológica no local, e uma melhor adaptação da plantação a seu ambiente.

O FSC, portanto, tem dois caminhos: continuar a certificação de milhões de hectares de plantações, perdendo cada vez mais sua credibilidade e prejudicando comunidades locais, ou rever a certificação de grandes plantações, entrando num novo rumo, respeitando e querendo beneficiar as comunidades locais e seu ambiente, além de aumentar sua credibilidade e, conseqüentemente, sua confiança perante o consumidor.

(Por: Marco Antônio Soares dos Santos André, Rosa Roldan, Fábio Martins Villas, Maria Diana de Oliveira, José Augusto de Castro Tosato, Winfried Overbeek, Marcelo Calazans, Boletim do WRM Nº 64, novembro 2002).

Brasil: Carta de entidades e representantes da sociedade civil denunciam atividades da Plantar S.A. perante o PCF

O PCF (Prototype Carbon Fund-Fundo Padrão de Carbono) é o fundo do Banco Mundial que movimenta recursos para a promoção do mercado de bióxido de carbono, onde as empresas que contaminam –a maior parte delas localizada nos países do Norte– podem "negociar" com os produtores florestais que supostamente seqüestram carbono, a maioria localizada nos países do Sul. É perante o PCF que representantes de dezenas de entidades, movimentos da cidadania, igrejas, bem como deputados, vereadores e cidadãos dos estados brasileiros de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro apresentarão uma carta. Nela, eles manifestam a sua preocupação com a expansão das monoculturas de eucalipto em grande escala, que vem provocando uma série de impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais negativos. Também exprimem a sua perplexidade e surpresa, pelo fato da empresa florestal Plantar S.A. ter apresentado um projeto no PCF.

As empresas do setor florestal, como a Plantar S.A., se instalaram nos anos 60 e 70, durante a ditadura militar, se aproveitando de atrativos incentivos fiscais. O resultado foi a expulsão de suas terras dos índios Tupinikim e Guarani, das comunidades negras tradicionais e de milhares de agricultores, aumentando o desemprego e o desespero dessas populações locais que ficaram sem a terra, a biodiversidade e a água que possibilitavam o seu sustento.

As empresas plantadoras de eucalipto em Minas Gerais afirmam que suas plantações de árvores diminuem a "pressão" sobre a vegetação, neste caso, a mata atlântica e o cerrado. Porém, elas se esquecem de dizer que os quase dois milhões de hectares de plantações nesse estado foram feitas à custa da queima de grande parte da mata atlântica e do cerrado. Por outro lado, devido a que, conforme a legislação, as empresas não podem ser proprietárias de grande parte dessas terras que pertenciam ao Estado, elas lançaram mão de métodos fraudulentos e contratos de aluguel, para ocupar milhares de hectares do cerrado, expulsando as populações locais de suas terras, impedindo o uso coletivo tradicional desse tipo de vegetação pelas comunidades locais e atentando contra seu modo de vida e sustento.

A empresa Plantar S.A. Reflorestamentos foi fundada em 1967 e dedica-se a três atividades:

- prestação de serviços florestais a grandes empresas, principalmente do setor da celulose;
- siderurgia do ferro-gusa (produção de ferro em barras);
- plantio do eucalipto em terras próprias (possui 280 mil hectares de plantações de monocultura de eucalipto –cerca de 10 milhões de mudas cada dia mais clonadas–, para extração da madeira e produção de carvão, com o qual abastece sua siderurgia, completando o negócio).

A empresa possui um certificado do FSC (Forest Stewardship Council), outorgado em 1998 pela certificadora SCS, somente para 4,8% de suas terras, onde tem plantações de eucalipto. A certificação serve para que a Plantar venda os chamados "créditos de carbono", e tem sido questionada devido a uma série de omissões, sendo uma das principais o fato das comunidades locais não terem sido consultadas, motivo pelo qual esse selo não garante um "bom manejo florestal".

A região de Curvelo, onde a Plantar pretende iniciar seu projeto de "seqüestro" de carbono, é uma área de cerrado atingida pelas plantações de eucalipto que secaram seus rios, em cujas cabeceiras foram plantados, contaminando a fauna local com os agrotóxicos usados para seu manejo. Um outro conflito importante com essa empresa diz respeito à construção, no ano 2000, de um novo viveiro, que implicou um desvio de quase 5 km de uma estrada de terra tradicionalmente usada por numerosos

moradores da região, para evitar que a "poeira" da estrada afetasse as mudas de eucalipto do viveiro, prejudicando estudantes, professores e a comunidade em geral, que ainda fazem o percurso a pé. Para fazer o desvio, a Plantar também aterrou uma área de alagado de cerca de 400 m². Além disso, para abastecer o viveiro, a empresa construiu três represas no córrego Boa Morte, desviando a água que consome a população dos arredores e alterando a sua qualidade. Os vizinhos se mobilizaram para exigir da empresa, pelo menos, a instalação de um sistema de decantação da água que sai do viveiro.

As denúncias apontam para o tratamento "especial" que a empresa recebe das autoridades, porquanto ela não dispõe de um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental de suas atividades, uma exigência legal para toda empresa com potencial para provocar impactos ambientais.

Por outro lado, vêm sendo denunciadas as péssimas condições de trabalho na empresa, nas atividades de produção do carvão vegetal e corte do eucalipto –terceirização ilegal e trabalho escravo e infantil–, as quais têm deixado um trágico saldo de trabalhadores acidentados e com problemas de saúde ou, inclusive, casos fatais. A empresa já foi autuada pela Delegacia Regional de Trabalho e convocada para uma CPI. Por sua vez, a ocupação das áreas de cerrado vem contribuindo para uma crise da economia local, baseada nos produtos dessa vegetação nativa. Várias fábricas de produtos alimentares de Curvelo fecharam suas portas por falta de matéria-prima, aumentando o desemprego, em si generalizado, à medida que Plantar foi adotando estratégias para diminuir os custos e garantir a lucratividade do negócio.

As denúncias decorrem dos depoimentos das comunidades próximas às plantações da empresa florestal Plantar S.A. e de entrevistas com o Ministério Público Federal de Trabalho, trabalhadores e ex-trabalhadores da empresa, deputados e sindicalistas da região.

Os assinantes da carta manifestam seu interesse na promoção de atividades econômicas que respeitem os interesses das comunidades e da natureza, são contra os projetos que representam o contrário – como o projeto da Plantar S.A.– e exortam a procurar outras tecnologias não-contaminantes que gerem postos de trabalho dignos e preservem e restaurem o ambiente, um requisito essencial para a sobrevivência e, portanto, para o futuro das comunidades locais.

Por último, eles afirmam que o projeto da Plantar não pode ser considerado como mecanismo de "desenvolvimento limpo", exortando os investidores a não investir nele. (Boletim do WRM N° 65, dezembro 2002).

Brasil: A Stora Enso e a Aracruz planejam a maior planta de celulose do mundo

Nas próximas semanas, os acionistas da Veracel decidirão sobre a construção de uma enorme planta de celulose no estado da Bahia. O principal diretor executivo da Veracel, Erton Sanchez, descreveu o projeto, dizendo que: "Essa será a maior planta de celulose do mundo, com capacidade para produzir 900 mil toneladas ao ano. Será produzida celulose esbranquiçada livre de cloro elementar, objetivando o segmento mais importante do mercado de celulose. O investimento total ficará em torno dos 930 milhões de dólares".

A Veracel é um joint venture entre a gigante sueco-finlandesa Stora Enso e a empresa brasileiro-norueguesa Aracruz.

Jukka Harmala, principal diretor executivo da Stora Enso, diz que a sua visão para a empresa é transformá-la "na companhia de produtos florestais líder no mundo". Em junho de 2001, Harmala declarou à Pulp & Paper International que: "A nossa prioridade, na América Latina, é achar boas fontes de fibra". Em 1999, Bjorn Hagglund, subdiretor executivo da Stora Enso, explicou ao Financial

Times que a estratégia da empresa consistia em aumentar as operações de celulose no Brasil, para garantir o fornecimento de matéria-prima para suas fábricas de papel na China e na Tailândia.

A decisão de proceder, ou não, com a planta de celulose deve ter sido tomada no final de 2002. "Esse projeto é bem complicado, é um projeto grande. Ele foi adiado até março ou abril, principalmente por motivos econômicos e similares", explicou Timo Heikka, da divisão Estratégia e Investimentos da Stora Enso.

A Veracel já plantou 63 mil hectares com eucalipto, nos 147 mil hectares que a empresa possui na Bahia. Está previsto o plantio de mais 6 mil hectares. Quer concretizada, ou não, a fábrica de celulose, a Aracruz comprará 3,5 milhões de metros cúbicos de madeira das plantações da Veracel, entre 2002 e 2004.

Em setembro do ano passado, Timo Heikka, da Stora Enso, visitou a área do projeto. Ele declarou que: "No tocante à biodiversidade e questões sociais, ela parece ser uma das melhores alternativas no hemisfério sul todo". Sanchez, representante da Veracel, afirma que serão destinados 76 mil hectares para a "preservação e recuperação" da Mata Atlântica. Ele mencionou, também, que a Veracel é dona da Estação Veracruz, uma reserva de florestas de 6 mil hectares, declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO.

Sanchez não mencionou que, quando da chegada da Veracel à Bahia, no ano 1991, a empresa planejava transformar 80% de suas terras em plantações de eucalipto. Foi somente pela intervenção das ONGs brasileiras e do Sindicato dos Trabalhadores Florestais que a agência do meio ambiente brasileira insistiu em que fossem reservados 6 mil hectares para uma área sob proteção. Sanchez também não disse que a Veracel derrubou florestas, para instalar suas plantações, a somente uns poucos quilômetros da Estação Veracruz.

Em outubro de 2001, o Banco Europeu de Investimento (BEN) –instituição financeira da União Européia– anunciou a aprovação de um empréstimo de 30 milhões de dólares para a Veracel, para as plantações na Bahia. A diretora chefe do Departamento de Informação do BEN, Yvonne Berghorst, declarou que: "O reflorestamento com eucalipto exerce uma influência benéfica a longo prazo no solo, porquanto reduz a erosão, aumenta a infiltração e retenção da água e melhora as propriedades químicas e físicas e a fertilidade do solo".

O otimismo da Sra. Berghorst contrasta fortemente com a realidade vivenciada pelas comunidades do Espírito Santo, as quais vêm-se forçadas a conviver com as plantações da Aracruz. Em maio de 2002, numa carta endereçada aos altos funcionários do estado do Espírito Santo, as comunidades locais, sindicatos e ONGs descreveram como secaram os cursos de água, a partir do momento em que a Aracruz começou com as plantações. A carta continua dizendo: "Para as comunidades locais e o meio ambiente em geral, a sustentabilidade das plantações de eucalipto é muito questionável, já que é uma monocultura de árvores com um ciclo vital extremamente curto, exigindo grandes quantidades de fertilizantes químicos e agrotóxicos".

Os representantes da Stora Enso, do BEN, da Aracruz e da Veracel não responderam à pergunta sobre quantas pessoas tinham sido deslocadas de suas terras para instalar as plantações da Veracel. Erton Sanchez, diretor executivo da Veracel, comentou que "o índice de ocupação é extremamente baixo, devido a que a população vive em terras que não pertencem à empresa". Ele acrescentou que a terra a ser plantada foi "previamente degradada pelos antigos proprietários".

José Augusto Tosato, integrante da ONG local CEPEDS, questiona o argumento da empresa, de que a terra já estava degradada. Ele sustenta que a Veracel instalou suas plantações em pradarias e pequenas fazendas antes produtivas.

A Política de Responsabilidade Social da Stora Enso reza que "a Stora Enso considera essencial o debate aberto e a interação com todos os atores envolvidos, quer governamentais ou não-governamentais". No caso da Veracel, o debate aberto é impossível, pois os estudos de impacto ambiental das plantações não estão disponíveis para a consideração do público em geral.

Como resposta ao pedido do Estudo de Impacto Ambiental, Yvonne Berghorst declarou que "o EIA é um documento público que pode ser obtido recorrendo às autoridades competentes do estado da Bahia ou da Veracel Celulose S.A."

Ao ser perguntado pelo EIA, Erton Sanchez, diretor executivo da Veracel, respondeu que "a documentação consta de 14 volumes, com aproximadamente 2.800 páginas. Somente existe a versão impressa, motivo pelo qual não é possível enviar uma cópia eletrônica. No entanto, os documentos estão disponíveis, para consulta, no CRA (Centro de Recursos Ambientais), uma agência do governo do estado da Bahia, sediada em Salvador".

Se os documentos do projeto da Veracel não estão incondicionalmente disponíveis, não é possível realizar um debate aberto. Toda decisão dos acionistas deve ser adiada, para permitir que a sociedade civil no Brasil, na Noruega, na Suécia e na Finlândia tenha a oportunidade de contribuir para um debate aberto sobre a Veracel. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 67, fevereiro 2003).

Brasil: ONGs solicitam ampla discussão sobre expansão de plantações florestais

Em carta enviada ao presidente Lula nesta quinta-feira (20/03), instituições alertam para os possíveis riscos socioambientais envolvidos na ampliação da área de florestas plantadas [1], como reivindicado recentemente pelo setor, caso não seja estabelecido um planejamento adequado.

O Grupo de Trabalho (GT) Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento encaminhou, nesta quinta-feira (20/03), carta ao presidente Lula, manifestando preocupação com uma proposta de expansão da área de florestas plantadas no país, apresentada recentemente ao governo por empresas do setor. O documento foi enviado com cópia para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e para o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Formadas em sua maioria por espécies exóticas como Pinus e eucalipto, as florestas plantadas suprem, entre outros, o mercado de papel e celulose e construção, cujas empresas propõem a expansão da área ocupada por florestas plantadas dos atuais 5 milhões para 11 milhões de hectares. Além disso, o setor, hoje subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, reivindica estar ligado ao Ministério da Agricultura, por meio da criação da Secretaria de Florestas Plantadas.

Na carta enviada a Lula (conteúdo na íntegra abaixo), as ONGs pedem que a proposta de ampliação do setor seja analisada e planejada com extrema cautela e que a elaboração de uma política para o setor considere os preceitos de desenvolvimento efetivamente sustentável, citando posteriormente as implicações socioambientais e econômicas da atividade, especialmente para a Mata Atlântica e para o Cerrado.

Para a coordenadora do GT Florestas, Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), é preciso discutir as bases de expansão do setor de forma criteriosa, para não permitir impactos indesejáveis, como a concentração fundiária e os distúrbios hidrológicos. O GT Florestas espera que o governo estabeleça uma agenda de discussões sobre o tema com ampla participação da sociedade civil.

Reportagem publicada no jornal Valor Econômico no dia 25/02, reproduzida no site da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (Abracave), cita que, embora as propostas do setor contem com o

apoio do vice-presidente, José de Alencar, e do ministro da Agricultura, sabem que terão de derrubar a resistência do Ministério do Meio Ambiente, que já havia defendido no início do mês proposta para que os setores como papel e celulose e siderurgia mudassem a forma da produção de madeira reflorestada, trocando plantio em grandes áreas pela dispersão com características de agricultura familiar, o que garantiria trabalho para o pequeno produtor rural.

Ontem (19/03) foi aprovado requerimento do deputado Luis Carlos Heinze (PPB/RS) para que o tema seja discutido em uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, em data a ser definida.

Carta encaminha para o presidente Lula pelo GT Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília, 20 de março de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que congrega as principais instituições não governamentais do país interessadas no tema, reuniu-se em Brasília nos dias 12 e 13 de março. Na oportunidade acordou manifestar a Vossa Excelência a discordância com a "Proposta de Agenda para o Setor Brasileiro de Florestas Plantadas", apresentada por empresas do mesmo a Vossa Excelência.

A agenda apresenta demandas que não levam em consideração a necessidade da elaboração de uma política específica para o setor, que esteja articulada às políticas ambiental, agrária, creditícia, de geração de emprego e renda e de combate à fome.

As atividades do setor de "florestas plantadas", fundamentalmente baseadas no plantio de espécies exóticas como o Pinus e o Eucalipto, têm implicações graves para as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, especialmente na região de Mata Atlântica e de Cerrado, que concentram a maior parte dessas monoculturas no Brasil. Levando-se em consideração que estes biomas mantêm apenas 7,6% e 30% de sua cobertura original, respectivamente, a expansão massiva desses plantios, de cinco para onze milhões de hectares, deve ser analisada e planejada com extrema cautela, no âmbito de uma política de governo que esteja em consonância com os preceitos do desenvolvimento efetivamente sustentável. Há muito a ser equacionado entre os benefícios econômicos e o passivo socioambiental da atividade, a exemplo dos inúmeros processos trabalhistas envolvendo as empresas do setor.

Trata-se de um momento importante para o estabelecimento de um processo de discussão acerca de uma política para as plantações florestais, uma vez que o governo brasileiro, por meio do Programa Nacional de Florestas (PNF), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), está em negociação com o Banco Mundial visando um empréstimo para o setor florestal.

Seria um grande risco para o país dar encaminhamento às demandas sobre "florestas plantadas" sem a definição prévia de uma política de governo para o setor, que assegure o desenvolvimento da atividade de forma ambientalmente sustentável e socialmente justa, que beneficie de fato a população local e que garanta o princípio da precaução. Ressalta-se que qualquer política de expansão para o setor de "florestas plantadas" deve evitar o aumento da concentração fundiária, a supressão de vegetação nativa, os distúrbios hidrológicos e a ocupação de terras que produzem alimentos. Além disso, seu planejamento deve ser feito a partir de informações técnicas e científicas comprovadas e amplamente discutidas com a sociedade.

Certos de que o governo de Vossa Excelência está aberto a promover os debates necessários ao melhor encaminhamento da questão, colocamo-nos à disposição para participarmos do processo de discussão acerca do tema.

Atenciosamente,

(firmas)

C/c: Ministra do Meio Ambiente Marina Silva; Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. (Boletim do WRM N° 68, março 2003).

[1] Termo não compartilhado pelo WRM, mas mantido para respeitar a redação original do artigo que reproduzimos.

Brasil: Que o eucalipto não cause em São Paulo o estrago provocado em Minas Gerais

Apesar de o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, por ser uma das regiões mais miseráveis do País, ter sido a meta preferencial e paradigmática das "caravanas da cidadania" do candidato Lula –em mais de uma campanha presidencial– e uma das escolhidas para a inauguração do prato de resistência do novo governo –o programa Fome Zero–, estranhamente nada se falou sobre a razão específica (afora as genéricas, do subdesenvolvimento socioeconômico e, quiçá, político) que levou aquela parte do território mineiro a uma situação tão degradada e economicamente insustentável. Mas alguns depoimentos de figuras representativas da região, em entrevistas de rádio por ocasião da visita da comitiva presidencial, nos deram conta de que há cerca de 26 anos o Jequitinhonha era um vale fértil, de múltiplas culturas e criações, e começou a "secar" graças à substituição das matas nativas pela plantação indiscriminada do eucalipto.

Ante as previsões dramáticas do relatório da Unesco sobre a redução dos mananciais nos próximos 20 anos– a ser apresentado no 3.º Fórum Mundial da Água, em Kyoto, a partir da próxima semana –e ante a possibilidade de vir a ser prejudicada uma remanescente biodiversidade, bem como os recursos hídricos disponíveis para o abastecimento da maior (e mais importante) cidade brasileira, seria importante discutir os riscos da rápida substituição, que vai ocorrendo, de matas nativas ciliares por eucaliptais, em municípios próximos desta capital, como Nazaré Paulista –onde está a represa do Atibainha, principal manancial do Sistema Cantareira–, Piracaia, Joanópolis e outros. Pois nessa região, especialmente nos últimos cinco anos, uma bela e variada vegetação nativa, abrigando nascentes, veios d'água, córregos –e habitat de uma rica fauna– tem cedido lugar à monotonia das árvores iguais enfileiradas, que nada têm para atrair os pássaros –ou quaisquer outras espécies animais– e são cortadas rápido para virarem lenha. Pouquíssimas são as áreas que lá ainda resistem ao desmatamento ilegal –ou ao estéril "reflorestamento" das "roças" de eucalipto. Não se trata de aproveitamento em indústria de celulose –que a região não tem nem comporta, por suas características–, muito menos obedecem tais plantações a critérios técnicos de remanejamento e/ou preservação porcentual de mata nativa. Trata-se, apenas, de madeira que bebeu muita água, mas só serve para o fogo...

Na velha controvérsia a respeito dos efeitos ambientais dos eucaliptais, apesar dos argumentos – geralmente fundamentados em trabalhos científicos patrocinados por grandes empresas que fazem a exploração industrial da planta– que procuram colocar no rol de simples "mitos" os malefícios causados pelo eucalipto à fertilidade do solo e aos mananciais, há uma vasta literatura a comprovar, pelo menos, três pontos fundamentais: a altíssima demanda de água da planta pode esgotar a umidade do solo e prejudicar a recarga da água subterrânea, desestabilizando o ciclo hidrológico; a forte absorção de nutrientes, pelas raízes, pode gerar no solo um grande déficit, desestabilizando o ciclo de

nutrientes; a liberação de substâncias químicas –ou os efeitos alelopáticos sobre a microflora– pode afetar o crescimento de plantas e microorganismos, diminuindo assim, mais ainda, a fertilidade do solo.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e muitas outras entidades internacionais, assim como universidades e centros científicos europeus, indianos, australianos e sul – africanos, têm realizado discussões aprofundadas sobre o tema– em que muitas vezes as preocupações ambientalistas se chocam com os interesses dos grupos industriais que se utilizam dessa planta originária da Austrália, que passou a ser cultivada na Europa em meados do século 19 (e, no Brasil, no início do século 20). Há relatos de 1887, da África do Sul –um dos primeiros países que estabeleceram plantações de eucalipto em larga escala–, segundo os quais o clima daquele país estava se tornando mais seco, as nascentes outrora abundantes se tornavam minguadas e os cursos d'água viravam intermitentes.

Cem anos depois –em 1987–, o português Antero Gonçalves escreveu um livro com o título O Eucalipto ou o Homem, no qual afirmava, a certa altura: "Não merece a pena repetir mais que é o eucalipto: é contra os seres vivos, é contra a terra, é contra a água, é contra todos. E difícil compreender como este povo do campo aceita sossegado e tranqüilo que lhe conspurquem as melhores terras aráveis com o infernal glóbulo [*Eucalyptus globulus*] que ameaça tornar-nos um deserto." Já na Espanha, um movimento que visa à promoção do plantio de espécies nativas tem o nome de "Club Phoracantha", em homenagem ao besouro que mata o eucalipto.

Não é sem razão, pois, que na legislação de muitos países existam restrições a esse plantio. No Brasil, uma lei aprovada no Espírito Santo proíbe novos plantios de eucalipto no Estado. Não seria o caso, então, de em São Paulo também se criar semelhantes restrições, pelo menos em regiões de importantes mananciais, como a citada, para que não vejamos, em poucos anos, as ainda diversificadas (e não desertificadas) partes de vegetação de Nazaré Paulista –com suas matas nativas, nascentes, seus pássaros, bugios e até jaguatiricas, a apenas uma hora da capital– transformadas num desolador Jequitinhonha, com serventia só para receber lacrimosas caravanas de futuras campanhas presidenciais, enquanto em São Paulo teremos de comprar água potável a peso de ouro (ou de ar puro)? (Por: Mauro Chaves, Boletim do WRM N° 69, abril 2003).

Chile: Monoculturas florestais ameaçam mata de características únicas

A fragmentação do hábitat decorrente de atividades humanas, como por exemplo as plantações florestais em escala industrial, geram restrições no fornecimento de recursos e necessidades de espaço das espécies animais e vegetais, que podem inclusive conduzir à desaparecimento de ecossistemas inteiros. Uma vez que a estrutura da paisagem tem sido alterada, coloca-se em perigo a persistência tanto de populações vegetais quanto animais.

Nas regiões do centro e do sul do Chile têm se estabelecido e continuam instalando-se vastas monoculturas de árvores de rápido crescimento. As matas temperadas que estão ali contém os mais altos índices de biodiversidade e endemismo do país. A atual superfície plantada no Chile estima-se em aproximadamente 2.500.000 hectares, das que 80% correspondem ao pinheiro-de-monterrey (*Pinus radiata*). Um estudo realizado pela agência estatal CONAF em 1997 já tinha demonstrado que a taxa anual de desmatamento no período 1985-1994 tinha sido de 36.700 hectares e que quase 40% dessa superfície tinha sido destruída para ocupar seu lugar com plantações.

Além dos conflitos sociais gerados por essas plantações, diferentes estudos indicam, desde a década de 1980, que as mudanças na paisagem causadas pelas plantações têm provocado efeitos negativos do ponto de vista ambiental, entre os que está a afetação do hábitat de espécies nativas. Pesquisas de caráter independente coincidem em afirmar que o grau de perturbação provocado pelas plantações de

pinheiro radiata é alto. As alterações ecológicas às vezes têm afetado as próprias plantações, como tem acontecido com os surtos de insetos desfolhadores e roedores registrados em plantações no Chile.

Num estudo realizado por um grupo de pesquisadores da Universidade do Chile e a Universidade de Carleton, Canadá, se analisa o desmatamento e fragmentação da mata de ruil (*Nothofagus alessandri*), uma formação endêmica de clima temperado, limitada a uma extensão de 100 quilômetros na faixa costeira central do Chile, em associação com *Nothofagus glauca*, *Nothofagus obliqua* e outras espécies. Estima-se que em 1981, a mata de ruil ocupava 825 hectares, área que em 1991 tinha caído para 352 hectares, devido especialmente à expansão das plantações de pinheiro radiata. Os remanescentes de mata de ruil apresentam agora a configuração de um arquipélago –composto por vários segmentos pequenos, de forma regular, e outros maiores, irregulares, relativamente isolados– rodeados por uma matriz formada por plantações de pinheiros. Apesar de que se trata de um ecossistema de características únicas e de achar-se severamente ameaçado, apenas 45 hectares da mata de ruil estão incluídas no Sistema Chileno de Áreas Protegidas, e essa proteção –inclusive levando em conta que essa área resulta insuficiente em virtude do atual estado da mata– não existe na prática.

A referida pesquisa considera que a atual situação é crítica, já que os efeitos do desmatamento e a fragmentação implicam, no curto prazo, a perda de espécies e desse ecossistema único: "A mata de ruil é um ecossistema que se dirige à extinção. Se a atual taxa de desmatamento não diminui, inclusive não considerando os outros efeitos danosos além da redução de sua superfície, a mata de ruil como bioma reconhecível desaparecerá no decurso da próxima década devido à extinção de muitas das espécies associadas com esta formação", expressa o documento.

Por outro lado, o pinheiro radiata representa uma ameaça ainda maior para a mata de ruil: trata-se de uma espécie invasora que é capaz de ingressar nos fragmentos remanescentes desta formação vegetal; devido a sua maior capacidade para obter água, poderia resultar vencedor na concorrência com as árvores nativas por esse elemento; é uma espécie suscetível a incêndios e como a mata de ruil está inserta numa matriz de pinheiros, qualquer incêndio nas plantações poderia destruir totalmente os remanescentes de mata de ruil.

A conclusão dos autores é que –do ponto de vista ecológico- o manejo da terra é definitivamente insustentável na região central do Chile. "A sustentabilidade implica considerações econômicas, ecológicas e socioculturais. Apesar de que as plantações de pinheiro podem representar lucros consideráveis (no atual esquema de mercado), esses benefícios são conseguidos à custa de aspectos socioculturais e ecológicos. Do ponto de vista sociocultural as vastas plantações de pinheiro aumentam os níveis de pobreza e desemprego, já que as mesmas requerem pouca força de trabalho. O aumento do desemprego no nível local tem promovido a emigração camponesa (Lara & Veblen, 1993; Unda et al, 1997). Ainda mais, a perda da mata devido ao manejo inadequado é considerada pela população local como um dos principais problemas da região (Hajek et al., 1990). Não temos evidências de que o pinheiro-de-monterrey degrade a terra onde é plantado, mas, como foi indicado supra, esta espécie exótica é a principal causa de perda e fragmentação da mata de ruil e, na realidade, de sua atual situação de risco". (Boletim do WRM N° 45, abril de 2001).

Chile: Repressão ou solução ao enfrentamento Mapuches-empresas florestais?

Recentemente têm acontecido graves incidentes na cidade de Temuco, que finalizaram com mais de 125 comuneiros presos, muitos lesionados e graves destroços. Estes incidentes são o produto de uma longa cadeia de usurpações sofridas pelo povo Mapuche durante todo o século XX e que permanecem sem ter o reconhecimento público e fundamentalmente do Estado, que continua agindo em favor das empresas florestais e fornecendo-lhes seu apoio de muitas formas, entre outras, colocando a força policial ao serviço das empresas.

Alguns dias antes dos incidentes referidos, a sede da organização Mapuche Conselho de Todas as Terras foi destruída por policiais que lançaram gases lacrimogêneos, quebraram vidros e tentaram despejar o local de vinte Mapuches pela força. Esta operação policial repressiva foi realizada em cumprimento de uma "ordem" dos fiscais Alberto Chifelle –que as organizações Mapuches indicam que está envolvido em usurpações de terras- e Francisco Rojas, para "apreender antecedentes informativos".

Em repúdio a este ato vandálico sem sentido –que o comandante de Carabineiros disse que desconhecia– se realizou uma passeata pacífica no centro da cidade de Temuco. Na passeata, a mais importante realizada nos últimos anos, participaram nove organizações Mapuche da região. O clima pacífico da passeata foi alterado pela chegada de um grande contingente de carabineiros que, apoiado por carros lança-água, carros blindados e efetivos a cavalo chegaram para dispersar os manifestantes.

Segundo o jornal La Tercera, Carabineiros confirmou que foram causados danos qualificados à propriedade pública e que "se atuou com uma violência nunca vista nesta região". Acrescentou que os detidos passarão à disposição do Ministério Público Militar, alguns deles por maltratar a carabineiros em serviço, outros por danos qualificados e o resto por desordens.

No entanto, os que têm mais direito para falar de danos e violência são os Mapuche, que nestes últimos anos têm denunciado insistentemente o afogamento e encurralamento que sofrem as comunidades que lindam com empresas florestais, a perda de suas terras, a improdutividade e a escassez de água causadas pelas plantações exóticas, as emigrações forçadas, a presença de grupos paramilitares de segurança florestal; o complô, a sabotagem e as atitudes repressivas de empresas em contra de Mapuches, as detenções e processamentos judiciais arbitrários e inclusive assassinatos.

Segundo uma carta do advogado indigenista José Aylwin, do Instituto de Estudos Indígenas da "Universidad de la Frontera", há muito tempo que os Mapuche vêm manifestando de diferentes maneiras sua desconformidade perante os processos que hoje acontecem em seus territórios ancestrais afetando seus direitos. Salienta fundamentalmente a expansão da atividade florestal sobre terras que historicamente lhes pertencem e que são reconhecidas e protegidas pela legislação por seu caráter indígena. A plantação de árvores exóticas literalmente tem encerrado às comunidades dentro de seu próprio espaço ancestral (as empresas florestais possuem 1,5 milhões de hectares no sul do Bío Bío), afetando seriamente as terras e as águas dos Mapuche.

Apesar de que as empresas alegam que têm direitos constitucionais sobre as terras que possuem, os Mapuche "têm visto suas terras diminuir gradativamente desde meados do século XIX, primeiro através da radicação em reduções, e depois através da divisão e alienação de suas terras comunais promovidas pelo Estado, e depois, através da perda das terras que lhes foram entregues através da reforma agrária. Trata-se de um processo que os Mapuche conhecem sob o nome de usurpação".

Tudo isso têm conduzido a um crescente distanciamento entre o mundo Mapuche e o Estado e as empresas privadas presentes em seu território. Os Mapuche reclamam o que de acordo com sua história, concepção do mundo e sistema de normas e valores consideram que lhes pertence e que lhes foi subtraído. O Estado, por sua vez, impõe sua lei, sua ordem jurídica. A consequência dessa incomunicação é a situação de violência que existe hoje nas comunidades Mapuche e que se agrava progressivamente.

Quanto aos eventos de violência, José Aylwin aponta "que existe uma enorme desproporção entre as ações dos Mapuche e a força empregada pelos agentes do Estado, ou inclusive agentes de segurança privados, para reprimir os indígenas". Aponta-se como fato "preocupante que o uso de armas de fogo pelos agentes do Estado (Carabineiros, Polícia de Investigações) contra pessoas Mapuche envolvidas em ações de defesa de seus direitos tenha se transformado numa rotina" bem como "que as forças

policiais atuem de forma conjunta com as empresas que estão hoje presentes no espaço territorial Mapuche. Esse é o caso da atuação conjunta de Carabineiros e Investigações e guardas de companhias florestais na área de Malleco. Trata-se de um evento abertamente ilegal, que não pode continuar sendo amparado pelas autoridades".

O governo tem duas opções: ou a busca honesta de soluções ou o incremento da repressão. Pelo momento, parece ter optado pela segunda, que claramente constitui um beco sem saída, como fica provado com a escalada de violência no Sul. Chegou o momento de que o Estado chileno assumira sua responsabilidade histórica no drama do povo Mapuche e que comece a procurar soluções reais, que necessariamente passam pela devolução de terras usurpadas pelas empresas florestais durante a ditadura de Pinochet. (Boletim do WRM Nº 48, julho de 2001).

Chile: Os que brincam de Deus com as árvores por dinheiro

Em 20 de julho de 1999, a Biogenetic S.A., uma *joint-venture* entre a Fundación Chile (Santiago, Chile) e a InterLink Biotechnologies (Princeton, NJ), anunciou a criação de uma nova empresa para o desenvolvimento de espécies "melhoradas" de árvores: a GenFor S.A.

A idéia concorda com o que as empresas de biotecnologia já estão fazendo com o milho, a batata e os feijões-soja. Os pesquisadores da Genfor no Chile dizem que, através do uso do *Bacillus thuringiensis* ou Bt –uma bactéria que existe naturalmente no solo e mata pragas se é introduzida nas plantas em crescimento– estão em caminho de produzir uma árvore manipulada geneticamente que terá viabilidade comercial.

As razões para isso são várias, mas todas estão vinculadas com um modelo florestal insustentável, tanto do ponto de vista social como ambiental, baseado em monoculturas em grande escala de árvores de crescimento rápido. Oitenta por cento das plantações de árvores do Chile se compõe de uma única espécie de pinheiro –e além disso, exótico-: o pinheiro radiata. Estas plantações foram infetadas pela traça do broto europeia (*Rhyacionia buoliana*), e por ser monoculturas têm se transformado numa grande fonte de fornecimento de alimento para este pequeno inseto. As larvas da traça cavam o caule principal e os galhos secundários do pinheiro radiata e secam os brotos e as folhas; com isso a árvore se deforma até transformar-se num arbusto atrofiado. Segundo a National Forestry Corp. Do Chile, a traça do broto arruína perto de 30% das colheitas quando não são tratadas, e 10% inclusive com tratamento. As companhias florestais do Chile gastam atualmente USD 3 milhões ao ano no controle das traças, soltando vespas que se alimentam de suas larvas.

A Genfor diz que tem implantado com sucesso plântulas com proteína Bt, que mata as larvas da traça antes de que cheguem a provocar danos. A companhia prevê que estes tipos de pinheiros resistentes a insetos estarão prontos para ser comercializados em 2008.

Mas a resistência aos insetos não é o único objetivo da Genfor. Ainda mais importantes são os esforços conjuntos da Genfor e a companhia de biotecnologia canadense Cellfor para aumentar o componente de celulose e modificar a lignina no pinheiro radiata e o *Pinus taeda*, características chave da grande produção de celulose do Chile. Para obter a celulose como matéria-prima é necessário separá-la da lignina e essa é a parte mais cara do processo de produção de celulose. Por essa razão a indústria receberia com agrado um tipo de matéria-prima com maior conteúdo de celulose.

A pesquisa conjunta no laboratório canadense da Cellfor conseguiu um aumento de 20% de celulose em álamos e agora procura transferir essa experiência às espécies de pinheiros. Esperam-se resultados concretos para finais de 2003. Como o *Pinus taeda* se planta de forma extensiva na Argentina e no Brasil (e também no sul dos Estados Unidos), o projeto será a entrada da Genfor no maior mercado identificado como uma de suas metas na América do Sul.

Em resumo, trata-se apenas de dinheiro e poder para os que já são ricos e poderosos. Se for permitido o uso destas árvores modificadas geneticamente, somente se conseguirá exacerbar os impactos sociais e ambientais atuais que causam as monoculturas de árvores no Chile e outros lugares. A menos que se faça qualquer coisa para evitar sua liberação no meio ambiente, as futuras gerações de povos, animais e vegetais serão as que sofram seus impactos ainda desconhecidos. Se se permite que as empresas brinquem de Deus, então, Deus salve a humanidade! (Boletim do WRM Nº 58, maio de 2002).

Chile: Organização ambientalista questiona padrões do FSC em plantações

Segundo informação disponível na página Web do FSC, no Chile, sete empresas têm suas "florestas" certificadas, abrangendo uma área total de 262.168 hectares. No entanto, somente uma dessas empresas (Las Cruces S.A.) está realmente manejando uma floresta, com uma extensão de apenas 3.588 hectares. O restante (258.580 hectares) são monoculturas de árvores que, infelizmente, continuam sendo consideradas como "florestas" pelo FSC.

Na própria página Web (na seção "why do we do it" - "por que o fazemos"), o FSC estabelece o seu objetivo de "proporcionar um esquema de etiquetagem realmente independente, internacional e crível em matéria de madeira e produtos madeireiros. Isso dará ao consumidor uma garantia de que o produto vem de uma floresta avaliada e certificada como sendo manejada segundo padrões sociais, econômicos e ambientais previamente acordados". No caso do Chile, essa afirmação é obviamente falsa, pelo simples motivo de que o FSC não pode dar nenhuma garantia ao consumidor de que o produto que ele adquire é oriundo de uma "floresta" bem manejada, já que a própria floresta não existe; a menos que as monoculturas de árvores exóticas sejam consideradas florestas.

É importante ressaltar que o FSC promove a criação de padrões nacionais para a certificação, em conformidade com seus princípios e critérios gerais. O Chile é um dos países onde existe uma "iniciativa nacional" (envolvendo empresários florestais e ONGs) que visa esse objetivo. Não obstante, a adoção de padrões nacionais não é tarefa fácil, como surge dos seguintes parágrafos escritos por uma ativista chilena defensora das florestas (Malú Sierra), profundamente envolvida nesse processo. Malú descreve uma visita a uma das plantações certificadas (Fazenda El Guanaco: 4.138 hectares), pertencente à empresa Forestal Millalemu (do Grupo Terranova), na Comuna de Quirihue, no sul do Chile, relacionando suas percepções com os problemas na certificação de plantações:

"Depois de muitos meses –na verdade, foram anos– de discussão na mesa de trabalho, com papéis e transparências projetadas, sempre nas cidades do sul ou em Santiago, a Forestal Millalemu (com mais de 120 mil hectares de plantações certificadas no Chile) convidou a gente para campo, para conhecer uma das suas plantações, certificada pelo FSC. O amabilíssimo gerente no Chile, Jorge López, sacrificou seus bonitos mapas para que a equipe do Comitê de Plantações soubesse, exatamente, onde estava. A chuva não dava trégua; toda vez que a gente descia dos veículos para todo terreno, em novembro, exatamente no dia 7, o fenômeno do El Niño presenteava essa região de seca interior com chuva. E molhava todos nós, não de todo preparados. Também não estávamos preparados para ver a imagem de morros rasurados de árvores, na Cordilheira de Quirihue.

A Forestal Millalemu tem como principal proprietário o empresário suíço Stephan Shmidheiny –um dos primeiros em aderir ao conceito de desenvolvimento sustentável–, sendo que suas plantações no Chile acredita-se que sejam a máxima expressão do conceito de sustentabilidade, tanto econômica quanto social e ambiental. Acredita-se...

O selo verde do FSC garante que a Millalemu não substitui florestas nativas por plantações, mas não exige que aí onde floresce a floresta lhe seja permitido crescer, fazendo um trabalho de colheita mais cuidadoso em suas plantações. Vimos brotos de carvalho sob pinheiros plantados há 20 anos, prontos

para a colheita. Com ela irão também os carvalhos que evidenciam que, nesse lugar, bem antes de 1994, houve substituição de florestas por plantações. O selo do FSC também exige medidas para mitigação no solo: após a colheita, os detritos não mais são queimados –o que é um avanço–; agora, eles são moídos e depositados no solo para, depois de oito a dez anos, se tornarem novamente terra.

O FSC também coloca condições sociais, e vemos passar ônibus velhos, levando os operários de volta do seu trabalho. Antigamente, o transporte era feito em caminhões abertos. Nessa região, não há comunidades indígenas; portanto, a empresa não tem problemas no que diz respeito à reivindicação de terras por parte dos proprietários originais. Porém, ela tem problemas, sim, com os Mapuche, noutras fazendas dela, motivo pelo qual essas plantações não puderam ser certificadas.

Até hoje, o que o FSC não recomenda é o método de colheita. E, no Chile, o método empregado nas plantações é o corte rente, a mesma coisa que nos Estados Unidos, de onde, aliás, vem a árvore exótica mais plantada até hoje nas plantações chilenas: o pinheiro insigne, ou pinheiro de Monterrey (*Pinus radiata*). Entre os seus princípios, o FSC estabelece critérios gerais que devem ser desenvolvidos em cada país, para adaptá-los a cada realidade. No Chile, eles ainda não foram definidos, devido, justamente, à posição dos empresários florestais já certificados, alguns dos quais sustentam que não deve haver limites sequer para as dimensões do corte rente. Uma das justificativas é que as grandes empresas, como a Mininco (que não é certificada), colhem até 2 mil hectares contínuos.

É importante lembrar que o Chile é um país montanhoso e que, portanto, as colheitas feitas com corte rente, que sempre causam impactos negativos nos solos, aqui, são duplamente graves, pois a imensa maioria das plantações foi instalada em encostas com mais de 35 graus. De fato, é justamente por isso que a legislação proíbe a derrubada rente da floresta nativa. Em consequência, é claro que, do ponto de vista ambiental, o método de colheita do corte rente não pode ser aceito em nenhuma plantação, menos ainda numa certificada.

No Chile, o debate ainda pode levar um bom tempo; porém, Defensores da Floresta Chilena renunciou, no Comitê Técnico de Plantações, à sua participação no processo, mas não à diretoria da ICEFI (Iniciativa Chilena de Certificação Florestal Independente), como também não o fez ao FSC. Se vão ser colhidos cinquenta ou quinhentos hectares com corte rente, isso já é irrelevante. Não concordamos, em absoluto, com o corte rente, e não percebemos avanços significativos nas reuniões. E pior ainda, é obviado –é deixado para futuras precisões– o como devem ser instaladas as novas plantações florestais que desejem ser ambientalmente certificadas, de sorte que os solos jamais sejam deixados sem cobertura, em especial, em áreas de encosta onde, apesar das mitigações todas, continua havendo erosão.

O consumidor que leva fé no selo do FSC não gostaria de ver essas imagens. Infelizmente, eu as vi e ainda as guardo nas minhas pupilas". (Boletim do WRM N° 66, março 2003).

Chile: Mapuches defendem suas terras das empresas florestais

Séculos a fio os mapuche barraram as incursões européias em seu território. Na atualidade, confinados em reservas chamadas "reduções", a maior parte dos mapuche são agricultores empobrecidos ou mão-de-obra camponesa, ou vivem como minoria marginalizada nas cidades chilenas. Não obstante, eles estão resistindo. "O nosso objetivo é recuperar o território do povo mapuche", declara Ancalaf, 40 anos de idade, numa entrevista, na prisão, com o jornalista Héctor Tobar, do jornal Los Angeles Times. "Queremos controlar o nosso destino e construir o nosso futuro segundo a cosmovisão do nosso povo".

Detidos sem julgamento desde novembro, ao amparo da legislação antiterrorista aprovada durante a ditadura do General Augusto Pinochet, que priva os presos de julgamento rápido e permite que os fiscais retenham provas, não as entregando aos advogados defensores, Ancalaf e uma dúzia de líderes

ativistas tornaram-se heróis para muitos mapuche, inclusive aqueles que não concordam com sua tática.

Nos meios de comunicação chilenos, o "conflito mapuche" moderno geralmente é descrito como a luta entre a ordem e a razão da herança européia do país e uma cultura indígena dominada pela "superstição" e a violência. Latente por décadas, o conflito pela terra eclodiu novamente no final da década de noventa. Muitos julgam que a causa é a globalização da economia chilena e as políticas de livre comércio do governo. Os estabelecimentos produtores de lácteos e grãos, outrora a base da economia regional, foram duramente afetados pelas exportações estadunidenses de menor preço, e muitos produtores viram-se forçados a deixar suas terras em barbecho, ou a vendê-las para as empresas florestais.

Cada dia mais, o território mapuche é coberto ou cercado com eucaliptos e pinheiros plantados em antigas lavouras de trigo ou em florestas nativas. A maior parte das árvores plantadas na região é pinheiro de Monterrey (espécie nativa da Califórnia) e eucalipto australiano; elas são cortadas com máquinas, processadas para madeira e celulose para papel, e enviadas aos mercados norte-americano e asiático. A concentração de plantações de rápido crescimento em grande escala gera o esgotamento da água subterrânea, ficando a fauna afetada pela falta de sub-bosque, essencial para sua sobrevivência. Várias espécies de árvores nativas, vitais para as atividades produtivas e culturais dos mapuche, levam o caminho da extinção. Segundo um estudo do governo chileno, todas as árvores nativas fora dos parques nacionais poderiam sumir para o ano 2015.

Em novembro, o ativista mapuche Edmundo Lemún, 17 anos de idade, foi morto a tiros pela Polícia, num protesto realizado num estabelecimento florestal em Ercilla. No dia 20 de janeiro, mais de uma dúzia de mapuches encapuzados e portando armas de fogo caseiras e coquetéis Molotov invadiram o acampamento para trabalhadores da empresa florestal Mininco e queimaram as barracas.

Como em qualquer lugar do mundo, a falta de água agrava o conflito. "Vinte anos atrás, acho que ninguém, na nossa comunidade, teria imaginado que um dia íamos ter que trazer a água de caminhão, para satisfazer as necessidades básicas das nossas famílias", declarou Alfonso Rayman, líder dos mapuche Nagche, um subgrupo formado por muitas comunidades dos arredores de Lumaco. Dias antes, num pequeno ato de desafio, um grupo de rapazes tinha iniciado um incêndio na pradaria de uma encosta perto do povoado, contou Rayman, sorrindo de leve. O fogo se espalhou encosta acima, destruindo milhares de árvores jovens. Neste momento, vários líderes da região de Lumaco estão atrás das grades, acusados de terem destruído a propriedade da empresa florestal.

Mas autoridade institucional nenhuma condena o corte rente praticado pelas empresas florestais na propriedade mapuche (suas terras, suas florestas), para instalar suas plantações de monocultura em grande escala. Como denuncia a ativista chilena, defensora das florestas, Malú Sierra: "É importante lembrar que o Chile é um país montanhoso e, portanto, o corte rente, que sempre causa impactos negativos nos solos, aqui, é duplamente grave". Ao invés, muitas empresas recebem autorização para continuar com seu lucrativo negócio, através da etiqueta de plantações "certificadas" pelas normas do FSC. Pior ainda é o caso da empresa Millalemu, nomeada para o Prêmio Nacional de Meio Ambiente, conferido todo ano pela Comissão Nacional de Meio Ambiente do Chile!

Tudo virou ao contrário. Os donos tradicionais da terra são expulsos e presos por adotarem medidas para a recuperar. As empresas responsáveis pelo estrago social e ambiental na região são certificadas e nomeadas para prêmios ambientais. É uma farsa total. No entanto, apesar desse poder todo, as empresas florestais estão cada dia mais isoladas, num crescente mar de protestos mapuche, os quais, com certeza, continuarão em aumento. (Boletim do WRM Nº 68, março 2003).

Colômbia: Legislação "à medida" da Smurfit

As plantações florestais com fins comerciais a cargo de empresas privadas começaram na Colômbia na década de 1960. As plantações comerciais de madeira de fibra comprida –pinheiros e ciprestes– estão localizadas principalmente no oeste do país, nos departamentos de Antioquia, Caldas, Quindio, Valle e Cauca; enquanto na zona central –nos departamentos de Cundinamarca e Boyacá– predomina o *Eucalyptus globulus*.

Já desde a década de 1970 vêm sendo denunciados os impactos provocados pelas monoculturas florestais em grande escala nesse país. Um estudo da época, contratado pelo próprio Estado Colombiano para avaliar os efeitos das plantações de coníferas no Departamento do Cauca, concluiu que as mesmas destruíam os ecossistemas naturais. Por sua vez, na década de 1990 vários municípios proibiram as plantações florestais em bacias fornecedoras de água e sancionaram companhias florestais por praticar a queima da mata para dar lugar a plantações. No entanto, sob a influência do modelo globalizador e com o apoio das autoridades nacionais e de órgãos internacionais de crédito, o florestamento em grande escala continua.

Um dos atores mais relevantes é a Smurfit Cartón de Colombia, responsável pelos danos ambientais como a corta de floresta no Chocó Biogeográfico, a poluição hídrica no rio Cauca e a poluição atmosférica na cidade de Yumbo. A atividade da empresa no país começou em 1957 quando se criou a Celulosa y Papel de Colombia S.A. (Pulpa) –composta pelo Instituto de Fomento Industrial (IFI), a Cartón de Colombia e a Container Corporation of América, uma subsidiária da Mobil– que depois vendeu suas ações à Cartón de Colombia e passou a chamar-se Smurfit Cartón de Colombia. Ela é parte da multinacional Jefferson Smurfit Group plc, com sede na Irlanda. Essa empresa é uma das maiores produtoras de embalagens com base em papel no mundo, e opera em vinte países. A empresa obtém o maior margem de lucros na América Latina. É assim que em 1993, por exemplo, 70% dos lucros da Smurfit provinham da Colômbia, do México e da Venezuela.

Por que a Smurfit escolheu estes países e especificamente a Colômbia? Além dos bons crescimentos das plantações de pinheiro, da debilidade dos controles ambientais e dos baixos custos de mão-de-obra –devido ao emprego de trabalhadores informais e à subcontratação de tarefas– uma razão fundamental tem sido a legislação que, graças a sua poderosa influência, a Smurfit tem conseguido que o Estado aprove em seu benefício.

Para começar, a Lei 99 de 1993 alocou a um representante das agremiações da atividade florestal um lugar no Conselho Nacional Ambiental. A "Asociación Colombiana de Reforestadores-ACOFOR" (Associação Colombiana de Reforestadores), criada com o apoio da própria Smurfit, logicamente oferece esse lugar à Smurfit.

Por outro lado, estão em vigor uma série de benefícios que a lei lhe outorga, alguns deles raíam pelo disparate. Por exemplo, através dos Certificados de Incentivo Florestal (CIF), estabelecidos em 1993 como "um reconhecimento do Estado Colombiano aos aspectos positivos do reforestamento com relação aos benefícios ambientais e sociais gerados" se permite que os projetos de plantação com espécies introduzidas recebam os mesmos benefícios que aqueles onde se usem árvores autóctones, contanto que "se demonstre como resultado de estudos científicos ou de pesquisa aplicada que a espécie apresenta qualidades excepcionais para povoar e conservar e regular águas". Levando em conta os provados impactos negativos que as monoculturas florestais com espécies de rápido crescimento têm sobre a dinâmica da água nas bacias, o que antecede é difícil de imaginar. No entanto, a empresa consegue que os estudos o "demonstrem" e se beneficia com os CIF.

A Smurfit também é beneficiária de diferentes tipos de isenções tributárias para promover o que erroneamente a legislação chama de "reforestamento". Por exemplo: um desconto de 20% no imposto à renda gerada pelas novas plantações, uma dedução de 80% do valor imputável sobre a venda dos

produtos da colheita de madeira aos efeitos do pagamento de impostos e a isenção de impostos sobre fornecimento de serviços técnicos relacionados com as plantações florestais, estabelecida pela Lei de Orçamento de 1995.

O rumo tomado pela política florestal na Colômbia é alarmante por diferentes motivos. Enquanto por um lado não existe uma proteção efetiva da enorme diversidade florestal existente em seu vasto território, afetada além disso pelas atividades de plantação de cultivos ilícitos e sua repressão, por outro fomentam-se as monoculturas que são a causa direta do desflorestamento e degradação das matas, tanto na Colômbia quanto no resto do mundo. Além disso se aprovam medidas legislativas feitas à medida para a Smurfit e os grandes "reflorestadores", enquanto os agricultores –especialmente os minifundiários- são deixados ao acaso do mercado e das condições atmosféricas. Tudo isso no marco de um sangrento conflito no nível nacional, cuja causa principal encontra-se precisamente no injusto sistema de posse da terra.

Na vizinha Venezuela, a Smurfit já teve que enfrentar severos conflitos com comunidades locais por causa das monoculturas florestais. Também na Colômbia suas atividades vêm gerando uma oposição crescente, como a dos Grupos Ecológicos de Risaralda, província onde a empresa já é dona de 10% da terra. Na realidade difícil seria esperar outra coisa frente a uma atividade que, para beneficiar uns poucos, tantos prejuízos ocasiona do ponto de vista ambiental e social. (Boletim do WRM N° 43, fevereiro de 2001).

Colômbia: Política anti-sindical em plantações de dendezeiro

Em se plantando mais, mais direitos se perde. Na Colômbia, existem cerca de 170 mil hectares plantados com dendezeiro. No relato de um delegado da organização dos trabalhadores do setor das palmeiras, sobre as empresas Oleaginosas Bucarelia e Oleaginosas Las Brisas, são denunciadas as péssimas condições de trabalho nas plantações de dendezeiro, no departamento de Santander, além das pressões e incentivos para debilitar os sindicatos do setor. A empresa Oleaginosas Bucarelia possui 4.700 hectares e a outra cerca de 2.800, todos localizados em Porto Wilches, Santander.

Segundo as próprias palavras desse trabalhador, "a estratégia das empresas, para debilitar e dar cabo dos sindicatos, baseia-se em planos de demissão voluntária, com indenização superior à dada pela legislação. Muitos companheiros foram embora das empresas e, portanto, da organização sindical, mas voltam a trabalhar no setor sob o regime de condições imposto pelas empresas através de cooperativas. A política dos empresários leva à perda de conquistas convencionais alcançadas em 20 ou 30 anos de luta. Comenta-se, por parte de alguns empresários, que as empresas onde os trabalhadores estão organizados sindicalmente são menos competitivas e, também, que os trabalhadores não são chegados a aceitarem as condições de trabalho que querem impor essas empresas, condições que atentam contra a saúde e a dignidade dos trabalhadores".

"Em suma, o que eles colocam é que as organizações sindicais devem sumir. Outra modalidade praticada pelas empresas é tornar os camponeses parceiros no plantio do dendezeiro, dessa forma poupando obrigações trabalhistas. Depois, os camponeses devem vender a matéria-prima para as empresas pelo valor que elas próprias estipulam. As pessoas recebem menos dinheiro e não têm garantia nenhuma quanto à previdência social".

Evitando a organização dos trabalhadores, as empresas também evitam reclamações por baixos salários e por um dos maiores problemas enfrentados pelos trabalhadores: o das péssimas condições de trabalho. "Por exemplo, à medida que a palmeira envelhece, vai ficando mais alta e, portanto, as condições em que é feita a colheita do cacho e o corte dos ramos propiciam acidentes. Os trabalhadores que labutam na colheita se queixam de dores na cervical, e são freqüentes os acidentes ao serem atingidos pelas folhas com muitos espinhos. Por outro lado, para controlar as pragas nas

plantações, também é feita a fumigação, sendo que não se sabe quais impactos no ambiente e na saúde podem causar esses produtos".

O acima mencionado e, em especial, a política empresarial que visa o enfraquecimento dos sindicatos, aumentando o número de trabalhadores empregados através de cooperativas e empreiteiros individuais, fez com que a SINTRAINAGRO, a maior organização de trabalhadores rurais do país, colocasse a necessidade de unificar os sindicatos desse setor, com o propósito de garantir as conquistas conseguidas até o momento e procurar a sindicalização nas empresas que ainda não têm sindicato. Graças à organização dos trabalhadores da Bucarelia e Las Brisas, foram ajustados alguns convênios coletivos, sendo que, agora, os trabalhadores de algumas cooperativas também estão exigindo melhores condições de trabalho.

Cabe ressaltar que, neste artigo, somente fizemos menção dos impactos sociais causados pelas plantações de dendezeiro, mas a eles se juntam, também, os graves impactos ambientais provocados por esse modelo de monocultura em grande escala, os quais se repetem em todas as regiões e países onde elas são instaladas, entre os quais destacamos os impactos na biodiversidade, nos solos e na água. (Boletim do WRM N° 65, dezembro 2002).

Colômbia: Projeto de plantações de dendê coloca em risco biodiversidade no Chocó

Devido à sua diversidade natural e cultural, a região do Chocó (com uma área de 75 mil km², no litoral do Pacífico colombiano) é um ecossistema estratégico, apresentando a maior concentração de biodiversidade do mundo quanto ao número de espécies por hectare. Da superfície original com florestas heterogêneas, apenas resta 40%, resultado, principalmente, da colonização, da expansão da fronteira agrícola, da pecuária e da extração de madeira.

O Baixo Atrato, na bacia do rio Atrato, parte integrante dessa região biogeográfica, está em estado de alerta. No documento intitulado Extração Madeireira e Direitos Humanos Baixo Atrato-Chocó, a Defesa do Povo expressa a profunda preocupação dos membros dos conselhos comunitários do Baixo Atrato (Cacarica, Jiguamiandó e Curvaradó, entre outros) com um projeto de palmicultura (plantações de dendê), a ser implementado no município de Riosucio.

Trata-se de um projeto da companhia Urapalma S.A, empresa que não faz parte do convênio para uma produção mais limpa, ajustado pela federação Fedepalma, os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura e várias empresas ambientais.

O projeto visa o plantio de 20 mil hectares com dendê (variedades Ekona e Ekona X lame), nos departamentos do Chocó e Antioquia. O primeiro bloco é de 9 mil hectares: 6.500 da empresa acima mencionada e 2.500 da Asopalma (uma empresa patrocinada pela anterior, à qual associaram-se camponeses da região, tendo recebido uma parcela de 5 hectares cada).

Ficou para uma fase posterior a instalação de uma planta extratora na região, para a produção de 35 mil toneladas de óleo cru, num período de cinco anos. Atualmente, está em andamento um processo para a criação das associações de moradores da região, em Paravandocito e Munguidó, objetivando o plantio de 380 hectares. Essa iniciativa conta com o apoio de diversas entidades, entre elas, os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento, o Banco Agrário (o qual concedeu um crédito de até 80% dos custos diretos de operação, na fase improdutivo), a FINAGRO, o Fundo de Investimentos para a Paz (fonte dos recursos do ICR –Incentivos para a Capitalização Rural– para o plantio de dendê) e o governo do departamento de Antioquia.

Não foi realizado um processo de consulta às comunidades étnicas nem levado em conta o conceito de viabilidade ambiental; além disso, não foram solicitadas as autorizações para concessão de águas e

aproveitamento florestal perante as autoridades ambientais competentes, nos mencionados departamentos de Codechocó e Corpourabá, negligenciando, assim, as disposições ambientais e étnicas em vigor nessa região.

Os grupos paramilitares atuantes na região vêm servindo aos propósitos desse projeto, para o qual a posse conjunta das terras da região por parte das comunidades representa um obstáculo. Nesse sentido, a investida contra a guerrilha obedece a uma estratégia militar, mas também econômica, do setor privado. A Comissão Intereclesiástica de Justiça e Paz denunciou que é evidente a inexistência de uma intervenção do governo, para enfrentar, de maneira estrutural, a ação armada oculta no paramilitarismo, ao passo que continuam sendo desrespeitados os direitos das comunidades afro-descendentes e é ampliado o plantio irregular e ilegal de dendê, amparado na ação armada.

Da mesma forma que em outras partes da região tropical, a diversidade natural e cultural pode perder-se de todo, para ser substituída por vastas monoculturas que só servem a interesses empresariais voltados para a produção e comercialização de óleo de dendê. Como em quase todos os outros casos, a oposição à apropriação de territórios por parte das empresas começa a surgir cada dia com força crescente. (Boletim do WRM Nº 70, maio 2003).

Costa Rica: Os perigos das monoculturas florestais

Como muitos outros países do Sul, a Costa Rica está enfrentando o problema da expansão das monoculturas florestais. Especialmente na Região de Huetar Norte, o estabelecimento de plantações industriais tem sido um total fracasso durante os últimos vinte anos. Após ter gastado USD 10 milhões nestes programas, hoje em dia mais de 70% das plantações está deteriorado e seu nível de produção tem sido muito mais baixo do esperado. Ao mesmo tempo, se tem ignorado o potencial das matas secundárias e sua rica biodiversidade, que no que diz respeito somente às árvores supera as 150 espécies.

Apesar dos esforços semânticos dos promotores das plantações por chamá-las "matas plantadas" e de referir-se a esta atividade como "reflorestamento", a verdade é que as plantações não são matas e que geram uma série de impactos sociais e ambientais. As monoculturas florestais industriais implicam a ocupação de vastos territórios, a concentração da propriedade da terra e o deslocamento de pequenos e médios camponeses. No caso da Ston Forestal –subsidiária do gigante Ston Container– aproximadamente 300 famílias tiveram que deixar suas terras no sul da Costa Rica, as que foram ocupadas por monoculturas de gmelina. Por outro lado estas plantações conspiram contra o desenvolvimento do conhecimento tradicional no manejo florestal e a agricultura. O povo indígena Melku, no norte do país, viu como 40.000 hectares em sua região foram ocupadas por monoculturas florestais apoiadas por subsídios estatais, enquanto eles não receberam qualquer compensação para a recuperação do mastate (*Poulsenia armata*), uma espécie quase em extinção devido à pressão das atividades madeireiras e que constitui o recurso básico do artesanato local.

Os impactos sociais têm aparecido junto com os efeitos negativos no nível ambiental. A Ston Forestal está enfrentando uma ação judiciária por ter provocado a dessecação de zonas úmidas, ao tempo que as monoculturas de gmelina na Península de Osa são consideradas responsáveis por um potencial impacto negativo sobre a população de papagaios e araras no vizinho Parque Nacional Corcovado. As plantações de palma a cargo da firma Palma Tica estão expandindo-se sobre as zonas úmidas da região sul, apesar dos esforços em contrário dos ambientalistas, os que chegaram inclusive a apresentar uma ação contra a empresa. As monoculturas de teca provocam erosão do solo devido à concentração e rápida liberação de grandes gotas de chuva a partir de suas folhas. Na região norte foi comprovado que as monoculturas de eucalipto reduzem o fluxo de água para os aquíferos.

Apesar de tudo isso, o governo da Costa Rica está apoiando decididamente a inclusão das plantações florestais no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto. Quantos impactos mais deverão sofrer as pessoas e o ambiente para que finalmente se chegue à conclusão óbvia de que as plantações não são matas? (Boletim do WRM N° 39, outubro de 2000).

Costa Rica: Dólares japoneses para a promoção de monoculturas florestais

O novo Presidente da Costa Rica, Abel Pacheco, parece ter boas intenções em matéria ambiental, mas, ao mesmo tempo, demonstra um certo vazio de conhecimento quanto às espécies de árvores nativas de seu país.

Com efeito, essas contradições tornaram-se evidentes no último dia 2 de junho, quando de um ato na Casa Presidencial, realizado por ocasião de uma doação do governo do Japão (feita através do Banco Mundial), de US\$ 300 mil, destinados a promover as plantações florestais comerciais. Nessa cerimônia, o Presidente Abel Pacheco enfatizou a necessidade de lutar pelas espécies autóctones e para deter o "nazismo" vegetal.

Ao que parece, o Presidente não estava a par de que as espécies a serem plantadas –*melina* e *teca*– não são autóctones, mas ambas são oriundas da Ásia. Com efeito, o projeto, que será financiado com a doação do governo do Japão, tem por objetivo o plantio de 50 mil hectares por ano com *teca* e *melina*, num período de dez anos. Isso significa que tenciona-se cobrir um pequeno país como a Costa Rica nada menos que com 500 mil hectares de monoculturas florestais.

A doação vem acompanhada –como sempre– do discurso ambiental, social e econômico correspondente, para justificar esse tipo de "desenvolvimento" florestal. O próprio nome do projeto (Projeto de Reativação do Reflorestamento Comercial na Costa Rica - REFORESTA) passa a mensagem enganosa de estar "reflorestando", quando, na verdade, estaria "monoculturizando".

Além disso, Constantino González, presidente do Fundo que administrará os recursos doados, afirmou que essa atividade geraria entre 20 milhões e 30 milhões de dólares, nos próximos dez anos, e que permitiria satisfazer a demanda local de madeira, assim como, também, eliminar a pressão sobre as florestas e diminuir a derrubada ilegal. Isso tudo soa muito bonito, mas não concorda com a realidade, nem na Costa Rica nem em qualquer outro lugar do mundo.

É triste que um país como a Costa Rica, possuidor de uma extraordinária diversidade florestal, entre na jogada dos japoneses, de se tornar fornecedor de madeira barata para esse e outros mercados insaciáveis do mundo industrializado, em vez de cuidar da restauração de suas florestas destruídas por outros processos de "desenvolvimento" (como o pecuário) que, no passado, reverteram em destruição ambiental e social.

Adoráramos ver o novo Presidente da República "lutando pelas espécies autóctones" e enfrentando o "nazismo vegetal" promovido, no caso, pelo governo do Japão e seu intermediário, o Banco Mundial. Esperamos ver isso acontecer. (Boletim do WRM N° 60, julho 2002).

Costa Rica: "Morte lenta" da monocultura de eucalipto em grande escala

No início dos anos 90, na Costa Rica, promoveu-se a introdução e o plantio do eucalipto, uma espécie oriunda da Austrália, como um grande negócio madeireiro. Não obstante, no final dessa década, esse modelo de monocultura florestal em grande escala acabou trazendo grandes prejuízos econômicos ao Estado e a um grande número de agricultores.

O relatório da Tierramérica reafirma a nossa posição de que não é possível introduzir espécies exóticas em grande escala sem um estudo prévio sobre como elas vão reagir num meio alheio à sua natureza e, principalmente, sobre os impactos ambientais e sociais que podem causar, quando todos esses esforços e incentivos poderiam destinar-se à pesquisa e promoção do uso sustentável das espécies nativas.

De acordo com o Ministério do Ambiente e Energia, perderam-se de 3,8 a 4 mil hectares plantados com eucalipto, uma cultura alheia à biodiversidade do trópico, que causou a ruína de muitas famílias. "A natureza é sábia e não erra", disse à Tierramérica o engenheiro Luis Quirós, especialista do Ministério. "Não podemos forçar as espécies de outras latitudes a se adaptarem às nossas condições", acrescentou.

Quirós, chefe da sub-região de São José, comentou que, nas últimas décadas, a América Latina aderiu a uma série de modas divulgadas por expertos internacionais. "Muitos órgãos vêm e nos dizem o que plantar, baseados no que teve sucesso nos países do Norte, mas não levam em conta nem as pragas nem as condições locais do trópico", afirmou.

O eucalipto, uma árvore de rápido crescimento e grande capacidade de absorção da água, foi promovido como nova cultura florestal no final dos anos 80 e início dos 90, com o objetivo de diminuir a pressão sobre as florestas nativas causada pelo desmatamento.

O Estado ofereceu incentivos econômicos aos donos das fazendas que plantassem eucalipto. O objetivo era destinar a madeira para a fabricação de móveis e painéis laminados.

Nos três primeiros anos, tudo correu bem; porém, no quarto, as árvores pararam de crescer e começaram a sofrer a doença que os moradores locais chamam de "morte lenta". "Investimos muitíssimo trabalho nesse projeto, mas tudo se perdeu", contou à Tierramérica o agricultor Ronald Rodríguez, 47 anos de idade, que plantou 100 hectares com árvores em 1990.

Cientistas descobriram que os solos não eram aptos para o eucalipto, pois a raiz dessa espécie não podia penetrar fundo, devido à natureza argilosa de certos terrenos. Isso facilitou o surgimento de fungos e, depois, do cupim, o qual, aos poucos, foi destruindo por dentro o córtex das árvores que, como resultado, foram secando.

"No total, com o que o Estado me deu e com o que eu investi, acho que, só no meu caso, perdi cerca de 500 mil dólares. Teve famílias que ficaram muito mal, pois acharam que o eucalipto ia ser seu projeto de vida", acrescentou Rodríguez.

Hoje, cientistas, produtores e ambientalistas concordam na moral da história deixada pelo eucalipto: é necessário pesquisar e experimentar previamente, antes de promover em massa uma espécie exótica. "É preciso pesquisar suficientemente antes de embarcar nesses projetos produtores e camponeses que, no final das contas, são os que mais sofrem", afirmou à Tierramérica o geógrafo e ambientalista Alexander Bonilla.

Outros especialistas acham que é necessário aproveitar melhor as espécies locais, pois, se forem promovidas, sem experimentação, variedades de outras latitudes, o risco é cair numa espécie de "malinchismo ecológico". (Boletim do WRM, Nº 65, dezembro 2002).

Equador: Palma africana no devastado jardim do paraíso

No Equador, frente a um novo relançamento da atividade de cultivo de palmas, deram-se diferentes reações. Por exemplo, uma extensa reportagem de um jornal de ampla difusão apresentava a interrogação sobre se o novo auge das plantações de palma africana na província de Esmeraldas

acercaria a realidade desta pobre região do Equador ao paraíso (*El Universo*, 11 de março de 2000), enquanto outras manchetes estabeleciam que os cultivadores de palmas estão acabando com as matas nativas, apontando os milhares de hectares destruídas em San Lorenzo (*La Hora*, 18 de maio de 2001).

Outros meios de comunicação recolhiam no entanto parte da campanha massiva para limpar sua imagem realizada pela "Asociación de Palmicultores del Ecuador-ANCUPA" (Associação de Cultivadores de Palma do Equador), depois das questões levantadas acerca da destruição de matas pelas empresas cultivadoras de palma e apontavam que as monoculturas de palma africana constituem uma proposta para o desenvolvimento sujeita a "censuras ambientais" e se interrogavam sobre se o cultivo da palma era a galinha dos ovos de ouro ou o mau para o meio ambiente.

Por outro lado Salomón Gutt, gerente da Palmeras de los Andes, uma das empresas responsáveis da maior corta de mata primária em San Lorenzo, afirmava que "esta área estava esquecida por Deus e o mundo" até que eles chegaram. Ao mesmo tempo, salientava que a palma é amigável com o ambiente e que "no fundo se tem uma nova mata de palma, que emite muito oxigênio. Talvez não existe nenhum outro projeto empresarial que possa igualar o cultivo da palma onde o homem e a natureza são um só".

"O setor governamental também interveio na discussão. Hans Thiel, antigo diretor florestal e atual subsecretário, afirmava que o Ministério do Ambiente vê com bons olhos a criação de fontes alternativas de emprego oferecidas pelas cultivadoras de palma devido a que a principal pressão que existe sobre a mata natural é a da pobreza, a da colonização e a do deslocamento da população" (sic) (*Diario Hoy*. Blanco y Negro, 5 de maio de 2000).

Já passaram vários meses desde que se iniciou a acelerada implantação destas monoculturas em Esmeraldas e é importante salientar vários itens sobre a situação atual:

- no processo de compra e venda de terras provocou-se o deslocamento de população afro-equatoriana. Parte dessas pessoas, impulsada pelos cultivadores de palma, está agora pressionando o território de comunidades indígenas Awa e Chachis, as que têm denunciado isso perante o Ministério da Agricultura da área.
- já se desflorestaram aproximadamente 8.000 hectares, a maioria delas ilegalmente e além disso se têm realizado concessões ilegais do Patrimônio Florestal do Estado, exatamente dentro do bloco 13.
- as empresas não têm apresentado os estudos de impacto ambiental necessários para essas operações e as sanções e ações oportunas para deter este desflorestamento não foram realizadas, como é possível deduzir das declarações dos funcionários do governo.

Em aparecimento público no Congresso Nacional, em virtude de denúncia de organizações ecologistas, o Ministro do Ambiente expôs que se iniciaram oito processos judiciais por corta de mata nativa e que sete destes processos têm sido resolvidos. A respeito deles, a situação seria a seguinte: com relação à Palmeras de los Andes, o processo foi anulado na apelação, devido a erros na localização do prédio. À Palesema lhe foi imposta uma multa de 67.908 dólares pela corta de 250 hectares de mata secundária. À Ecuafinca lhe foi imposta uma sanção de 10 salários mínimos vitais. A Palmeras del Pacífico foi absolvida pelo Distrito Florestal de Esmeraldas por falta de provas. A Aiquisa recebeu uma sanção de 10 salários mínimos vitais. O processo à Agrícola San Lorenzo foi anulado na apelação por erros administrativos. A Teobrama foi sancionada com 10 salários mínimos vitais e a Ales Palma com 10 salários mínimos vitais (o salário mínimo vital é 4 dólares!).

A atividade das empresas cultivadoras de palma está ainda afetando o próprio Patrimônio Florestal do Estado. A empresa Ales Palma tem áreas que se "sobrepõem" ao Patrimônio Florestal do Estado, no setor de Ricaurte; a Alzamora no setor denominado Corriente Larga; a Palesema no setor Campanita e parte dentro da reserva de mangues Cayapas-Mataje, enquanto que a Palmeras de los Andes, em

Corriente Larga. Essas concessões ilegais foram feitas pelo INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) e o Ministro da Agricultura tem acusado o INDA perante o Congresso Nacional de ser uma "cova de ladrões".

Perante tantas irregularidades, em 14 de março de 2001 o Tribunal Constitucional proferiu sentença em favor do recurso apresentado por organizações ambientalistas e proibiu de forma peremptória as atividades tendentes a desenvolver monoculturas de palma africana, ordenou que se declarasse em emergência ecológica a província de Esmeralda, que se iniciassem as ações legais para sancionar aqueles que tivessem cortado as matas, exigindo ao Ministro do Ambiente que adaptasse suas atuações aos mandatos legais.

Em lugar de acatar como corresponde as disposições legais, os cultivadores de palma de San Lorenzo ameaçaram com paralisar suas atividades e sair da área estabelecendo que o Ministério do Ambiente não estava fornecendo garantias suficientes. O antigo Ministro do Ambiente Rendón insinuou que sua renúncia, ocorrida dias depois destas declarações, devia-se à pressão de empresários cultivadores de palma.

Apesar das evidências de ilegalidades nas atividades palmíferas no país e da sentença favorável obtida pela sociedade civil, a situação continua sendo grave. Prova disso são as multas irrisórias impostas, o fato de que não se tenham estabelecido responsabilidades criminais, como estabelece a Constituição, para os culpados da destruição das matas, que não tenham sido sancionados os funcionários cúmplices destes ilícitos e co-responsáveis do desflorestamento por sua atitude negligente. Por outro lado, as empresas continuam suas atividades nas áreas onde o Estado não pode nem ingressar, fazendo uso de seu poder e influência no Governo e evadindo assim todo tipo de sanção e controle.

A devastação atual na província de Esmeraldas é causada por uma lógica de desenvolvimento que tem privilegiado a destruição das matas para favorecer as monoculturas; a exportação de camarões em troca da destruição do mangue; a extração de madeira à custa da biodiversidade. Finalmente, a província verde de Esmeraldas é afetada nestes meses pelas fumigações realizadas na Colômbia para a erradicação de cultivos de coca. Este jardim do paraíso deve ser urgentemente declarado em emergência. (Por: Ricardo Buitrón, Boletim do WRM N° 47, junho de 2001).

Equador: Plantações de eucaliptos na Província de Esmeraldas

Desde 1995 temos visto sair desde as províncias da Serra do Equador, centenas de caminhões carregados com eucalipto destinados ao porto de Esmeraldas onde são transformados em lascas para depois ser exportadas ao Japão, onde são convertidas em pasta de papel. O eucalipto que sai, o tradicional *Eucalyptus globulus*, foi introduzido em 1865 por decreto presidencial, principalmente para lenha e como material de construção. Agora vemos como foi montado o primeiro projeto de plantações em grande escala de eucalipto, não nos Andes equatorianos, mas na costa e com uma espécie nova, o *Eucalyptus urograndis*.

Estamos na fase inicial deste projeto, que mostra o ingresso da exploração de madeira plantada em grande escala no país, projeto que pode afetar ainda mais a situação dos povoadores da província costeira de Esmeraldas, pressionados pela extração em grande escala de árvores para madeira, realizada durante os últimos 50 anos, pela implantação na última década de piscinas dedicadas ao cultivo do camarão para exportação, que têm destruído os mangues, e pela implantação nos últimos dois anos de plantações de palma africana que têm devastado vastas áreas de mata primária e invadido áreas de Patrimônio Florestal do Estado e áreas protegidas.

O modelo de desenvolvimento impulsado pelo Estado equatoriano fomenta a exportação de recursos não renováveis e não tradicionais numa lógica de aplicação das políticas impostas pelo Fundo

Monetário Internacional e o Banco Mundial, que têm provocado a reprimarização da economia nacional e nossa inserção subordinada ao Acordo de Libre Comércio das Américas, ALCA. Isso tem implicado modificações aos marcos legais existentes para favorecer este tipo de investimentos, como desregulações ambientais e flexibilização do setor do trabalho, incentivos tributários e subsídios perversos.

É neste cenário no que o presidente da República do Equador, Dr. Gustavo Noboa Bejarano, numa entrevista de televisão explicava a importância dos investimentos transnacionais no Equador, e entre eles mencionava os seguintes: "agora temos o OCP (oleoduto de crudos pesados) 1200 milhões de dólares e o petróleo que temos, isso devemos extrair-lo, são 2400 milhões nos próximos anos, que é um outro adicional, a empresa International Water, na ECAPAG em Guayaquil 800 milhões em 30 anos, mas é um fluxo e assim uma empresa para fazer *microchips* em Esmeraldas com madeiras, é uma empresa chilena-japonesa, 50 milhões este ano e mais 30 milhões no ano próximo...". Não sabemos se a ingenuidade ou o desconhecimento ou o quê, do presidente, faz com que ele confunda esses "*microchips*" com o eucalipto convertido em lascas (*chips*) para pasta de papel.

Com certeza se referia ao projeto para realizar plantações de eucalipto em grande escala na província de Esmeraldas na costa equatoriana. Este projeto, sob uma maquiagem verde pretende resolver o problema de emissões de CO₂ das empresas elétricas japonesas e fornecer lascas para pasta às empresas papelarias. O dinheiro do investimento total é USD 50 milhões, provindo de fundos do governo japonês (80%) e das empresas Electric Power Development Co. Ltd., cujo principal acionista é o Estado do Japão, das megacorporações como a Sumitomo Corporation, a Mitsubishi Papers Mills e a Waltz International, que contribuem com 20% remanescente. Estas empresas formaram a EUCAPACIFIC, ou Eucalyptus Pacífico S.A. e pretendem plantar mais de 10.000 hectares nos próximos 6 anos, aproveitando as "vantagens comparativas" que lhes oferece o Equador, tanto de clima quanto de situação geográfica, mas principalmente os baixos custos da mão-de-obra e da terra, as permissivas e lassas regulações ambientais, as isenções tributárias da província de Esmeraldas, principalmente para exportações. Em seu discurso ambientalista estas empresas apontam que não querem conflitos com os ecologistas, que têm a intenção de não cortar matas, de sensibilizar às pessoas para o "reflorestamento" e parece que seu objetivo principal fosse a proteção do meio ambiente, ocultando suas verdadeiras motivações que são obter uma rentabilidade financeira e produtiva que lhes permita aumentar a produção de pasta de papel e evitar as futuras multas pelas emissões de CO₂.

Possuem o aval do governo equatoriano, principalmente do Ministério do Ambiente, que acredita que tudo que é relacionado com "reflorestamento", ainda no caso de plantações em grande escala é benéfico, e lhe ajuda a melhorar sua pobre imagem institucional, fazendo com que pareça que apóiam iniciativas para florestar no país; e possuem também a pouca informação à que podem ter acesso os cidadãos equatorianos sobre este modelo florestal em outros países do mundo e os impactos ambientais e sociais que produz.

A colocação em funcionamento deste projeto e os objetivos que diz perseguir nos deixam com mais dúvidas que certezas sobre a futura conduta deste consórcio transnacional e o impacto das plantações de eucalipto, o que nos obriga a estar atentos a sua implementação.

Como em tantas outras regiões do sul, a história se repete em Esmeraldas: o mesmo modelo (monoculturas de eucaliptos), os mesmos atores (empresas transnacionais e governo) e as mesmas promessas (que em pouco tempo demonstrar-se-ão falsas). Muitas razões para estar vigilantes em face deste novo empreendimento. (Por: Ricardo Buitrón, Boletim do WRM N° 48, julho de 2001).

Equador: População disse 'não' às plantações em reunião ministerial

Em quase todos os países, as monoculturas de árvores em grande escala impuseram-se e desenvolveram-se após modificações na legislação de cada país, de sorte que empresários nacionais e estrangeiros têm todo tipo de benefício, subsídios diretos e indiretos, isenção de impostos e, até, créditos brandos e reembolso por plantações em grande escala. Esse é o mecanismo por meio do qual as empresas repassam seus custos para os já bem empobrecidos povos, num negócio que só traz lucro para elas, em que são usados de graça os recursos, terra boa, água, mão-de-obra barata e, além disso, ficam sob a proteção da lei, para que ninguém venha reclamar. Em quase a totalidade dos países, isso é feito através de uma campanha de mentiras, enganando governantes e povos, e, se necessário, também empregando métodos não muito "democráticos", como, por exemplo, ameaças, atentados e morte para aqueles que sejam contra. Atualmente, no Equador, as empresas estão pressionando o governo, para que tome medidas que as beneficiem. No entanto, a tarefa não vai ser fácil, porquanto o processo já apresenta algumas particularidades bem interessantes.

Diferentemente de outros países, o Ministério do Meio Ambiente do Equador teve a excelente iniciativa de convocar um seminário-oficina, para elaborar um "Plano Nacional de Florestamento e Reflorestamento", realizado de 28 a 30 de abril, na cidade de Quito. Conforme reza o convite do Ministério, o objetivo da oficina é a formulação de um plano "com participação da comunidade, integral" e "com o trabalho ativo de todos os atores", "integrando os componentes socioambiental e produtivo-econômico". Nesse sentido, felizmente, o mesmo parece se diferenciar de outros planos nacionais de florestamento aprovados em muitos dos nossos países por trás da população.

Na maior parte dos países onde foram impostos, os pretensos planos de florestamento foram produto de consultorias estrangeiras. Cabe lembrar, por exemplo, que o plano florestal nacional do México foi feito pela consultora finlandesa Indufor, o Plano Mestre para o Setor Florestal da Tailândia foi elaborado pela consultora Jaakko Pöyry (também finlandesa), e o plano mestre do Uruguai foi feito pela Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA). Nesses processos todos, a participação esteve totalmente ausente.

Apesar das ótimas intenções do Ministério para que o plano fosse elaborado de maneira participativa, na realidade, os setores empresariais deram um jeito para restringir a participação. Os conferencistas nacionais e estrangeiros convidados, quase todos "expertos" em monoculturas florestais em grande escala, foram encarregados de demonstrar o sucesso desse modelo em países como o Brasil, o Chile e o Uruguai. Lançando mão de verdades pela metade, gráficos e números, afinal, eles só conseguiram provar que, em seus países, as áreas com plantações tinham aumentado e que alguns empresários tinham ganho muito dinheiro. O agravamento da crise econômica nesses países, os conflitos com as comunidades locais e os impactos econômicos, sociais e ambientais negativos, decorrentes da expansão das monoculturas, apenas fizeram parte da exposição da única representação internacional não convocada pelos empresários, uma integrante do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, especialmente convidada pelo Ministério. Graças a esse convite, o público ali presente teve acesso a informação documentada sobre os inumeráveis impactos socioambientais causados pelas monoculturas florestais (e as inúmeras lutas locais contra, em muitos países do mundo), ausente nas apresentações dos outros painelistas. Isso fortaleceu a participação dos representantes das comunidades indígenas e camponesas, as quais, no Equador, já têm amostras o bastante dos impactos desse tipo de plantação.

Paradoxalmente, os membros das comunidades não foram convidados a exporem os seus pontos de vista. Pior ainda: as suas vozes foram silenciadas quase toda vez que se manifestaram contra, ou quando tentaram incluir modificações nas "oficinas" denominadas "Silvicultura Social e Atividades Agroflorestais" e "Florestas de Proteção". Porém, foi na oficina denominada "Florestas para produção industrial e comercial" (que deveria ter sido chamada de "monoculturas em grande escala") onde toda oposição foi limitada, censurada e negligenciada de vez, por parte de um moderador abertamente a favor das monoculturas florestais.

Revoltadas com a manipulação de que foi objeto a grande maioria d@s participantes, as poucas representações de organizações civis, camponesas e indígenas do Equador que, com o apoio da organização local Ação Ecológica, participaram no evento resolveram redigir uma declaração lida minutos antes do encerramento do evento, apesar da oposição do empresário Montenegro, da madeireira Endesa-Botrosa, quem manifestava aos berros que: "embora eu não saiba do que vão falar as organizações, elas não têm o direito de que seja dada uma oportunidade para se manifestar, pois já tiveram tempo o suficiente durante estes três dias" (sic).

Nessa declaração (cujo texto, na íntegra, está disponível na nossa página Web <http://www.wrm.org.uy/paises/Ecuador/DeclaraciondeQuito.rtf>), @s assinantes tornaram público o seu agradecimento pela iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, mas lamentaram o fato da metodologia não ter facilitado a participação e das empresas madeireiras terem monopolizado o evento, o qual virou "um fórum para a promoção das plantações industriais, negligenciando as denúncias, argumentos e propostas das comunidades, que vemos nas plantações florestais industriais uma das maiores ameaças contra as nossas florestas nativas, o nosso bem-estar e, até, a nossa sobrevivência".

Além disso, na declaração, foram citados exemplos concretos em que as plantações florestais comerciais em grande escala, no Equador, não foram uma alternativa de desenvolvimento, mas, pelo contrário, trouxeram problemas como, por exemplo, desmatamento, diminuição das fontes de água, redução da fertilidade do solo, perda de biodiversidade, apropriação de terras das comunidades, aumento do risco de incêndios e redução das áreas de conservação.

As organizações assinantes julgaram, também, que "deve ser iniciado um processo participativo, com intervenção das comunidades, objetivando a elaboração de um Plano Nacional para a Conservação e o Manejo Sustentável dos Recursos Naturais, em que sejam incluídas as estratégias de conservação, regeneração e restauração das florestas e outras áreas naturais, em especial, para a proteção dos mananciais, flora, fauna e solo, porquanto as plantações não são florestas".

Em síntese, o recente evento realizado no Equador é uma experiência muito importante. De um lado, porque o governo promoveu um processo participativo, abrindo espaço para atores geralmente à margem, como as comunidades indígenas e camponesas. Do outro, porque revelou a capacidade de manipulação do setor madeireiro, o qual se apossou do evento e quis colocá-lo à disposição dos seus interesses empresariais. Mas, também, porque os setores realmente interessados na conservação ambiental e na distribuição equitativa dos benefícios resultantes do uso sustentável dos recursos naturais conseguiram, finalmente, vencer os obstáculos e fazer ouvir a sua própria voz. Cabe esperar que o governo –o qual, certamente, será objeto de enormes pressões por parte do setor empresarial madeireiro– leve em conta essas posições, incluindo-as em suas políticas, a fim de que as mesmas beneficiem as comunidades locais e o país como um todo, ao mesmo tempo garantindo a conservação ambiental. (Por: Ana Filippini, Boletim do WRM N° 70, maio 2003).

Estados Unidos da América: Monoculturas florestais no Sul. . . dos EUA.

A destruição das matas com o fim de liberar espaço para monoculturas florestais é um evento documentado em muitos países do Sul. Um processo similar mas menos conhecido está dando-se na região sueste dos EUA. Os Estados de Alabama, Louisiana, Tennessee e Carolina do Norte têm sido e continuam sendo invadidos por enormes plantações de pinheiro *taeda*. Esta espécie é nativa da região, mas especificamente do piemonte úmido localizado entre as terras altas e o mar, de forma que é uma espécie exótica nas colinas onde a maior parte das plantações está sendo instalada. Além disso, estes não são pinheiros comuns, mas "super-árvores" clonados, selecionados por sua rapidez de crescimento, retidão do tronco e resistência a secas, doenças e insetos.

Ted Williams, autor de um excelente artigo publicado na revista "Mother Jones" começa sua análise com a seguinte pergunta: "O que é algo verde, cheio de árvores e pior do que uma corta total?" A resposta é: "As vastas plantações de pinheiro que estão substituindo aceleradamente as matas através de uma forma de plantação no Sul".

Williams descreve o processo da seguinte forma: "Antes de instalar suas super-mudas, as empresas realizam um corte rente e passam o buldôzer pelo prédio para desfazer-se de todas as árvores nativas, os arbustos, as trepadeiras, as samambaias, os musgos, os fungos, as ervas e as flores silvestres. Os restos lenhosos são queimados. Depois se plantam os pinheiros. Quando estes amadurecem, são raleados e podados. Os rebentos das árvores nativas são cortados ou matados com herbicidas. Logo, 15 ou 20 anos depois de ter sido plantados, os pinheiros são cortados e o processo começa novamente".

Algumas cifras mostram a alarmante dinâmica da conversão de matas em plantações. Atualmente há 156 processadoras de madeira em lascas na região, das quais 110 foram abertas nos últimos dez anos. Algumas delas podem triturar até 1.200 hectares de mata ao ano, abrindo assim o caminho para as plantações. Entre 1989 e 1995 as exportações de lascas de madeira dura desde o sul dos EUA cresceu cinco vezes. O Serviço Florestal estima que as plantações, que hoje conformam 36% das existências de pinheiro no Sul, atingirão 70% nos próximos 20 anos.

O sistema utilizado para promover as monoculturas de pinheiro no sul dos EUA é muito similar ao adotado nos países do Sul. As grandes empresas –como a Champion e a Weyerhaeuser– recebem isenções tributárias e créditos brandos, além de uma série de benefícios externos –como a construção de hidrovias– que alentam o desenvolvimento da indústria da celulose. Em Alabama, por exemplo, o Estado outorgou isenções de impostos e outros benefícios às empresas plantadoras o que privou o sistema escolar de aproximadamente USD 50 milhões anuais. A construção e os trabalhos de drenagem da Hidrovia Tennessee-Tombigbee custam aos cidadãos desse Estado muitos milhões de dólares ao ano. Como acontece em todas partes, um estudo realizado pela Universidade de Auburn tem demonstrado que as comunidades rurais mais dependentes desse tipo de indústria florestal são as que mostram os maiores níveis de desemprego e pobreza.

Uma das razões pelas quais não existem controles significativos sobre a conversão de matas para plantações de pinheiro –explica Williams– é que as empresas florestais têm convencido os meios de comunicação e o público de que "replantar" uma mata depois que tem sido eliminada não é apenas possível mas admirável. A Weyerhaeuser, que segundo a Business Week faz as coisas "melhor do que a Mãe Natureza" faz alarde de "replantar rapidamente" as áreas cortadas com "mudas vigorosas e jovens". A companhia informou que em 1998 plantou mais de 51 milhões de árvores em suas "matas" dos EUA. A Georgia-Pacific, que maneja 1.800.000 hectares no sul do país, planta 125 milhões de árvores por ano e orgulha-se de que suas "matas são uma fábrica". E na realidade são fábricas, mas com certeza não são matas. Como apontou um professor de biologia da "University of the South" em Sewanee, a indústria precisa deixar de promover a fantasia de que substituir as árvores da mata por pinheiros *taeda* é reflorestar: "O milho é um tipo de gramínea. No entanto, os fazendeiros do Médio Oeste não andam por ai dizendo que o que eles fazem é restaurar a pradaria de pastos altos".

O que as companhias se cuidam de não mencionar, acrescenta Williams, "é que a plantação de pinheiros, bem como outros tipos de agricultura em grande escala, prejudica o ambiente e a economia. As plantações de pinheiro requerem de enormes quantias de adubo e herbicida, a maior parte dos quais acaba nos córregos e as fontes de água potável. Estes empobrecem o solo e destroem o hábitat, incluindo as zonas úmidas. Por sua vez lhe roubam às comunidades uma valiosa madeira para serração e as verdadeiras matas que produzem água limpa e fornecem oportunidades de lazer. Poucos dos benefícios alcançam às comunidades locais e muitas das empresas são multinacionais".

Mas os impactos com certeza são locais. Como mostram os estudos realizados pela Universidade de Clemson, o solo utilizado para o cultivo de pinheiro em várias rotações perde os nutrientes do horizonte superficial e quanto mais curtas são as rotações –como é a tendência atual– mais destruidor é o processo. A corta rente praticada prévio à plantação tem efeitos ainda mais drásticos. Há algum tempo em Moore Hill uma forte chuva provocou um aluvião de lama e lixo, provindo de um prédio de aproximadamente 50 hectares de superfície recentemente cortado pela Champion, que acabou no rio Mississippi. Frequentemente as plantações são bombardeadas com *pellets* de adubo. Esta prática polui o habitat dos peixes e a vida silvestre, afetando também as povoações humanas. O ano passado os moradores do Condado de Sequatchi em Tennessee e suas fazendas foram estragadas por *pellets* de uréia destinados a plantações de pinheiro pertencentes à Bowater. Há pouca informação sobre os efeitos no longo prazo nos peixes, na vida silvestre e nos humanos dos herbicidas utilizados nas plantações. As empresas plantadoras geralmente utilizam Garlon, um produto perigoso que pode permanecer no solo durante dois anos após sua aplicação, e ser facilmente arrastado para os córregos.

Além disso, as próprias monoculturas estão enfrentando um importante problema sanitário gerado pela destruição do ecossistema florestal e a rede trófica associada ao mesmo: os besouros da casca (*Dendroctonus frontalis Zimmermann*) estão transformando-se numa ameaça para as árvores nas plantações e não podem ser controlados por seus predadores naturais, que têm desaparecido deste novo ambiente artificial.

Em resumo, as monoculturas florestais no sul dos EUA se baseiam no mesmo esquema das plantações nos países do sul: o processo é promovido pelo Estado, beneficia às grandes corporações, gera poucos benefícios para as comunidades locais, as que devem suportar os impactos sociais e ambientais gerados por este modelo florestal e continua sendo uma das principais causas do desflorestamento. (Boletim do WRM N° 36, julho de 2000).

Estados Unidos da América: Onde as plantações claramente não são matas

Poucas pessoas sabem que o sul dos Estados Unidos é atualmente a região com a maior produção de madeira e papel do mundo. Os bem sucedidos esforços para proteger as matas primárias que ainda restam no noroeste do Pacífico têm determinado a expansão da indústria para as matas secundárias em recuperação no sul.

O sul dos Estados Unidos alberga atualmente a metade de todas as plantações industriais de árvores do mundo (aproximadamente 12 milhões de hectares) e os expertos prevêem que as plantações se duplicarão nos próximos 20 anos. 40% das matas de pinheiro nativas de toda a região já foram transformadas em plantações de monocultura. Os expertos da indústria prevêem que essa cifra aumentará até 70% para o ano 2020.

Apesar de todas as plantações de crescimento rápido, as árvores de pinheiro (a espécie escolhida para as plantações) se cortam mais rapidamente do que crescem, segundo o Serviço Florestal dos EUA. E apesar de que a indústria argumenta que as plantações reduzem a pressão sobre as matas naturais, os expertos prevêem que a eliminação de matas naturais de espécies não coníferas ultrapassará seu crescimento no decurso da década.

Restam muito poucas matas primárias na região, já que praticamente todas as matas foram cortadas no início do século XX. No entanto, as matas nativas secundárias em recuperação da região possuem a maior biodiversidade biológica da América do Norte, já que se salvaram dos glaciares durante a última época glacial. Essas matas concentram a maior diversidade de árvores e outras espécies terrestres e aquáticas do continente.

Estas matas naturais de grande diversidade estão não apenas sendo transformadas em plantações de crescimento rápido, mas as zonas úmidas estão sendo secadas para transformá-las também em plantações. Estas plantações são fumigadas com herbicidas e adubos químicos com aviões. Além disso, as grandes companhias (a International Paper, a Georgia-Pacific, a Weyerhaeuser, a Westvaco etc.) estão transformando o sul dos EUA em ponto central do desenvolvimento da engenharia genética de árvores.

Esta situação não apenas representa um impacto ecológico para a região mas também implica um impacto negativo para as comunidades locais, ao ser tanto um problema social quanto um problema ambiental. As comunidades que rodeiam essas grandes plantações estão geralmente deprimidas, e têm índices médios de pobreza mais altos e menores níveis de gasto em educação pública.

Não há leis em vigor que impeçam a conversão de matas em plantações no sul dos EUA, já que as maiores companhias madeireiras do mundo se concentram nesta região do planeta e exercem uma influência indevida sobre o sistema político. De fato, as políticas que se aplicam na realidade promovem e subsidiam a conversão de matas em plantações.

A boa notícia é que agora há uma coalizão de grupos muito forte e diversa em toda a região (incluindo líderes religiosos, empresas recreativas, proprietários de serrarias locais e grupos de proteção das matas) que trabalham em conjunto para deter a expansão das práticas de silvicultura industrial. A Dogwood Alliance, uma coalizão de 70 organizações do sul dos EUA trabalha atualmente em duas áreas:

1- Políticas governamentais para deter a expansão da indústria e segurar proteção legal para as matas no nível do Estado. Existe atualmente uma moratória de autorizações para instalar novas fábricas de lascas de madeira no Estado de Missouri, e é mais difícil agora para uma companhia conseguir um alvará para uma fábrica de lascas no Estado de Carolina do Norte. Coletivamente, a Alliance tem conseguido deter a construção de sete fábricas de lascas desde 1991.

2- Mercados das companhias: para reduzir a pressão sobre as matas, fomentado o afastamento dos mercados de produtos obtidos com práticas não sustentáveis e orientando-os para produtos alternativos.

A Alliance, junto com outras organizações como a Rainforest Action Network, tem conseguido convencer à Lowe's (o segundo vendedor a varejo de produtos de madeira dos EUA) para que fomente entre seus fornecedores não continuar transformando matas em plantações.

A coalizão também participa numa campanha nacional (em sociedade com a Forest Ethics) cujo objetivo é que a Staples (a maior empresa de venda a varejo de artigos de escritório do mundo) se transforme na empresa a varejo líder de produtos de papelaria com alto conteúdo reciclado pós-consumidor.

Neste momento em que resta menos de 20% de matas primárias, devemos reconhecer que somente protegê-las não será suficiente para manter a biodiversidade da Terra. Existem ainda grupos e indivíduos com boas intenções que trabalham para proteger as matas primárias, que acreditam que as plantações são parte da solução da crise mundial das matas. É suficiente compreender a situação do sul dos EUA para saber que as plantações não oferecem proteção às matas, mas as destroem. (Por: Danna Smith, Boletim do WRM N° 49, agosto de 2001).

Estados Unidos da América: Kinkos diz NÃO a árvores transgênicas

A engenharia genética avança às pressas em seu afã por fornecer árvores geneticamente desenhadas para as plantações comerciais, incorporando características como resistência a herbicidas, produção de inseticidas, rápido crescimento e baixo conteúdo de lignina nas árvores, para adaptá-las às exigências do mercado.

A tentativa de alterar árvores geneticamente faz parte de uma longa história de tentativas de transformação de ecossistemas diversos em fábricas de produção para um único uso. Com a Revolução Verde iniciada na década de 1950, que implicou a industrialização e "mercantilização" da agricultura, o sólido paradigma do manejo florestal diversificado vem sendo crescentemente substituído por um modelo em que não há margem para outros usos da floresta, afora a extração de fibra de madeira, sendo a sua máxima expressão o plantio de monoculturas de árvores em grande escala.

Em mais um passo nessa direção, as indústrias estão se juntando a algumas autoridades do governo e universidades, para tornar real as plantações de árvores geneticamente alteradas. Embora afirmem que estão avaliando os possíveis impactos ambientais, surgem, no mundo todo, experiências de campo com árvores geneticamente alteradas. Essas experiências não estão isoladas do entorno, e o seu impacto no meio ambiente é imprevisível. As primeiras espécies transgênicas a serem utilizadas comercialmente em plantações serão o álamo, o pinheiro e o eucalipto. As árvores transgênicas envolvem uma série de ameaças, entre elas, a perda de milhões de quilômetros quadrados de floresta, a perturbação de populações de insetos, pássaros e fauna silvestre, a poluição da água e do solo e o incremento do uso de herbicidas e praguicidas. Também provocarão a inevitável e irreversível poluição das florestas com pólen alterado geneticamente, dando lugar a um contínuo efeito dominó.

No seio da comunidade acadêmica e da sociedade civil, surgem vozes que se opõem fortemente a essa tendência. Em março de 2002, foi lançada uma campanha contra as árvores transgênicas, organizada pela Action for Social & Ecological Justice (ASEJ, antigo Eastern North American Resource Center, da Native Forest Network), membro fundador da Aliança Global contra as Árvores Geneticamente Manipuladas (Global Alliance Against Genetically Engineered Trees - GAAGET). No começo do outono do ano 2002, a ASEJ realizou sessões de estratégia regional nas quatro regiões dos Estados Unidos mais intensamente envolvidas em pesquisa e desenvolvimento de árvores geneticamente alteradas. Seguidamente, foi realizada uma sessão de estratégia nacional, em que participaram grupos como a Rainforest Action Network, a Dogwood Alliance e o Forest Ethics. O objetivo dessa campanha é conseguir a proibição internacional do uso de árvores transgênicas no meio ambiente, incluindo locais de experiências e aplicações comerciais.

Também temos boas notícias. A Kinkos, a gigante das fotocópias, anunciou que não trabalharia com fornecedores que usam árvores geneticamente alteradas. Essa é a primeira medida desse tipo, em relação às árvores transgênicas, e é um passo transcendente e inovador rumo à eliminação das graves ameaças ecológicas que representam as árvores geneticamente alteradas.

"Elogiamos a decisão da Kinkos e parabenizamos a Rainforest Action Network e a Dogwood Alliance por essa importante vitória", declarou Brad Hash, responsável pela campanha contra árvores geneticamente manipuladas da ASEJ, quem confia em que isso seja apenas o início de uma onda que se propagará pela indústria toda. A ASEJ comunicará os seus objetivos enquanto organização na conferência da Coalizão Solidária com a América Latina (Latin American Solidarity Coalition - LASC), a ser realizada em Washington DF na segunda semana de abril. Essa conferência foi escolhida como ponto de partida, devido às iminentes ameaças que representam as árvores transgênicas para as florestas e povos indígenas da América Latina. A campanha incluirá dias nacionais de ação em localidades-chave dos Estados Unidos. (Boletim do WRM N° 69, abril 2003).

México: A palma africana e os diferentes significados de Chiapas

Chiapas significa muito para muitas pessoas de todo o mundo. É sinônimo de zapatistas e de Subcomandante Marcos, e estes por sua vez são sinônimo de luta contra a injustiça e pela liberação. No entanto, para o empresariado nacional e transnacional Chiapas continua sendo simplesmente sinônimo de terra barata, mão-de-obra barata, recursos abundantes e oportunidades de ganhos.

Não resulta estranho então que tanto o governo quanto os empresários estejam impulsando uma série de projetos que colocam em risco a enorme diversidade biológica e cultural de Chiapas. Entre os mesmos se acha a promoção de monoculturas de palma africana da parte do governo, que abre as portas ao ingresso de investidores estrangeiros, entre os que se tornam salientes os provindos da Malásia, que dominam o mercado internacional de azeite de palma.

A palma africana ainda ocupa superfícies relativamente reduzidas (aproximadamente 3000 hectares), localizadas nos municípios de Acapetahua, Acacoyagua, Mazatán, Mapastepec e Villa Comaltitlán, que alimentam as fábricas extratoras de azeite instaladas em Villa Comaltitlán e Acapetahua. No entanto, seus impactos já estão começando a ser percebidos.

Já no ano 2000 os produtores de palma africana de Acapetahua diziam que se achavam "expostos à voracidade dos compradores, que são os donos das fábricas extratoras, que pagam o que querem por tonelada". Os produtores afirmavam que, sendo o governo o que iniciou o programa do cultivo desse "fruto" deveria ser o reitor do preço de garantia do produto. No entanto, o Estado não assumiu esse papel e os produtores, enfrentados a preços marcados pelo monopólio industrial, se achavam à beira da falência. Desde então, os preços têm baixado ainda mais.

Por que tanto interesse na produção de palma africana em Chiapas? A resposta é simples: porque produz altos ganhos, emprega pouca mão-de-obra, não requer de muitos insumos, é capital de pouco risco para o empresário. Em geral é o camponês o que contribui com sua terra e sua mão-de-obra, mas não é dono do processo de produção, mas apenas da extração do fruto. Além disso, este cultivo aproveita a mão-de-obra barata que oferece a migração à região de fronteira. No caso dos jornaleiros da fronteira com a Guatemala, os que têm sorte recebem 32 pesos diários (3,5 dólares) sem alimentos, e inclusive são contratadas crianças. Além disso, houve casos nos que as autoridades guatemaltecas têm tido que intervir para solicitar que sejam pagados jornais não pagados a trabalhadores guatemaltecas. Isto é, os trabalhadores são literalmente explorados.

Do ponto de vista ambiental, seus impactos também começam a ser percebidos. Com efeito, ao tratar-se de monoculturas em grande escala, implicam a destruição de grandes extensões das matas da região e de sua rica biodiversidade. Se os planos do governo de destinar milhares de hectares a este cultivo se cumprem, implicaria também a ocupação de enormes extensões de terras –pertencentes às comunidades indígenas e camponesas do Estado. Estima-se que em Chiapas há um potencial de produção de palma africana avaliado em 940 mil hectares entre as Zonas Norte, Floresta e Costa. Mas essas terras não estão vazias; portanto a promoção deste e outros cultivos (como o do eucalipto), resultará na apropriação de amplas áreas hoje utilizadas por populações locais.

Fica claro então que o objetivo da promoção deste cultivo não é o de melhorar a qualidade de vida das populações locais, já que de todas as alternativas possíveis, constitui uma das piores em matéria de geração de empregos e lucros. Por outro lado, coloca em risco a supervivência das matas e dos recursos das populações locais através da ocupação de grandes extensões de terras por monoculturas de palma. As populações locais já o estão percebendo, o que explica a crescente oposição chiapaneca, que não está disposta a trocar suas riquezas naturais por falsas promessas. (Boletim do WRM N° 47, junho de 2001).

México: Plano florestal preparado por finlandeses

Já ninguém duvida que o mundo está cada vez mais louco. O plano florestal do Uruguai foi preparado por japoneses, o tailandês por finlandeses e agora o "Plano estratégico florestal para México 2025" também por finlandeses.

Não importa o pouco que estes supostos expertos possam saber sobre as condições ambientais locais e ainda menos sobre as culturas e idiosincrasias dos que moram lá. A receita é sempre a mesma, trate-se do México, do Congo ou da Indonésia: deve "plantar-se matas" (que na linguagem desses expertos normalmente significa monoculturas de eucalipto). A receita inclui a necessidade de "promover" as plantações (que traduzido à língua normal significa que o povo deve subsidiar às grandes empresas para que elas possam obter grandes lucros). Também inclui que setores do governo assumam a responsabilidade para viabilizar a aceitação e a execução da receita.

O antigo governador de Jalisco, Alberto Cárdenas Jiménez, diretor da Comissão Nacional Florestal (CONAFOR), parece ter assumido seriamente esse papel. Em entrevista publicada em 12 de julho de 2001 na *La Jornada*, apresentou a necessidade de "fabricar matas". Anunciou que o eixo de trabalho do setor está plasmado no Plano Estratégico Florestal 2025, "elaborado com apoio de especialistas da Finlândia". Na realidade a consultora finlandesa Indufor fez muito mais do que simplesmente "apoiar": preparou o relatório final que se maneja agora como minuta para discussão.

Na mesma entrevista, o diretor da CONAFOR aponta a necessidade de introduzir mudanças legislativas para a execução do plano e anuncia que "dar-se-á especial impulso às plantações florestais comerciais". As mudanças anunciadas com certeza estarão relacionadas com o tema da terra e com o tema dos subsídios às plantações.

Como resulta claro que as opiniões do Sr. Alberto Cárdenas se baseiam fundamentalmente no plano elaborado pela Indufor, é bom saber o que esta consultora diz nesse sentido. Em seu capítulo sobre plantações florestais afirma que "para fomentar o estabelecimento das plantações florestais comerciais e do tipo industrial, desenharam-se e colocaram-se na prática incentivos econômicos diretos, que estão em sua fase de ajuste". Isto é, de algum jeito a idéia é subsidiar às grandes empresas florestais.

O relatório continua dizendo que "Persistem problemas de acesso à terra, de segurança dos direitos de propriedade, de mercado e normativos..." que geram "um clima de investimento desfavorável". Não se refere logicamente ao acesso à terra pelos camponeses ou pelos indígenas, mas que o "problema" radica em como fazer para que as grandes empresas florestais possam garantir legalmente o uso de centenas de milhares de hectares de terra para suas plantações.

Mas talvez o mais novo do relatório (em comparação com outros muito parecidos existentes em outros países da região), é que se surge uma dúvida quando diz: "A incerteza das conseqüências sociais associadas com as plantações em grande escala, tem produzido uma atitude cautelosa nas comunidades rurais". Também isso requer de tradução: significa que as comunidades se opõem às plantações em grande escala, já que suspeitam, com fundamento, que as mesmas serão feitas às expensas das terras das que dependem para viver. Com similar fundamento suspeitam que vão gerar muito pouco emprego e que vão acarretar impactos sobre os solos, a água e a biodiversidade, elementos dos que também dependem para sua sobrevivência.

Voltando ao Sr. Alberto Cárdenas, ele diz onde vão pretender implantar essas monoculturas: "Sul e sueste do país. Mas também há interesse nos Estados de Tamaulipas, Coahuila, Sonora, Chihuahua, Jalisco e Michoacán". Na realidade, vão ser implantadas naqueles lugares onde se reúnam todos os requisitos da indústria papeleira internacional. Isto é, em regiões onde os eucaliptos cresçam muito rápido, onde a terra e a mão-de-obra sejam baratas, onde haja abundante água para a instalação de fábricas de celulose, onde os controles ambientais não sejam estritos. Os que conheçam as

características das diferentes regiões do México saberão assim onde é que eles estão pensando estabelecer suas plantações. (Boletim do WRM N° 48, julho de 2001).

México: Oposição a plano florestal elaborado por consultora finlandesa

A oposição ao plano florestal elaborado para México pela empresa consultora finlandesa Indufor, não se fez rogar. Os líderes das cinco organizações sociais florestais mais importantes do país questionaram publicamente o chamado Plano Estratégico Florestal para México. Os dirigentes dessas organizações apontam que se parte de um diagnóstico "parcial" que identifica o tipo de posse da terra como a principal causa de desflorestamento "o que pareceria sugerir que a solução ao desflorestamento seria a privatização de matas e florestas".

E logicamente os dirigentes têm razão já que apesar da cumulação de provas em contrário, os consultores estrangeiros continuam insistindo na receita da privatização como a solução a todos os males. Neste caso, implicaria a apropriação das terras atualmente ocupadas por pequenos produtores, camponeses e povos indígenas, por grandes empresas transnacionais.

Ao contrário do que sugere a consultora finlandesa, para as organizações sociais florestais, "a principal causa do desflorestamento é uma política subordinada à política agropecuária, onde tradicionalmente as matas e florestas têm sido uma espécie de reserva territorial para a expansão da agricultura e a pecuária", o que não é nenhum segredo para ninguém na América Latina, embora sim parece ser para os "expertos" estrangeiros responsáveis dessa análise que é corretamente chamado de "parcial" pelos produtores.

Com relação ao que antecede, os dirigentes também criticaram que o plano privilegia à iniciativa privada como motor do desenvolvimento florestal e não considera os ejidatários, comuneiros e pequenos proprietários (donos de 80% das matas e florestas do país) para o planejamento e execução do mesmo e nem sequer contém um mecanismo de concertamento com os produtores.

Paradoxalmente resulta claro que o Plano Estratégico Florestal para México não é um plano para os mexicanos que moram nas matas do México. Pelo contrário, trata-se de um plano elaborado por trás dos donos das matas, que procura beneficiar agentes externos conformados por grandes grupos econômicos transnacionais. Sob essas condições somente é possível esperar que a oposição a esse plano continue crescendo e ampliando-se a todos os setores sociais que seriam afetados, caso fosse implementado (Boletim do WRM N° 49, agosto de 2001).

México: Porta aberta para plantações de árvores "neoliberais"

O México participa de um modelo que prioriza as necessidades da demanda do capital industrial transnacional voltado para a exportação. A política ambiental e os direitos dos povos indígenas e camponeses são subordinados a essa demanda.

Nesse esquema, entra a plantação de milhares de hectares de árvores celulósicas, como o eucalipto, e de espécies de rápido crescimento, como teca, melina, pawlonia e cedro-rosa. Segundo as palavras do diretor da Comissão Nacional Florestal (Conafor), Alberto Cárdenas Jiménez, são muito "positivas" as mudanças feitas pelo Congresso na Legislação Florestal, no último mês de dezembro, pois "a questão das plantações ficou desregulada na sua máxima expressão". Isso significa que serão abertas, ainda mais, as portas para a entrada em massa da "perfeita árvore neoliberal", o eucalipto, no dizer de Jaime Avilés, colunista do jornal mexicano *La Jornada*, já que cresce rápido, mata tudo em volta e gera grandes lucros para bem poucas pessoas.

O Plano Puebla Panamá (PPP), cujo objetivo é transformar o México e a América Central numa grande área de livre comércio, com incontáveis maquiladoras e "canais de terra" para aumentar o comércio interoceânico, tem como um dos seus componentes a plantação em grande escala de monoculturas desse tipo de árvore. Algumas dessas plantações serão fornecedoras de madeira e celulose. Outras, talvez, façam as vezes de "sumidouros de carbono", mais um truque das transnacionais para evitar reduzir as emissões de gases poluentes dos automóveis e das grandes indústrias nos chamados países desenvolvidos, os quais têm causado o aquecimento da atmosfera.

Como parte do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto, os sumidouros de carbono dão luz verde a países e indústrias para continuar poluindo, desde que financiem projetos "ecológicos" no Terceiro Mundo, os quais, é um supor, viriam a compensar a contaminação gerada. Entre esses projetos, está a plantação de árvores. Alguém poderia pensar: E qual é o problema? Acaso os ecologistas não passam o tempo todo reclamando que sejam plantadas árvores? O WRM tem explicado fartamente a grande diferença existente entre florestas e plantações em grande escala de monoculturas de árvores, que apresentam os mesmos problemas ecológicos das monoculturas agrícolas.

O professor Andrés Barreda, da Universidade Nacional Autônoma do México, diz que as plantações florestais industriais, "na verdade, não são os complexos ecossistemas que designamos genericamente como florestas, mas, em rigor, monoculturas fixadas em gigantescas áreas produtivas (de várias dezenas de milhares de hectares), associadas à necessária expulsão da população rural, ao desemprego reforçado pela mecanização da produção florestal, ao uso intensivo de fertilizantes, pesticidas, herbicidas, etc., ao desenvolvimento de pragas, ao esgotamento e poluição dos lençóis freáticos, à destruição da biodiversidade". Através dos sumidouros de carbono, "são introduzidas diretamente empresas transnacionais nos processos comunitários de gestão das florestas. As comunidades ficam envolvidas numa grande manipulação em escala mundial, na qual são as próprias empresas transnacionais que contaminam e que mais ameaçam com continuar a o fazer, sem resolver nenhuma das causas reais do aquecimento da atmosfera, as que, justamente, trajam-se como fadas para apoiar as depauperadas comunidades camponesas".

No atual processo de privatização das riquezas biológicas, as transnacionais instalam-se perigosamente em áreas-chave dos corredores biológicos. Assim, um outro componente ambiental do Plano Puebla Panamá é o Corredor Biológico Mesoamericano (CBM), que ligará centenas de áreas naturais sob proteção na região, para criar uma única área de conservação. Grupos da sociedade civil, ecologistas e indígenas vêm denunciando o Corredor como uma artimanha de relações públicas para legitimar o Plano Puebla Panamá perante o setor ambientalista. (Boletim do WRM Nº 67, fevereiro 2003).

Nicarágua: Prepara-se lei para as plantações

A Nicarágua é ainda considerado o país da região centro-americana com a maior extensão de matas e com maiores áreas de mata virgem. Durante a década de 80 a destruição da mata se deteve em parte pelas condições da guerra nas montanhas, pelo que muitas comunidades indígenas e camponesas tiveram que abandonar essas áreas.

Em 1994, com a assinatura do Primeiro Programa de Ajuste Estrutural o país afiançou sua abertura comercial, a que incluiu a entrega de seus recursos naturais em concessões a empresas estrangeiras e nacionais. A pretexto de investimento e fontes de emprego, entregaram-se concessões florestais, pelas que hoje o Governo enfrenta uma demanda perante o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos pelas Comunidades Indígenas.

No final de 1996 o governo apresentou à Assembléia Nacional um Anteprojeto de Lei Florestal concertado entre diferentes setores, do que foi emitido ditame no ano seguinte. No entanto, têm

passado todos estes anos e nunca houve vontade política da parte do Governo nem da Assembléia de aprovar a Lei. Em virtude disso, aprovou-se um Regulamento Florestal que carecia de um marco legal geral e conceitual.

A mata nicaraguana tem enfrentado nestes últimos anos a pior voracidade do mercado regional e internacional. Devido à pressão nacional e internacional, o Presidente da República da Nicarágua emitiu em junho de 1998 uma Moratória Florestal durante 5 anos que proibia a extração e a exportação de madeira preciosa.

De um jeito ou de outro isso está refletindo a ausência de um marco legal e uma política em matéria florestal. No entanto, no ano 2000, o Ministério de Agricultura, Pecuária e Florestamento (MAGFOR), por pressão das Instituições Financeiras Internacionais, completou a discussão da Política Florestal e junto com a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, contrataram consultores para elaborar uma nova Proposta de Lei para o Desenvolvimento e Fomento Florestal.

Esse Anteprojeto confirma as declarações que na época fizeram os Ministros e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que seria uma lei do estilo chileno por ter o Chile a melhor experiência florestal. Esta proposta foi entregue em julho passado para a "consulta" a diferentes setores, os que têm trabalhado meses para fazer suas contribuições.

No entanto, quase ninguém parece importar-se com o fato de que a lei contemple as plantações como matas, nem os exclusivos incentivos para a indústria madeireira, nem as armadilhas para os mecanismos de desenvolvimento limpo. Houve apenas uma consulta das comunidades indígenas, cuja contribuição foi: "esta lei não serve, necessitamos outra que proteja a mata e que não venda tudo".

Até agora a Nicarágua não conhece experiências de plantações, apenas em ensaios e em quebra-ventos. O mundial eucalipto é rejeitado pelos camponeses por secar a água. Eles têm exigido o uso das espécies nativas da área nos projetos de reflorestamento.

Embora o Governo e a Assembléia tinham urgência para aprová-la este ano, por razões desconhecidas, a lei somente se aprovará em março de 2001. Com certeza será quando as autoridades e os parlamentares se convençam das "bondades" da lei chilena. (Boletim do WRM N° 39, outubro de 2000).

Nicarágua: A United Fruit, a palma africana e a destruição das matas

A história da palma azeiteira na América Central está intimamente ligada à história mesma do grupo econômico da empresa United Fruit. Preston e Keith, dois empresários norte-americanos que a partir de 1870 e durante 20 anos se dedicaram à plantação e exportação de bananas para os Estados Unidos, em 1899 se fusionaram na United Fruit Company (UFCO) procurando diversificar suas plantações e aumentar seus lucros.

Em 1901, o ditador guatemalteco da época, Manuel Estrada Cabrera outorgou à UFCO a exclusividade no direito de transportar correio entre a Guatemala e os EUA. Criou-se a *The Guatemalan Railway Company* (Companhia Ferroviária Guatemalteca), como uma filial da UFCO. A companhia foi autorizada a comprar terras a baixo preço, recebeu subsídios e com algumas variações obteve em muitos países da América Central o controle do transporte e das comunicações, o que lhe permitiu também cobrar por cada artigo que se deslocava. Esta foi a porta de entrada para os grandes investimentos da UFCO na América Latina. O poderoso manto da UFCO, chamada de "yunai" ou "La Frutera" estendia-se sobre vários países.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a consolidação do negócio bananeiro em Honduras dificultou-se por problemas políticos sérios, e na Costa Rica ocorreu uma forte oposição ao negócio bananeiro pela oligarquia dos cafeeiros. Em 1923 a United Fruit formou um departamento de pesquisa e uma estação experimental (os dois em Honduras), com o objetivo de introduzir e avaliar novos cultivos tropicais na América Central.

A aparição e disseminação do murchamento por *Fusarium* nas plantações de bananeiras obrigou à UFCO a abandonar vastas áreas de cultivo. Parte delas foram utilizadas para semear palma azeiteira.

Na década de 40 semearam-se na Nicarágua as primeiras plantações de palma azeiteira numa área de aproximadamente 1.800 hectares, no município do Rama, na zona Atlântica. A localização da plantação deu como resultados boa adaptabilidade e rentabilidade. No entanto, devido aos conflitos bélicos na zona, descontinuou-se a exploração e assim se perdeu o interesse para desenvolvê-la e convertê-la num cultivo comercial.

Outro projeto piloto considerado experimental foi instalado na zona sul, na fronteira com a Costa Rica, em Río San Juan. Todo este departamento é considerado de grande potencial para esse cultivo.

A partir de 1942, a UFCO acumulou experiência e informação considerável sobre a extração e o processamento do azeite da palma azeiteira e se fizeram estudos estimativos da produção de azeite por área, para o que se enviaram muitas amostras para os EUA. Os resultados foram tão prometedores que a UFCO iniciou suas plantações comerciais.

A partir de 1962, entrou-se num período de forte incentivo ao cultivo pela UFCO e a década de 60 se caracterizou pela adoção de uma série de medidas para expandir as plantações. Da mesma forma que na Costa Rica adquiriu o grupo NUMAR em 1965 para processar e comercializar azeites vegetais – e assim integrar verticalmente seu negócio– e estabeleceu unidades de processamento em Honduras em 1967, a United Fruit comprou na Nicarágua a Compañía Aceitera Corona em 1969.

Em 1970 a United Fruit mudou seu nome por United Brands como resultado de uma fusão com outra empresa, deixando atrás um nome ligado a um longo histórico de manipulação política e social. No entanto, para os trabalhadores temporários nos campos a vida continua sendo muito dura. As condições são fisicamente perigosas, o trabalho é sazonal e os tóxicos químicos utilizados são um perigo constante.

A indústria da palma africana de azeite tem estado em contínua expansão nas principais regiões tropicais da América Central e atualmente é um dos principais cultivos nas zonas onde está estabelecido. No entanto, esta expansão não tem sido realizada exclusivamente pelas empresas. Na Nicarágua, na década de 80, através do Fundo Simón Bolívar –um fundo multilateral de caráter voluntário– se estabeleceram duas estações experimentais na zona tropical úmida na mesma área de Río San Juan.

Atualmente uma dessas estações está abandonada e sem qualquer relação com as comunidades locais e a outra tem sido reativada para exportação comercial e na mesma foi instalada uma azeiteira que processa a matéria-prima. Em 1999, organizações locais e comunidades assentadas no sul da Nicarágua, denunciaram num Seminário Nacional sobre Pesticidas, Ecologia e Pesquisa Científica nos Lagos Xolotlán, Cocibolca e Río San Juan, a poluição direta dos corpos de água, produto das atividades da fábrica processadora de azeite de palma, resultando na morte de espécies da fauna local.

Para que a palma africana alcance altos níveis de produtividade, precisam-se também de altos níveis de radiação solar, o que geralmente tem resultado no desflorestamento de vastas áreas de mata primária.

Até agora não tem sido possível conseguir que a empresa se responsabilize pelos danos que as comunidades têm denunciado.

Perante as denúncias, as ameaças não se fizeram rogar. "Genoveva Gaitán Matamoros, de 25 anos de idade, natural de San Miguelito, diz que o senhor Juan Reyes lhe fez a carinhosa oferta de disparar-lhe 4 tiros para que não continue tratando esses ambientalistas que não o deixam ganhar os reais. Ele os ganha acabando com nossas matas e com nossas vidas, porque a mata é a vida de todos: pessoas e animais". (Boletim do WRM N° 47, junho de 2001).

Uruguai: O que está sendo certificado através do FSC?

No Uruguai, todas as florestas são protegidas pela legislação e a sua exploração é proibida, a não ser que exista uma autorização expressa dos órgãos encarregados de cuidar de sua conservação. Portanto, nesse país, a certificação é um instrumento totalmente desnecessário para garantir a conservação das florestas. Não obstante, basta entrar na "lista de florestas certificadas", da página web do FSC, para descobrir a existência de 75 mil hectares de "florestas" certificadas no país. É claro que, atentando para os detalhes, a gente fica sabendo que, em todos os casos, trata-se de plantações e não de florestas.

Independentemente da nossa discordância total em relação à pretensão de querer considerar as plantações como "florestas", interessa mostrar algumas das contradições existentes entre a certificação dessas plantações e os próprios lineamentos do FSC. Essa contradição surge da leitura das duas primeiras linhas da introdução aos princípios e critérios do FSC, onde se afirma que "É amplamente aceite que os recursos florestais e as terras a eles associadas deveriam ser manejados para satisfazer as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações presentes e futuras".

Visto que o FSC equipara as plantações às florestas, e que, no princípio 10 (plantações), estabelece claramente que "As plantações deverão ser planejadas e manejadas conforme os Princípios e Critérios 1 a 9, e o Princípio 10 e seus Critérios", é evidente que aquilo que se afirma na introdução é aplicável às plantações.

A pergunta, pois, é a seguinte: será que, no Uruguai, essas plantações (em especial, as certificadas) satisfazem "as necessidades sociais, econômicas, ecológicas, culturais e espirituais das gerações presentes e futuras"?

Embora no presente artigo vamos pôr em foco a questão das necessidades sociais e econômicas, cabe apontar que as monoculturas florestais em grande escala implantadas no Uruguai atentam às claras contra a sua ecologia. Com efeito, nesse país, as plantações são mormente instaladas em ecossistemas de pradaria, implicando a destruição dos mesmos e da fauna associada. Portanto, é absurdo achar que elas possam "satisfazer as necessidades ecológicas" do país; antes, trata-se de um processo comparável ao que todos nós vimos denunciando nos trópicos (a substituição de florestas por pastos), mas, neste caso, ao contrário: a substituição de pradarias nativas por "florestas".

Feito esse esclarecimento, agora, vamos nos voltar para as necessidades sociais e econômicas. O plano de promoção do florestamento, lançado pelo governo em 1988, prometia a geração de postos de trabalho e a entrada de divisas, através do aumento das exportações de produtos florestais. A fim de atingir esses objetivos, o Estado uruguaio realizou um forte investimento, incluindo subsídios diretos, isenções tributárias, créditos brandos e investimento em infra-estrutura. Para o ano 2000, o Estado tinha destinado a esse setor US\$ 69 milhões em subsídios diretos. O total de isenções tributárias (para a área plantada e bens importados) atingia US\$ 56 milhões, ao passo que os empréstimos brandos estimavam-se em US\$ 55 milhões. Finalmente, o investimento em infra-estrutura totalizava US\$ 234 milhões. Resumindo, a sociedade uruguaia como um todo contribuiu com US\$ 414 milhões para o desenvolvimento florestal. Qual foi o benefício recebido por essa sociedade?

Em matéria de geração de postos de trabalho, o resultado é um desastre. No Uruguai, no que diz respeito à quantidade de postos de trabalho gerados por hectare, de todas as atividades agropecuárias, a pecuária extensiva de vacuns e ovinos sempre foi considerada a pior. Porém, não é mais não: o florestamento revelou-se mais negativo ainda.

Segundo dados do censo agropecuário de 2000, o número de trabalhadores permanentes cada mil hectares florestados é de 4,49. A pecuária de vacuns para carne gera 5,84 postos de trabalho permanentes na mesma extensão de terra, ao passo que a pecuária de ovinos fornece 9,18 postos de trabalho. Sendo que esses números, juntamente com a produção mecanizada de arroz (7,75), são os piores apresentados. No extremo oposto, encontram-se a produção para o autoconsumo (262 postos de trabalho/mil ha), a criação de aves (211), a viticultura (165), a horticultura (133) e a criação de porcos (128), ao passo que, no meio do caminho, situam-se a criação de vacuns para leite (22), os serviços de maquinaria (20) e os cultivos cerealíferos e industriais (10).

Em síntese, num total de 660 mil hectares, o florestamento só gerou 2.962 postos de trabalho permanentes. Se levarmos em conta que as plantações florestais deslocaram outras atividades agropecuárias, e que todas essas atividades juntas geram mais postos de trabalho permanentes do que o florestamento, conclui-se que essa atividade significou uma perda líquida de postos de trabalho permanentes no setor agropecuário. Com efeito, supondo que a área florestada tivesse continuado ocupada pela criação de vacuns e ovinos, no primeiro caso, os postos de trabalho teriam chegado a 3.854, enquanto no segundo teriam sido 6.058. Fica claro, pois, que o remédio foi pior do que a doença e que o florestamento contribuiu para a expulsão de trabalhadores do meio rural. Se a isso acrescentarmos as péssimas condições de trabalho (baixos salários, falta de segurança, má alimentação e alojamento, dificuldades para a sindicalização), a informalidade (que implica a inexistência de benefícios sociais) e a própria natureza do trabalho safral, é evidente que o florestamento não satisfaz em absoluto as necessidades sociais da população rural.

Quanto à economia, a situação não é bem melhor. Com efeito, através do florestamento prometeu-se incrementar a entrada de divisas, mas 80% das exportações do setor florestal consiste em madeira roliça (ou seja, em troncos), enquanto o 20% restante é composto de madeira serrada. Quer dizer, 80% daquilo que é exportado não gera nenhum posto de trabalho na indústria, ao passo que o 20% restante consiste numa mínima transformação da matéria-prima, o que, em consequência, também não constitui um gerador de postos de trabalho relevante.

Por sua vez, se levarmos em conta a área ocupada por esse setor, a renda gerada pelas exportações também não resulta numa entrada de divisas relevante. Com efeito, o setor florestal está exportando anualmente por valores em torno dos 35 milhões e 45 milhões de dólares, quantia essa que o coloca num dos lugares menos privilegiados do conjunto das exportações (as quais totalizam entre 2 bilhões e 2,5 bilhões de dólares ao ano). Se for comparado com o setor arroseiro (o qual também gera poucos postos de trabalho por hectare), vemos que este, com uma área cultivada, em média, de uns 150 mil hectares (quer dizer, mais de quatro vezes menor do que a área ocupada pelo setor florestal), consegue gerar uns 200 milhões de dólares ao ano através das exportações (ou seja, aproximadamente cinco vezes mais do que o obtido pelo setor florestal). Quer dizer, o florestamento também não atinge o objetivo, presente na introdução dos princípios do FSC, de "satisfazer as necessidades econômicas" do país.

As perguntas que se faz o movimento ambientalista uruguaio são: como é que o FSC está certificando essas plantações, quando elas não preenchem nenhum dos requisitos exigidos pelo próprio FSC? Como é que as ONGs ambientais e sociais que participam no FSC permitem que isso aconteça? Como é que não percebem que cada plantação certificada enfraquece as campanhas que fazemos para evitar que continue sendo destruído o nosso ambiente?

É evidente que alguma coisa vai mal, e esperamos que os membros do FSC se consagrem à procura de soluções, tanto para o bem das pessoas e do ambiente de países como o Uruguai quanto para garantir a própria credibilidade de um sistema de certificação criado para garantir a proteção das florestas, e não para fantasiar de "verde" monoculturas florestais social e ambientalmente insustentáveis. (Por: Ricardo Carrere, Boletim do WRM N° 64, novembro 2002).

Uruguai: Desumanas condições de trabalho em empresa florestal chilena

O plano florestal promovido pelo governo –baseado no plantio de grandes monoculturas florestais de eucalipto e pinheiro– prometia fartos benefícios para o país, entre eles, a geração de postos de trabalho. Ele não só não atingiu esse objetivo, mas, também, foi constatado que o escasso emprego gerado é basicamente temporário e em condições de trabalho, em geral, aquém do desejável. Os fatos ocorridos no início do presente mês são um claro exemplo daquilo que há tempos organizações ambientalistas vêm denunciando. A grande diferença é que, desta vez, a denúncia foi feita por um funcionário do governo.

Com base nessa denúncia, a Repartição Nacional de Alfândegas vistoriou uma empresa florestal no departamento de Rivera (nordeste do Uruguai, na fronteira com o Brasil). A empresa florestal em questão resultou ser a Forestal Cono Sur S.A., dona de cerca de 26 mil hectares plantados com pinheiro no Uruguai. Não obstante, 99% das ações pertencem à Forestal Cholguán, que, por sua vez, é subsidiária da gigante chilena Arauco, a qual, no seu país de origem, possui 906.033 hectares de plantações, e contra a qual o povo Mapuche está travando uma luta feroz, por ter ela se apossado de seus territórios.

A denúncia dizia respeito à existência de maquinário florestal presumivelmente em infração alfandegária, isto é, maquinário que tinha entrado no país sem ter pago os impostos correspondentes. Tamanha foi a surpresa do diretor nacional de Alfândegas, Víctor Lissidini, ao chegar ao estabelecimento. Além de prender maquinário no valor aproximado de US\$ 300 mil, ele deu de cara com quarenta colchonetes jogados no chão e, após ter percorrido rapidamente o local, pôde constatar que ali trabalhavam cinquenta cidadãos brasileiros indocumentados, os quais, além disso, viviam em condições infra-humanas.

Os trabalhadores tinham sido contratados por uma empresa brasileira que, por sua vez, foi contratada pela companhia chilena para fazer o plantio. O diretor de Alfândegas disse que o relatório da receptora de Rivera detalha que os trabalhadores dormiam no chão, comiam restos de comida, vestiam farrapos e, em vários casos, apresentavam feridas que não tinham recebido atendimento médico adequado. "Praticamente, viviam em regime de escravidão", afirmou.

Segundo matérias veiculadas na imprensa, pessoas da área afirmam que é comum que grandes empresas, principalmente dedicadas ao florestamento, contratem brasileiros para trabalhar "no black" (incumprindo as normas trabalhistas vigentes) e que eles sejam mantidos em condições deploráveis.

Essas condições de trabalho se dão entre empresas donas de plantações, as quais realizam a maior parte das operações (do plantio à colheita) quase exclusivamente através da contratação de empresas de serviços florestais. Com frequência, essas empresas são de natureza informal, muito difícil de serem fiscalizadas, sendo que uma das formas de concorrência mais estendida é a sonegação de impostos e o incumprimento da legislação trabalhista. As empresas de serviços florestais vêm ganhando visibilidade e são um elemento-chave para a "eficácia" em matéria de custos.

Visto que, apesar de fortemente subsidiada, a atividade florestal não deixa significativa margem de lucro (o valor de mercado da madeira roliça que o país exporta é muito baixo), para conseguir

rentabilidade, as empresas florestais fixam preços muito baixos na hora da terceirização. As empresas terceirizadas –que, obviamente, também desejam obter o seu lucro– acabam transferindo esses preços baixos para o último elo da corrente: o trabalhador.

Embora seja verdade que existem algumas empresas florestais que fiscalizam a qualidade das empresas contratadas, trata-se mais de uma exceção do que da regra, e, em geral, são empresas com uma imagem para cuidar e cultivar, ou que possuem vantagens comparativas no mercado internacional.

Quem é responsável por isso? Sem dúvida, o maior quinhão de responsabilidade cabe às empresas que, visando lucro, não hesitam em submeter os trabalhadores a condições de trabalho desumanas. Mas, em última instância, é o Estado quem deve definir e exigir o cumprimento das regras do jogo. No entanto, a realidade revela que o Estado, até agora, tem sido cúmplice na violação da legislação trabalhista.

O ex-presidente uruguaio Luis Alberto Lacalle (um dos grandes promotores do florestamento) já promovia essa atividade, ressaltando quão barata era a mão-de-obra neste país. Ao assumir o governo, o atual presidente, Jorge Batlle, viajou a Santiago do Chile e teve um encontro com empresários florestais transandinos. Nesse encontro, ele exortou os investidores chilenos a investirem em plantações no Uruguai. Evidentemente, essa foi uma das raras ocasiões em que o presidente (de um país que, no seu governo, caiu na maior crise de sua história) teve sucesso. Com efeito, os chilenos investiram e, agora, o resultado está à vista de todo mundo.

É importante que o povo uruguaio tome consciência daquilo que envolve esse tipo de "desenvolvimento". Contudo, é igualmente importante que o mundo perceba que o que hoje está sendo denunciado no Uruguai está acontecendo praticamente em todos os países do Sul onde são instaladas essas grandes plantações. O trabalho terceirizado é praxe em todos eles, quer no Brasil ou na África do Sul, quer no Chile ou na Argentina. A concorrência internacional é feita através da baixa de custos, sendo que, na totalidade dos casos, o principal mecanismo para que a matéria-prima madeira continue sendo barata não são as tecnologias nem o rápido crescimento (semelhantes em todos os casos), sequer os subsídios (que também são semelhantes), mas, basicamente, a redução dos custos de mão-de-obra. Em síntese, é à custa das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores florestais.

As monoculturas florestais já mostraram às claras a sua insustentabilidade ambiental. Também têm revelado não só que não resolvem os problemas sociais, mas os agravam. Por que, então, elas continuam sendo promovidas? (Boletim do WRM Nº 69, abril 2003).

Venezuela: A Smurfit enfrenta crescentes dificuldades

A Smurfit Cartón, subsidiária da Jefferson Smurfit, é dona de 34.000 hectares de monoculturas de gmelina, eucalipto e pinheiros nos Estados venezuelanos de Portuguesa, Lara e Cojedes. Dessas, 27.000 hectares estão localizadas em Portuguesa, onde a empresa enfrentou as comunidades de Morador e Tierra Buena, que resistiram à invasão de plantações florestais em suas terras de cultivo.

De acordo com informação recebida recentemente, a Smurfit está enfrentando severos problemas sanitários em suas plantações de Portuguesa. A uniformidade das monoculturas florestais faz com que elas sejam muito vulneráveis ao ataque de insetos e pragas. A vantagem que tem inicialmente a plantação de uma árvore exótica –a ausência de predadores locais– transforma-se numa catástrofe, tanto quando uma espécie local se adapta a alimentar-se de essas árvores quanto no momento em que um predador natural eventualmente chega de seu ecossistema original. Qualquer que seja o caso, o fato é que muitas árvores agora estão morrendo em suas plantações.

Por outro lado, durante a estação seca as plantações de Portuguesa e Cojedes, foram afetadas por incêndios. Porta-vozes da companhia têm acusado aos camponeses de ações de sabotagem contra as

plantações. A ocorrência de incêndios pode dar-se com muita facilidade em condições secas num ambiente uniforme como o conformado pelas plantações florestais, especialmente no caso de eucaliptos e pinheiros. Os camponeses locais e os ambientalistas receiam que a Smurfit tente compensar as perdas de madeira provinda das plantações, através da corta das matas dos arredores, como acostumava fazer antes das protestações que ocorreram em 1999.

Do ponto de vista político, as coisas também não parecem ir bem para a Smurfit. A nova Constituição da Venezuela, aprovada pelo referendo de dezembro de 1999, inclui explicitamente os direitos ambientais e os direitos dos povos indígenas, e condena a concentração na posse da terra. De acordo com os princípios de justiça social no campo e de planejamento territorial sustentável, as plantações comerciais não são permitidas em solos aptos para a agricultura, já que isso significaria uma concorrência com a produção de alimentos. (Boletim do WRM Nº 33, abril de 2000).

ÁSIA

Birmânia, Tailândia e Laos: Manejo florestal colonial, ontem e hoje

O objetivo do manejo florestal colonial britânico do século XIX era assegurar ao Estado colonial o controle das florestas, a fim de garantir o fornecimento regular de madeira. Na região de Mekong, ainda há vestígios da abordagem colonial, onde os estados continuam disputando com as comunidades locais o controle das florestas.

No final do século XVIII, as florestas de carvalho da Grã-Bretanha tinham sofrido um progressivo esgotamento, devido à demanda da Marinha Real para a construção de navios. Em 1805, os britânicos lançaram à água o primeiro navio de guerra totalmente construído com madeira de teca (*Tectona grandis*) de Bombai. Em meados do século XIX, existiam mais de cem navios britânicos de teca, e a voracidade britânica por essa madeira parecia insaciável.

No ano 1856, os britânicos nomearam Dietrich Brandis como superintendente das florestas de teca da divisão Pegu, no leste da Birmânia. Naquele então, muitas das florestas de teca da Birmânia estavam em áreas controladas por grupos indígenas militantes, como os Karen. Brandis, um botânico alemão que posteriormente foi inspetor geral das florestas da Índia, tomou para si a tarefa de exigir o controle das florestas de teca birmanesas para o Estado. Sob o sistema "taungya" –que Brandis ajudou a estabelecer–, a nação Karen virou mão-de-obra para o desmonte, plantio e limpeza das plantações de teca. Em troca, nos primeiros anos, era permitido plantar entre as árvores. Mas quando as árvores cresciam, os moradores eram transferidos para novas terras, e o processo continuava. Como resultado desse processo, muitos tornaram-se dependentes do serviço florestal do Estado, motivo pelo qual a resistência local ao domínio estadual sobre as florestas ficou cada dia mais difícil de se fazer.

Raymond Bryant, do King's College de Londres, descreve como os Karen –antigamente rebeldes– foram atraídos para o reflorestamento com árvores de teca: "O sistema de florestamento taungya era atraente, justamente, porque era um meio para regular e eliminar gradativamente o cultivo rotativo das florestas da Birmânia. Com efeito, cada acre plantado era um acre a menos que os montanheses Karen tinham para o uso deles próprios".

A vizinha Tailândia nunca foi colonizada pelos britânicos, mas o sistema de florestamento taungya ainda sobrevive, prestando serviços ao Estado tailandês. Desde a década de sessenta, a Organização da Indústria Florestal (Forest Industry Organisation - FIO) da Tailândia vem criando uma série de "povoados florestais", onde os moradores locais praticam um florestamento do tipo taungya. Em 1968, a FIO fundou o primeiro povoado florestal em Mae Moh, no norte da Tailândia, objetivando uma redução do cultivo rotativo e um aumento do reflorestamento. No entanto, os moradores não têm

participação alguma no manejo das plantações, como também não recebem nada pelas árvores das plantações. Sob esse sistema, eles também não possuem título das terras. Como assinalou, em 1980, o hoje falecido Ted Chapman, da Universidade Nacional da Austrália, o reflorestamento da FIO não passa do confisco da terra que os moradores locais vinham utilizando.

No mês de julho de 2001, duas plantações dos povoados florestais foram certificadas através do sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC, em inglês). Não obstante, há mais de vinte anos que os povoados da FIO são considerados anacrônicos. Em 1978, Ted Chapman afirmou, numa conferência na Tailândia, que: "É claro que reflorestamento taungya, do jeito que ele é praticado na Tailândia, não tem cabimento no conjunto das recentes recomendações da FAO, UICN e outras organizações preocupadas com o bem-estar dos habitantes dos arredores das florestas". Surpreendentemente, os avaliadores da SmartWood (empresa certificadora do FSC) não reconheceram a versão de manejo florestal colonial da FIO como o sistema de exploração anacrônico que ele é.

Por sua vez, através do sistema taungya, o governo do Laos pratica a sua própria versão de colonização interna. No ano passado, após uma família de uma minoria étnica do sul do Laos ter limpo e plantado com arroz dez hectares de terra, funcionários do Departamento Florestal fizeram-lhe saber que essa terra ia ser plantada com 4 mil mudas de árvores. Dessa vez, as famílias poderão colher o arroz, mas elas estão preocupadas, pois receiam que não seja permitido o uso da terra no próximo ano. Enquanto as famílias não receberam nada, o governo recebeu de graça a área limpa, para instalar a plantação de teca.

O Departamento Florestal organizou os moradores locais em equipes de trabalho e os adestrou para o plantio das árvores. Uma vez plantadas, o Departamento exigiu dos moradores locais que fizessem a manutenção da plantação, o que implicará vários anos de limpeza para tirar a mata brava e controle permanente do fogo.

O plantio das árvores coincidiu com o das lavouras dos moradores, motivo pelo qual o tempo de trabalho gasto em seus próprios campos ficou reduzido. Um deles explicou aos pesquisadores: "Ficamos atordoados, pois a gente não sabe por que plantou essas árvores se não vamos receber nada em troca".

Ironicamente, o plantio aconteceu no Dia da Árvore. Nesse dia, segundo o artigo 46 da Legislação Florestal do Laos, as autoridades devem "revelar iniciativa, para planejar e mobilizar largamente toda a mão-de-obra e capital de todos os setores, incluindo o Exército, funcionários públicos, estudantes do primeiro e do segundo grau e a população em geral, visando ao plantio de árvores. Depois do plantio, é preciso cuidar da manutenção e proteção das árvores, para elas poderem crescer e se desenvolver".

Sem dúvida, o Departamento Florestal revela iniciativa quanto ao uso da mão-de-obra de graça dos moradores locais, obedecendo a letra, mas não o espírito, da Legislação Florestal. Porém, suas ações têm azedado o relacionamento com os moradores locais, já que eles ressentem o fato de serem explorados para uma plantação de teca que não trará benefício nenhum. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 68, março 2003).

Camboja: Florestas e rios em perigo por plantações de eucalipto e produção de pasta

A conservação das matas e da biodiversidade significam coisas diferentes, dependendo de quem é que está se referindo a ela. No caso do Camboja, a vida dos camponeses depende das terras agrícolas, as pescas e as matas. Para eles, conservar as matas e sua biodiversidade implica assegurar-se os meios de vida para o presente e o futuro. Nos últimos anos, apesar de que a paz foi recuperada nas áreas rurais, as concessões para a corta em grande escala têm reduzido o acesso dos camponeses às matas e colocado em perigo seus direitos nesse sentido, e ao mesmo tempo têm provocado um dano enorme à

própria floresta. Os camponeses cambojanos e suas matas enfrentam agora uma nova ameaça: a das plantações florestais com fins industriais.

Em janeiro de 2000 o Governo Real do Camboja assinou um acordo com o Grupo Pheapimex outorgando à companhia, pelo prazo de 70 anos, o direito de "desenvolver" 300.000 hectares de terras de "mata degradada" nas Províncias de Kampong Chhnang e Pursat no centro do país. A Pheapimex tem a intenção de instalar uma plantação de eucalipto para satisfazer a demanda de uma fábrica de pasta e papel projetada na Província de Kandal.

Além da madeira como matéria-prima, a produção de papel requer de grandes quantias de produtos químicos, água e energia. É uma produção altamente poluente. As fábricas despedem um grande número de substâncias poluentes para os córregos vizinhos, incluindo madeira dissolvida e diferentes produtos químicos, que reduzem os níveis de oxigênio desses córregos e matam os peixes. O corpo de água mais importante da região central do Camboja é o Tonle Sap, um vasto lago cujas águas fluem para o Mekong em Phnom Penh e daí para o delta do Mekong. O lago fornece o Camboja de uma grande quantia de peixes e sua água se utiliza para irrigar uma vasta área de arrozais. Se o Tonle Sap se polui pelos despejos da projetada fábrica de pasta e papel, o efeito sobre os meios de vida de milhares de pessoas será desastroso.

Em dezembro de 2000 a Pheapemix assinou um acordo para a geração de uma *joint-venture* com o grupo chinês Farm Cooperation com o fim de construir uma fábrica de polpa e papel. O empreendimento de USD 70 milhões é financiado pelo Banco de Exportações da China e faz parte de um acordo celebrado entre os governos dos respectivos países para incentivar o comércio e os investimentos entre eles. No contrato aparece que as empresas intervenientes pagarão 5% de juros ao governo do Camboja, enquanto o banco chinês cobrará apenas 3%.

O Ministro da Agricultura, do Florestamento e da Pesca, Chan Tong IV, disse ao jornal Phnom Penh Daily, que celebrava esse acordo e acrescentou que os esforços do governo para atrair investimentos ao setor agrícola estavam rendendo frutos. A Pheapimex está bem posicionada para beneficiar-se desse tipo de acordos: Lao Meng Ken, diretor da companhia, é ao mesmo tempo assessor especial do Primeiro Ministro cambojano Hun Sen em matéria de investimentos estrangeiros.

A Pheamix-Fuchan, uma *joint-venture* taiwanesa com o Grupo Pheapemix é a maior concessionária de corta de madeira do Camboja, com 700.000 hectares à sua disposição. Conforme a Global Witness, a Pheamix-Fuchan é "o pior concessionário no Camboja e o que tem as melhores conexões". A Global Witness –que agora está trabalhando na Unidade de Monitorização de Crimes no Camboja, iniciativa financiada pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido– tem acusado a Pheapemix de realizar operações madeireiras ilegais fora de suas concessões, de corta nas áreas de outros concessionários, de ameaça e ataques a funcionários florestais e de corta sem prévia aprovação do Departamento Florestal.

Lao Meng Ken explicou ao *Phnom Penh Post* que ele achava que o projeto de plantação da Pheapimex não violava os direitos de propriedade da população local. "Tenho ouvido que as pessoas estão se queixando da corta de suas árvores. Mas nós estamos plantando numa área onde não se violam seus direitos" manifestou. Mas os aldeões da comuna de Ansa Chiombok na Província de Pursak discrepam. Receiam que a plantação destrua 6.800 hectares de mata próximas ao povoado. As mesmas incluem uma fração de *Pinus merkusii*, que é uma espécie rara no Camboja e protegida pela lei.

Em fevereiro de 2001 os camponeses foram a Phom Penh para tentar persuadir o governo de frear esse projeto de plantação. Em março se realizou nessa comuna um encontro entre funcionários e moradores locais. Ao mesmo assistiram cem camponeses provindos de sete povoados, mas os funcionários permitiram que assistisse apenas um representante por aldeia.

Durante o encontro os representantes camponeses realizaram uma série de perguntas aos funcionários, entre elas se o governo tinha aprovado uma avaliação de impacto ambiental antes de assinar o acordo com a Pheapemix, qual seria o impacto esperado de uma fábrica de pasta e papel sobre o Tonle Sap e sua fauna, e por que o governo está permitindo que a Pheapemix destrua as matas em um país que já está sofrendo um severo processo de desmatamento. Não obtiveram qualquer resposta.

Oum Huot, um camponês de Ansa Chombok disse ao *Phnom Penh Post*: "Nós rejeitamos completamente a idéia de que o que há aqui são 'matas degradadas'. Pelo contrário, essa é uma mata em bom estado, cujas maiores árvores foram cortadas pelos madeireiros nos últimos anos. Se eles deixarem tranqüilas essas terras por 15 a 20 anos, as árvores crescerão de novo. "Estamos preocupados com este plano" disse ao *Phnom Penh Post* Luek Thuon, outro dos camponeses de Ansa Chombok. "Se eles destroem essa mata, também podem vir e matá-nos. A mata é nossa fonte de vida". (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 44, março de 2001).

China: A UPM-Kymmene e o grupo APRIL, a conexão chino-indonésia

A corporação UPM-Kymmene –uma das maiores empresas de fabricação de produtos florestais e papel, com fábricas em 15 países–, o grupo APRIL (Asia Pacific Resources International Holdings Ltd.) e a maioria dos acionistas de APRIL assinaram recentemente um acordo para vender 51% da participação de APRIL na fábrica de papel de Changshu (China) a UPM-Kymmene. O valor da transação é de USD 150 milhões. Como consequência do acordo, à UPM-Kymmene –sediada na Finlândia– será de agora em diante o único dono da fábrica de Changshu. Ao mesmo tempo se assinou um contrato por seis anos e meio com APRIL para que durante esse período forneça celulose kraft branqueada à fábrica de Changshu.

A fábrica de papel de Changshu, que começou a operar em março de 1999 está localizada no rio Yangtze na Província de Jiangsu, a 100 quilômetros de Shanghai. A maquinaria da fábrica –fornecida pela firma também finlandesa Valmet– tem uma capacidade de produção de 350.000 toneladas de papel fino. Desde o começo, a UPM-Kymmene tem tido a responsabilidade do manejo da mesma. Para o ano 2000 a produção estimada da fábrica é aproximadamente 290.000 toneladas de papel fino e suas exportações representarão a metade das vendas de papel produzido na China aos países vizinhos.

É interessante salientar que durante os próximos seis anos e meio os dois sócios, agora formalmente separados, continuarão realizando atividades em conjunto mas num cenário diferente. A UPM-Kymmene produzirá papel em sua própria fábrica na China, mas com celulose fornecida por APRIL. As fortes críticas que suscitou a aliança entre as duas empresas se fundamentaram basicamente na má reputação de APRIL na Indonésia, onde destruiu vastas superfícies de floresta úmida e as substituiu por plantações de monocultura para celulose. Por outro lado, APRIL gerou conflitos de posse da terra com comunidades locais e entre povoadores e trabalhadores da companhia. A nova situação permitirá à UPM-Kymmene procurar afastar-se dessa imagem negativa, e ao mesmo tempo beneficiar-se com a compra de celulose barata a ser utilizada num processo mais limpo e menos problemático, como é a produção de papel.

Ao mesmo tempo –e de acordo com fontes da própria empresa– "a fábrica de papel de Changshu se transformará numa importante plataforma para a estratégia da UPM-Kymmene na Ásia. O forte incremento do consumo de papel na China e em outros países da Ásia gera condições favoráveis para um desenvolvimento ulterior da fábrica de Changshu" Será a próxima estratégia a plantação de eucaliptos –com assessoramento da Jaakko Poyry da Finlândia– e a produção de celulose na China? Será essa a razão para o contrato de "seis anos e meio" com APRIL? (Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

China: Exportando desflorestamento e promovendo monoculturas florestais

O crescimento da economia chinesa, medido em termos da economia convencional, resulta surpreendente: o PIB nacional atingiu uma cifra 22 vezes superior à registrada em 1978. Que este fenômeno possa ser considerado como um sucesso para China e a região resulta duvidoso, já que, por um lado, tem estado acompanhado de importantes problemas ambientais no próprio país –entre eles a perda das matas existentes e a expansão das monoculturas florestais– e de outro, tem levado ao desflorestamento em outros países da região com o fim de satisfazer a crescente demanda de madeira de seu mercado interno.

Aos efeitos de enfrentar o referido processo de desflorestamento e a conseguinte erosão do solo, o governo chinês estabeleceu em 1998 uma moratória de corta de madeira em 12 províncias, que foi estendida para 18 no ano 2000. Como resultado da medida, a produção nacional de madeira diminuiu 97% entre 1997 e 2000. Mas o consumo de madeira aumentou, o que está atualmente levando ao desflorestamento em países vizinhos.

Um desses casos é o da Birmânia. O povoado de Pianma, localizado a pouco mais de 2000 quilômetros ao sudoeste de Beijing, no extremo da Província de Yunnan é atualmente uma das portas de entrada da China às matas do norte da Birmânia. Um comércio de madeira em grande escala, não regulado e não percebido por muito tempo tem estado destruindo as antigas matas tropicais da área. O mesmo se intensificou em 1998 depois da referida moratória. Durante o ano se mobilizam somente através de Pianma mais de 350.000 metros cúbicos de madeira. Também ingressam à China desde a Birmânia grandes volumes através de centros povoados localizados sobre a fronteira, para o sul, como Tengchong, Yingjiang, Zhangfeng, Ruili e Wanding. Uma empresa madeireira malaia está construindo uma ponte sobre o rio Salween, aproximadamente 100 quilômetros ao norte de Pianma, perto de Fugong, para fazer possível o ingresso de ainda mais troncos. De acordo com estatísticas oficiais, a Birmânia fornece quase 10% das importações chinesas de madeira (740.000 metros cúbicos), mas de acordo com estimativas confiáveis o volume seria na realidade o duplo. Na Birmânia a cobertura florestal se reduziu de 21% do total da superfície do país em 1949 a menos de 7% atualmente. A ditadura militar que governa o país desde 1962 tem preparado o terreno para as empresas madeireiras transnacionais, que estão devastando a floresta e acabando com os meios de vida das populações locais.

Lamentavelmente a Birmânia constitui apenas um dos muitos exemplos de desflorestamento relacionado com o crescimento econômico da China. As importações de troncos de madeira desde a Rússia também têm crescido consideravelmente nos últimos dois anos e atualmente representam 42% do volume de troncos que ingressa na China.

Por outro lado, os preparativos para o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) têm provocado um ulterior crescimento das importações de madeira. Numa movida para um sistema comercial mais aberto, diminuíram-se as tarifas dos produtos florestais e em muitos lugares da fronteira china inclusive não se cobra qualquer imposto aos troncos. Desse jeito, as importações chinesas de troncos passaram de menos de 5 milhões de metros cúbicos em 1998 a mais de 10 milhões em 1999 e aproximadamente 15 milhões no ano 2000. A China tem se transformado no segundo maior importador de madeira do mundo.

Nesse contexto, a moratória de corta parece ter virado uma forma de conseguir que outros países arquem com os custos do crescimento da economia chinesa. Ao mesmo tempo, a medida está conduzindo a um drástico aumento das monoculturas florestais no país.

"À medida que China se enriquece, é natural que consuma mais madeira" disse recentemente um funcionário do Banco Mundial. Essa é a única resposta? Não será que a raiz do problema está na

adoção pela China de um modelo de desenvolvimento baseado num estilo de consumo que determina um uso insustentável dos recursos internos e também externos?

Na década de 40, um de seus partidários perguntou a Mahatma Gandhi quanto deviam esperar para que a Índia fosse tão rica quanto a Inglaterra. Gandhi lhe respondeu: "Se a Inglaterra precisou da metade do mundo para conseguir ser tão rica como é, de quantos mundos precisaria a Índia para conseguir ser assim de rica?" Não é o mesmo aplicável à China? (Boletim do WRM N° 45, abril de 2001).

China: Percorrendo o batido caminho das monoculturas de árvores

Na China, o Grande Pulo para a Frente de 1958 e a Revolução Cultural barraram o estabelecimento de plantações com árvores de alto rendimento, proposto pelo Ministério de Florestas, no final da década de 1950. Mas, a partir dos anos 1980, com a implementação da reforma e a política de portas abertas (isto é, a entrada da China no cenário do mercado mundial), começou a se alterar o desequilíbrio existente entre a oferta e a demanda de madeira. Isso não é muito diferente dos processos percorridos por outros países, que acabaram devorados pelo comércio mundial e pela demanda de madeira, papel e papelão para embalagem. Aparentemente, a resposta ao abismo também foi muito semelhante à implementada na maior parte das economias de livre mercado: plantações, em grande escala, com monoculturas de árvores de espécies de alto rendimento (geralmente exóticas), o mais das vezes, as mesmas. Assim, espera-se que a árvore nacional da Austrália vire a nova alternativa que permitirá à China satisfazer as necessidades cada dia mais vorazes de sua indústria de papelão e papel.

Em 1988, o governo chinês resolveu que, nos próximos 30 anos, seriam plantados 20 milhões de hectares com árvores de rápido crescimento e alto rendimento. Os cientistas de manejo florestal da China desenvolveram variedades de eucalipto e criaram uma área de plantações, considerada o maior "banco de genes de eucalipto" da Ásia, na região autônoma de Zhuang, no sudoeste da China, região subtropical com vastas áreas plantadas, para o fornecimento de matéria-prima para celulose mais eficiente em matéria de custos. Geralmente, as novas variedades plantadas são "eucaliptos de crescimento ultra-rápido", podendo ser derrubadas seis anos após o plantio, com rendimento anual superior a 60 metros cúbicos por hectare.

Não obstante, a voragem da produção de madeira para celulose dá-se a expensas da perda de alimentos. Segundo dados na "Comunicação 2002 sobre Terras e Recursos da China", do Ministério de Terras e Recursos, num ano, as plantações de árvores tiveram um aumento de 1,53 milhão de hectares, a área destinada para a lavoura diminuiu 1,68 milhão de hectares, ao passo que 1,42 milhão de hectares de terrenos para cultura viraram plantações de árvores.

Como sempre, o Banco Mundial meteu-se no assunto. A fim de promover o investimento estatal, em 1985, foi introduzido o Projeto de Desenvolvimento da Exploração Florestal do Banco Mundial (Crédito 605-CHA), com o objetivo de estabelecer e transformar plantações comerciais de madeira, construir estradas na floresta e adquirir equipamento acessório. No ano 2002, a área total com plantações de árvores atingiu 230,72 milhões de hectares; deles, 3,4 milhões são plantações com árvores de rápido crescimento e alto rendimento, incluindo 980 mil hectares estabelecidos em função do Plano Nacional de Florestamento, de 1991, financiado através de um empréstimo, de US\$ 300 milhões, do Banco Mundial e verba do país, num valor de US\$ 200 milhões.

As empresas estrangeiras também estão tentando entrar no enorme e cobiçado mercado chinês. Do fim dos anos 1980 para cá, são várias as grandes empresas estrangeiras que estão investindo no desenvolvimento de plantações na China, em especial, nas províncias litorâneas do sudeste, que se caracterizam por condições naturais e clima favoráveis ao investimento. A Asia Pulp and Paper Co. Ltd., uma empresa sediada em Singapura, o Grupo Soon Hua Seng, com sede na Tailândia, a Sino-Wood Partner Co. Ltd., sediada em Hong Kong, e a empresa japonesa Princes Co. Ltd., todas elas têm

projetos em andamento na China. A Asia Pulp and Paper planeja estabelecer 1,3 milhão de hectares com plantações de eucalipto e acácia de rápido crescimento, no território chinês todo. No fim de maio do ano 2000, ela já tinha 65.300 hectares com plantações de árvores.

A Stora Enso, a gigante sueco-finlandesa de produtos florestais integrados, também é um importante agente na pesquisa e desenvolvimento desse campo. Junto com o governo da região autônoma de Guangxi Zhuang, a empresa fez um estudo de pré-viabilidade, para plantações em escala industrial e operações integradas de celulose e papel. No ano 2002, a Stora Enso também assinou um contrato de cooperação com a Academia Chinesa de Manejo Florestal, em Beijing.

Não há dúvida de que a China entrou na economia mundial, no seu próprio ritmo. As restrições ao investimento estrangeiro e à propriedade privada da terra implicam que as empresas estrangeiras conseguem o acesso às terras florestais através de acordos com as comunidades locais, os quais, por sua vez, são aprovados pelo governo. Mas, em última instância, o processo traz o surgimento dos mesmos elementos que caracterizam o modelo ocidental não sustentável de produção, consumo e comercialização, no caso, plantações em grande escala com monoculturas de árvores, com todos os sabidos impactos negativos para a população e o meio ambiente. (Boletim do WRM N° 70, maio 2003).

Índia: Questionamento à Estratégia Florestal Revista, do Banco Mundial

A Estratégia Florestal Revista do Grupo Banco Mundial, aprovada no dia 31 de outubro de 2002, faz curiosas afirmações, como, por exemplo, "existe uma estreita relação entre as formas de sustento dos pobres e as florestas" e "[é] uma idéia basicamente falsa a de que os pobres são a causa do desmatamento nos países em desenvolvimento".

"Na realidade, o fluxo de fundos destinados para as florestas [...] continuará sendo ofuscado pelo investimento em atividades que podem causar impactos prejudiciais nas florestas". E: "O Banco deve avaliar os impactos de suas ações e investimentos noutros setores, ou no nível macroeconômico, nas florestas e povos que as habitam".

Há tempos se argumenta –em grande medida, em vão– que a responsabilidade pela destruição das florestas e a degradação ambiental não pode ser imputada principalmente aos pobres, e que a nova economia da última década não só contribuiu para marginalizar ainda mais aqueles que já estavam à margem, mas, também, minou gravemente os recursos naturais e os meios de sobrevivência existentes nas florestas, rios, banhados e faixas litorâneas.

Não obstante, a estratégia se baseia numa contradição básica: a agenda da abertura do mercado se faz ouvir com estrondo, embora, neste caso, tentando utilizar uma porta lateral. Surge às claras uma mensagem central: o dinheiro é a chave para salvar as florestas do mundo. A participação do setor privado é considerada vital. Relaciona-se, também, com os Planos Nacionais de Ação Florestal (PNAF) respectivos. O PNAF da Índia, elaborado em 1999 pelo Ministério Unificado do Meio Ambiente e Florestas, estabelece que são necessários aproximadamente US\$ 28 bilhões para proteger as florestas. Mas será realmente correta essa "abordagem centrada no dinheiro"?

Só na década de 90, a Índia pediu emprestados ao Banco quase US\$ 350 milhões para a Fase I dos Projetos Florestais em Maharashtra, Bengala ocidental, Andhra Pradesh (A.P.), Madhya Pradesh (M.P.), Uttar Pradesh (U.P.) e Kerala. Será que isso serviu realmente para proteger e restaurar as florestas? Ficou garantido o sustento dos povos que dependem das florestas? Os pobres tiveram algum benefício? São várias as perguntas que devem ser respondidas para ter uma clara noção dos impactos causados pelos projetos. Existem inquietações e denúncias generalizadas que afirmam que as atividades da Fase I não foram transparentes, que os grupos tribais foram expulsos das florestas, que

surgiram conflitos internos nos povoados e entre povoados e que, em última instância, eles ajudaram a aprofundar as desigualdades existentes e as estruturas de poder que estão no próprio bojo da questão do manejo e conservação das florestas.

Enquanto isso, foi aprovada a Fase II dos Projetos Florestais em A.P. e M.P., com dotações de US\$ 108 milhões para cada um, tendo sido liberada a primeira parcela para A.P. Isso remete à questão da mitigação da pobreza, a qual, segundo o Banco, é central na Estratégia Florestal Revista. Aqui, também, podem ser percebidas enormes contradições. Numa passagem do texto, o documento parece aceitar as definições mais recentes de pobreza, definindo-a como uma situação gerada pela falta dos recursos (físicos, econômicos, humanos e sociais) necessários para alcançar um sustento adequado e sustentável. Mas, ao mesmo tempo, recorre-se repetidamente à definição de pobreza mais simplista: "a pobreza continua sendo um problema mundial de dimensões gigantescas. Dos seis bilhões de pessoas que vivem no planeta, 2,8 bilhões, quase a metade, vivem com menos de US\$ 2 por dia. Desses, 1,2 bilhão vivem com menos de US\$ 1 por dia". Não são pesquisadas a fundo nem a pobreza nem suas possíveis causas reais, como também não as devidas soluções a longo prazo.

Nesse contexto, chama a atenção a seção do resumo executivo intitulada "Aproveitamento do potencial das florestas para a redução da pobreza". Ali é espreitada a melhora da qualidade de vida rural. A idéia subjacente a essa estratégia é um mundo em desenvolvimento, em que os habitantes gozam de uma qualidade de vida significativamente não inferior à dos habitantes urbanos; o meio rural oferece a todos seus habitantes oportunidades econômicas equitativas (sem importar renda, condição ou gênero); ele vira um lugar cheio de vida, sustentável e atraente, onde morar e trabalhar; contribui para o desenvolvimento nacional e a economia global, e mantém uma relação dinâmica com as áreas urbanas. Trata-se de uma elaboração bem distante da realidade do mundo em que vivemos.

Nada mais longe da verdade, especialmente num país como a Índia, que é rural num 70% e basicamente agrícola. Ali não são tratadas a enorme pobreza e as privações padecidas nalgumas regiões da Índia rural, como também não é analisada a existência de desigualdade e exploração, nem o fato de existirem um monte de necessidades a serem satisfeitas. Mas e a Índia urbana, hoje? Ela está colapsando sob o seu próprio peso. A poluição do ar e da água não tem limite, os bairros pobres crescem sem qualquer ordem, os serviços básicos, como água potável e saneamento, são totalmente inadequados, o desemprego é altíssimo, da mesma forma que o índice de criminalidade. É evidente que não há justificção para a natureza geral das afirmações e inferências da estratégia do Banco, pois, ainda hoje, partes importantes do meio rural são bem dotadas de recursos, ricas e poderosas. Existem áreas cheias de vigor e vitalidade, onde as comunidades continuam vivendo em paz, felicidade e em razoável harmonia com o meio ambiente. Ali sobrevivem economias prósperas que, num país como a Índia, são as que, de fato, promovem o desenvolvimento nacional.

Qual é, pois, a conclusão que podemos tirar da estratégia revista do Banco? Em primeiro lugar, que coloca em baixo de um enorme ponto de interrogação as credenciais do próprio Banco. As confusões são óbvias, as contradições são graves, e a idéia subjacente é tão errada, que resulta difícil acreditar que ela tenha sido concebida. Se os próprios alicerces são tão frágeis, melhor nem pensar no edifício que vai se sustentar neles.

Portanto, pode essa estratégia contribuir realmente para a salvaguarda das florestas e o auxílio aos pobres? Certamente, poderíamos tentar dar algumas respostas, mas, no fundo, a questão é se terá alguém disposto a escutar. (Boletim do WRM N° 68, março 2003).

Indonésia: Uma nova vítima com relação à Indorayon

A fábrica de celulose e raiom Indorayon (PT IJU) em Porsea, norte de Sumatra, tem causado um prolongado conflito ambiental na região, onde os camponeses e as ONGs locais têm exigido seu

fechamento devido à poluição que afetou o Lago Toba por causa dos eflúvios emitidos pela indústria, a destruição das matas da área e a plantação de monoculturas florestais para obter matéria-prima, enquanto os trabalhadores querem que a mesma permaneça aberta, já que carecem de outras oportunidades de trabalho na região. Em março de 1999 o governo –que tem demonstrado ser incapaz de achar uma solução justa ao problema– decidiu fechar temporariamente a fábrica aduzindo razões ambientais. Mas depois decidiu outorgar um alvará para sua reabertura.

Lamentavelmente, persiste no lugar uma situação de enfrentamento e violência. A mesma tem cobrado recentemente uma nova vítima: Herman Sitorus, um estudante da faculdade de engenharia, o que foi morto a tiros de um policial de North Tapanuli em 21 de junho de 2000. O incidente aconteceu quando a polícia reprimia uma passeata que ia desde Porsea para Parparean City para exigir a liberação de 13 camponeses do *Joint Community Post* em Sirait Uruk, os que tinham sido seqüestrados a noite anterior por homens armados não identificados. Ao mesmo tempo ignora-se o paradeiro de outras 27 pessoas.

O WALHI (Fórum Indonésio para o Meio Ambiente) tem condenado essa morte sem sentido e instou o governo para que se estabeleça uma equipe independente com o fim de investigar o caso. O WALHI também tem exigido ao Chefe de Polícia que se clarifique imediatamente a razão para o uso da força contra os camponeses e tem manifestado que a polícia é legal, moral e materialmente responsável pelo incidente. Com respeito ao conflito não resolvido da Indorayon, exigiu-se ao governo que adie a reabertura da fábrica até que se realize uma avaliação integral do impacto ambiental. (Boletim do WRM N° 36, julho de 2000).

Indonésia: O crescimento insustentável do setor da celulose e do papel

Um estudo realizado em 2000, patrocinado pelo CIFOR (Centro para a Pesquisa Florestal Internacional) e pelo Bureau do Programa de Macroeconomia do WWF Internacional, fornece uma análise aprofundada a respeito das características e conseqüências da expansão do setor da celulose e do papel na Indonésia durante a última década.

Durante muitos anos as ONGs indonésias têm denunciado o severo processo de desflorestamento e degradação das matas que afeta o país e o papel que tem jogado a indústria da celulose e do papel nesse sentido. O estudo patrocinado pelo CIFOR e o WWF mostra alguns fatos e cifras interessantes, que demonstram que essa preocupação estava bem fundada. Com efeito, desde fins da década de 1980, a indústria da celulose e do papel na Indonésia tem crescido aproximadamente 700%. Os investimentos para o processamento de celulose e papel têm ultrapassado longamente o ritmo de desenvolvimento das plantações para celulose e, como conseqüência, a maior parte da matéria-prima tem provindo da corta de matas –a maior parte realizada ilegalmente– o que provocou o desflorestamento anual de 800.000 hectares de floresta. Para compreender a importância do setor da celulose e do papel a respeito do desflorestamento generalizado no país, é importante salientar que de acordo com o Banco Mundial, a taxa de desflorestamento é de 1.000.000 de hectares anuais, o que significaria que este setor é o maior responsável pela destruição das matas da Indonésia. Se considerarmos as cifras manejadas pelas ONGs –que estimam que o desflorestamento atinge 2.400.000 hectares ao ano– resulta claro que o setor igualmente se localizaria no topo da lista a respeito de responsabilidade pela destruição da mata. O estudo afirma que o setor sofrerá um déficit crescente no fornecimento de fibra durante os próximos 5 a 7 anos, o que acarretará ulteriores conseqüências para a situação das matas no país.

A pesquisa mostra que muitos dos projetos de produção de celulose e papel envolvem um alto risco do ponto de vista financeiro, já que várias empresas têm investido em infra-estrutura, sem segurar-se antes um fornecimento legítimo e sustentável de matéria-prima. O comportamento aparentemente irracional dos investidores se explica pelo fato de que os proprietários têm podido evitar a maior parte do risco

financeiro da operação aproveitando os subsídios do governo, que incluem o provisionamento de fibra para pasta a um custo bem menor que seu valor, as débeis regulamentações prevaletentes no setor financeiro e o fato de que as instituições financeiras internacionais não avaliam de forma adequada os riscos que envolvem os investimentos da indústria da celulose e do papel. Como outro fator da atual crise se menciona também a pobre administração realizada em grandes empresas do setor, promovida pela Agência Indonésia para a Reestruturação Bancária (IBRA), que permitiu a empresas falidas continuar suas operações com as mesmas equipes de gerência que as levaram à crise atual.

Em resumo, a pesquisa mostra quanto insustentável tem sido o "milagre econômico indonésio" no setor da celulose e do papel. Depois de uma década de crescimento desenfreado, baseado na destruição do patrimônio florestal do país, a expansão das monoculturas florestais, a violação dos direitos dos povos indígenas, a geração de conflitos sociais entre moradores locais e trabalhadores industriais, o saldo tem sido negativo, inclusive adotando o limitado enfoque da economia convencional.

O caso da Indonésia mostra claramente que o mito do qual se fez tanta publicidade, de que as plantações aliviam a pressão sobre as matas nativas –e portanto ajudam a preservá-las– resulta totalmente falso. Pelo contrário, as mesmas constituem um fator de sua destruição, já que na realidade cortam-se e incendiam-se vastas superfícies de matas para dar lugar a plantações para celulose. (Boletim do WRM Nº 41, dezembro de 2000).

Indonésia: A ameaça da indústria de celulose e papel em Kalimantan

Apesar de que a atividade de celulose e papel é provavelmente insustentável do ponto de vista ecológico, social e inclusive econômico, o setor continua expandindo-se. A construção de uma fábrica de celulose em Kalimantan do Sul, prevista para junho de 2001, está gerando preocupação no nível das organizações ambientalistas. A projetada fábrica, com uma produção esperada de 600.000 toneladas ao ano, localizar-se-á em Sungai Danau no Distrito Kotabaru e será a primeira que se instala na região. A mesma é parte de um plano no nível oficial para atrair indústrias e investidores estrangeiros. O governo de Kalimantan do Sul, que está promovendo com entusiasmo um programa de industrialização –que inclui também mineração e uma nova planta de concreto– está respaldando esta iniciativa. Por sua vez, capitais transnacionais estão prontos para ser investidos. Formou-se uma *joint-venture* milionária entre a empresa madeireira indonésia PT Marga Buana Bumi Mulia e um consórcio de investidores estrangeiros de oito países, que ainda não têm sido identificados completamente. Segundo o jornal de circulação nacional *Kompas*, a empresa Akzo-Nobel, sediada na Holanda, está participando do projeto. Também estariam fazendo parte do mesmo um grupo de empresas alemãs, que as autoridades de Kalimantan do Sul contrataram o ano passado durante a Expo 2000 em Hannover. A PT Marga Buana Bumi Mulia é propriedade de Prodosutedjo, meio-irmão do ex ditador Suharto, o que está sendo investigado pelo colapso de um banco do que fazia parte e que também tem sido severamente questionado pelo uso presumivelmente doloso de USD 15,5 milhões que recebeu do Fundo de Reflorestamento com o fim de instalar 70.000 hectares de plantações florestais em Menara Hutan Buana. Aparentemente, no que diz respeito à corrupção, a época de Suharto ainda não tem acabado na Indonésia.

A matéria-prima para a projetada fábrica de celulose provirá de 240.000 hectares de plantações de acácia, pinheiro e albizia, das quais 80.000 são propriedade de Probosutedjo. No entanto, receia-se que, como acontece habitualmente, se use também madeira de matas de Kalimantan Oriental e Central, já que as matas de Kalimantan do Sul já têm sido cortadas. A promessa de postos de trabalho e prosperidade para as comunidades locais não podia estar ausente. Informa-se que um funcionário local assegurou que a fábrica empregará 20.000 pessoas durante sua construção e 200.000 trabalhadores quando esteja na fase operacional. Isso é completamente absurdo e na verdade ninguém sabe exatamente o que acontecerá com a nova fábrica a respeito dos empregos. Não se revelaram quais

agentes estão financiando a iniciativa e quem é responsável pelo trabalho de consultoria, apesar de que se sabe que a Agência de Crédito às Exportações da Alemanha está comprometida no projeto.

Embora um porta-voz do Departamento Florestal local desestimou os temores expressados pelas ONGs no sentido de que a nova fábrica em Kalimantan do Sul geraria os mesmos problemas que a de Indorayon em Sumatra do Norte, segundo o que tem sido a história do setor na Indonésia, é razoável esperar que se produzirão impactos ambientais e sociais negativos. ONGs preocupadas estão esperando um workshop nacional sobre as "Agências de Crédito às Exportações e a indústria de celulose e papel na Indonésia", a ser realizado em abril próximo. Do mesmo participarão pessoas e ONGs das regiões onde há este tipo de fábricas. O evento é considerado um encontro estratégico na luta contra a indústria de celulose e papel e especialmente importante para frear este novo projeto. (Boletim do WRM N° 43, fevereiro de 2001).

Indonésia: Programa de um milhão de hectares de plantação de palma azeiteira em Jambi

A província de Jambi, em Sumatra, é uma das várias zonas onde o recentemente investido governo regional está impulsando uma importante expansão das plantações de palma azeiteira. O governador provincial anunciou planos para desenvolver um milhão de hectares de palma azeiteira na província até o ano 2005. No ano passado, as autoridades provinciais ameaçaram com cancelar as licenças de 49 companhias plantadoras às que se tinha alocado mais de 700.000 hectares em Jambi e que ainda não têm sido plantadas com palma azeiteira. Em dezembro de 2000 o embaixador da Malásia em Indonésia anunciou que as companhias malaias estavam preparadas para fazer-se cargo de aproximadamente 356.300 hectares de plantações de palma azeiteira na província, perante o inadimplemento dos atuais arrendatários. Atualmente, Jambi tem aproximadamente 265.000 hectares de plantações de palma azeiteira, das que 200.000 hectares estavam em produção o ano passado. Produziram-se aproximadamente 320.000 toneladas de azeite de palma cru em 13 fábricas com uma capacidade total de 640 toneladas por hora.

Em janeiro de 2001, o governador Zulkifli assinou um Protocolo de intenção com um consórcio de capitais norte-americanos, britânicos e suíços, a Asian Jade Venture Ltd., com sede em Johor Baru, Malásia. O contrato cobria investimentos de USD 500 milhões em plantações de palma azeiteira, indústrias de processamento de matéria-prima, um porto, uma cidade nova e também nos setores de turismo e pesca.

WALHI Jambi, uma ONG ambientalista local, emitiu uma declaração rejeitando o programa que prevê a plantação de um milhão de hectares com palma azeiteira, argumentando que destruiria as matas e acabaria com as formas de sustentação sustentáveis das comunidades que moram perto das matas. A WALHI também acusou às autoridade de não indicar onde se desenvolverão as novas plantações e afirma que não há terra disponível para desenvolver uma área de cultivo tão grande. Para a WALHI o objetivo central deve ser melhorar as condições nas plantações de palma azeiteira já existentes e resolver os conflitos entre os camponeses e os proprietários das plantações.

As declarações de imprensa da WALHI (e as aparentes vacilações da Asian Jade Ventures Ltd.) têm provocado uma resposta furiosa do governador Zulkifli. Ele acusou à ONG de estar contra os investimentos, o progresso e a autonomia regional. Acredita-se que o governador e seus partidários estão atrás de uma campanha de intimidação iniciada por suspeitas "ONGs" que exigem o fechamento da WALHI. Este operativo incluiu o transporte em caminhão de 300 manifestantes até a sede da WALHI, e a emissão de declarações de apoio ao programa do governador. (Boletim do WRM N° 47, junho de 2001).

Indonésia: Relatório do WWF relaciona plantações de dendê com desmatamento em grande escala

A Indonésia está entre os países com maior taxa de desmatamento do mundo. Em média, o desmatamento registrado nos anos 80 foi de até um milhão de hectares ao ano; na primeira metade da década de 90, 1,7 milhões de hectares; sendo que, atualmente, ele se situa entre 2 e 2,4 milhões de hectares, segundo estatísticas do Ministério do Meio Ambiente.

Como vimos denunciando, as políticas globais impulsionadas desde o Norte e impostas pelos órgãos multilaterais (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) nos anos 80, além da pressão exercida por uma importante dívida externa, trouxeram um drástico incremento da exportação de recursos naturais, entre os quais se inclui o aceite de dendê, obtido do dendezeiro cultivado sob um sistema de monoculturas em grande escala. Na Indonésia, o dendê tornou-se uma cultura lucrativa para os investidores, já que, com frequência, a mão-de-obra e os custos da terra são baixos, os créditos são obtidos com facilidade e as condições climáticas e do solo são favoráveis.

A demanda mundial de aceite de dendê é voraz. Calcula-se que pulará dos atuais 22,5 milhões de toneladas métricas ao ano para 40 milhões de toneladas no ano 2020. Índia, China, Holanda e Alemanha são os maiores importadores de aceite de dendê cru, o produto primário derivado do fruto da palmeira, utilizado num vasto conjunto de produtos alimentares e não alimentares. A cadeia mundial de comercialização conta com fundos fornecidos por instituições financeiras estrangeiras da Europa, Estados Unidos e o oriente da Ásia. Sumatra, Kalimantan e Papua Ocidental são as principais áreas da Indonésia onde operam os grandes conglomerados, como o Grupo Salim, o Grupo Raja Garuda Mas e o Grupo Sinar Mas. São os mesmos conglomerados que controlam as atividades de corte e processamento da madeira e as indústrias de produção de polpa e papel.

Esse negócio todo tem sido realizado à custa de terras que outrora foram florestas, nas terras baixas da Indonésia, e do sustento de seus habitantes rurais. Segundo um recente relatório do WWF sobre "Plantações de dendezeiro e desmatamento na Indonésia", publicado em dezembro de 2002, "na Indonésia, até o final de 1997, tinha sido aprovada a conversão de quase sete milhões de hectares de áreas de floresta em plantações de cultura de fazenda, sendo que esses territórios, quase com certeza, foram derrubados. Mas a área realmente transformada em plantações de dendê desde 1985 é de aproximadamente 2,6 milhões de hectares", voltada para a exportação, a fim de abastecer as indústrias de aceite de dendê. "Uma das mudanças na regulamentação no setor do dendê, introduzida em 1998, estabelece que é permitido às empresas estatais dedicadas ao manejo florestal usar 30 por cento de suas áreas de concessão para culturas de fazenda, como o dendezeiro". O que é preocupante é que elas, em geral, têm concessões em áreas de floresta permanente.

As grandes empresas de dendê apropriaram-se de terras comunitárias sem ter nem consultado nem compensado, de forma adequada, os muitos milhões de pessoas que habitam as florestas e delas dependem para o seu sustento. A questão dos direitos sobre a terra sempre esteve no cerne do conflito: "o desenvolvimento de plantações de dendezeiro continua sendo uma causa importante de conflito, no que diz respeito à terra e seus recursos. Um dos impactos sociais provocados pela expansão é a apropriação de grandes áreas de terras usadas pelas comunidades indígenas e camponesas, as quais, na maior parte dos países tropicais, não possuem a propriedade das terras que ocupam de maneira tradicional. Nos setores em expansão, onde as apostas econômicas são altas, como no setor do dendê, as empresas plantadoras podem receber terras em concessão, ou títulos de propriedade sobre essas terras, e receber apoio do governo para reprimir a oposição que possa surgir por parte das comunidades locais", afirma o relatório do WWF.

Para completar o quadro, as plantações de dendê em grande escala têm sido as maiores responsáveis pelos incêndios florestais que vêm arrasando a Indonésia desde 1997. De acordo com o relatório, "em setembro de 2002, a informação satelital revelou que mais de 75% dos pontos críticos registrados em Kalimantan ocidental e central, no mês de agosto, deram-se em plantações de dendê, plantações de

árvores e florestas em concessão. Isso significa que o mesmo processo que se tornou evidente em anos anteriores se repetiu em 2002: as empresas madeireiras e as fazendas despejam e limpam as terras em concessão, incendiando as florestas naturais, depois de ter tirado a valiosa madeira e de ter deixado os resíduos do corte, que pegam fogo com facilidade".

Um projeto bilateral entre a Indonésia e a União Européia (o Projeto para a Prevenção e Controle dos Incêndios Florestais) concluiu que "a solução permanente mais importante para a questão dos incêndios na Indonésia reside em melhorar, em grande medida, o planejamento do uso da terra no nível local e em fortalecer o manejo local"; este último ponto inclui a prevenção de incêndios. O projeto sustenta que "os pontos de vista locais sobre o manejo dos recursos naturais variam de lugar para lugar, mas, em geral, coincidem com o 'uso racional'".

A conclusão acima não é nova; faz muitos anos que as organizações indonésias insistem na necessidade de garantir o controle das florestas pelas comunidades, como forma de garantir tanto a conservação das florestas quanto o sustento dos moradores locais. O elemento novo é o reconhecimento oficial de que "os pontos de vista locais sobre o manejo dos recursos naturais variam de lugar para lugar, mas, em geral, coincidem com o 'uso racional'". Pelo menos é um pequeno avanço no caminho certo. No entanto, ainda restam várias perguntas a serem feitas: o governo tem disposição para mudar sua linha de ação, fortalecendo o manejo local dos recursos à custa das corporações nacionais e transnacionais que operam no setor do dendê?; o FMI e o Banco Mundial apoiarão essa abordagem que, de fato, implicaria deter a expansão do dendê (e das exportações de aceite de dendê)?; finalmente, prevalecerão os interesses das florestas e dos povos sobre os lucros empresariais e as políticas macroeconômicas voltadas para a exportação? (Boletim do WRM Nº 66, janeiro 2003).

Indonésia: Relatório sobre violação dos direitos humanos praticada pela indústria do papel

A Polícia e os seguranças das empresas indonésias são responsáveis por repetidas violações dos direitos humanos contra as comunidades indígenas envolvidas na indústria de celulose e papel na Sumatra, afirmou a Human Rights Watch, num novo relatório publicado no dia 7 de janeiro de 2003. As violações incluem apropriação de terras sem compensação e ataques brutais contra manifestantes locais.

"Sem solução: violação dos direitos humanos e a indústria de celulose e papel da Indonésia" é o título de um relatório de 90 páginas (em inglês) que documenta, de forma extensa, a relação subjacente entre o desprezo pelos direitos humanos e as práticas nocivas em matéria de manejo florestal.

Do final da década de 1980 para cá, a indústria de celulose e papel da Indonésia cresceu rapidamente, até se tornar um dos dez produtores mais importantes do mundo. Porém, essa indústria acumula dívidas de mais de US\$ 20 bilhões, e a demanda gerada pela expansão consome grandes áreas de florestas tropicais nas terras baixas da Sumatra. Esses territórios são reivindicados pelas comunidades indígenas, que deles dependem para o plantio do arroz e a extração da borracha. A perda de acesso à floresta e o fato das empresas contratarem trabalhadores de fora da província são fatais para o sustento local e geram violentos conflitos.

A Asia Pulp & Paper (APP) é a maior produtora de papel da Indonésia e dona de uma das maiores plantas de produção de celulose do mundo, a planta Indah Kiat, em Riau, na Sumatra. A principal fornecedora de fibra da planta, a Arara Abadi, instalou a sua plantação para polpa de papel nos anos 1980-90, durante a presidência de Suharto. A Arara Abadi, apoiada pelas forças de segurança do Estado, vem se apossando, de maneira rotineira, de terras pertencentes às comunidades indígenas, para instalar suas plantações, sem satisfazer os processos exigidos e com nula ou escassa compensação.

Desde a queda de Suharto, em maio de 1998, os moradores locais vêm tentando exercer pressão para

conseguir que sejam atendidas as suas reclamações, mas deparam-se com a falta de vontade para fazer cumprir a legislação. Sem soluções para combater a injustiça, as comunidades voltaram-se, de forma crescente, para a criação de organizações de vigilância próprias. A Arara Abadi respondeu com violência e prendendo pessoas.

Em seu novo relatório, a Human Rights Watch detalha três casos acontecidos no ano 2001, em que moradores locais de Mandiangin, Betung e Angkasa/Belam Merah, frustrados pelas disputas não resolvidas com a Arara Abadi, criaram bloqueios ou começaram a derrubar árvores da plantação. Centenas de seguranças da empresa, armados com cassetetes, atacaram os moradores, ferindo gravemente nove deles e prendendo sessenta e três. A Polícia da Indonésia, que treinou as milícias civis e que também esteve presente durante os ataques, foi cúmplice nos três casos. No ano passado, voltaram a ser veiculados, em Riau, casos de violência contra moradores que se recusam a entregar suas terras aos fornecedores da APP.

Das centenas de agressores envolvidos, a Human Rights Watch apenas tem conhecimento de que duas pessoas foram julgadas, sendo que ambas, condenadas por agressão e lesões, foram postas em liberdade após trinta dias de prisão. A Human Rights Watch não apoia as ações ilegais realizadas pelos manifestantes locais e reconhece a necessidade da empresa de proteger seu pessoal e sua propriedade. Contudo, não há nada que possa justificar o uso da força em excesso pelas milícias criadas pela empresa, e a impunidade dos responsáveis pelas surras só faz alimentar, de forma direta, o ciclo de 'justiça pelas próprias mãos' por parte da população local. É provável que continuem acontecendo abusos, caso seja mantida a atual situação de impunidade, pressão financeira e falta de padrões internos das empresas no que diz respeito à segurança, sustenta a Human Rights Watch.

A maior parte da verba destinada para a Polícia e o Exército (70%) não vem do orçamento estatal, mas de contribuições das empresas, muitas delas do setor florestal. Esses vínculos comerciais geram um conflito de interesse econômico que atrapalha a aplicação da legislação. Além disso, o pessoal da segurança da Arara Abadi não tem limites para o uso da força e não é responsabilizado pelas violações dos direitos humanos dos moradores locais. (Boletim do WRM Nº 66, janeiro 2003).

Indonésia: Reabertura de fábrica de celulose da Indorayon enfrenta forte oposição local

A reabertura da fábrica de papel e raíom PT Inti Indorayon Utama, em Porsea, Sumatra do Norte, desatou novamente forte oposição local. A planta, localizada no centro de um distrito densamente povoado, perto do lago Toba –uma das maiores reservas de água doce do Sudeste Asiático–, libera poluentes no meio ambiente, geralmente sem filtrar, contamina a água e o ar da região e destrói as bases de sustento da população Batak local. Nos anos 1990, evidência científica revelou que essa planta era responsável pelos diversos danos causados à saúde da população local: afeções da pele, doenças respiratórias e problemas no sistema nervoso são o resultado da produção de celulose e raíom. Por outro lado, a derrubada –essencial para a produção– teve efeitos devastadores na agricultura local: deslizamentos de terra, flutuações incontroláveis no abastecimento de água, danos a plantas e peixes. A população local tem uma longa história de oposição à fábrica e às plantações que a alimentam.

As ONGs e as igrejas indonésias que se juntaram ao protesto contra a reabertura da fábrica têm o apoio da Missão Evangélica Unida (UEM, em inglês). Em uma carta endereçada à Presidenta da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, a UEM, junto com a Misereor, o Trabalho Diaconal da Igreja Evangélica Alemã, a Watch Indonesia! e o INFID, solicitou ao governo a não reabertura da planta, para evitar os riscos a que ficarão sujeitos a população e o meio ambiente.

Embora ambientalistas e o então ministro do Meio Ambiente tenham, desde o começo, chamado a atenção para as conseqüências previsíveis do projeto, ele foi implementado com o apoio de Suharto, antigo mandatário do país. Depois da queda de Suharto, e como resultado dos protestos em massa da

população, a produção foi suspensa temporariamente, mas, desde então, a empresa vem lutando incansavelmente por reiniciá-la, ao que parece com sucesso. Ainda que, no início do ano 2000, o ministro do Meio Ambiente da Indonésia tenha aconselhado o fechamento definitivo da planta, em novembro de 2002, o governo deu autorização à gerência da empresa para retomar as operações. Desde então, vêm acontecendo violentos confrontos entre a população local e a Polícia, com um saldo de dezoito manifestantes detidos, entre eles dois pastores da Igreja Cristã Protestante de Batak (HKBP, em inglês), uma das igrejas-membro da UEM.

A ONG local KSPPM e o ramo da Sumatra do Norte do grupo ambientalista WALHI também apoiam os manifestantes. Grupos locais criaram um centro de crise e uma cozinha, no bairro vizinho de Tarutung, para ajudar as vítimas do conflito. Um homem de Porsea, que participou num confronto em Jakarta, declarou: "O governo não está interessado no meio ambiente, não está interessado no estrago provocado pela Indorayon, como também não no que deseja a população local. O governo está do lado da empresa, mas noventa por cento da comunidade não quer a Indorayon aqui". (Boletim do WRM N° 67, fevereiro 2003).

Japão: Indústria papelreira envolvida em engenharia genética de eucaliptos

Apesar dos impactos potencialmente devastadores que pode implicar, os fabricantes de japoneses de papel estão realizando pesquisas de engenharia genéticas destinadas à "criação" de árvores que produzam mais celulose.

O eucalipto é a árvore mais utilizada pela indústria papelreira como matéria-prima para a produção de celulose. A madeira desta árvore é composta por quantias mais ou menos iguais de celulose e lignina, pelo que é necessário extrair esta última para obter a celulose. Em sua busca de maiores lucros, as companhias papelreiras estão trabalhando para modificar geneticamente árvores de eucalipto para que sua madeira contenha menos lignina e mais celulose.

Várias estratégias estão sendo desenvolvidas com esse fim. A pesquisa da Nippon paper Industries aponta a bloquear os genes que ajustam as diferentes etapas da síntese de lignina, e seu resultado é um eucalipto transgênico que contém menos lignina e mais celulose, do que se obtém então 5% mais de pasta. A Mitsubishi Paper Mills tem criado um eucalipto recombinante que contém entre 14 e 16% menos de lignina, que se prevê que produzirá 10% mais de pasta, enquanto a empresa Oji Paper se centra em facilitar a extração da lignina durante o processo de obtenção da pasta para reduzir os custos de fabricação e reduzir também a quantia de agentes branqueadores necessários para a produção de celulose.

É importante salientar que a Oji Paper (o maior produtor de papel do Japão) possui um total de 200.000 hectares de plantações de crescimento rápido no estrangeiro, distribuídas entre Papua-Nova Guiné, a Nova Zelândia, a Austrália e o Vietnã e planeja aumentar 20 vezes sua produção de papel no estrangeiro (para um milhão de toneladas), contando com a expansão a outros países da Ásia através de fusões e aquisições, com um investimento de USD 124 milhões. China é um dos objetivos principais, como a Tailândia, o Vietnã e a Indonésia.

Para finais do ano 2000 a indústria papelreira do Japão tinha aproximadamente 140.000 hectares de plantações no próprio Japão e aproximadamente 280.000 hectares no estrangeiro. Espera-se que no final de 2010 a área no estrangeiro atinja as 430.000 hectares, grande parte das que poderiam eventualmente estar compostas por plantações de eucaliptos transgênicos. (Boletim do WRM N° 49, agosto de 2001).

Laos: A Suécia se beneficia com subsídios no setor florestal

Em 7 de novembro de 2000 se inaugurou oficialmente uma fábrica de madeira laminada em Nabong Farm, a 30 quilômetros de Vientiane, a capital da República do Laos. Suas instalações estão avaliadas em USD 2,9 milhões. Inicialmente a fábrica venderá paletes para a IKEA, a gigantesca empresa de venda a varejo sueca, e no futuro produzirá móveis da marca Vicwood. O financiamento foi obtido com diferentes empréstimos –USD 550.000 da IKEA, USD 800.000 da Corporação Financeira Internacional (CFI), ramo do setor privado do Banco Mundial e USD 300.000 da Wsedfund, equivalente sueca da CFI. A matéria-prima provirá de 1.200 hectares de plantações de eucalipto em Burapha e das projetadas 10.000 hectares de plantações do Projeto de Plantações Industriais do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB).

A publicidade de Burapha anuncia que a fábrica oferecerá "bonitas madeiras duras" para "exigentes mercados do mundo, sem destruir as matas tropicais". No entanto, enquanto a IKEA tem achado uma nova fonte barata de matéria-prima, com ou sem a fábrica de Burapha, a corta da floresta no Laos continua.

O Grupo Burapha está conformado para aproveitar ao máximo os subsídios disponíveis para o desenvolvimento de plantações florestais no Laos. A empresa é subsidiária da companhia sueca Silvi Nova AB, e no Laos abrange três firmas: a BAFCO (Burapha Agroforestry Co. Ltd.), a NAFCO (Nabong Farm Co. Ltd.) e a BDC (Burapha Development Consultants Co. Ltd.). As duas primeiras são *joint-ventures* de caráter comercial: a BAFCO produz e exporta produtos de madeira de suas plantações enquanto a NAFCO é uma empresa no ramo granja que fornece a Vientiane de leite, frango e ovos. A BDC tem um papel totalmente diferente, ao ser a maior empresa consultora do país, que trabalha na área de análise financeira, engenharia, meio ambiente, agricultura, pecuária e desenvolvimento rural.

No início da década de 1990, a Burapha Development Consultants (junto à Jaakko Poyry da Finlândia) obteve um contrato para serviços de consultoria para o Projeto de Plantações Industriais do ADB, avaliado em USD 16 milhões. Atualmente, a fábrica do Grupo Burapha em Nabong compra madeira das plantações de eucalipto estabelecidas por esse Projeto.

Em 1995 a Jaakko Poyry e a Burapha produziram um relatório para o ADB fazendo comentários sobre a Diretriz 186 sobre plantações do governo no Laos. Entre as recomendações da consultoria estava a da redução das taxas de exportação. Em outras palavras, os consultores recomendaram aumentar os lucros de sua própria companhia às expensas da terra e os meios de vida dos povoadores locais.

Quando o governo do Laos requer a assessoria de consultores florestais através de um projeto financiado pelo ADB, deve acreditar que está obtendo o melhor conselho que o dinheiro possa comprar. No entanto, no caso da Burapha há um claro conflito de interesses. A companhia recomenda outorgar mais subsídios através do ADB para produzir madeira barata que a Burapha compra e exporta. Não chama a atenção então o que um representante da Burapha em Vientiane disse do projeto do ADB: "Para a Burapha, o projeto foi um sucesso, mas não tenho certeza do sucesso global do projeto". (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 40, novembro de 2000).

Laos: Banco de Desenvolvimento Asiático subsidia desflorestamento

Funcionários do governo da República do Laos, agências de ajuda internacional e consultores florestais concordam de forma quase unânime que no Laos deve encarar-se um reflorestamento em grande escala com o fim de abordar os problemas associados com o desflorestamento. No entanto, o Projeto "Plantações Florestais Industriais", promovido pelo Banco de Desenvolvimento Asiático e avaliado em USD 11.200.000, supõe uma ulterior destruição das matas para ser substituídas por monoculturas florestais. As beneficiárias são empresas privadas, como a BGA Lao Plantation Forestry Ltd., que atualmente está plantando 50.000 hectares de eucalipto nas Províncias de Khammouane e

Bholikhamsay. A madeira a ser colhida será exportada como *chips* (lascas) para o Japão através do porto de águas profundas de Cua Lo, perto de Vinh no Vietnã.

A BGA tem recebido subsídios diretos e indiretos dos governos do Laos e do Japão, bem como do Banco de Desenvolvimento Asiático. Sem estes subsídios o projeto provavelmente não teria resultado viável do ponto de vista comercial e na prática tais subsídios estão acelerando o desflorestamento.

O governo laosiano entregou gratuitamente a terra para o projeto de plantação avaliado em USD 30 milhões e programado para 50 anos a câmbio de participar com 5% das ações. Depois o governo comprou outro 10% das mesmas. Conforme a Lei Florestal em vigor no país, as plantações estão isentas do pagamento de impostos à terra, ao tempo que a BGA paga apenas 5% como imposto de renda em todas suas operações.

O governo permitiu que a BGA levasse a cabo o programa de alocação de terras nas áreas onde a companhia planifica estabelecer as plantações. Um representante da empresa explicou que a "BGA realiza a alocação e até agora têm sido mapeadas dez aldeias". Ao ser perguntado se os camponeses tinham-se manifestado renuentes ao estabelecimento de plantações em suas terras, respondeu: "Não, fizemos a apresentação e ninguém disse que não".

As três companhias que originalmente conformaram a BGA foram: a General Finance (empresa financeira tailandesa); a GF-Brierley, uma *joint-venture* da General Finance e a Brierley Investments Limited (fundada na Nova Zelândia mas atualmente registrada nas ilhas Bermudas, com sede em Singapur) e a Ásia Tech (companhia florestal tailandesa). A GF-Brierley também possui 22% das ações da Ásia Tech.

Com a crise financeira que afetou a Tailândia nos meados de 1997 a Ásia Tech se retirou do projeto. A General Finance foi uma das 56 empresas que o governo tailandês fechou em 1997 por problemas relacionados com os empréstimos que outorgava. Em agosto de 1998 o Banco Central da Tailândia iniciou uma ação penal contra seis executivos dessa companhia, acusando-os de outorgar empréstimos por um total de USD 8 milhões sem a adequada avaliação de garantias. Portanto, a Brierley e o governo do Laos acabaram sendo os únicos sócios na BGA.

O presidente da General Finance, Narongchai Akrasanee, aparentemente teve um papel fundamental no investimento da BGA. Além de ser diretor de outras empresas na Tailândia e no nível regional, tinha sido conselheiro de vários ministros nesse país e em 1997 ele mesmo foi Ministro do Comércio.

Em março de 1997, Narongchai fez parte da delegação que realizou uma visita oficial de três dias ao Vietnã, junto ao Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Prachuab Chiyasarn. Conforme informação publicada no Bangkok Post, a delegação "manifestou grande interesse nas Rodovias números 8 e 9". A Rodovia 8 conecta a província tailandesa de Nakhon Phanom com Lhammouane no Laos, e com o porto de Vinh, no Vietnã, e sua reabilitação é fundamental para a exportação das lascas produzidas pelo empreendimento da BGA. A reconstrução da Rodovia 8 foi financiada pelo governo japonês.

Durante sua viagem ao Vietnã, Narongchai também se ocupou do problema dos atrasos nas exportações provocados pelos trâmites burocráticos que deviam ser enfrentados nas fronteiras com o Laos e com o Vietnã. Então o Banco de Desenvolvimento Asiático apoiou estudos e organizou uma série de workshops com o fim de achar uma solução ao problema das demoras nos trâmites alfandegários. Em novembro de 1999 os Ministros de Transporte da Tailândia de Laos e do Vietnã assinaram um acordo para eliminar as restrições ao transporte de bens entre os três países.

Quando a BGA tenha acabado a construção de sua fábrica de lascas, a mesma receberá energia elétrica da barragem próxima de Theun Hinboun. A mesma foi acabada em 1998 através de um empréstimo de USD 60 milhões outorgado pelo mesmo Banco. Desde essa época a obra tem provocado enormes problemas às populações que moram em suas vizinhanças, as que têm sofrido a perda de seus meios de vida pela destruição das pescarias do rio.

Em 1999 a BGA recebeu financiamento do Banco de Desenvolvimento Asiático para o Projeto "Plantações Florestais Industriais". Além disso 70% das despesas da BGA no ano 2000 foram financiadas com empréstimos brandos desse projeto.

Até agora a BGA tem plantado apenas 650 hectares, mas os camponeses locais já estão vendo suas terras e matas transformadas em monoculturas de eucalipto. Em Ban Lao Kha a empresa cortou superfícies de floresta densa para dar lugar às plantações. Camponeses de Ban lao Luang informam que agora estão obrigados a caminhar grandes distâncias para coletar fungos e outros produtos da mata, ao mesmo tempo que os animais que eles caçavam, como pássaros e ratos, tem migrado para zonas da mata mais afastadas, longe das plantações. Além disso, para segurar que a monocultura permaneça como tal, a empresa faz aspersões com o herbicida glifosato entre as filheiras três vezes ao ano. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 43, fevereiro de 2001).

Laos: Liberdade de informação, plantações industriais e o Banco de Desenvolvimento Asiático

Até agora têm sido poucas as plantações florestais industriais em grande escala no Laos que têm tido um resultado satisfatório. No entanto, as companhias e órgãos de assistência têm interesse em promovê-las e para isso recorrem à introdução de mudanças na política florestal e a subsídios. O Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) rege o tema das plantações no Laos, especialmente através de seu "Projeto de Plantações Industriais Florestais".

Em 1999 o ADB financiou um estudo realizado por Fortech, uma firma consultora florestal australiana. O estudo tem como título "Limitações atuais que afetam os investimentos estatais e privados em plantações florestais industriais na República Democrática Popular do Laos".

O Sumário Executivo do relatório alega que o desenvolvimento das plantações no Laos "oferece oportunidades para gerar o crescimento e desenvolvimento econômicos" e argumenta que para fins de janeiro de 1999 devia aprovar-se "pelo menos um projeto de plantação em grande escala". Em caso contrário, segundo os consultores, a possibilidade seria que "os investidores internacionais decidirão não atuar na República Democrática Popular do Laos".

O relatório recomenda ao governo do Laos aplicar uma série de medidas para apoiar a indústria florestal no Laos. Entre elas menciona: reformular as Regulamentações sobre Plantações no marco da Lei Florestal; nomear um "coordenador de investimentos em plantações"; elaborar diretrizes para propostas de avaliação de plantações e um guia dos procedimentos a seguir pelos investidores; colher e publicar informação comercial sobre os mercados nacionais e internacionais de produtos florestais; e construir novas rodovias em "regiões chave para o desenvolvimento de plantações".

Se forem aplicadas, as recomendações da Fortech implicariam mudanças importantes no Laos – mudanças nas disposições legais florestais e mudanças nos diferentes entornos naturais utilizados pelas populações locais. As terras comunais, os prédios sob cultivo, as terras comunitárias para pastoreio e as matas comunais seriam convertidas em plantações de monoculturas. No entanto, o relatório Fortech não está disponível para o público. Quando escrevi ao ADB solicitando o relatório, recebi a seguinte resposta de Snimer Sahni, funcionária de projetos dessa instituição:

"O documento que Va. Sa. requereu é um documento oficial; apesar disso, encaminhamos uma cópia do sumário executivo. Como Va. Sa. continuou manifestando seu interesse em receber o documento completo, consideramos que devíamos consultar ao governo do Laos para saber se tínhamos sua aprovação para entregar-lhe o documento. Até agora não temos recebido resposta".

Em resposta a ulteriores perguntas sobre por que o Banco se recusa a dar a conhecer o relatório, a senhora Sahni respondeu: "Não fica claro para mim o motivo de seu interesse tão específico no relatório de Fortech, que foi realizado há aproximadamente três anos". Recomendou que me comunicasse com as "outras partes envolvidas" e com o Ministério da Agricultura e Matas do Laos para obter um "panorama mais completo".

A política do ADB em matéria de Sigilo e Divulgação da Informação começou a aplicar-se em janeiro de 1995. Segundo o site da web do Banco, essa política foi "impulsada porque o Banco se deu conta que devia oferecer o maior grau possível de transparência e responsabilidade pública". O Banco alega que a política "põe ênfase numa presunção em favor da divulgação nos casos em que a divulgação não prejudique materialmente os interesses do Banco, seus membros, prestatários e clientes do setor privado".

Os objetivos do Banco quanto a essa política incluem: promover o debate; assegurar a participação local na toma de decisões; ampliar a compreensão do papel que tem o Banco; facilitar a coordenação "com outros interessados com o objetivo comum de desenvolvimento da região"; e aumentar a responsabilidade pública do Banco.

Logicamente que houve outros projetos desde 1999 no âmbito das plantações florestais industriais no Laos. Apesar disso, à medida que não faz público este relatório, o ADB impede uma discussão aberta e informada no Laos sobre esse tipo de plantações.

É obvio que no que diz respeito às plantações em escala industrial, o ADB não está interessado em atingir nenhum de seus objetivos enunciados com relação à participação local na toma de decisões ou promover o debate. O ADB parece ter chegado à conclusão de que as plantações em grande escala devem ser promovidas no Laos e simplesmente não lhe preocupa discutir sobre os impactos dessa decisão. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 52, novembro de 2001).

Laos: Segredos, mentiras e plantações de árvores

Até o fim do ano, a diretoria do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, em inglês) decidirá se financia um projeto intitulado "Plantio de árvores para melhorar a subsistência" no Laos, o qual está sendo elaborado por um consórcio de consultores. Não obstante, os preparativos estão acontecendo sem debate público e aberto. Segundo Akmal Siddiq, economista chefe de projetos do ADB, "os rascunhos redigidos até agora não estão prontos para distribuição ao público e somente estarão disponíveis depois da aprovação da diretoria".

Caso a diretoria decida a favor, esse será o segundo projeto de plantações financiado pelo ADB no Laos. O Projeto de Plantações Industriais de Árvores do ADB –de 11,2 milhões de dólares– foi iniciado em julho de 1994, tendo por fim o estabelecimento de mais de 9 mil hectares de plantações de árvores de rápido crescimento. De acordo com a descrição feita pelo próprio ADB, o novo projeto "apoiar-se-á nos sucessos e nas lições deixadas pelo Projeto de Plantações Industriais de Árvores ainda em curso".

No ano passado, Bartlet W. Édes, funcionário de assuntos externos do ADB, escreveu um artigo para a publicação interna do banco, ADB Review, sobre a ligação do Banco com as plantações do Laos. No artigo intitulado "Volta às árvores", Édes diz que o projeto do ADB "protege a floresta natural, envolve

os moradores locais na tomada de decisões e impulsiona um novo e promissor setor na economia do Laos".

De fato, o projeto não faz nada disso. As plantações financiadas pelo ADB estão substituindo florestas por monoculturas. Os moradores locais não têm ingerência significativa em decisões que resultam na perda de suas terras e florestas para plantações de eucalipto. Economicamente, as plantações apenas são viáveis graças aos subsídios concedidos pelo ADB e o governo do Laos. Conforme reza a Lei Florestal do Laos, as plantações estão isentas de pagamento de imposto sobre a terra, sendo que a empresa BGA Lao Plantation Forestry –beneficiária dos empréstimos brandos do ADB– apenas paga cinco por cento de imposto de renda. Além disso, o governo deu em arrendamento à BGA, de graça e por um período de cinquenta anos, terras para plantações, em troca de participação no projeto.

No artigo mencionado, Édés declara: "porquanto as plantações são instaladas em terras degradadas, e não em áreas de floresta natural, o desenvolvimento delas, na República Democrática Popular do Laos, dificilmente tenha as conseqüências ambientais adversas, associadas ao estabelecimento de plantações, registradas, sim, em outros países asiáticos".

Os documentos do projeto do ADB contradizem a afirmação de Édés. Segundo um relatório de 1995, da consultora Jaakko Poyry, as plantações serão instaladas em "áreas florestais sem ou com escassas árvores" (em inglês: unstocked forest land). Os consultores do ADB as definem como "áreas previamente cobertas por floresta, em que a densidade de copa reduziu-se a menos de 20%", e como "áreas de agricultura migratória abandonadas" (em barbecho). Essa definição permite que as empresas definam as florestas das comunidades locais, suas terras em barbecho, seus pastos e terras de uso comunitário como "áreas florestais sem ou com escassas árvores".

Bartlet W. Édés afirma que, no projeto do ADB, foi estabelecido "um marco de políticas para o desenvolvimento de plantações florestais industriais sustentáveis". Porém, nem o marco nem os estudos sobre políticas para o ADB estão disponíveis para o público.

Em 1999, o ADB financiou um estudo denominado "Atuais restrições que afetam o investimento privado e do Estado em plantações florestais industriais, na República Democrática Popular do Laos". Snimer Sahni, executivo de projetos do ADB, disse que o documento não está disponível para o público. A partir desse momento, começou a ser redigida, pelos consultores do ADB, uma "Estratégia Nacional para Plantações Florestais Sustentáveis". Akmal Siddiq, do ADB, recusou-se a responder os pedidos de acesso a esse documento.

Conforme diz Bartlet W. Édés, "as companhias florestais negociam com os moradores locais o uso das terras florestais. As terras comunitárias, as terras em barbecho, as terras de pastoreio e as florestas comunitárias contam com a proteção dos próprios moradores, os quais devem apresentar por escrito o seu consentimento para qualquer uso comercial que se faça delas".

Mais uma vez, a afirmação de Édés é ilusória. Os moradores locais não têm poder nem informação suficiente sobre os impactos das plantações de eucalipto, como para poder negociar com as empresas florestais. Por exemplo, em seus documentos, a BGA classifica até 48 mil hectares da terra arrendada à companhia como cultivos rotativos, pastos ou floresta degradada. Em outras palavras, essa é a terra que hoje está sendo usada pelos moradores locais.

Quando os moradores locais ficam sabendo dos problemas decorrentes do plantio de árvores de rápido crescimento, eles relutam em entregar suas terras às empresas. No início do ano 2001, o líder do subdistrito de Xiang, no distrito de Xaibouli, fez a seguinte declaração a pesquisadores independentes: "as plantações de eucalipto estão causando a degradação da floresta, do solo e da água. Eu não quero mais ninguém plantando eucalipto no meu subdistrito".

A peça mais flagrante da desinformação de Bartlet W. Édes é a sua afirmação de que "não são usados herbicidas; ao invés disso, usa-se um produto biodegradável chamado glifosato, para combater a mata brava".

O glifosato é, com certeza, um herbicida. Ele é o componente ativo de uma variedade de produtos fabricados pela Monsanto. Em 1974, essa empresa começou a vender o Roundup, o primeiro herbicida com base em glifosato. A partir desse momento, as vendas anuais de herbicidas com glifosato pularam para até 1,2 bilhão de dólares. Segundo a empresa, "os herbicidas com base em glifosato produzidos pela Monsanto estão entre os mais largamente usados no mundo".

A Monsanto define os produtos com glifosato como "herbicidas não seletivos de largo espectro". Para dizer de forma mais simples, o herbicida com base em glifosato mata qualquer coisa verde com a qual entra em contato.

Esses herbicidas são espargidos três vezes por ano entre as fileiras de árvores de eucalipto das plantações financiadas pelo ADB. O herbicida garante que não crescerá nada, exceto árvores, nas plantações. Conforme a floresta vai virando monocultura, o conhecimento dos moradores acerca do uso de uma infinidade de plantas que crescem na mata vai sendo destruído.

Talvez, não surpreenda ninguém o fato do ADB relutar em promover um debate aberto sobre os impactos das plantações que ele financia. O Banco organizou duas oficinas em que participaram o World Wildlife Fund (WWF), a World Conservation Society e o World Conservation Union (IUCN). Para Akmal Siddiq, do ADB, isso prova que o projeto está sendo elaborado com "a consulta e a ativa cooperação de todos os atores envolvidos".

Siddiq eximiu-se de responder a perguntas sobre a anterior participação do Banco na promoção de plantações de monoculturas florestais no Laos, e recusou-se a fornecer qualquer documento do projeto. Ao invés disso, afirmou que "o estudo de viabilidade do projeto será concluído em maio" e que "a aprovação da diretoria do ADB é esperada para outubro". (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 68, março 2003).

Malásia: Campanha contra projeto de plantações e fábrica de celulose em Sabah

Um projeto de plantações florestais que ocuparia quase 3% do território de Sabah, ao norte de Borneo, e significaria a desapareição de 6% de suas matas primárias –já cada vez mais escassas– está sendo promovido em Kalabakan por uma *joint-venture* conformada pela Innoprise Corporation Sdn Bhd, a Lions Group de Malásia e a China Fuxing Pulp and Paper Industries da China. O megaprojeto de plantações e fábrica de pasta, cujo custo tem sido avaliado em USD 1.100 milhões determinará a substituição de 240.000 hectares de mata pela monocultura de uma espécie de acácia (*Acacia mangium*) de rápido crescimento, originária da Austrália.

O projeto tem gerado críticas devido aos consabidos impactos que provocará e por não ter nem sequer preenchido os débeis requerimentos ambientais de Sabah. Segundo a legislação para a conservação do ambiente lá vigente, a corta de uma mata de 500 hectares ou mais, da mesma maneira que todo empreendimento de plantação de árvores de 500 hectares ou mais, requer de uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). No entanto, já se cortaram 12.000 hectares na área do projeto proposto, sem que se tenha levado a cabo nem apenas uma AIA. A Innoprise Corporation alega que não se requer de AIA, já que a operação madeireira foi aprovada antes de que esse procedimento se fizesse obrigatório por lei, e anunciou a próxima corta de mais 33.000 hectares. A empresa ignora olímpicamente a Lei de Qualidade Ambiental do Governo Federal do ano 1974 e a Ordem de Qualidade Ambiental do ano 1987, que obrigam a realizar uma AIA prévia nestes casos. A Sahabat

Alam Malasia (SAM) –Amigos da Terra-Malásia– tem denunciado que ao permitir que a corta continue sem a AIA obrigatória, o governo de Sabah está ignorando completamente os impactos ambientais das atividades madeireiras e manipulando a lei em favor dos interesses das grandes empresas e em detrimento da conservação da mata.

Receia-se razoavelmente que esta enorme plantação provoque impactos devastadores sobre o ambiente. A plantação cortará a maior porção contínua de floresta remanescente na região que se estende entre o Vale de Danum e a bacia do Maliau, os dois classificados como Áreas de Proteção Classe 1. A zona possui um alto grau de biodiversidade, incluindo 120 espécies de mamíferos, 280 de aves e mais de 2.500 de diferentes árvores. Este ecossistema rico em biodiversidade corre o risco de ser substituído por um agrossistema uniforme e pobre em biodiversidade. Já se informou que têm sido avistados animais mais freqüentemente, provavelmente porque estão fugindo da zona já cortada. Considerando que a maior parte da área do projeto apresenta um importante declive, a corta da plantação exporá o solo diretamente à erosão provocada pela chuva. Desse jeito, os sedimentos poderiam atingir a vegetação de mangue da Baía Cowie, destruindo os recursos marinhos. As conseqüências já são evidentes: quando se levam cortadas apenas 12.000 hectares, já houve enchentes no Vale de Danum. O microclima também será afetado uma vez que a floresta seja substituída por uma plantação, tornando-se mais seco e cálido. Além disso, isso poderia criar condições negativas para a própria plantação, tornando-a mais vulnerável ao risco de incêndios.

Os efeitos da fabricação e o branqueamento de celulosa são também ameaçadores. O uso do cloro para o branqueamento têm feito com que esta indústria seja a terceira maior fonte de dioxina e derivados no mundo. Este problema se agrava pelo fato que a Malásia carece de uma política de prevenção do dano causado por dioxinas. Essa indústria emite também –entre outros gases poluentes– dióxido de carbono, óxidos sulfurosos e clorofórmio. Ainda mais, nos eflúvios da indústria da celulose e o papel foram identificados aproximadamente 300 produtos químicos, entre os que há poluentes orgânicos, clorofenólicos e compostos ácidos e organoclorados.

Com o fim de evitar uma ulterior destruição, a SAM tem feito um chamamento ao governo do Estado de Sabah e ao governo Federal para dispor a cessação de toda atividade de corta, iniciar ações legais contra os responsáveis da corta das 12.000 hectares sem AIA, levar a cabo uma AIA completa do projeto, procurar obter genuínos insumos pelo público com relação à revisão da AIA no conjunto, considerando a magnitude e escala dos impactos ambientais previstos. (Boletim do WRM Nº 40, novembro de 2000).

Malásia: A difícil situação das trabalhadoras nas plantações de dendê

As mulheres somam mais da metade da mão-de-obra nas plantações malaias (cerca de 30 mil operárias). Historicamente, elas têm sido contratadas como trabalhadoras temporárias, para fazer o trabalho menos qualificado e pior remunerado. A urbanização e a industrialização empurram homens e rapazes para o trabalho em novas áreas industriais, enquanto as mulheres ficam e continuam aceitando qualquer tipo de trabalho que permita aceder à moradia e aos serviços básicos fornecidos pela empresa dona da plantação; caso contrário, elas não teriam essa possibilidade. Assim, as mulheres vêm desempenhando uma dupla função: fornecer mão-de-obra barata e estabilidade social.

No início da década de sessenta, quando o consumo de borracha sintética, controlada pelos países industrializados, tinha pulado para mais de 60% no mundo todo, o preço da borracha caiu drasticamente. As plantações de caucho da Malásia não conseguiram permanecer na concorrência e, portanto, o setor foi forçado a se diversificar, introduzindo o dendê como cultura alternativa. Posteriormente, o país virou o número um na produção e exportação de dendê, num ímpeto que provocou (e continua provocando) a forte oposição dos povos indígenas, como os de Sarawak, que defendem suas terras e florestas tradicionais contra programas de monocultura devastadores, que

permitem que o país fique inserido na economia mundial, mas privando o povo de seus meios de subsistência.

A lavoura de dendê requer um "cuidado" mais intensivo para o combate às pragas, motivo pelo qual o uso de praguicidas virou requisito essencial. As mulheres foram contratadas para espargir praguicidas e fertilizantes; calcula-se que aproximadamente 30 mil mulheres realizam esse trabalho no país todo, a maior parte delas indígenas. A organização Tenaganita (Força das Mulheres) vem trabalhando com as operárias das plantações desde 1991. Informação compilada sobre o trabalho e a vida das trabalhadoras das plantações e estudos de caso sobre a exploração enquanto mulheres e trabalhadoras permitiram à organização dar notícia do calvário dessas mulheres "envenenadas e silenciadas", num relatório elaborado em parceria com a Rede Ação contra Pesticidas (Pesticide Action Network), da Ásia e o Pacífico (o relatório, na íntegra, está disponível em http://www.evb.ch/index.cfm?page_id=1300).

O estudo revela que o equipamento de aspersão vaza e que a manutenção é ruim, o atendimento médico e a infra-estrutura de primeiros socorros nas plantações são insuficientes e, nalguns casos, não existe equipamento de proteção. No caso das mulheres, em particular, a falta de controle médico e a total incompreensão da forma como são afetadas por esses produtos químicos fazem com que seja muito difícil avaliar o grau do impacto causado nelas, na saúde reprodutiva e na gravidez. Porém, os impactos são bem reais.

Sendo a pele o órgão que reveste o corpo inteiro, é através dela que dá-se 90% da exposição aos praguicidas; mas a pele das mulheres é fina e favorece um alto grau de absorção de produtos químicos pelo corpo. Bem poucas mulheres sabem que o local de absorção mais importante é a região genital. Depois da aspersão dos produtos, elas experimentam uma sensação de severa queimadura na região genital, mas sofrem em silêncio, pois têm vergonha de falar no assunto com o pessoal do hospital –o mais das vezes, homens– e, portanto, o problema não é detectado. Os sintomas comuns de cansaço, dor nas costas, forte dor de cabeça, náuseas, tontura, sensação de opressão e dor no peito e inflamação nos seios são sinais da exposição a praguicidas do tipo organofosforados e carbamatos.

Apontando os responsáveis, o relatório salienta que os donos e os administradores das plantações só tomam decisões –quanto às tarefas, o método de aspersão, o tipo de praguicida a ser usado, os serviços de saúde e as medidas a serem implementadas– quando surge uma reclamação. A indústria das plantações nem criou comissões de segurança nem cumpre as disposições da Lei de Segurança no Trabalho. Pior ainda, ela não fornece às trabalhadoras informação adequada sobre os venenos que manipulam e empregam no trabalho. Embora saiba dos riscos envolvidos, ela continua usando os praguicidas de maior toxicidade. Não obstante, a indústria vem desenvolvendo estratégias, para não ter de prestar contas a ninguém; o trabalho de aspersão, por exemplo, foi incluído na categoria "trabalho subcontratado". Assim, as trabalhadoras são supervisionadas diretamente pela empresa subcontratada. Muitas possuem vínculo empregatício temporário, de sorte que a indústria se livra de sua responsabilidade. A única preocupação é com o lucro, ficando excluída a vida de trabalhadoras que geram a riqueza da indústria.

Quanto à indústria de praguicidas, embora trabalhe em estreita ligação com a indústria das plantações mas sem contato direto com as trabalhadoras, ela deve garantir que os praguicidas que produz e distribui não vão envenenar nem as trabalhadoras nem a população em geral nem o meio ambiente. No entanto, ela não faz nada para resolver esses problemas –quando fez, foi lenta demais– e, com frequência, é muito mais enfática na hora de negar que possa ter havido um envenenamento.

A Divisão de Praguicidas e o Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho devem garantir a segurança e proteção das trabalhadoras contra a ação desses produtos tóxicos. Em geral, não é feito nenhum controle de venda, uso e impacto dos venenos nas plantações. A escassa implementação das disposições no setor tem levado ao envenenamento diário de trabalhadoras. Além disso, os médicos e o

pessoal de atendimento à saúde não foram devidamente formados para tratar casos de envenenamento por praguicidas. Nesse sentido, o governo também é responsável pela atual crise na saúde das trabalhadoras que fazem a aspersão nas plantações.

Embora integrado num 60% por mulheres, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Plantações (National Union of Plantation Workers - NUPW) não consegue dar conta da medonha situação das trabalhadores e sua diária exposição a venenos. A diretoria negociou salários levemente superiores para as trabalhadoras que fazem a aspersão, pois se trata de um trabalho "de alto risco". A falta de perspectiva de gênero é percebida na ausência de programas para a mulher e na falta de dirigentes mulheres no próprio Sindicato.

A contratação de trabalhadores imigrantes –o mais das vezes, empregados na modalidade de mão-de-obra contratada– é uma questão emergente. Com frequência, as operações são subcontratadas a empresas ou agentes que fornecem a mão-de-obra para realizar diversos trabalhos nas plantações, mas esses empregados não se tornam funcionários das mesmas. Eles não contam com a proteção da legislação trabalhista, são altamente móveis e correm o risco de serem apresados, levados à cadeia e deportados. Assim, esses trabalhadores, também, são altamente vulneráveis e sujeitos a graves problemas de saúde, porquanto não têm acesso nem a tratamento nem a atendimento médico.

Em suma, a redução ou prevenção da toxicidade ligada ao uso de praguicidas no país implicaria, entre outras ações, a proibição e/ou estrita restrição do uso de substâncias perigosas, como os praguicidas, a promoção de alternativas para combater quimicamente as pragas no país, e a integração da perspectiva de gênero na análise dos riscos dos praguicidas no trabalho.

Uma organização de mulheres vem se manifestando com força. Ela tem dado voz às "silenciadas", num esforço por compensar os efeitos nocivos de um modelo de produção errado, de plantio de monoculturas em grande escala, artificial, incerto e que reforça a exclusão da mulher, sem benefício para o povo em geral. (Boletim do WRM N° 69, abril 2003).

Tailândia: Oposição ao projeto chino-tailandês de plantação de eucalipto

Os camponeses tailandeses estão lutando para evitar que se implemente um projeto de plantação de 120.000 hectares de eucalipto, que traria consigo a desaparecimento de vastas superfícies de mata e a ameaça sobre os recursos agrícolas de centenas de comunidades rurais em oito províncias do este e do norte do país.

Em fevereiro de 2000 o Gabinete tailandês aprovou em primeira instância uma *joint-venture* por USD 1.000 milhões entre o governo chinês e a Advance Agro Company. O Real Departamento Florestal da Tailândia fornecerá 40.000 hectares de reservas florestais "degradadas" e a Autoridade para a Reforma Agrária mais 80.000 hectares para completar o projeto. A companhia pagará aos aldeões estabelecidos nas reservas florestais para que evacuem suas terras por um período de 30 anos. Aqueles que possuam títulos legais outorgados pela Autoridade da Reforma Agrária serão contratados pela empresa para plantar eucaliptos. O Real Departamento Florestal estabelecerá uma comissão de trabalho, que inclui representantes desse órgão e da empresa, que controlará as áreas compreendidas no projeto, fará um mapa de uso do solo e solicitará a aprovação final do Gabinete.

Funcionários florestais do Santuário de Vida Silvestre Kao Ang Ruenai na Província de Chachoengsao apontaram que o projeto determinará a desaparecimento de vastas superfícies de floresta, já que não restam terras disponíveis para o reassentamento dos camponeses desapossados pelo projeto. Muitos dos aldeões dizem que têm morado durante gerações nessas terras. A maior parte deles tem lutado infrutuosamente durante décadas pela obtenção de qualquer documento que mostre que são proprietários da terra.

Poucos camponeses estão dispostos a aceitar compensações por abandonar suas terras para dar lugar aos eucaliptos, já que não há terra disponível para adquirir e reassentar-se. Para a maioria destas comunidades não vale a pena vender suas terras, já que o projeto está previsto que dure apenas 30 anos.

Wiboon Khemchalerm, um conhecido agricultor orgânico da Província de Chachoengsao, aponta que muitos camponeses serão compelidos pela companhia a aceitar o dinheiro e alienar seus direitos sobre a terra. "No entanto, depois que o dinheiro tenha sumido e não haja mais terra para trabalhar, para onde irão essas pessoas?" pergunta-se Wibbon.

A Advance Agro Company, que foi estabelecida pelo grupo Soon Hua Seng (SHS) em 1993 é o primeiro e maior fabricante de pasta e papel na Tailândia. O SHS possui a maioria das ações da Advance Agro, enquanto o resto é propriedade da Stora Enso da Finlândia (19,9%) e a Oji (5%), que é a principal produtora japonesa de papel. A empresa atualmente opera duas fábricas de pasta e produz 450.000 toneladas de papel ao ano. A *joint-venture* inclui uma terceira fábrica que requererá 3.500.000 toneladas de eucalipto para produzir 700.000 toneladas de papel, cujo principal destino será a exportação para a China.

O grupo SHS já possui aproximadamente 32.000 hectares de plantações de eucalipto na Província de Chachoengsao, a que poderia ser considerada a maior superfície continua deste tipo de plantações em todo o país.

Este grupo tem acumulado a maior parte destas terras utilizando uma série de táticas agressivas durante os últimos anos. Sem títulos oficiais de propriedade e sem recursos para dispor de assistência legal, os aldeões foram compelidos a vender seus prédios e matas comunitárias à empresa, por preços entre USD 5 e USD 6 a hectare. À medida que as plantações de eucalipto vão rodeando seus prédios, os camponeses não têm praticamente outra saída: muitos deles são contratados para plantar eucaliptos, enquanto outros vendem suas terras e começam a trabalhar nas plantações e na fábrica de pasta.

Sombun Khamkaew, de Ban Khao Kluay Mai, na Província de Chachoengsao começou a plantar eucalipto num prédio de 4,8 hectares há seis anos. Desde então os poços e córregos de água perto de sua comunidade começaram a secar-se. Ele diz que o dinheiro que ganhou por vender a primeira colheita depois de quatro anos não compensou o investimento nem o esforço realizados. "Obtive apenas 40.000 baht (aproximadamente USD 1.052) depois de quatro anos de espera, sem contar o que tive que investir. E agora resulta caro demais eliminar as árvores pela raiz" afirma.

A senhora Lum Junchai, de 60 anos de idade e mãe de dez filhos, manteve uma ação que durou seis anos contra a companhia, à que exigia 4,5 hectares na aldeia Laemkowchan na Província de Chachoengsao. Quando a Sra. Lum negou-se a desprender-se de seu prédio o grupo SHS iniciou-lhe uma ação por invasão de propriedade privada e a polícia provincial a ameaçou muitas vezes de destruir sua casa. Com o assessoramento dos advogados da União para a Liberdade Civil (Union for Civil Liberty) –um grupo de defesa dos direitos humanos, com sede em Bangkok– finalmente a Sra. Lum conseguiu que o tribunal reconhecesse seu direito à terra.

"Agora planto mandioca. Depois da resolução do tribunal a companhia já não me hostiliza" diz ela. No entanto, agora tem problemas para plantar sua mandioca, já que as plantações de eucalipto que rodeiam seu prédio estão secando as fontes subterrâneas de água e endurecendo o solo". (Por: Noel Rajesh, Boletim do WRM N° 34, maio de 2000).

Tailândia: Planifica-se florestamento com eucalipto em grande escala

Durante a última década, a Tailândia tem presenciado repetidas protestações contra as plantações de eucalipto. Os camponeses têm participado de passeatas, arrancado árvores pela raiz, incendiado plantações, declarado suas terras "livres de eucaliptos" e melhorado o solo onde houve plantações de eucalipto através de práticas de florestamento comunitário. Apesar destas protestações e dos problemas associados com a plantação de eucaliptos, as duas principais firmas produtoras de celulose e papel da Tailândia – a Phoenix Pulp and Paper e a Advance Agro – atualmente planificam uma expansão em grande escala.

A Phoenix planifica duplicar sua capacidade de produção acrescentando uma fábrica de 270.000 toneladas de capacidade a suas operações em Khon Kaen, com um custo de USD 450 milhões. Por sua vez, a Advance Agro tem planos para a construção de uma nova fábrica de 750.000 toneladas de capacidade através de uma *joint-venture* com o governo da China. Estima-se que o custo desta nova fábrica e das plantações de eucalipto associadas a ela será de USD 1.000 milhões. 80% da produção da nova fábrica de Phoenix será destinado à exportação enquanto as novas instalações da Advance Agro produzirão exclusivamente para o mercado chinês.

A gerência da Phoenix está negociando com os governos da Suécia e da Finlândia a concessão de empréstimos com baixos juros para financiar essa expansão. Uma operação similar da Phoenix – a Phoenix II – realizada entre 1990 e 1994 foi financiada com empréstimos brandos outorgados por esses governos. Portanto as companhias finlandesas Jaakko Poyry, Sunds Defibrator, Ahlstrom, Suomen Puhallintehdas, Sahko Lahteenmaki, e Valmet Automation se beneficiaram com os correspondentes contratos para o fornecimento de assessoramento técnico, designs e maquinaria para Phoenix II.

Parte da justificação do governo finlandês para financiar a Phoenix II com um crédito pela quantia de USD 91 milhões foi que isso ajudaria a melhorar o desempenho da fábrica da Phoenix. Parte dessa "melhoria" incluía o erroneamente chamado "Projeto Verde", através do que desde 1994 a Phoenix descarga seus eflúvios em prédios dos camponeses. Supunha-se que esta água serviria para irrigar os eucaliptos, mas os camponeses que moram nos arredores têm denunciado a salinização de suas fontes de água subterrânea, a morte dos peixes em seus lagos e a perda dos cultivos de arroz nos prédios adjacentes aos do Projeto Verde. Centenas de povoadores locais se queixaram das práticas da Phoenix entre 1995 e 1996, o que derivou em compensações extrajudiciárias por aproximadamente USD 80.000. Além dos problemas com o "Projeto Verde", o Ministério da Indústria em várias ocasiões dispôs o fechamento da fábrica da Phoenix, devido à poluição que provocava no rio Phong.

Em agosto de 1998 o Ministro finlandês de Cooperação para o Desenvolvimento Pekka Haavisto se referiu aos empréstimos à Phoenix como "um erro cometido pela FINNIDA (Agência Finlandesa de Desenvolvimento Internacional)".

Em 1999 assistiu-se ao final de uma luta de seis anos pelo controle da Phoenix. Lalit Mohan Thapar substituiu George Davison como presidente da companhia. Segundo Davison, a maior parte do apoio financeiro para essa substituição veio do Banco de Comércio de Bangkok (BBC). O BBC ganhou publicidade com o notório papel que tem num dos maiores escândalos financeiros que tem acontecido na Tailândia, pelo que aproximadamente 200.000 milhões de Baht (aproximadamente USD 8.000 milhões na época) desapareceram do banco. Um grupo de políticos tailandeses – conhecido como "o Grupo dos 16" – utilizou dinheiro do BBC para financiar a substituição de diretores em várias empresas do país, entre elas a Phoenix. Davison descreveu a manobra como "um roubo abonado pelo governo".

O valor das ações da Phoenix caiu de 140 Baht (USD 5,6) em 1995 para 34 Baht (menos de USD 1) em junho de 2000 e a companhia tem atualmente dívidas por aproximadamente USD 80 milhões.

Localizada em Tha Toom na Província de Prachinburi, a aproximadamente 120 de Bangkok, a Advance Agro é dona de uma das mais novas fábricas de celulose e papel da Tailândia. A empresa

começou a operar em 1996 e em 1998 acrescentou-se uma segunda fábrica que aumentou a capacidade de produção para aproximadamente 310.000 toneladas. A fábrica foi construída pelo grupo Soon Hua Seng (SHS), uma das principais empresas tailandesas.

Há dez anos uns empregados da Suan Kittii, subsidiária da SHS foram detidos por cortar matas para liberar espaço para plantações de eucalipto. Devido ao clamor público que isso gerou, o Primeiro Ministro Chatichai Choonhaven foi obrigado a proibir o "reflorestamento" comercial nas Reservas Nacionais de Matas.

Originalmente estava previsto que o nome da fábrica seria "Fábrica de Celulose Suan Kittii", mas para tomar distância das críticas associadas com o nome Suan Kittii, SHS mudou-lhe o nome pela Advance Agro e contratou à empresa finlandesa de relações públicas Presko como conselheira para minimizar futuras críticas ambientais. A CIDA, a agência de cooperação canadense, financiou à consultora canadense H.A. Simmons para trabalhar com SHS e a Corporação para o Desenvolvimento do Commonwealth (CDC) ofereceu empréstimos e financiamento da dívida para a nova fábrica.

Os principais acionistas da empresa são o grupo Soon Hua Seng (56%); a Stora Enso, o maior produtor de pasta e papel da Europa (19%); a Oji Paper, a principal produtora de papel de Japão (5,5%) e a CDC (1%). As ações da Advance Agro caíram de 73,48 Baht em 1997 até 17,25 Baht em julho de 2000. Além disso, a empresa tem enormes dívidas que somam aproximadamente USD 640 milhões.

Atualmente a fábrica obtém sua matéria-prima a partir de 31.000 hectares de plantações de eucalipto manejadas pela Agro Lines, uma subsidiária do grupo SHS, e de 57.000 hectares de eucalipto cultivadas por 6.000 camponeses sob contrato com a Agro Lines.

A expansão que se propõe a Advance Agro requererá 40.000 hectares adicionais para plantações e mais 80.000 hectares sob regime de contrato com os camponeses. Plodprasop Surasawadi, Diretor Geral do Departamento Real Florestal (RFD) apontou em março do presente ano que seu apoio ao projeto estava condicionado a que a empresa "negociara" com os camponeses que moram nas áreas de matas e a que "fizesse efetivos pagamentos compensatórios aos que aceitassem entregar suas terras". Em resumo, isso significa que os camponeses seriam expulsos de suas terras, que receberiam algum dinheiro como compensação e que suas terras iriam a parar a mãos do RFD que por sua vez as arrendaria à Advance Agro para a plantação de eucaliptos.

As denominadas "matas degradadas" a ser convertidas em monoculturas de eucalipto são na realidade valiosas para os camponeses e constituem a base física da fauna local. Segundo a Sociedade de Conservação das Aves da Tailândia, as matas secas de dipterocarpus de zona baixa ameaçadas por esta expansão das plantações são o hábitat de espécies de pássaros ameaçadas, especialmente aves de rapina. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 36, julho de 2000).

Tailândia: O FSC deve revogar o certificado da Organização da Indústria Florestal

Em junho de 2001, duas plantações de teca manejadas pela Organização da Indústria Florestal (Forest Industry Organisation - FIO), da Tailândia, obtiveram um certificado de "bom manejo" no marco do sistema do Conselho de Manejo Florestal (FSC, em inglês). As plantações, localizadas em Thong Pha Phum e Khao Krayang, foram avaliadas pela SmartWood, uma organização sem fins lucrativos dirigida pela Rainforest Alliance, uma ONG sediada nos Estados Unidos.

Embora a área certificada abranja menos de 3,5% do total da área de plantações da FIO, o certificado habilita essa organização para afirmar que realiza um "manejo sustentável das florestas". Antes da realização da avaliação, Chittiwat Silapat, membro da FIO, declarou ao Bangkok Post: "É um passo muito importante na direção do fim do desmatamento e o começo do desenvolvimento sustentável".

A FIO, uma empresa florestal de propriedade do Estado, foi criada em 1947, com o objetivo de manejar as concessões madeireiras na Tailândia. Na prática, foi responsável pela organização da destruição das florestas da Tailândia até 1989, quando foi implementada a proibição da exploração da madeira. Também estabeleceu plantações em 140 mil hectares de território tailandês, muitas vezes sem o consentimento das comunidades locais que tiravam proveito dessas terras. A certificação concedida pelo FSC permite à FIO encobrir a sua história e os seus problemas financeiros, agravados a partir da proibição da exploração da madeira que privou à organização da sua principal fonte de renda.

A SmartWood não incluiu a história da FIO quando realizou a avaliação. Jeffrey Hayward, que está à frente da equipe da SmartWood na Tailândia, explicou que "a certificação é um caminho para que qualquer atividade florestal possa demonstrar que mudou e que a mudança foi para melhor. Nosso objetivo é achar soluções. O passado é parte fundamental na história e no desenvolvimento. Mas, qual é o seu impacto no presente e no futuro?".

Isso não leva em consideração que a SmartWood, em parte, está determinando o "direito a existir" da FIO, ao ignorar a realidade da oposição social à sua existência. Ao descrever a SmartWood como uma organização que visa "achar soluções" nesse contexto, Hayward está trabalhando para encontrar soluções para a FIO. E tudo parece indicar que a SmartWood está disposta a ir longe para encontrar essas soluções.

Na Tailândia, não existem normas nacionais do FSC nem iniciativa alguma para desenvolvê-las. Nesses casos, os órgãos de certificação do FSC devem desenvolver uma norma provisória e fazê-la circular entre os "interessados", um mês antes da decisão de certificação. A SmartWood não o fez; somente utilizou suas próprias "Pautas Genéricas de Avaliação de Manejo de Florestas".

Como resposta às críticas da deficiência no grau de consulta nacional com as ONGs e a sociedade civil da Tailândia, Richard Donovan, da RainForest Alliance, e Jeffrey Hayward, da SmartWood, declararam: "Consideramos que era necessário um processo agressivo de consulta com os interessados e assim foi feito, não somente durante a avaliação, mas nas visitas posteriores, prévias à certificação, que realizara o pessoal da SmartWood à Tailândia".

Entretanto, os povoados próximos às duas plantações nunca ouviram falar do FSC nem da SmartWood. Somsak Ratanawaraha, chefe do povoado de Ban Nam Tok Poi, que fica próximo à plantação de Khao Krayang, consta no Resumo Público da avaliação da SmartWood como uma das pessoas consultadas. Quando foi perguntado pelo processo de consulta de agosto de 2002, ele declarou: "Não falamos de nada, somente me fizeram algumas perguntas. Eles não falaram do FSC. Não disseram uma só palavra sobre a certificação. Falaram sobre a plantação e sobre o quanto ia ser proveitosa".

Virawat Dheeraprasert, presidente da ONG tailandesa Foundation for Ecological Recovery (FER), comentou: "Até o momento, os povoados locais não sabem nada do processo da SmartWood nem da certificação. Não houve nenhum tipo de participação local. Na realidade, isso significa que o FSC está apoiando um processo que infringe os princípios básicos da Constituição da Tailândia".

Em conformidade com as normativas do FSC, a SmartWood apresentou um resumo público de sua avaliação das plantações da FIO. De acordo com uma moção aprovada na Assembleia Geral do FSC, em 1999, os resumos públicos devem fornecer informação suficiente "para esclarecer a correlação entre os resultados específicos da avaliação de certificação e os Princípios e Critérios do FSC".

O resumo público da SmartWood não o faz. Por exemplo, estabelece 26 condições que devem ser cumpridas pela FIO para manter a validade do certificado, mas o resumo público não explica quais os princípios e critérios do FSC a que referem essas condições.

Quinze dessas condições deviam ser cumpridas de forma imediata, ou num prazo de um ano, a partir da emissão do certificado. Em agosto de 2001, Donovan e Hayward escreveram: "As nossas condições deverão ser cumpridas; caso contrário, o certificado será revogado".

Para conferir se a FIO tinha cumprido efetivamente as condições, a SmartWood voltou à Tailândia em maio de 2002, realizando uma auditoria do primeiro ano. Constataram que a FIO não tinha cumprido cinco das condições estabelecidas, e que tinha cumprido, apenas de forma parcial, outras sete. No entanto, em lugar de revogar o certificado, como tinham declarado, emitiram uma série de "requerimentos de medidas corretivas", estabelecendo novos prazos.

A FIO esperava que a auditoria do primeiro ano da SmartWood incluísse também a avaliação de cinco plantações adicionais, para sua possível inclusão no certificado do FSC. Entretanto, a SmartWood recomendou que uma dessas plantações, a Ta Pla, "não fosse considerada como possível candidata ao grupo certificado", argumentando que "existem problemas de posse da terra" que "apresentam um alto risco de incumprimento do Princípio 2 [do FSC]". A FIO retirou então essa plantação da avaliação e a SmartWood fez a avaliação das quatro plantações restantes. Depois de uma viagem muito rápida de seis dias pelo território tailandês, incluindo visitas a cinco plantações, a SmartWood concluiu: "Infelizmente, durante as visitas de auditoria no local, foi constatada a existência de várias áreas importantes que deverão melhorar para satisfazer os Princípios 2, 3 e 5 do FSC". Mas, a esse respeito, somente existe mais informação na "seção confidencial" do relatório de auditoria da SmartWood.

Duas das plantações da FIO continuam com a certificação. Segundo Virawat Dheeraprasert, "O fracasso na posta em prática das condições, durante o primeiro ano, nos leva a exigir do FSC a revogação da certificação". E acrescenta: "Não é necessário falar em ampliar as áreas certificadas. No presente momento, que o FSC revogue as duas áreas que hoje estão certificadas é o bastante". (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 64, novembro 2002).

Tailândia: Eucalipto, usurpação, desmatamento e poluição ligados a empresa de celulose e papel

A Advance Agro, uma das maiores empresas de celulose e papel da Tailândia, comercializa o papel tipo "A Duplo" como "amigável" com o meio ambiente. A propaganda da empresa explica que a matéria-prima é oriunda de plantações e, portanto, mitiga a pressão exercida sobre as áreas de floresta que ainda restam.

Na realidade, as plantações da Advance Agro deslocam comunidades e constituem a fase final do desmatamento no leste da Tailândia. Kasem Petchanee, presidente do Comitê Coordenador das ONGs da região subnorte e central da Tailândia, explicou como o desmatamento começou, quando empresas como a Forest Industry Organisation, de propriedade do Estado, começaram as operações de derrubada. "Há cinquenta anos, essa região tinha cobertura florestal fértil", afirmou.

Durante a guerra travada na Indochina, a quantidade de tropas dos Estados Unidos acampadas na Tailândia chegou, em 1969, ao máximo de quase 50 mil efetivos. Para estabelecer um canal de comunicação entre as bases no nordeste da Tailândia e o porto de Chon Buri, os Estados Unidos construíram uma rede de viação. Com a construção de estradas, veio o desmatamento. Nas décadas de 1970 e 1980, o governo tailandês construiu mais estradas, para aceder às florestas do Camboja.

O Banco Mundial desempenha um papel decisivo na promoção das culturas comerciais na Tailândia. Entre as organizações criadas por recomendação do Banco, está o Conselho Nacional para o

Desenvolvimento Econômico e Social da Tailândia (NESDB, em inglês), que supervisiona todo o planejamento do investimento público. Desde sua criação em 1959, o NESDB é o principal promotor das culturas comerciais para a exportação.

Impulsionadas pelas políticas do NESDB, as empresas começaram a plantar culturas comerciais, como mandioca e cana-de-açúcar, no leste da Tailândia. Devido a que as empresas usurparam florestas e terras da população local, surgiram conflitos pela terra. Os moradores foram obrigados a plantar culturas comerciais e a vender suas lavouras para uma empresa privada.

Formaram-se e expandiram-se redes de influência, em que participaram parlamentares, empresas, oficiais do exército e uma máfia local. Os assassinatos tipo "máfia", a falta de terras e a especulação com a terra tornaram-se comuns no leste da Tailândia.

Em 1982, o Grupo Soon Hua Seng (SHS), um dos líderes na exportação de arroz e mandioca da Tailândia, começou a plantar eucalipto no leste do país, como alternativa à mandioca. No fim do ano 1987, o SHS já estava plantando eucalipto em escala comercial e tinha criado a empresa Advance Agro, para a produção de celulose e papel.

Hoje, o Grupo SGS possui 32 mil hectares com plantações próprias, além de cerca de 50 mil hectares com eucalipto plantado por contrato em terra de agricultores. No ano 1996, a Advance Agro abriu a primeira planta de celulose e papel, na província de Prachinburi, atualmente com uma capacidade total de produção de 500 mil toneladas métricas de papel ao ano. Setenta por cento do papel da Advance Agro é exportado, principalmente, para a China, os Estados Unidos, Hong Kong e o Japão.

O povoado de Laemkowchan tem mais de 100 anos e fica perto de uma das fábricas da Advance Agro. No passado, os moradores plantavam arroz, mandioca e abóbora. Quando o SHS começou a procurar terras para plantar eucalipto, muitos moradores venderam para a empresa os terrenos que tinham usado para plantar mandioca.

Porém, eles descobriram que as plantações de eucalipto começaram a estragar, também, seus arrozais. Suwan Kaewchan, integrante do Conselho Administrativo do povoado de Laemkowchan, explicou ao pesquisador Noel Rajesh que: "Quando a empresa chegou e começou a plantar eucalipto perto dos campos de arroz, a água começou a secar e os moradores descobriram que não podiam plantar arroz. Um após o outro, começaram a vender suas terras e ir embora. Foram trabalhar como assalariados noutras regiões, ou com a empresa".

Segundo ressaltou Kasem Petchanee, os moradores que ficaram com suas terras, mas plantando eucalipto por meio de contrato, tiveram de enfrentar um outro problema: "Depois da primeira colheita, o solo fica tão degradado que eles têm de investir dinheiro para melhorar o solo. Tirar a árvore não é fácil. Os moradores devem alugar maquinário caro, para tirar os tocos e as raízes das árvores. As comunidades agrícolas estão contraindo dívidas com os bancos e com prestamistas. Quando eles não podem pagar, o banco fica com suas terras".

A água residual da fábrica da Advance Agro é despejada nas plantações de eucalipto. Essa água suja fica depositada em canais, entre as fileiras de eucalipto. Os moradores ressaltam que, embora a água seja tratada na planta de celulose, isso não significa que seja limpa. Recentemente, a água proveniente da planta acabou com a lavoura de arroz dos moradores.

Os moradores contam que a cinza das chaminés da fábrica fica depositada em suas casas e hortas, e que começaram a ter problemas de pele, como irritação. Às vezes, o ar tem mal cheiro, e os moradores receiam que a planta também esteja emitindo enxofre.

A empresa criou uma unidade ambiental, e os funcionários disseram aos moradores que estão cientes dos problemas que eles estão sofrendo. No entanto, os moradores não receberam compensação alguma por nenhum dos problemas provocados pela companhia.

Várias empresas internacionais foram favorecidas com contratos ligados às plantas da Advance Agro. A Jaakko Poyry, a maior consultora em matéria florestal e de engenharia do mundo, teve contratos assinados com a Advance Agro, para o desenho de engenharia, gestão do projeto e construção da planta de Prachinburi. A empresa Mitsubishi Heavy Industries, do Japão, forneceu o maquinário para a planta de papel da Advance Agro.

O financiamento para as plantas da Advance Agro foi organizado pela Barclays, de Zoete Wedd. As principais fontes de financiamento foram o Banco de Bangkok, o Banco de Agricultores Tailandeses (Thai Farmers' Bank), o Krung Thai Bank e a Commonwealth Development Corporation, do Reino Unido. A Corporação Financeira Internacional, o braço prestamista privado do Banco Mundial, outorgou um empréstimo no valor de US\$ 10 milhões, sendo que o financiamento posterior veio de créditos para a exportação.

Com a compra –em 1998– de 19,9% das ações da Advance Agro, a empresa Stora Enso ganhou os direitos exclusivos para a comercialização internacional dos produtos da Advance Agro e um mercado certo para as 12 mil toneladas métricas anuais de celulose de fibra longa de suas fábricas européias. Dois membros da Stora Enso fazem parte da diretoria da Advance Agro.

A Advance Agro é um bom exemplo de como as empresas do Norte e tailandesas se beneficiam com a indústria de celulose e papel, enquanto as comunidades rurais são as que pagam os custos. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 70, maio 2003).

Vietnã: As árvores de quem? Programa de "reflorestamento" de 5 milhões de hectares

A história dos programas de plantação de árvores no Vietnã data de 1956. Segundo um relatório de Nguyen Ngoc Lung, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Florestal do Vietnã, entre 1956 e 1992 foi plantada uma superfície superior ao milhão de hectares. No entanto, os índices de sobrevivência foram pobres e a maior parte da madeira produzida foi exportada sob a forma de lascas ao Japão ou a Taiwan.

Ainda assim, o governo vietnamita se propõe incrementar a área de plantações no país. Em 1992 as autoridades introduziram o Programa 327, com o objetivo de "reverdecer as colinas nuas". A agência de notícias estatal Vietnam News Agency informa que entre 1988 e 1994 se plantaram 115.000 hectares ao ano, cifra que aumentou até 193.000 hectares anuais entre 1995 e 1998. Os custos para o Estado foram elevados. Para 1998 o Programa 327 tinha custado ao governo aproximadamente USD 273 milhões. Três anos antes, o governo vietnamita tinha tentado sem sucesso obter financiamento do Banco Mundial para esse programa.

Em 1998 o Banco Mundial contrata à consultora florestal Fortech para "descrever, analisar e avaliar" o programa. A consultoria de Fortech apontou que durante a implementação do programa a superfície de matas naturais no Vietnã tinha continuado descendo e que os programas de plantação de espécies de rápido crescimento tinham falhado completamente. Entre os problemas mencionados pelo trabalho se encontram: um enfoque burocrático verticalista, a alocação de terras sem o envolvimento da população local, práticas silvícolas pobres, imposição do projeto aos lares pobres sem levar em conta suas contribuições e o fato que o Vietnã tem pouca superfície disponível para plantações florestais em grande escala.

Talvez foi a causa de seu fracasso para obter fundos do Banco Mundial que o governo propôs um novo programa, ainda mais ambicioso, para substituir o referido 327: o Programa de Reflorestamento de 5 milhões de hectares.

O objetivo deste novo programa é aumentar a área "de matas" do país para 14 milhões de hectares para o ano 2010. A área alvo –5 milhões de hectares– originou-se a partir de uma cartografia francesa de 1943, a que mostra que na época 43% do Vietnã estava coberto de mata. Isso equivale a 5 milhões de hectares mais que as cifras oficiais de 1990, quando pela primeira vez começou-se a falar do programa. O custo estimado do programa é de aproximadamente USD 2.500 milhões, dos que USD 1.500 milhões provirão de agências internacionais de ajuda. Do total de cinco milhões de hectares o governo planifica destinar um milhão a plantações para celulose.

Seis meses depois de que o governo aprovara o projeto na Décima Assembléia Nacional, agências bilaterais de ajuda decidiram oferecer seu apoio ao programa durante o encontro do Grupo Consultivo (presidido pelo Banco Mundial) realizado em dezembro de 1998 em Paris. Um ano depois, em 10 de dezembro de 1999 foi assinado um memorando de acordo entre Le Huy Ngo, Ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural e 15 representantes de agências internacionais de ajuda.

Posteriormente se estabeleceu uma "Comissão Executiva de Co-participação" formada por representantes do governo do Vietnã e dessas agências. Ao mesmo tempo se criaram três Grupos de Trabalho, com o fim de investigar alguns aspectos como política florestal, instituições, investimentos no setor florestal, necessidade de ajuda e estratégia de financiamento. Aparentemente os impactos das plantações em grande escala sobre as pessoas e o ambiente não farão parte da agenda dos Grupos de Trabalho.

A Agência Sueca Internacional para o Desenvolvimento (SIDA) é uma das agências envolvidas nas negociações com o governo a respeito deste Programa. Rolf Samuelsson, Primeiro Secretário da Embaixada sueca em Hanoi descreveu desta maneira a atitude da SIDA a respeito do projeto: "Achamos que talvez seja um tipo de plano tipicamente verticalista em matéria de programa, agenda política e demais. Mas como a Suécia está decididamente promovendo enfoques baseados na co-participação e em programas setoriais amplos, achamos que este programa, apesar de todas suas limitações, constitui um bom ponto de partida para o diálogo com o governo na temática florestal".

A SIDA tem solicitado que o Centro para a Pesquisa Internacional Florestal (CIFOR), sediado na Indonésia, seja envolvido no processo de negociação, aduzindo que Hanoi carece da "massa crítica de expertos que possam ajudar ao Ministério a elaborar esses documentos" segundo palavras de Samuelsson.

Outras agências envolvidas no "Comitê Executivo de Co-participação" incluem à Holanda, à Alemanha, ao PNUD e ao Banco Mundial. Alguns deles já estão financiando ou planejando outros projetos de reflorestamento no Vietnã. Por exemplo, o Banco Mundial faz publicidade em seu "Monthly Operational Summary" (Resumo Mensal de Operações) de maio de 2000 de um projeto de USD 75 milhões denominado "Florestamento das Colinas Nuas". Há poucos detalhes disponíveis sobre o mesmo, apesar de que o Banco tem tido este projeto em sua lista por vários meses. Em março de 1997 o Banco de Desenvolvimento Asiático aprovou um empréstimo sem juros por USD 33 milhões para um Projeto para o Setor Florestal de cinco anos de duração que inclui o reflorestamento de áreas de montanhas em quatro províncias. Parte deste projeto consiste na plantação de 12.000 hectares com espécies de rápido crescimento. A consultora que atua no mesmo é a GFA (Gesellschaft für Agrarprojekte mbH), uma firma alemã sediada em Hamburgo.

Enquanto as agências de ajuda e o governo vietnamita debatem sobre o futuro financiamento de projetos, este já tem começado a plantar. Em 1999 instalaram-se 206.000 hectares de "matas" sobre

um total de 310.000 planejadas. Mais de 5.000 hectares foram instaladas através de semeadura aérea de sementes na província de Lai Chau, no noroeste do país. O alvo para este ano é de 403.000 hectares, para o que foi destinado um orçamento de aproximadamente USD 25 milhões.

A lógica subjacente parece ser simplesmente que as árvores são boas. Parece que há pouca análise sobre para quem e para que são as árvores. Uma possibilidade é a indústria da celulose e do papel. No entanto, em agosto de 1999 a Vietnam News informou que a Corporação Nacional do Papel do Vietnã tinha 18.000 toneladas de papel armazenadas, em decorrência do baixo consumo. No ano passado, a Corporação foi a que registrou os maiores índices de perda do país, com nove de suas companhias em déficit. Um ano antes, os fornecedores de madeira do Vietnã tiveram que armazenar seu produto porque o volume ultrapassava a procura no nível nacional. Em dezembro de 1999 o jornal Nhan Dan, sediado em Hanoi, informou que os camponeses estavam vendendo sua produção como lenha nos mercados locais em vez de fazê-lo à indústria da celulose e do papel, devido à falta de transporte e ao "baixo valor econômico destas árvores".

Apesar de que estes exemplos não fornecem um panorama acabado da situação, mostram claramente que a instalação de um milhão de hectares de plantações adicionais para o abastecimento da indústria da celulose não necessariamente haverá de beneficiar nem à própria indústria da celulose e do papel nem aos camponeses em cujas terras serão plantadas as árvores. Os ambiciosos objetivos de plantação e o negócio de atrair fundos podem colocar em risco o potencial de crescimento da área de mata nativa e o aumento do bem-estar da população rural, por exemplo através do manejo comunitário de matas.

A Vietnam News Agency informou que no início de 2000 o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural tinha apontado que a superfície a ser plantada poderia ser reduzida a três milhões de hectares "para estar de acordo com a área disponível para o florestamento e com o plano de desenvolvimento nacional". Talvez isso sirva para gerar o espaço necessário –tanto político quanto geográfico– para conseguir o envolvimento das comunidades no manejo de suas matas, pastagens, terras agrícolas e campos de barbeito. (Por Chris Lang, Boletim do WRM N° 38, setembro de 2000).

Vietnã: Plantações como sumidouros para evitar redução de emissões na Austrália

Durante as negociações internacionais sobre a mudança climática (COP 6) em Haia em novembro de 2001, o governo da Austrália tomou o partido dos Estados Unidos, o Japão e o Canadá, recusando-se a reduzir as emissões de carbono de seu próprio país. Cinco meses depois, o mesmo governo tem anunciado cinco projetos, cujo objetivo é a redução das emissões de gases de efeito estufa. Como era previsível, os projetos, financiados através do Programa Internacional de Cooperação sobre o Efeito Estufa (International Greenhouse Partnerships, IGP Programme), não têm como alvo a redução das emissões na Austrália, mas serão implementados no Peru, nas Ilhas Fiji, na Malásia e no Vietnã.

O referido programa IGP que fora lançado em maio de 1998 e se implementa desde o Ministério de Indústria, Ciência e Recursos se propõe "reduzir as emissões de gases de efeito estufa através de projetos no exterior" que serão considerados no futuro como projetos de compensação de carbono sob o Protocolo de Kyoto.

Ao anunciar os projetos, Nick Minchin, Ministro australiano de Indústria, Ciência e Recursos disse que "os projetos não estarão apenas tratando da mudança climática global através da redução de gases de efeito estufa, mas também estarão ajudando à Austrália a desenvolver sua experiência em matéria de tecnologias limpas e verdes com projetos sérios e comercialmente viáveis".

Um dos projetos do Programa IGP consiste no estabelecimento de plantações de árvores de rápido crescimento no Vietnã. Este projeto, avaliado em USD 242.000 será levado a cabo pela CSIRO (Organização de Pesquisa Científica e Industrial do Commonwealth), junto com o Centro de Pesquisa

para a Melhoria de Árvores Florestais do Vietnã. Segundo Minchin, a CSIRO "aumentará a captura de carbono pelas matas plantadas [sic] no Vietnã, através do uso de material de plantação geneticamente melhorado".

A CSIRO fornecerá as sementes de acácia e de eucalipto –as árvores prediletas da indústria da pasta e do papel– e estabelecerá quatro viveiros, cada um deles de cinco hectares de extensão, dois na Província de Quang Tri, na zona central do Vietnã e dois na Província de Binh Thuan, no sul. As mudas produzidas nestes viveiros serão instaladas sobre uma superfície de 8.250 hectares em diferentes partes do país.

De acordo com estimativas da própria CSIRO, estas plantações absorverão "21.500 toneladas adicionais de CO₂" da atmosfera por ano, comparadas com outras plantações florestais. Esse cálculo se baseia num crescimento volumétrico de 15%, que se espera obter a partir da semente geneticamente melhorada. No entanto, pesquisas recentemente publicadas nas revistas "Nature" e "Science" indicam que as matas são melhores que as plantações no que diz respeito à absorção de carbono. Ainda assim, a informação que o IGP oferece ao público não faz qualquer menção de comparações entre a quantidade de carbono armazenado por uma mata e por uma plantação.

A CSIRO também participa no desenvolvimento de modelos de prognóstico para "outras importantes espécies para plantações e considera que "esse conhecimento colaborará com o bem sucedido crescimento das plantações, permitindo maiores rendimentos que as matas [sic] plantadas e uma maior absorção de carbono no longo prazo". Inclusive, assumindo que as plantações possam ser úteis na absorção de dióxido de carbono, a lógica falha por sua base, já que um maior crescimento nas plantações não fará qualquer diferença se as árvores são cortadas aos cinco anos para produzir produtos de curta vida, tais como lascas de madeira, celulose e papel.

Entretanto, em outros lugares do Vietnã os investidores estão enfrentando dificuldades para achar terra suficiente para suas plantações. Por exemplo, o projeto de Quy Nhom, avaliado em USD 14 milhões e financiado com fundos japoneses, se propõe instalar 13.000 hectares de acácia e eucalipto na Província de Binh Dinh, com o fim de produzir lascas de madeira a serem exportadas para o Japão. Até agora, depois de sete anos de aprovação do projeto, a empresa somente recebeu aproximadamente 8.000 hectares de terras. "O problema da disponibilidade de terras está aumentando os riscos dos projetos de plantações" disse à publicação Vietnam Investment Review Hironobu Ohara, diretor do referido projeto.

Segundo um artigo aparecido recentemente no jornal tailandês *The Nation*, o governo vietnamita exige que todo projeto de captura de carbono a ser implementado no país deve incluir um apoio às comunidades que resultariam afetadas pelas plantações. A informação colocada à disposição do público pelo IGP com relação ao referido projeto não faz qualquer referência a esse tema.

Cabe apontar que 75% dos fundos da CSIRO provêm do governo da Austrália, pelo que resulta explícito a quem deve sua lealdade. Tal como exprime a própria organização: "as funções primárias da CSIRO consistem em assistir à indústria australiana, contribuir com os objetivos nacionais do país e facilitar a aplicação dos resultados da pesquisa".

A mensagem resulta clara: o governo da Austrália não negociará reduções de emissões de carbono em seu país, mas a CSIRO "assistirá à indústria australiana" através da instalação de plantações de eucalipto e acácia no Vietnã...supostamente para absorver essas emissões. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 45, abril de 2001).

Vietnã: Um futuro de plantações em grande escala

Em 2001, a Vietnam Paper Corporation (Vinapimex) anunciou um plano ambicioso para ampliar a indústria da celulose e do papel no Vietnã. Com um custo total de mais de USD 1.000 milhões, o plano envolve 15 novos projetos de produção de pasta e papel. Se fossem construídos todos esses projetos, a capacidade de produção anual de papel da Vinapimex aumentaria das 171.000 toneladas atuais para 419.000 toneladas.

A indústria da celulose e do papel no Vietnã atualmente produz um total de aproximadamente 360.000 toneladas de papel por ano. A Vinapimex espera aumentar essa cifra para mais de um milhão de toneladas no final do ano 2010.

Um dos projetos propostos da Vinapimex é uma nova fábrica de celulose *kraft* branqueada de 130.000 toneladas ao ano na província de Kontum, nas terras altas centrais do Vietnã. Em outubro de 2001, o governo aprovou o estudo de viabilidade da Vinapimex.

A maior parte do financiamento para o projeto de USD 240 milhões ainda não tem sido conseguida, mas a Vinapimex espera que os governos estrangeiros a ajudarão com empréstimos "assistenciais" com taxas de juros menores às oferecidas pelos bancos comerciais. O governo vietnamita tem acordado cobrir sete por cento dos custos através do financiamento de rodovias, infra-estrutura de pesquisa, clínicas de atenção de saúde e escolas. O governo também comprará os direitos ao uso da terra para o projeto e renunciará ao imposto predial durante o primeiro ciclo da plantação.

Para fornecer matéria-prima à fábrica de celulose, a Vinapimex tem começado a plantar árvores e objetiva estabelecer uma área de 125.000 hectares de plantações de árvores de crescimento rápido. Além disso, segundo o estudo de viabilidade, a Vinapimex quer usar 38.000 hectares de matas para alimentar a fábrica.

Enquanto isso, as obras para ampliar a maior fábrica de celulose e de papel do Vietnã, a Bai Bang, devem começar em poucas semanas. A fábrica ampliará sua capacidade de 55.000 toneladas de papel por ano para 100.000 toneladas. Ao mesmo tempo, a capacidade anual de produção de celulose aumentará de 48.000 para 61.000 toneladas. Isso representa a primeira fase de um plano para aumentar a capacidade anual de produção de papel da fábrica para 200.000 toneladas e a capacidade de produção de celulose para 150.000 toneladas.

Em 30 de novembro de 2001, o governo sueco acordou proporcionar um crédito preferencial de USD 12,5 milhões para financiar a primeira fase da expansão. Em 2000, a Vinapimex obteve USD 42 milhões em empréstimos de três bancos nórdicos para financiar a reconstrução de sua fábrica. A Vinapimex assinou contratos com a Voith Paper e a Sinochem da China para reconstruir a fábrica. Elof Hansson e Marubeni ganharam os contratos para fornecer equipamentos. Hansson dirige um grupo de companhias fornecedoras entre as que se incluem Kvaerner Chemetics, Kvaerner Pulping, Purac, Metso Paper e AF-IPK.

Além dos planos de ampliação da Vinapimex, a companhia japonesa Nissho Iwai está planejando aumentar sua produção de lascas de madeira (*chips*) no Vietnã. A companhia está construindo uma fábrica de USD 1,5 milhões numa *joint-venture* com uma agência de exportação de produtos florestais propriedade do Estado. As lascas de madeira serão exportadas e vendidas à empresa japonesa Oji Paper Company. Nissho Iwai também planeja aumentar 15 por cento a capacidade de um produtor existente de lascas de madeira, levando-a a 150.000 toneladas por ano. O objetivo da companhia para o ano 2002 é 400.000 toneladas, as que na sua totalidade se exportarão ao Japão.

Com o propósito de cumprir com a crescente procura de matéria-prima para alimentar a indústria de celulose e papel em expansão, o governo tem planos ambiciosos de plantar um milhão de hectares com

plantações industriais destinadas especificamente a alimentar a indústria como parte de seu programa de "5 milhões de hectares".

Em relatório de fevereiro de 2001 o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural argumenta que o programa de 5 milhões de hectares deve conduzir ao "uso sustentável da terra" e deve ser "financeira, ambiental e socialmente viável". Mas o programa de plantação industrial de árvores que está sendo aplicado atualmente no Vietnã não cumpre com nenhum desses objetivos. Somente é viável financeiramente com os subsídios do governo e os empréstimos com baixa taxa de juros outorgados sob a forma de "assistência" estrangeira. As monoculturas de árvores de crescimento rápido que substituem às matas, campos e pradarias também não podem ser chamadas de ambientalmente viáveis ou sustentáveis. E a respeito do povo vietnamita que depende da terra e as matas que se perderão para dar lugar às plantações, as consequências sociais são potencialmente devastadoras. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM Nº 54, janeiro de 2002).

Vietnã: Suspende-se a construção de planta de celulose e papel em Kontum

Em 24 de outubro de 2002 as autoridades provinciais anunciaram a suspensão da construção da nova planta de celulose e papel com uma capacidade de 130.000 toneladas ao ano em Dac To, província de Kontum, nas terras altas centrais do Vietnã. A agência estatal de notícias Vietnã News Agency (VNA) informou que se deteve a construção devido "ao descumprimento da formulação de um plano mestre crível".

Seis meses antes, durante uma viagem de dois dias a Kontum, o Vice-Primeiro Ministro, Nguyen Cong Tan tinha exigido da Companhia Papeleira do Vietnã, Vinapimex, a publicação de um plano que estabelecesse de onde proviria a matéria prima para alimentar o estabelecimento.

Vinapimex tinha planejado o estabelecimento de Kontum partindo da suposição de que haveria mais de 20.000 hectares de plantações disponíveis para alimentar a planta, e que poderiam se plantar ainda mais terras. Porém, três anos depois, há menos de 15.000 hectares de plantações e parte dessa área se obteve despejando das suas terras e lares a povoadores locais. Depois da detenção na construção, as autoridades provinciais de Kontum declararam à VNA que a expansão da área de plantações de árvores para gerar mais matéria prima simplesmente não era viável.

Jaakko Poyri, a empresa consultora florestal e de engenharia mais grande do mundo, foi a assessora no projetado estabelecimento industrial. Em 1998, Poyri elaborou para Vinapimex um estudo de factibilidade sobre o estabelecimento e preparou os documentos para um chamado a concorrência pública em maio de 2002. O custo total do estabelecimento estimou-se em US\$ 240 milhões, montante que inclui US\$ 163 milhões em equipamentos provenientes da Europa ocidental.

A suspensão na construção do estabelecimento de Kontum é apenas um dos problemas aos que se enfrenta Vinapimex, empresa administrada pelo estado e principal produtora de papel do Vietnã. Vietnã tem a capacidade de produzir 360.000 toneladas de papel ao ano, aproximadamente 70 por cento do papel consumido ao ano no país. Mas, em agosto de 2002, a VNA informou que os depósitos da Vinapimex estavam ao máximo da sua capacidade, com 28.500 toneladas de papel armazenado, incluindo 16.000 toneladas do ano anterior. A companhia acusou aos exportadores estrangeiros de praticar concorrência desleal com papel barato dentro de Vietnã, mas a realidade é que o papel importado é mais barato e de melhor qualidade. Em 2002, Vietnã importou 52.000 toneladas de celulose e 290.000 toneladas de papel.

Numa tentativa de concorrer com os importadores, Vinapimex reduziu duas vezes os preços do papel durante 2002. Enquanto isso, os custos de produção do papel aumentaram em outubro quando o governo incrementou o preço da eletricidade. Vinapimex solicitou do governo uma redução das taxas

de eletricidade aos níveis anteriores a outubro de 2002, e está tentando obter outros subsídios do governo, através de empréstimos de crédito preferenciais e uma redução do imposto ao valor agregado.

As perspectivas não são boas para Vinapimex. Este ano, segundo as regras da Área de Livre Comércio da ASEAN, Vietnã deve reduzir as tarifas sobre as importações de papel de 50 para 20 por cento.

Em 2000, Dang Van Chum, Ministro da Indústria do Vietnã, declarou à revista comercial Pulp and Paper International, que Vietnã tinha uma estratégia clara para a indústria da celulose e o papel para a próxima década. "Num prazo de 10 anos queremos que a nossa indústria forneça 80-90 por cento da demanda interna, com uma taxa de crescimento média de 10,4 por cento ao ano", afirmou. Acrescentou que o país também espera aumentar o comércio com o mercado internacional.

Só dois anos depois, os planos estão destroçados. Em julho de 2002, o Vice-Primeiro Ministro Nguyen Tan Dung indicou ao Ministério da Indústria que ajustará seu plano de desenvolvimento para a indústria papelreira até 2010. Dung estabeleceu que todas as fábricas novas de papel deviam ter em conta planos de fornecimento de matéria prima.

Enquanto isso, Vinapimex continua com seus planos de expansão. Está planejando um estabelecimento de celulose com uma capacidade de 250.000 toneladas ao ano em Phu Tho, com o objetivo de alimentar o maior estabelecimento de celulose e papel do Vietnã, localizada em Bai Bang.

Em outubro de 2002, o governo aprovou os planos da Vinapimex para um estabelecimento de celulose e papel no valor de US\$ 104 milhões na província de Thanh Hoa. O estabelecimento terá uma capacidade de 50.000 toneladas de celulose e 60.000 toneladas de papel ao ano.

Na província de Lam Dong, Vinapimex tem planos de estabelecer uma fábrica de celulose de US\$ 250 milhões, com uma capacidade entre 200.000 e 400.000 toneladas ao ano. O Vice-Presidente do Comitê Popular de Lam Dong, Hoang Si Son, declarou ao Vietnã Economic Times, que "a Vinapimex plantou uma área de 10.000 hectares para acrescentar às 30.000 hectares existentes; pensamos aumentar a cobertura de bosque a 135.000 hectares".

Aparentemente, Vinapimex considera que a construção de novos estabelecimentos de celulose e papel é a única forma que lhe resta para sobreviver como empresa. Obviamente, a companhia poderia simplesmente construir mais depósitos com maior capacidade para as reservas massivas do papel pouco rentável que produz. Depois, poderia acudir ao governo e às agências de cooperação internacional para obter os subsídios que necessita para assegurar sua supervivência burocrática. Os impactos sobre as comunidades rurais do Vietnã, seus bosques e suas formas de sustento não terão uma solução tão fácil. (Por: Chris Lang, Boletim do WRM N° 66, janeiro 2003).

OCEÂNIA

Aotearoa/Nova Zelândia: Oposição às árvores geneticamente manipuladas

Enquanto a engenharia genética aplicada à produção de alimentos está provocando preocupação entre os consumidores e os cidadãos, e muitos cientistas exprimem suas dúvidas e críticas com relação à mesma, transnacionais da alimentação, do florestamento e da energia têm se reunido para desenvolver árvores geneticamente modificadas, que se espera que possam crescer mais rápido ou conter componentes desejados pela indústria.

Em agosto de 1999 a Autoridade de Manejo de Riscos Ambientais (Environmental Risk Management Authority – ERMA) da Nova Zelândia recebeu –através de uma página web especialmente aberta com

esse fim (www.context.co.nz)– 700 mensagens sobre pinheiros geneticamente manipulados. Essa iniciativa de democracia participadora, aplicada a uma importante questão ambiental, é parte do processo de avaliação da solicitação realizada pelo Instituto de Pesquisas Florestais (Forest Research Institute – FRI) à ERMA para realizar uma prova de campo com pinheiros alterados geneticamente. É importante salientar que até agora este novo sistema nunca tinha recebido mais de 50 opiniões a respeito do assunto, o que mostra às claras a preocupação do público com relação ao mesmo.

A grande maioria das 700 mensagens foi crítica a respeito da prova proposta para ser realizada no nível de ensaio de campo. Mario Rautner, ativista de Greenpeace na área de biotecnologia florestal disse que os resultados mostram claramente que as pessoas não concordam com a liberação de árvores geneticamente modificados no ambiente. "Estamos convocando o FRI para que aceite que existe oposição no nível da opinião pública a essa prova. Gostaríamos que agora o FRI declarasse uma moratória voluntária e se abstivesse voluntariamente de realizar a prova. As árvores geneticamente modificadas constituem um sério risco para o ambiente e nos opomos a provas com conseqüências imprevisíveis para a natureza" acrescentou. A questão é saber se as autoridades atuarão respeitando a vontade do público e renunciarão definitivamente à prova ou se responderão aos interesses da indústria.

Deve salientar-se que a inclusão das plantações florestais como supostos sumidouros de carbono sob o MDL do Protocolo de Kyoto significaria um estímulo para o desenvolvimento da biotecnologia no setor florestal, com o argumento de que as árvores geneticamente modificadas poderiam crescer mais rápido e absorver mais CO₂ em menos tempo. Um risco adicional que deve ser levado em conta pelos negociadores sobre o clima para o próximo encontro de Haia. (Boletim do WRM N° 39, outubro de 2000).

Aotearoa/Nova Zelândia: Uma certificação discutível

Em outubro de 2000, todas as plantações na Nova Zelândia da Fletcher Challenge Forests receberam a certificação do Conselho de Gestão Florestal (FSC), depois de uma avaliação levada a cabo pela empresa Scientific Certification Systems (SCS). A maior plantação contínua de pinheiro radiata do mundo está incluída na certificação.

Ian Boyd, o principal executivo da Fletcher Challenge Forests na época disse que "a certificação do FSC outorgará à Fletcher Challenge Forests uma importante oportunidade de vendas naqueles mercados que exigem responsabilidade ambiental".

No entanto a certificação das operações da Fletcher Challenge Forests apresenta sérias interrogações sobre o processo de avaliação da SCS, bem como sobre o próprio manejo de suas plantações pela Fletcher Challenge Forests.

De acordo com o Princípio 6 do FSC, "proibir-se-ão" todos os pesticidas classificados do tipo 1A e 1B pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A Fletcher Challenge Forests utiliza fluoracetato de sódio, conhecido geralmente como 1080, que é um veneno utilizado para matar animais silvestres tais como o gambá, que podem danar as plantações de árvores. No resumo público de avaliação das operações da Fletcher Challenge Forests realizado pela SCS, os avaliadores admitem que 1080 é um "composto que aparece na tabela 1 da OMS". No entanto, em vez de rejeitar a outorga do certificado, a SCS incluiu uma condição tão vaga que resulta quase sem sentido: "no período de 12 meses depois de receber a certificação, a Fletcher Challenge Forests deverá demonstrar que está procurando ativamente alternativas para 1080, por exemplo, apoiando a pesquisa em matéria de alternativas".

Em outras palavras, a Fletcher Challenge Forests poderá continuar utilizando 1080 sem arriscar seu certificado FSC, contanto que apóie a pesquisa sobre alternativas. A SCS não menciona como se

deveria manifestar esse apoio ou inclusive se importa em algum sentido que a pesquisa tenha resultados ou não.

O princípio 2 do FSC estabelece que as disputas sobre os direitos de terras "de magnitudes substanciais..., normalmente desqualificarão a certificação de uma operação". Para os Maoris, a terra é sagrada e eles têm várias ações pendentes de acordo com o tratado de Waitangi de 1840 sobre a terra plantada por Fletcher Challenge Forests. Em sua avaliação, o pessoal da SCS descreve "a incerteza sobre a propriedade de uma parte significativa das terras florestais da Fletcher Challenge Forests" como um tema "significativo". No entanto, mais uma vez, isso não impede que a SCS outorgue o certificado.

De acordo com o Princípio 6 do FSC, "proibir-se-á o uso dos organismos geneticamente modificados." Desde 1995, a Fletcher Challenge Forests tem trabalhado com a Genesis Research and Development Corporation, a maior empresa neozelandesa de biotecnologia, no desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas. Os avaliadores da SCS reconhecem que a Fletcher Challenge Forests está envolvida na pesquisa de tecidos de plantas geneticamente modificadas. Apesar de que a Fletcher Challenge Forests atualmente não utiliza árvores geneticamente modificadas em suas plantações, em vez de discutir se as pesquisas da Fletcher Challenge Forests estão em contradição com o espírito dos princípios do FSC, o resumo público da avaliação simplesmente diz: "todos os materiais são classificados como de baixo risco e o laboratório cumpre totalmente com os requerimentos regulamentares".

Em 1999, a Fletcher Challenge Forests, a Genesis, a Monsanto, a International Paper e a Westvaco anunciaram uma *joint-venture* de USD 60 milhões. A *joint-venture*, chamada ArborGen, produzirá e comercializará sementes geneticamente modificadas, centrando-se no pinheiro radiata e eucalipto na Nova Zelândia. A Monsanto deixou depois de ser sócia ativo da empresa.

Tanto se a Fletcher Challenge Forests utiliza sementes geneticamente modificadas em suas próprias plantações quanto se, sendo parte da *joint-venture* ArborGen, as vende a outras empresas florestais, a Fletcher Challenge Forests está efetivamente utilizando organismos geneticamente modificados e promovendo seu uso em operações florestais. Determinar se a Fletcher Challenge Forests está portanto descumprindo os princípios do FSC com certeza deveria ser um tema que os avaliadores deveriam analisar no resumo público da avaliação. No entanto, ao descrever as atividades de desenvolvimento e pesquisa da Fletcher Challenge, os assessores concluem que "a companhia tem um claro compromisso com os princípios do FSC".

Três dos quatro avaliadores contratados pela SCS para levar a cabo a avaliação das operações da Fletcher Challenge Forests trabalham para a companhia neozelandesa Forest Research. Em 1982, a Forest Research patrocinou uma reunião sobre pesquisa genética com pinheiro radiata. Em setembro de 1995, os hibernáculos do instituto em Rotorua estavam cheios de pinheiro radiata geneticamente modificado. A Forest Research também leva a cabo projetos financiados pela Fletcher Challenge Forests. Poderá isso talvez explicar a aceitação sem perguntas dos avaliadores das pesquisas da Fletcher Challenge Forests em árvores geneticamente modificadas? (Por Chris Lang, Boletim Especial do WRM sobre o FSC, fevereiro de 2001).

Aotearoa/Nova Zelândia: Mudança na propriedade e gestão das plantações do Estado

No ano passado, participei numa conferência realizada na Cidade do Cabo, sobre a questão que dá título ao presente artigo, onde, aparentemente, era enfatizada a participação do setor privado na propriedade e gestão das plantações. Como indígena de um país que possui grandes áreas com plantações de monoculturas de espécies exóticas, nunca tinha pensado muito na propriedade dessas áreas. No meu país, historicamente, as plantações são de propriedade do Estado, embora, nos últimos

tempos, tenham sido vendidas algumas delas. Por princípios éticos, sou contra a privatização de bens do Estado, por parte de um governo qualquer, e a considero uma medida econômica errada. No entanto, também sou contra a proliferação de monoculturas de árvores em grande escala; portanto, fiquei entusiasmado com a recente mudança de atitude do governo desse país, a qual, aparentemente, dava maior destaque (no que diz respeito a novas plantações) às espécies nativas e ao controle da erosão. A verdade é que não pensei que essa iniciativa fosse muito longe e, certamente, foi frustrante ver a relativamente pequena área plantada com espécies nativas, mas achei que, de qualquer forma, era uma mudança de atitude significativa, voltada, em maior medida, para a conservação. Cabe, pois, se perguntar: será tão ruim que o setor privado se encarregue da propriedade e gestão dessas grandes plantações?

Eu daria ao governo uma injeção de fundos para reformas sociais e o libertaria da necessidade de levar a efeito programas florestais impopulares. Esse, pelo menos, parecia ser um dos principais fios da argumentação na conferência da Cidade do Cabo, e há muito de verdade nessa filosofia, mas anos de experiência no terreno político me ensinaram que deve existir um motivo subjacente por baixo do argumento. Lembrei das palavras do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, em inglês), no fórum sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo realizado na Convenção Mundial para o Desenvolvimento Sustentável: "Não havendo um motivo comercial a ser impulsionado, trata-se de caridade". A mensagem dessa declaração é clara (e esses eram empresários responsáveis e conscientes, considerados bons rapazes): os empresários não têm por costume se dedicar à caridade. Então, como é que isso se relaciona com a venda de plantações por parte dos governos? Bem, se apenas vão ser derrubadas e não vão ser usadas como fonte de abastecimento permanente, talvez, me interesse uma ova. Afinal, trata-se de espécies invasoras e de uma relíquia da colonização. Contudo, do ponto de vista comercial e de investimento, derrubá-las e ir embora não parece uma solução rentável. Não, pelo menos, se compradas por um preço razoável; do contrário, isso diz muito sobre a capacidade comercial do governo que está vendendo.

Portanto, é necessário levar em conta as implicações a longo prazo da propriedade dessas plantações nas mãos de pessoas com antecedentes provados de redução de postos de trabalho, uso de substâncias químicas tóxicas, corte de rente com maquinário pesado e investimento em pesquisa em engenharia genética. Por que a gente deve considerar isso? Porque "não havendo um motivo comercial a ser impulsionado, trata-se de caridade". As medidas acima mencionadas aumentam a margem de lucro, e esse é um motivo comercial: a margem de lucro. Ao administrarem as áreas com plantações, os governos têm a obrigação de ponderar o custo social das medidas que estão aplicando, pois caso sejam impopulares demais, os governantes podem ficar, eles próprios, na fila dos desempregados na próxima eleição. Na maior parte dos nossos países, temos a possibilidade de nos livrar, nós próprios, dos governos que tomam decisões impopulares demais. Porém, não podemos escolher a diretoria das empresas que vão gerenciar as plantações em regime de privatização, e esse é o problema. As empresas não têm as mesmas limitações de margem de lucro que podem ter os governos. Entretanto, se forem vendidas, o governo poderia, é claro, contornar a situação, dizendo o terrível que era, segundo ele, a empresa em questão, mas que é preciso deixar florescer a livre empresa, apesar de umas poucas falhas. Esse é o problema que eu vejo na venda dessas monoculturas de árvores. Outros vão ficar com o lucro e nós vamos continuar pagando o preço, com a diferença de que vai ser um preço bem maior e que não vai haver ninguém para responsabilizar pelos impactos sociais.

Se no seu país está sendo colocada a privatização de plantações, então, pense nos porquês e no que aconteceria se..., antes de deixar rolar como uma coisa que não lhe diz respeito, pois apenas se trata de plantações e você, de mais a mais, não gosta delas. (Por: Sandy Gauntlett, Boletim do WRM N° 68, março 2003).

Austrália: Plantações como "sumidouros de carbono" invadem a Tasmânia

A expansão de monoculturas florestais na Tasmânia –que é paradoxalmente o centro da origem do *Eucalyptus globulus*, uma das espécies mais utilizadas nas monoculturas florestais em todo o mundo– sob os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto está provocando grande preocupação na Austrália.

O programa do governo federal "Plantation 2020 Vision" se propõe estabelecer 650.000 hectares de plantações durante os próximos vinte anos na Tasmânia. Os governo federal e os governos estaduais na Austrália tem adotado uma visão de mercado, segundo a que o carbono pode ser capturado em plantações florestais, que depois serão cortadas em benefício das empresas. A Política Florestal Nacional promove não apenas a instalação de vastas monoculturas, mas também incentiva o desflorestamento para dar lugar às plantações, com todos os impactos negativos que isso implica, tanto no nível local quanto no nível global. O potencial das matas primárias como reservatórios de grandes quantias de carbono é completamente ignorado. No entanto, intensificou-se sua corta em várias zonas da sulista ilha da Tasmânia, onde as matas nativas de eucalipto estão sendo destruídas.

Ao mesmo tempo, a oposição às plantações aumenta, inclusive sob a forma de ações radicais, como a queima e a extração de árvores das plantações. A oposição a estas monoculturas tem ultrapassado o setor dos ambientalistas e agora inclui uma parte significativa da sociedade no nível rural, em especial os produtores leiteiros e os conselhos locais. Por exemplo, o grupo "Communities over Plantations", criado recentemente no norte do Estado é um grupo de pressão composto basicamente por membros da sociedade rural tradicional. Os produtores leiteiros se opõem às plantações pela baixa do valor das propriedades próximas às plantações e o isolamento social causado pela muralha formada pelas plantações localizadas no meio do que antigamente eram prósperas comunidades rurais. Por outro lado, as administrações dos condados enfrentam uma diminuição de suas receitas por impostos, devido à substituição de atividades agrícolas pelas plantações.

Os principais atores neste processo dos sumidouros de carbono não são nem sequer empresas australiana. Por exemplo, a Tokyo Electric Power Corporation (TEPCO) –parte do império corporativo Mitsubishi– estabeleceu uma *joint-venture* com a North Ltd. para estabelecer mais de 23.000 hectares sobre terras agrícolas. Na mesma situação está Victoria, onde uma companhia de seguros norte-americana –a John Hancock– é dona de 150.000 hectares de plantações.

A ONG australiana Native Forest Network está advogando pela adoção de práticas mais efetivas, realistas e não destrutivas para enfrentar o aumento da concentração do carbono atmosférico. Uma delas consiste em frear a prática destrutiva de cortar e queimar matas para obter produtos de escasso valor como são as lascas. Além das enormes quantias de carvão liberadas através da corta inicial das matas e da ulterior queima autodenominada de regeneração, as próprias lascas são convertidas em bens descartáveis –como pape– que são rapidamente destruídos, colaborando assim com o aumento das emissões num prazo muito curto. Nessa linha, o Partido Verde Australiano tem denunciado que tudo isso é uma manobra do governo para evitar abordar o candente tema da necessária redução das emissões de gases de efeito estufa, enquanto Greenpeace Austrália considera que o governo federal deveria concentrar sua atenção nas energias renováveis e empreender ações para cortar as emissões, em vez de tentar reduzir seus efeitos. (Boletim do WRM N° 35, junho de 2000).

Austrália: Estabelecimentos agrícolas da Tasmânia que alimentavam pessoas agora alimentam fábricas de estilhas

Preolenna, no noroeste da Tasmânia, mudou radicalmente em relação ao que costumava ser há apenas cinco anos. Segundo o plano do Governo Federal denominado Plantations 2020 Vision, essa comunidade, que soube ser agrícola, está vendo como suas propriedades rurais, que costumavam fornecer alimento às pessoas, são transformadas para fornecer madeira às fábricas de estilhas. O

modelo de plantações em grande escala de monocultura de árvores arrasou mais de trinta e cinco povoados agrícolas no interior do noroeste, de Circular Head a Wilmot.

Duas antigas moradoras, Colleen Dibley e Evelyn De Vito, denunciaram perante uma comissão nacional de revisão que, de 1997 a 2001, treze casas e onze granjas leiteiras foram arrasadas com escavadeiras, para dar lugar ao cultivo de árvores, depois da venda das granjas e da mudança das famílias. A Sra. Dibley declarou perante a comissão que, nos últimos cinco anos, perderam-se 187 postos de trabalho no noroeste, desde que as granjas foram transformadas em plantações de monoculturas destinadas à produção de estilhas.

No ano 1995, em Preolenna e Meunna, a indústria láctea empregava, de forma direta, 26 pessoas em 16 estabelecimentos de cultivo e produção láctea importantes. No presente ano, não tem nenhum empregado nessas granjas. Também, tinha cinco trabalhadores rurais empregados; hoje, esses postos de trabalho não existem. No mesmo período, o número de pessoas empregadas na indústria das plantações, que vem se expandindo de forma importante, estacou. Preolenna, outrora uma comunidade rural produtiva e ativa, tornou-se uma paisagem silenciosa, coberta de mata brava, propriedade de duas empresas madeireiras, e "agora é uma comunidade-dormitório, cujos moradores trabalham fora do distrito, ou dependem da assistência social".

Acompanhando as mudanças nas condições econômicas, Telstra eliminou sua torre de telefonia celular e foi retirada a rede de eletricidade. A Sra. Dibley afirmou que as empresas madeireiras não escolheram terras não aptas para a lavoura, mas terras agrícolas dos tipos três e quatro, ou de primeira categoria. A Sra. Dibley declarou perante a comissão que, embora as companhias madeireiras Gunns e Forest Enterprises tenham afirmado repetidas vezes que não utilizariam solos de primeira categoria, a publicidade de seu esquema de investimento mostrou uma imagem diferente: "Gunns realiza um rigoroso processo de seleção e avaliação de locais. Nossos locais estão em solos de grande fertilidade, com abundantes chuvas, e são confiáveis". Ela afirmou que, salvo por duas casas, Meunna não existe mais e que, nesse lugar, se ergue uma enorme plantação de monocultura industrial de *Eucalyptus nitens*, que apenas dá emprego temporário a quadrilhas de trabalhadores florestais.

No ano 1999, as áreas de Waratah-Wynyard e Burnie tinham mais plantações do que qualquer outra área do governo local da Tasmânia, sendo que o plantio se intensificou a partir do começo do ano 2000. Porém, nessas áreas, o desemprego é um dos mais altos do estado, e a população continua diminuindo. A Sra. Dibley afirmou perante a comissão que, somente com a destruição das granjas leiteiras, o Conselho de Waratah-Wynyard tinha perdido cerca de 4 milhões de dólares australianos ao ano.

Mas as mudanças não aconteceram em silêncio. Apesar da divisão criada entre os vizinhos, em 1999 e 2000, Preolenna foi tema de numerosas matérias de jornal, quando o grupo de moradores, cada dia mais reduzido, incluindo os granjeiros que venderam suas terras contra sua vontade, percebeu as conseqüências da destruição da base de sustento da comunidade.

Por sua vez, a Comissão de Referência de Assuntos Rurais, Regionais e de Transporte, do Senado australiano, está analisando os impedimentos para a indústria das plantações. O prazo de apresentação foi encerrado no final de agosto e, agora, entre outras coisas, a Comissão está analisando quais os impedimentos existentes para atingir os objetivos do plano Plantations 2020 Vision, e se deve ser modificada a estratégia. "Se Preolenna é um exemplo do que acontece quando existem certos impedimentos para a instalação da indústria madeireira, não quero nem pensar o que aconteceria se fossem supressos esses impedimentos", disse a Sra. Dibley. (Boletim do WRM N° 64, novembro 2002).

Papua-Nova Guiné: Incentivos para as plantações de palma azeiteira

Em Papua-Nova Guiné está uma das maiores matas tropicais que restam no planeta. Pelo menos setenta e cinco por cento de suas matas originais continuam em pé, e ocupam vastas regiões de grande riqueza biológica, com uma área total de 100.000 milhas quadradas. Suas matas são o hábitat de mais de 200 espécies de mamíferos, 20.000 espécies de plantas, 1.500 espécies de árvores e 750 espécies de pássaros, a metade das quais são endêmicas da ilha. Estima-se que entre 5% e 7% das espécies conhecidas do mundo habita na Papua-Nova Guiné. Animais e plantas pouco comuns como a maior orquídea, a maior borboleta, o lagarto mais comprido, a maior pomba e o menor papagaio que tenham sido registrados moram nestas matas. A mata é também o lar dos povos indígenas. Mas estas matas e os povos que moram nelas estão ameaçados pelas plantações de palma azeiteira e as atividades madeireiras em grande escala.

A Papua-Nova Guiné é o sétimo produtor mundial e o terceiro exportador de palma azeiteira. Coloca quase a totalidade de sua produção na Europa. O país tem desenvolvido a indústria da palma azeiteira nos últimos anos, principalmente na província de West New Britain, que é a que lidera a produção de azeite de palma no país, e é conhecida como "a província da palma azeiteira".

No início, as plantações de palma azeiteira foram implementadas por companhias nas que o governo possuía ações. Mas atualmente a situação tem mudado com os crescentes investimentos de companhias chinesas, malaias e indonésias em plantações de palma azeiteira que destroem as matas para dar lugar a esta monocultura. Portanto, está produzindo-se a apropriação das terras das comunidades locais e também a resistência dos povoadores a esta atividade. Um dos casos é o do povo indígena Maisin, que habita a mata tropical da Papua-Nova Guiné. Os Maisin iniciaram uma ação legal contra uma companhia malaia que conseguiram que chegasse até a Suprema Corte da Papua-Nova Guiné. A companhia argumentou que possuía direitos de arrendamento, tanto para desmatar as florestas dos Maisin quanto para estabelecer uma plantação de palma azeiteira. Segundo a Constituição da Papua-Nova Guiné, os Maisin são os proprietários legais de suas terras tradicionais. Os Maisin dizem que em tempo nenhum assinaram a entrega de suas matas e que a companhia malaia possui um contrato de arrendamento que não é válido com assinaturas falsificadas. A companhia nega as acusações, mas a Suprema Corte da Papua-Nova Guiné proibiu a execução do projeto até a resolução final do caso.

Em vez de promover atividades ambientalmente adequadas e de benefício social (como o manejo comunitário de matas), o governo da Papua-Nova Guiné apóia ativamente esse tipo de iniciativas. Em abril de 2001, o Ministro da Pecuária Muki Taranupi anunciou planos de incentivos tributários para o setor da palma azeiteira, com o fim de promover o crescimento e aumentar a produção. O Ministro afirmou que se oferecerão facilidades fiscais às plantações de palma azeiteira e se reduzirão as tarifas às importações agrícolas. Acrescentou que também tinha dado instruções a seu Ministério para examinar a possibilidade de reduzir as tarifas de importação para equipamentos e implementos agrícolas, incluindo adubos.

É importante salientar que este tipo de atividade, que produz o empobrecimento das populações locais (que perdem suas terras e matas) e o esgotamento dos recursos biológicos e hídricos, recebe forte apoio governamental, enquanto outras atividades social e ambientalmente benéficas não o recebem. No caso da Papua-Nova Guiné, as plantações de palma azeiteira nem sequer estão destinadas à produção de azeite comestível para a população local e quase a totalidade da produção está orientada para a exportação. Mais uma vez, os ganhos empresariais e os benefícios macroeconômicos parecem ser mais importantes que a sustentação das populações locais e a conservação do meio ambiente. (Boletim do WRM N° 47, junho de 2001).

Papua-Nova Guiné: Impactos de monoculturas de palma azeiteira promovidas desde a Inglaterra

A CDC Capital Partners é um ator principal nas plantações de palma azeiteira da Papua-Nova Guiné. O que foi antigamente um programa de ajuda ao exterior do Reino Unido, transformou-se numa companhia mista e investe na PNG através da companhia Pacific Rim Plantations Ltd., na que possui 76% do pacote acionário.

A Pacific Rim Plantations Ltd. tem a propriedade e a administração de aproximadamente 23.000 hectares de plantações de palma azeiteira em três zonas: a Província do Norte (Pondedeta), a província de Milne Bay (Alotau) na costa norte da Papua-Nova Guiné e em Kavieng na ilha Nova Irlanda. Opera numa *joint-venture* com o governo da Papua-Nova Guiné, que tem uma participação de 20%.

A CDC tem planos no longo prazo para duplicar sua capacidade de produção de azeite de palma, e tem estado comprando terras tradicionais. Apesar de que conforme seu Plano Ambiental as áreas a ser cortadas eram "matorrais" e "arbustos secundários", fotografias recentes mostram que as operações da CDC impulsionam o desflorestamento de matas tropicais úmidas em terras baixas da Papua-Nova Guiné. Uma das áreas mais afetadas é o hábitat da maior borboleta do mundo, a borboleta Rainha Alexandra (*Ornithoptera alexandrae*), orgulho dos povos locais, que tem sido classificada com uma espécie rara e em perigo de extinção pela UICN e aparece no Apêndice 1 de CITES.

Um grupo ambientalista local, Conservation Melanesia (CM) evidenciou que os problemas da preparação de terras pela CDC vão desde a corta de vegetação até as próprias margens de riachos e rios, até a plantação no meio dos córregos. Todas as empresas plantadoras de palma azeiteira plantam através de córregos menores, que tendem a secar-se durante a estação seca. No entanto, esses córregos têm um papel importante no ecossistema...até que a vegetação natural circundante é cortada e plantada com palma azeiteira. Além disso, a fábrica processadora de azeite de palma da CDC em Oro vazava de forma aberta e direta num rio local e seus afluentes. Grande número de pessoas que moram ao longo desse rio, que se estende por todo o interior da província até os povoados da costa, tem se queixado da poluição da água, os peixes mortos e a destruição causada por enchentes, que nunca antes tinham ocorrido até que se construiu a fábrica de processamento. Mas a CDC tem feito muito pouco para solucionar esses problemas.

Além disso, esses problemas não são novos. Já em 1994, FoE-EWNI e WWF-UK criticaram à CDC por destruir as matas tropicais nos estabelecimentos de Milne Bay e também por levar às comunidades locais a depender de um único cultivo comercial orientado à exportação, vulnerável a flutuações de preço descontroladas. Advertiram que ao colocar a fábrica no lugar se alentaria aos moradores locais a cortar em suas próprias terras para cultivar palma azeiteira e aparentemente isso é exatamente o que aconteceu.

A CDC argumenta que tem uma atitude socialmente responsável e que tem lançado programas de construção e de investimento nas comunidades para melhorar as condições de vida. Mas existem relatórios que afirmam que a CDC está promovendo o desenvolvimento de palma em pequenos estabelecimentos de proprietários locais, porque ao basear-se na poupança de custos salariais de mão-de-obra, este sistema resulta mais rentável para a companhia que continuar ampliando suas próprias plantações. A companhia proporciona sementes e créditos a ser pagados em 4 ou 5 anos aos proprietários de terra se cultivam palma azeiteira em suas propriedades.

As objeções das ONGs se relacionam com processos de consentimento informado e com os acordos de arrendamento das terras, a falta de sindicatos de trabalhadores de palma azeiteira, os baixos salários e a falta de informação objetiva à disposição dos proprietários. Além disso, as transações com os povoados locais não se realizam em pé de igualdade. Os moradores da Papua-Nova Guiné tradicionalmente têm tido um enfoque comum para a propriedade da terra e não têm consciência dos

compromissos que implicam os contratos comerciais sofisticados que assinam. (Boletim do WRM Nº 49, agosto de 2001).

Papua-Nova Guiné: Devolução de terras tradicionais barra destruição de florestas através de derrubada e plantações de dendezeiro

Os proprietários das terras tradicionais de Maisin e Wanigela, na região de Collingwood Bay, na província do Ouro, têm muito o que comemorar.

Em maio de 2002, o Tribunal Nacional de Waigani devolveu as terras tradicionais que tinham sido arrendadas do Estado no início de 1999, através de um contrato de arrendamento-retroarrendamento com a Keoro Development Corporation, uma empresa latifundiária local. A idéia era despejar a área para dar lugar a plantações de dendezeiro. As terras em questão abrangem 38 mil hectares de rico solo vulcânico, com uma área de floresta muito vasta.

Os moradores de Collingwood Bay consideraram o "arrendamento" de suas terras ilegal, motivo pelo qual resolveram tentar entrar na Justiça, para ver se o império da lei e da justiça pode ser ignorado pelas empresas de mineração, seus agentes e sujeitos corruptos no nível do governo.

Segundo a maior parte dos donos de terras, apenas poucas pessoas tinham assinado o contrato de aluguel, sem terem sido consultados, de forma adequada, vários proprietários tradicionais de Collingwood Bay. A vitória na Justiça suprimiu a ameaça de derrubada e conversão para monoculturas de árvores, em terras cujos proprietários podem abrir pequenas empresas comunitárias autogestionadas, sem destruir as florestas.

Essa conquista também representa um estímulo para outros proprietários de terras que enfrentam problemas semelhantes, para reclamar terras expropriadas sem seu consentimento e reafirmar seu direito de participar nos debates sobre o uso de suas terras. Por exemplo, os proprietários de terras de Kuinga-Aimbak, na província Ocidental, também estão lutando para deter as operações madeireiras em sua região.

Houve quatro dias de comemoração, à qual compareceram os amigos de dentro e de fora da Papua-Nova Guiné que colaboraram com os proprietários de terras durante a longa batalha, como o Greenpeace, o Environmental Law Center e a Conservation Melanesia. Os convidados receberam uma infinidade de presentes de todos os povoados e foram homenageados com uma cerimônia tradicional com gordura de porco, em sinal de respeito e gratidão pelo apoio dado. "À diferença de nossos predecessores e ancestrais, que travaram batalhas com lanças e paus, nós demos essa batalha com papéis e canetas, pois a nossa terra foi roubada com papéis e canetas", afirmou um proprietário de Collingwood Bay.

Embora o resultado tenha sido favorável, essa prova foi bem difícil para os moradores, e significou mudanças permanentes em suas vidas. Tiveram que arcar com as dispendiosas custas e viram-se obrigados a tomar decisões que afetaram a segurança e o bem-estar de suas famílias e que, em maior medida, implicavam colocar em risco sua própria vida. (Boletim do WRM Nº 64, novembro 2002).

DEZ RESPOSTAS A DEZ MENTIRAS

Ricardo Carrere

Plantar árvores pode ser uma coisa muito boa, mas também pode ser muito ruim. Depende do objetivo, da escala, do lugar de instalação e dos benefícios ou prejuízos que isso traz às comunidades locais. As plantações em grande escala de espécies de rápido crescimento, como eucaliptos e pinheiros, são as que produzem maiores impactos negativos, tanto a nível social quanto ambiental. Devido a tais impactos, esse tipo de plantação tem dado lugar a lutas generalizadas em contra. A resposta das empresas plantadoras e dos promotores que impulsionam esse modelo consiste em negar a ocorrência desses impactos e em elaborar e divulgar uma enganosa propaganda destinada a obter o apoio dos setores desinformados da população. Entre as muitas falsidades espalhadas, favoráveis às monoculturas florestais em grande escala, encontram-se as seguintes 10:

Mentira N° 1: As plantações florestais são "florestas plantadas"

Tanto os técnicos quanto as empresas insistem em chamar as plantações de "florestas plantadas". Essa confusão entre um cultivo (de árvores) e uma floresta é o ponto de partida da propaganda a favor das plantações. Num mundo consciente do grave problema do desmatamento, a atividade de "plantar florestas" é percebida, geralmente, como uma coisa positiva. Não obstante, uma plantação não é uma floresta, e o único que elas têm em comum é que, nas duas, predominam as árvores. Aí acaba a semelhança. Uma floresta tem:

- numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades
- uma grande quantidade de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto sobre as próprias árvores e arbustos (trepadeiras, epífitas, parasitas, etc.)
- uma enorme variedade de espécies de fauna que aí encontram abrigo, alimentos e possibilidades de reprodução

Essa diversidade de flora e de fauna interage com outros elementos, como os nutrientes do solo, a água, a energia solar e o clima, de modo a assegurar a sua auto-regeneração e a conservação de todos os elementos que a compõem (flora, fauna, água, solo).

As comunidades humanas também fazem parte das florestas, pois muitos povos as habitam, interagem com elas e ali obtêm um conjunto de bens e serviços que garantem a sua sobrevivência.

Diversamente da floresta, uma plantação comercial em grande escala está constituída por:

- uma ou poucas espécies de árvores de rápido crescimento, plantadas em blocos homogêneos da mesma idade
- pouquíssimas espécies de flora e fauna que conseguem se instalar nas plantações

As plantações comerciais requerem preparação do solo, seleção de plantas de rápido crescimento e com as características tecnológicas requeridas pela indústria, fertilização, eliminação da "mata brava" com herbicidas, plantio com espaçamento regular, colheita em intervalos curtos de tempo.

Por outro lado, as comunidades humanas não só não habitam as plantações comerciais, mas também, geralmente, sequer lhes é permitido o acesso, pois elas são consideradas um perigo para as mesmas. No melhor dos casos, elas são percebidas como fornecedoras de mão-de-obra barata, para o plantio das árvores e a colheita que será realizada anos depois.

Como, além disso, o objetivo é produzir e colher grandes volumes de madeira no menor tempo possível, pode-se dizer que ela tem as mesmas características que qualquer outro cultivo agrícola. Portanto, não se trata duma "floresta", mas, sim, dum cultivo, como é freqüentemente admitido pelas próprias empresas plantadoras ao serem perguntadas a esse respeito.

Em síntese, uma plantação não é uma "floresta plantada", pois, além do que já foi dito, é evidente que não é possível plantar nem a diversidade de flora e fauna que caracteriza uma floresta, nem o conjunto de interações com os elementos vivos e inorgânicos que acontecem numa floresta.

Mentira N° 2: As plantações florestais melhoram o meio ambiente

Apresentadas como "florestas plantadas", argumenta-se que as plantações servem para proteger e melhorar os solos, regular o ciclo hidrológico e conservar a flora e a fauna locais. Tudo isso é verdadeiro no caso das florestas, mas não no das plantações. Com efeito, as plantações em grande escala não só não melhoram o meio ambiente, mas também provocam impactos negativos:

1) Nos solos. Esse tipo de plantio tende a degradar os solos, pela conjunção duma série de fatores:

- erosão, especialmente, porque o solo fica descoberto tanto nos 2 primeiros anos posteriores ao plantio, quanto nos 2 anos posteriores à colheita, o que facilita a ação erosiva da água e do vento
- perda de nutrientes, tanto pela erosão, quanto pelos elevados volumes de madeira extraídos do lugar cada poucos anos
- desequilíbrios na reciclagem de nutrientes. Em se tratando de espécies exóticas, os organismos decomponentes locais encontram grandes dificuldades para decompor a matéria orgânica que cai das árvores (folhas, galhos, frutos), fazendo com que os nutrientes que caem no chão demorem muito em poder voltar a ser reutilizados pelas árvores. Tanto no caso dos pinheiros quanto dos eucaliptos, é comum observar como se acumula, sem se decompor, a folhagem sobre o solo
- compactação, pelo uso de maquinaria pesada, o que dificulta a penetração da água de chuva e facilita a erosão
- difícil reconversão. Do conjunto desses e de outros impactos, segue-se que, em muitos casos, será muito difícil poder voltar a utilizar esses solos para a agricultura.

2) Na água. Esse elemento vital é afetado tanto em quantidade quanto em qualidade:

- quanto à bacia, depois da instalação dessas plantações, o volume de água disponível tende a diminuir. Em realidades tão diferentes quanto o sul do Chile, o estado do Espírito Santo, no Brasil, a África do Sul e a Tailândia, constata-se que o regime hídrico sofre mudanças negativas importantes, resultantes do plantio de pinheiros e eucaliptos de rápido crescimento em grandes áreas. Isso é produto de vários fatores, mas o principal é o elevado consumo de água dessas espécies. Para crescer, os vegetais levam os nutrientes do solo até as folhas, onde acontece a fotossíntese. O meio para levar os nutrientes até a folha é a água. Para crescer mais, são necessários mais nutrientes, o que significa maior uso de água para transportá-los até as folhas. Em se tratando de extensas plantações, crescendo a um ritmo muito acelerado, os impactos na água tornam-se sempre mais graves, chegando, até, à desaparecimento de mananciais e cursos de água.
- para confundir, os promotores das plantações argumentam que algumas espécies de árvores (em especial, os eucaliptos) produzem mais biomassa por unidade de água empregada, e que, portanto, são mais "eficientes" do que as árvores nativas. Contudo, eles não levam em conta que as plantações de eucaliptos são, visivelmente, "ineficientes" na produção de alimentos, forragem, remédios, fibras vegetais, frutos, fungos e outros produtos que a população local obtém nas florestas. Além disso, é irrelevante estabelecer a eficiência duma plantação de eucaliptos para produzir madeira com uma

determinada quantidade de água se, de qualquer forma, ela emprega mais água daquela que a área pode produzir.

- as espécies mormente empregadas nas plantações (eucaliptos e pinheiros) dificultam a infiltração da água no solo, o que, somado ao enorme consumo de água, agrava os impactos a nível de bacia.
- a qualidade da água vê-se, também, afetada, tanto pela erosão quanto pelo uso generalizado de agroquímicos, que a contaminam.

3) Na flora. Os impactos na flora local são múltiplos e graves, devido à grande escala dessas plantações, que atingem uma enorme quantidade de habitats:

- em muitos casos, as plantações constituem um fator de desmatamento, pois a sua instalação é precedida pelo corte ou queima da floresta preexistente, como acontece frequentemente em regiões tropicais e, em especial, na Indonésia. Nesses casos, o impacto é enorme
- na zona temperada, a flora do ecossistema de pradaria diminui em abundância e riqueza, quando, sobre ela, são instaladas plantações
- na área ocupada pela plantação, grande parte da flora local é exterminada, para evitar que compita com as árvores plantadas, e somente algumas poucas espécies conseguem se instalar no âmago das plantações. Mas, até essas poucas espécies, são eliminadas cada poucos anos, quando a plantação é cortada e replantada, recorrendo, mais uma vez, à aplicação de herbicidas para eliminar a concorrência
- entre a flora que desaparece no âmago da plantação, é importante destacar, muito especialmente, a flora do solo, que cumpre uma função essencial na conservação da fertilidade do solo a longo prazo
- o impacto na água, acima mencionado, também atinge a flora local, mesmo ela se encontrando a muita distância do local da plantação

4) Na fauna. Os impactos na fauna

- para a maioria das espécies da fauna local, as plantações são desertos alimentares, motivo pelo qual elas tendem a desaparecer. As raras espécies que conseguem se adaptar são exterminadas (por serem consideradas "uma praga" para a plantação), ou, então, assistem à desaparecimento de seu novo habitat, toda vez que a plantação é cortada para a venda da madeira.
- quando a plantação é precedida pelo desmatamento, o impacto na fauna local é máximo
- assim como no caso da flora, tanto o desmatamento prévio ao plantio quanto as mudanças na água e no solo afetam negativamente um amplo espectro de espécies da fauna
- os desequilíbrios biológicos provocados por essas plantações dão lugar, frequentemente, ao surgimento de pragas que afetam as produções agropecuárias vizinhas.

Mentira N° 3: As plantações servem para aliviar a pressão sobre as florestas

O argumento é que, pelo fato de existir mais madeira disponível a partir das plantações, haveria uma menor extração de madeira nas florestas nativas. Embora isso possa parecer lógico, na realidade constatou-se que as plantações são, em geral, mais um fator de desmatamento, pois:

- em muitos países, as plantações são instaladas, eliminando previamente a floresta existente. Nalguns casos, essa eliminação é efetuada por meio de gigantescas queimas provocadas, enquanto, noutros, o corte da floresta e a venda da madeira servem para financiar a plantação. Dá-se o caso, também, da plantação justificar o desmatamento, pois argumenta-se que o corte de grandes áreas não constitui desmatamento, se seguido do plantio de árvores. Nalguns casos, o simples anúncio do interesse das empresas plantadoras, por investir numa determinada região, provoca um movimento especulativo, que consiste em adquirir e degradar rapidamente áreas de floresta, para possibilitar que as mesmas possam, depois, ser destinadas ao plantio de árvores por essas mesmas empresas.
- em numerosos casos, o processo acima mencionado determina a migração (voluntária ou forçada) dos moradores da região, os quais são obrigados a ingressar noutras regiões florestais, onde iniciam

um processo de desmatamento, para poder satisfazer as suas necessidades básicas. Isto é, nesses casos, o desmatamento provocado pela plantação é duplo.

- a madeira produzida nas plantações não substitui, de forma alguma, as valiosas espécies da floresta tropical, pois as duas têm mercados diferentes. Enquanto a maior parte da madeira da plantação destina-se à produção de papel e produtos de madeira de baixa qualidade, a maior parte da madeira extraída das florestas (especialmente, tropicais) é transformada em produtos de alta qualidade.

- além disso, esse argumento ignora o fato do consumo de madeira não constituir a única causa de desmatamento. Numerosas áreas de floresta são freqüentemente eliminadas, para destinar o solo a cultivos de exportação ou à pecuária extensiva; outras desaparecem sob gigantescas represas hidroelétricas; os mangues são eliminados, para destinar a área à produção industrial de camarão; a exploração petroleira e mineira destrói grandes regiões florestais, etc. Nenhum desses processos destrutivos diz respeito à maior ou menor área destinada a monoculturas florestais, motivo pelo qual é evidentemente falso que, nesse caso, possam "aliviar a pressão" sobre as florestas.

Decididamente, apesar do crescente auge das plantações florestais, a área florestal do planeta continua diminuindo, o que demonstra que o pretenso alívio da pressão sobre as florestas não é senão um exercício de propaganda interesseira.

Mentira N° 4: As plantações permitem aproveitar e melhorar terras degradadas

Esse argumento, promovido pelas grandes empresas plantadoras, é, no seu caso, absolutamente falso, pois as plantações comerciais em grande escala dificilmente são instaladas em terras degradadas. O motivo é muito simples: nesse tipo de solos, as árvores não crescem bem, motivo pelo qual plantar aí não é rentável.

Mas ainda é necessário esclarecer alguns aspectos, pois essa questão toda tende a ser muito confusa. Com efeito, deve-se esclarecer o que se entende por "terras degradadas", e igualmente ressaltar que alguns tipos de plantações não comerciais realizam-se, efetivamente, em terras degradadas, e conseguem melhorá-las.

Para o comum das pessoas, a expressão "terra degradada" sugere uma visão tipicamente lunar, com solos gravemente erodidos e escassa ou nula vegetação. Nesses casos, qualquer atividade que vise a recuperação desses solos, seja através do plantio de árvores, ou por outros meios, pode ser considerada essencialmente positiva. Contudo, a expressão "terra degradada" pode designar, simplesmente, uma região de floresta que foi cortada, ou uma região agrícola de subsistência, que conservam o seu potencial produtivo. Costuma-se falar, também, de "terras subutilizadas", como sinônimo de degradadas. Em síntese, as empresas plantadoras são as que determinam se a terra está degradada ou subutilizada, e, desse modo, justificam as suas plantações perante a opinião pública. Não obstante, os moradores locais, geralmente, não concordam nem com o fato da terra estar degradada ou subutilizada, nem, menos ainda, com o fato dela ter que ser plantada com eucaliptos, pinheiros ou outras espécies comerciais. Em muitos casos, isso é o que motiva a resistência dos moradores locais à avalanche plantadora, que tenta se apropriar de terras que são produtivas, e não "degradadas" nem "subutilizadas".

Em segundo lugar, não pode ser aceita a presunção da plantação comercial em grande escala de eucaliptos ou pinheiros ter a mesma capacidade de reabilitação de terras degradadas daquela que têm as plantações em menor escala de espécies forrageiras, alimentares, produtoras de lenha para o abastecimento da população local, ou fixadoras de nitrogênio.

Mentira N° 5: As plantações servem para conter o efeito estufa

Esse é um dos argumentos recentemente em voga. Afirma-se que, ao crescerem, as árvores vão tomando carbono em quantidades superiores às emitidas, de modo que apresentam um saldo neto positivo em relação à quantidade de bióxido de carbono (o principal gás de efeito estufa) na atmosfera. Contudo, as plantações florestais ainda devem demonstrar que são sumidouros de carbono.

Em termos gerais, qualquer área coberta de plantações, na ausência de provas contrárias, deveria ser considerada uma fonte neta de carbono, e não um sumidouro. Em primeiro lugar, porque, em muitos casos, essas plantações substituem as florestas, o que determina que o volume de carbono liberado pelo desmatamento seja superior àquele que a plantação em crescimento pode capturar, inclusive a longo prazo. Mesmo quando não há desmatamento, elas são instaladas noutros ecossistemas que também armazenam carbono (como as pradarias), o qual é liberado na atmosfera como consequência da plantação. Além disso, existe uma segunda questão crucial: essas plantações serão colhidas, ou não? Em caso de acontecer a primeira hipótese, elas seriam, no melhor dos casos, tão só sumidouros temporários: o carbono é armazenado até a colheita, para, depois, ser liberado em poucos anos (nalguns casos, inclusive, em meses), quando o papel ou outros produtos derivados das plantações são destruídos. No caso das árvores não serem colhidas, as plantações estariam ocupando milhões e milhões de hectares, que poderiam ser usados para fins bem mais proveitosos, como a produção de alimentos.

Isto é, existem muitas incertezas acerca da suposição das plantações serem, em todo lugar, sumidouros de carbono por um lapso superior ao período primeiro de rápido crescimento, em virtude de que elas podem não sê-lo, sequer, nesse período. Essa suposição de "senso comum" tem que ser referendada por pesquisas, antes das plantações serem aceitas, sem mais, como sumidouros de carbono.

Finalmente, é essencial focalizar a questão em sua total dimensão e analisar o conjunto de impactos que a promoção de grandes monoculturas florestais com espécies de rápido crescimento pode provocar noutras áreas ambientais e sociais. Cientes do fato dessas plantações estarem causando impactos no ambiente (solos, água, flora e fauna) e nas comunidades locais, não é aceitável que sejam promovidas com um propósito "ambiental" como o de conter o efeito estufa. A solução terá de acontecer através da redução das emissões de CO₂ (resultantes do uso de combustíveis fósseis) e da proteção das florestas, e não através de tentativas de colonizar enormes áreas de terra, sem ter analisado plenamente as consequências.

Mentira N° 6: As plantações são necessárias para satisfazer um crescente consumo de papel

O consumo de papel é percebido, geralmente, como uma coisa positiva, ligada à alfabetização, ao acesso à informação escrita e a uma maior qualidade de vida. Essa percepção do público é usada pelas empresas plantadoras, para justificar a suposta necessidade de aumento da produção de celulose a partir de suas extensas plantações de pinheiros e eucaliptos. Portanto, essa questão exige vários esclarecimentos:

- grande parte da celulose produzida no sul não se destina ao abastecimento da população desses países, mas, sim, aos consumidores do norte. Enquanto os Estados Unidos e o Japão têm um consumo anual de papel per capita de mais de 330 e 230 quilos, respectivamente, países exportadores de celulose, como o Chile, a África do Sul, o Brasil e a Indonésia, mostram um consumo per capita de 42, 38, 28 e 10 quilos, respectivamente
- Em torno de 40% do papel produzido no mundo é usado em embalagem e envoltório, ao passo que só 30% destina-se a papeis de escrita e impressão, motivo pelo qual o argumento da alfabetização não é tão relevante quanto se pretende mostrar
- além disso, grande parte do consumo de papel de escrita e impressão vai para a publicidade. Nos Estados Unidos, 60% do espaço de revistas e jornais fica reservado para anúncios, ao passo que, anualmente, são produzidos uns 52.000 milhões de unidades de diversos tipos de material de

publicidade, incluídos 14.000 milhões de catálogos para compras pelo correio, os quais, amiúde, vão parar diretamente na lata do lixo. Esse tipo de consumo excessivo de papel não é exclusivo dos Estados Unidos; também é característico da maioria dos países do norte, e, inclusive, pretende-se exportar esse modelo aos países do sul.

A questão consiste, então, em que o consumo atual de papel é ambientalmente insustentável, e em que grande parte do mesmo é socialmente desnecessário. Portanto, nem os planos de uso das florestas, nem os planos de expansão das plantações florestais, podem pretender se auto-justificar, alegando que "a humanidade" necessita de mais papel.

Mentira N° 7: As plantações são muito mais produtivas do que as florestas

Esse argumento pode parecer convincente se for observado o rápido crescimento das árvores numa plantação de pinheiros ou eucaliptos. Porém, depende do que se entende por "produtivo", e de quem é beneficiado com essa produção.

Uma plantação comercial produz um grande volume de madeira para a indústria, por hectare e por ano. Mas isso é tudo quanto produz. O beneficiário direto dessa produção é a empresa proprietária da plantação.

Uma floresta não produz somente (como a plantação) madeira para o mercado; a sua produção abrange outros tipos de árvores, vegetais, animais, frutas, fungos, mel, forragem, adubo, lenha, madeiras para usos locais, fibras vegetais, remédios, e, além disso, gera uma série de serviços em matéria de conservação de solos, biodiversidade, recursos hídricos e microclima.

Quando se argumenta que as plantações são muito mais produtivas do que as florestas, somente se compara o volume de madeira para a indústria que pode ser extraído delas, e, nessa comparação, a plantação aparece como sendo superior.

Não obstante, quando se compara a totalidade de bens e serviços fornecidos pela plantação e pela floresta, comprova-se que esta é muito mais produtiva do que a plantação. E mais: em muitos aspectos, a produção da plantação é nula (por exemplo, na produção de alimentos, de remédios ou de forragem), podendo, até, ser negativa, quando afeta outros recursos, como a água, a biodiversidade ou o solo.

Em especial, isso torna-se evidente para aquelas comunidades locais que sofrem os efeitos da implantação de extensas monoculturas florestais, pois suportam a perda da maior parte dos recursos que, até então, garantiam a sua sobrevivência. Para elas, a produtividade dessas plantações é nula, ou, melhor dizendo, de índole negativa.

Mentira N° 8: As plantações geram emprego

Esse é, também, um argumento típico entre aqueles que promovem as plantações. Porém, na maioria dos casos, essa afirmação é totalmente falsa.

As grandes plantações geram emprego direto, fundamentalmente, nas fases de plantio e de colheita. Depois do plantio, o emprego cai substancialmente. No momento da colheita, a plantação necessita novamente de contratação de mão-de-obra, mas o número de vagas tende a diminuir visivelmente, pela crescente mecanização dessa operação.

Os escassos empregos gerados são, em geral, de muito baixa qualidade, sendo, na maioria das vezes, de caráter temporário, com baixos salários e em condições de trabalho caracterizadas pela má alimentação, o alojamento inadequado e o incumprimento da legislação trabalhista em vigor. Os

acidentes e as doenças de trabalho são freqüentes. O modelo dominante no sul é aquele em que as empresas plantadoras subcontratam empresas informais, para a realização das tarefas de plantio e colheita. Em virtude do escasso investimento exigido, a concorrência entre essas empresas informais baseia-se, fundamentalmente, na redução do custo de mão-de-obra, fato que explica as péssimas condições salariais e de trabalho dos trabalhadores florestais. Somente nos casos em que a colheita é realizada com moderna e custosa maquinaria florestal, essas tarefas são feitas pela empresa plantadora, que, então, sente-se na obrigação de oferecer melhores condições de trabalho.

Em muitos países, tendem, simultaneamente, a privar os antigos ocupantes da terra de suas anteriores fontes de trabalho. É comum que essas plantações sejam instaladas em terras destinadas à agricultura de subsistência, motivo pelo qual, inclusive, a tendência do emprego neto é, em muitos casos, negativa. Por outro lado, quando a sua instalação envolve a prévia destruição da floresta, os moradores locais ficam privados duma série de atividades e fontes de renda que dependem dos recursos fornecidos pela floresta. Em quase todos os casos, as plantações trazem como resultado a expulsão da população local, que se dirige, principalmente, aos cinturões de miséria das cidades.

De modo geral, as plantações geram muito menos emprego do que a agricultura; e o saldo só é positivo nalgumas poucas áreas, escassamente povoadas, dedicadas à pecuária extensiva. Em relação ao emprego industrial, as plantações nem sempre dão lugar à criação de indústrias locais, em virtude da produção, em muitos casos, estar voltada para a exportação direta dos troncos sem processar. Mesmo quando são abertas indústrias de polpa e papel, seu alto grau de mecanização resulta na criação de poucas vagas.

De todas as atividades capazes de gerar emprego a nível local, a atividade plantadora é, provavelmente, a pior opção. O objetivo das empresas florestais não consiste na geração de emprego, mas, sim, na geração de lucros para seus acionistas. Não obstante, valem-se desse falso argumento, para justificar socialmente seu empreendimento.

Mentira Nº 9: Os possíveis impactos negativos das monoculturas florestais industriais podem ser evitados ou mitigados com um bom gerenciamento

Em última instância, os promotores das plantações podem aceitar que elas não são florestas e que podem causar impactos negativos, mas acrescentam que esses impactos acontecem devido a um mau gerenciamento, e não às próprias plantações. A solução –afirmam– é, pois, técnica: aplicar bons métodos de gerenciamento.

Todavia, não se trata duma questão técnica, mas, sim, duma questão essencialmente política, de poder, com beneficiários e prejudicados. Nos centros do poder, são tomadas as decisões que afetam a vida e as possibilidades de sobrevivência das comunidades locais e condicionam fortemente as decisões dos governos, com o objetivo de prover o mercado global dos produtos madeireiros que ele requer. As necessidades e as aspirações locais não contam. Daí resultam os principais problemas acarretados por esse tipo de plantação. É evidente que isso não se resolve com um "bom gerenciamento". E mais: o bom gerenciamento das empresas plantadoras consiste, em primeiro lugar, em convencer o governo de que lhes permita investir em determinadas regiões do país, de que lhes conceda determinadas vantagens (subsídios diretos e indiretos), e de que intervenha, em caso de necessidade, para despejar ou reprimir os moradores locais. Em grande número de casos, as diferentes formas de pressão ou repressão constituem a principal ferramenta de "bom gerenciamento" para resolver os conflitos sociais gerados pelas plantações.

No que diz respeito aos impactos ambientais provocados pelas plantações comerciais, também é utópico pretender que eles possam ser resolvidos através dum bom gerenciamento técnico. As próprias características do modelo fazem com que ele seja, basicamente, insustentável, mesmo adotando

práticas conservacionistas, ou fazendo monitorizações destinadas, também, em grande medida, a melhorar a imagem da empresa diante dos possíveis opositores ambientalistas. Com efeito, o modelo se caracteriza:

- pela grande escala. Não é igual o impacto ambiental que pode provocar um eucalipto ou um pinheiro, aos impactos que provocam dezenas ou centenas de milhares de hectares concentrados em determinada região dum país. A alteração do espaço geográfico é enorme. Para dissimular esse fato, os promotores das plantações insistem, atualmente, em usar percentagens, dizendo que "só ocupam 1 ou 2% da área total do país". Porém, não se pode tampar o sol com a peneira. A verdade é que se trata de grandes concentrações de monoculturas florestais, e o único "bom gerenciamento" possível é, justamente, reduzir a questão a percentagens.

- pela monocultura de espécies exóticas. Embora seja verdade que a maioria das espécies agrícolas são exóticas, no caso das espécies usadas nos cultivos florestais, isso envolve fortes implicações negativas. A escolha dessas espécies tem origem, em parte, na inexistência de pragas e doenças, nos países onde elas são introduzidas, que possam afetá-las. Embora isso seja totalmente lógico para o plantador, é um problema para a fauna local, para a qual essas plantações constituem um deserto alimentar. Somado à questão da grande escala, o impacto, principalmente, na fauna, é, em consequência, enorme. A biodiversidade do solo vê-se gravemente afetada, devido a que os restos vegetais dos pinheiros e eucaliptos são tóxicos para grande parte da flora e da fauna do solo. Além disso, o sistema apresenta uma grande debilidade intrínseca, pois, se surgir uma espécie capaz de se alimentar das árvores vivas, se transformará numa praga, que poderá pôr em risco todas as plantações similares da região.

- pela rapidez do crescimento. A lógica empresarial desses empreendimentos faz com que a rapidez de crescimento seja essencial para garantir a rentabilidade do investimento. Esse crescimento baseia-se, em parte, na seleção de espécies, mas, também, na utilização de fertilizantes e herbicidas (que afetam o solo e a água), e num consumo enorme de água, que afeta a região como um todo. Como se não bastasse, a biotecnologia florestal encaminha-se, também, nessa direção, criando "super-árvores" de crescimento ainda mais acelerado e resistentes aos herbicidas, motivo pelo qual o impacto é duplo: maior contaminação, pelo uso de agroquímicos, e maior consumo de água.

- pelo corte em intervalos curtos de tempo. A mesma lógica determina que as árvores sejam cortadas cada poucos anos, o que pressupõe uma grande saída de nutrientes do sistema, processos de erosão, e a destruição do hábitat daquelas poucas espécies locais que estavam conseguindo se adaptar à plantação.

Diante das razões expostas, é evidente que são poucas as medidas técnicas que podem ser tomadas para evitar ou mitigar a maioria dos impactos ambientais causados pelas plantações. Embora possam ser melhorados alguns aspectos (usar agroquímicos menos nocivos, preparar o solo seguindo curvas de nível, precaver-se para que não surjam processos de erosão no momento de cortar as árvores, conservar áreas silvestres como remendos na paisagem, monitorar solos, água, flora e fauna, etc.), a verdade é que é impossível evitar os impactos, porque o próprio modelo não permite: não é possível (do ponto de vista da rentabilidade) fazer com que as árvores cresçam mais devagar, consumam menos água, prescindam de fertilizantes, não afetem os solos, não restrinjam a biodiversidade local. Em síntese, o problema é o modelo, e não a adoção de medidas de gerenciamento apropriadas.

Mentira N° 10: As plantações não podem ser julgadas isoladamente

Esse é um dos argumentos dos promotores das plantações surgidos recentemente. Eles afirmam que existe um "sistema contínuo" entre uma floresta primária e uma "floresta plantada", voltada para a produção de madeira. Isso significa que haveria um sistema, denominado por eles "floresta", que incluiria florestas primárias protegidas, florestas de produção, florestas protetoras, florestas secundárias e plantações de todo tipo. Portanto, dizem que esse sistema "floresta" deve ser analisado

na sua totalidade, não se concentrando somente num único componente: a monocultura florestal em grande escala. O argumento é inteligente, mas não menos falso do que os anteriores.

Em primeiro lugar, porque parte da falsa premissa de que uma plantação é uma floresta. O tipo de plantação ao qual aludimos constitui um cultivo voltado para a produção de grandes volumes de madeira no curto prazo, cuja única semelhança com uma floresta consiste em estar constituído por árvores que, nem sequer, são nativas. Portanto, não é possível falar dum "sistema contínuo" entre elementos intrinsecamente diferentes. Seria como dizer que a fauna nativa e a criação de gado de curral constituem um sistema contínuo entre o natural e aquilo voltado para a produção de leite, e que não é possível julgar isoladamente os impactos da pecuária de curral, sem analisá-los nesse contexto.

Em segundo lugar, porque, em geral, as plantações comerciais não só não complementam as florestas, mas também, em muitos casos, são causa direta ou indireta de desmatamento. O mesmo pode ser dito quanto à forma como afetam a biodiversidade, o solo, a água, e, especialmente, as comunidades locais.

Decididamente, esse raciocínio pretende justificar a destruição da natureza em determinada área, argumentando que a sua conservação fica garantida noutra área. Ao incluir as plantações nesse pretenso sistema "floresta", está-se escondendo e justificando a destruição gerada a partir das monoculturas florestais em grande escala. Diante dos impactos na biodiversidade, a resposta das empresas plantadoras consistirá em dizer que a mesma fica garantida pela existência de áreas protegidas. Embora os seus argumentos possam ser menos convincentes no que concerne aos impactos na água, e muito menos, nos solos, ainda assim farão alusão ao sistema "floresta", que garante a água e a conservação do solo. Guardarão silêncio, talvez, no que diz respeito aos impactos sociais.

Mas a questão central é que essa lógica divorcia a produção e o consumo da conservação, quando, em verdade, a única forma de garantir no longo prazo a sustentabilidade desses processos consiste em considerar a conservação como sendo parte integrante dum sistema único. Nesse sentido, existem alguns tipos de plantação que, talvez, poderiam ser incluídas dentro dum sistema "floresta", e que se caracterizam por:

- ser de pequena ou média escala
- estar constituídas por uma multiplicidade de espécies, sendo todas, ou algumas, nativas
- dar abrigo, alimentação e possibilidades de reprodução à fauna nativa
- permitir o desenvolvimento das espécies da flora nativa
- conservar ou melhorar os solos
- regular o funcionamento hidrológico da região
- contar com a aprovação da população local
- oferecer produtos e serviços de utilidade para as comunidades locais

Visto que nem uma só das monoculturas em grande escala aludidas pode satisfazer nenhuma das condições acima, é evidente que não devem ser consideradas como integrando o sistema floresta, e, portanto, seus impactos devem ser analisados separadamente.